



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO (FAAC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

JOSÉ FELIPE VAZ DE ASSIS

REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS NO IMPRESSO:
UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS VEICULADAS DURANTE
A PARADA DO ORGULHO LGBT NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO

Bauru/SP
2020

JOSÉ FELIPE VAZ DE ASSIS

REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS NO IMPRESSO:
UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS VEICULADAS DURANTE
A PARADA DO ORGULHO LGBT NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, linha de pesquisa em Processos Midiáticos e Práticas Socioculturais, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru, como requisito à obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação do Prof. Dr. Claudio Bertolli Filho.

Bauru/SP
2020

Assis, José Felipe Vaz de.

Representações midiáticas no impresso: uma análise das notícias veiculadas durante a Parada do Orgulho LGBT no jornal Folha de S. Paulo / José Felipe Vaz de Assis, 2020
262 f.

Orientador: Claudio Bertolli Filho

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2020

1. Jornalismo. 2. Identidade. 3. Pessoas LGBT. 4. Análise de conteúdo. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de JOSÉ FELIPE VAZ DE ASSIS, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 25 dias do mês de novembro do ano de 2020, às 14:00 horas, no(a) via sistemas de videoconferência e outras ferramentas para comunicação a distância, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE Mestrado de JOSÉ FELIPE VAZ DE ASSIS, intitulada **Representações midiáticas no impresso: uma análise das notícias veiculadas durante a Parada do Orgulho LGBT**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor Associado CLAUDIO BERTOLLI FILHO (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru / UNESP Bauru, Professor Associado MAXIMILIANO MARTIN VICENTE (Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Professor Doutor ROZINALDO ANTONIO MIANI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação / UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.


Professor Associado CLAUDIO BERTOLLI FILHO

José Felipe Vaz de Assis

**REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS NO IMPRESSO:
UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS VEICULADAS DURANTE
A PARADA DO ORGULHO LGBT NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO**

Banca examinadora em 25 de novembro de 2020.

Prof. Dr. Claudio Bertolli Filho – UNESP
Presidente da banca e Orientador

Profa. Dr. Rozinaldo Antonio Miani – UEL
Banca Examinadora

Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente – UNESP
Banca Examinadora

Bauru
2020

AGRADECIMENTOS

Embora queiramos acreditar que estamos preparados para o fim, o término de uma jornada nunca é tão fácil quanto aparenta ser. Durante esses mais de dois anos e meio nessa caminhada, um tanto quanto solitária da pesquisa acadêmica, passei por inúmeras situações que me fizeram amadurecer enquanto pesquisador e, sobretudo, enquanto ser humano, na qual me farão sentir saudade dessa etapa da minha vida. A presença de inúmeras pessoas nesse percurso foi determinante para chegar até aqui, hoje. Seria um ultraje não citar essas pessoas que tanto contribuíram comigo e com esta pesquisa.

Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe e minha maior apoiadora, Maria de Fatima, que sempre confiou e acreditou em mim. Nesses quase três anos que enfrentamos uma das maiores batalhas das nossas vidas, ela sempre esteve ali, me incentivando e acreditando que meus sonhos um dia pudessem virar realidade. Sem você, nada disso seria possível. Meu pai, José Mauricio, embora não estando mais fisicamente presente, me ensinou muito sobre valores e caráter: aprendizado que eu carrego até hoje – e que levarei comigo para sempre.

Agradeço ao Raphael, uma das pessoas mais incríveis que tive a sorte de conhecer, na qual tenho o privilégio de dividir minha caminhada ao seu lado. Com ele pude aprender sobre companheirismo, amor e empatia – valores que guiam minha vivência nesse mundo. Obrigado pelo apoio, carinho, dedicação e, sobretudo, por sempre e em qualquer circunstância prezar pela minha alegria.

À Aracéli, minha amiga e companheira de estudos que fez com que grande parte dessa jornada se tornasse menos solitária e recheada de momentos bons aos quais guardarei comigo sempre. À Maria Beatriz, minha amiga que me acompanha e me apoia há anos, bem como sempre acreditou no meu potencial e, mais do que isso, sempre esteve ao meu lado, tanto nos momentos felizes, quanto nos tristes.

Às minhas amigas e amigo Ana Ribeiro, Camila Nishimoto e Mateus Ferreira que me conhecem desde antes do mestrado e contribuíram com este projeto, além de dividiram parte das angústias e dúvidas que a vida acadêmica proporciona. À Michelle e à Marina que me auxiliaram desde o processo seletivo com muita paciência e carinho e, em especial, à Michelle que, além de uma excelente professora, tornou-se uma grande amiga na etapa final desta pesquisa.

Às minhas amigas e amigo do Cursinho Pré-Universitário “Primeiro de Maio”, Maria Julia, Juliana, João e Amanda, que dividiram comigo momentos preciosos, dando fôlego para seguir minha caminhada.

Aos meus amigos e colegas do programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática, em especial à Yasmin, Vitória e Lucas e à Ester, Danilo e Deborah que dividiram comigo a experiência mais intensa desses quase três anos: a participação na Escuela de Verano ALAIC 2020, em Lima, no Peru.

Ao meu orientador, Professor Claudio Bertolli Filho, sempre paciente e presente, contribuindo imensamente com a realização desta pesquisa. Obrigado pela confiança, pelo carinho e por aceitar seguir comigo!

À professora Larissa Pelúcio e ao professor Maximiliano Martin Vicente, que deram contribuições valiosas na banca de qualificação. Ao professor Rozinaldo Antonio Miani que aceitou o convite para participar da minha banca de defesa, juntamente com o professor Max, o qual agradeço novamente.

Agradeço à UNESP, aos alunos e aos professores pela luta diária por uma educação pública gratuita e de qualidade, mesmo em um cenário de desmonte do ensino público. Aos funcionários da Seção Técnica de Pós-Graduação pela disponibilidade, apoio e prontidão durante o desenvolvimento desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento deste estudo, o que possibilitou minha dedicação exclusiva à pesquisa no período de vigência da bolsa. Tenho a esperança de que essa possa ser, um dia, a realidade de todos os estudantes de pós-graduação do país.

ASSIS, José Felipe Vaz de. **Representações midiáticas no impresso: uma análise das notícias veiculadas durante a Parada do Orgulho LGBT no jornal Folha de S. Paulo.** 2020. 262f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2020.

RESUMO

Por meio da produção e circulação noticiosa, o jornalismo atua enquanto construtor da realidade e, fazendo uso de representações que utiliza em suas narrativas, imputa identidades aos sujeitos. Partindo do pressuposto de uma relação comercial e constante na formação identitária, as concepções que os meios de comunicação veiculam fazem parte de uma gama de fatores contribuintes na composição tanto do “Eu” quanto do “Outro”. A presente pesquisa procura identificar qual a identidade atribuída aos LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades não normativas) em um período onde assuntos relacionados a tais indivíduos encontram-se em evidência na mídia, isto é, durante a realização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, já considerada como o maior evento do mundo nesta categoria. Desse modo, o objetivo é compreender de que maneira a mídia mobilizou e foi mobilizada no decorrer do evento através de temáticas que permeiam esses sujeitos. Utilizando a hermenêutica de profundidade, enquanto método, e a análise de conteúdo, enquanto técnica, foram selecionadas seis datas de referência agrupadas aos pares (1997 e 1998; 2007 e 2008; 2016 e 2017) ao longo dos 21 anos de realização da Parada, tendo a finalidade de identificar as notícias publicadas nos sete dias anteriores, no dia do evento e nos sete dias posteriores à manifestação e que apresentem como pauta conteúdos sobre o evento ou sobre qualquer outro assunto relacionado aos LGBTs. Desse modo, foram encontrados 282 textos, que foram analisados de acordo com quatro categorias principais, sendo elas: a) assunto; b) temática; c) referência ao sujeito e d) fontes. Através de tais unidades de análise, buscou-se verificar se outros assuntos foram publicados em decorrência da Parada e quais elementos simbólicos contribuíram na delimitação de identidades a esses indivíduos. Os resultados mostraram uma variabilidade identitária em tais representações nos anos analisados em decorrência de elementos contextuais, seja pelas temáticas que são pauta do jornal ao se utilizar de tais indivíduos nas narrativas jornalísticas, seja pelo uso desses sujeitos como fonte na construção da narrativa jornalística ou mesmo ao referenciá-los nos textos, apresentando-os (ou não) enquanto personagens das notícias, condicionando tais representações aos aspectos relacionados a componentes edificados social e historicamente.

Palavras-chave: Jornalismo; Identidade; Representação; Sexualidade; LGBTs.

ASSIS, José Felipe Vaz de. **Representations in printed media: an analysis of broadcasted news during the LGBT Pride Parade in the Folha de S. Paulo newspaper.** 2020. 262f. Dissertation (Master in Communication). Postgraduate Program in Communication, Faculty of Architecture, Arts and Communication, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2020.

ABSTRACT

Through news production and circulation, journalism acts as a constructor of reality and, using representations it uses in its narratives, imputes identities to the subjects. Based on the assumption of a constant and negotiating relationship in the formation of identity, the conceptions that the media convey are part of a range of contributing factors in the composition of both the “Me” and the “Other”. This research seeks to identify which identity is attributed to LGBTs (lesbians, gays, bisexuals, transvestites, transsexuals and other non-normative identities) in a period where issues related to such individuals are in evidence in the media, that is, during the realization the São Paulo LGBT Pride Parade, already considered the largest event in the world in this category. So, the objective is to understand how the media mobilized and was mobilized during the event through themes that permeate these subjects. Using Depth Hermeneutics as a method and content analysis as a technique, six reference dates were selected grouped in pairs (1997 and 1998; 2007 and 2008; 2016 and 2017) over the 21 years of the Parade, with the purpose of identifying the news published in the previous seven days, on the day of the event and in the seven days after the demonstration and that present content on the event or on any other topic related to LGBTs. Thus, 282 texts were found, which were analyzed according to four main categories, namely: a) subject; b) thematic; c) reference to the subject and d) sources. Through such units of analysis, we sought to verify whether other subjects were published as a result of the Parade and which symbolic elements contributed to the delimitation of identities to these individuals. The results showed an identity variability in such representations in the years analyzed due to contextual elements, either by the themes that are the newspaper's agenda when using such individuals in journalistic narratives, by the use of these subjects as a source in the construction of the journalistic narrative or even by refer to them in the texts, presenting them (or not) as characters in the news, conditioning such representations to aspects related to socially and historically components.

Keywords: Journalism; Identity; Representation; Sexuality; LGBTs.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Acervo online da <i>Folha de S. Paulo</i>	95
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Divisão dos valores-notícias.....	34
Tabela 2: Divisão dos critérios e especificação dos valores-notícias.....	35
Tabela 3: Textos divididos por assunto.....	105
Tabela 4: Principais temáticas encontradas nas notícias de 1997.	108
Tabela 5: Textos divididos por assunto em 1998.....	115
Tabela 6: Principais temáticas encontradas nas notícias de 1998.	117
Tabela 7: Textos divididos por assunto.....	125
Tabela 8: Principais temáticas encontradas nas notícias de 2007.	127
Tabela 9: Textos divididos por assunto.....	136
Tabela 10: Principais temáticas encontradas nas notícias de 2008.	140
Tabela 11: Textos divididos por assunto.....	149
Tabela 12: Principais temáticas encontradas nas notícias de 2016.	152
Tabela 13: Textos divididos por assunto.....	161
Tabela 14: Principais temáticas encontradas nas notícias de 2017.	164

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Verbetes com nomenclaturas referentes às identidades não normativas	87
Quadro 2: Exemplo de sistematização dos dados encontrados.....	96
Quadro 3: Categorias de Análise.	97
Quadro 4: Textos usados para primeira categoria de análise referente a 1997.	104
Quadro 5: Textos usados para segunda categoria referente a 1997.....	108
Quadro 6: Textos usados para terceira categoria referente a 1997.	111
Quadro 7: Textos usados para a quarta categoria referente a 1997.	113
Quadro 8: Textos usados para primeira categoria de análise referente a 1998.....	115
Quadro 9: Textos usados para segunda categoria de análise referente a 1998.	117
Quadro 10: Textos usados para terceira categoria referente a 1998.	120
Quadro 11: Textos usados para a quarta categoria referente a 1998.	122
Quadro 12: Textos usados para primeira categoria de análise referente a 2007.....	125
Quadro 13: Textos usados para segunda categoria de análise referente a 2007.	127
Quadro 14: Textos usados para terceira categoria referente a 2007.	132
Quadro 15: Textos usados para a quarta categoria referente a 2007.	134
Quadro 16: Textos usados para primeira categoria de análise referente a 2008.....	136
Quadro 17: Textos usados para segunda categoria de análise referente a 2008.	140
Quadro 18: Textos usados para terceira categoria referente a 2008.	145
Quadro 19: Textos usados para a quarta categoria referente a 2008.	146
Quadro 20: Textos usados para primeira categoria de análise referente a 2016.....	149
Quadro 21: Textos usados para segunda categoria de análise referente a 2016.	152
Quadro 22: Textos usados para terceira categoria referente a 2016.	156
Quadro 23: Textos usados para a quarta categoria referente a 2016.	158
Quadro 24: Textos usados para primeira categoria de análise referente a 2017.....	161
Quadro 25: Textos usados para segunda categoria de análise referente a 2017.	164
Quadro 26: Textos usados para terceira categoria referente a 2017.	168
Quadro 27: Textos usados para a quarta categoria referente a 2017.	171
Quadro 28: Anexos - Divisão dos textos de acordo com data, título, assinatura, caderno, gênero, assunto, temática, referência ao sujeito e uso de fontes referente ao ano de 1997.....	208
Quadro 29: Anexos - Divisão dos textos de acordo com data, título, assinatura, caderno, gênero, assunto, temática, referência	217
Quadro 30: Anexos - Divisão dos textos de acordo com data, título, assinatura, caderno, gênero, assunto, temática,	224
Quadro 31: Anexos - Divisão dos textos de acordo com data, título, assinatura, caderno, gênero, assunto, temática, referência ao sujeito e uso de fontes referente ao ano de 2008.....	236
Quadro 32: Anexos - Divisão dos textos de acordo com data, título, assinatura, caderno, gênero, assunto, temática,	248
Quadro 33: Anexos - Divisão dos textos de acordo com data, título, assinatura, caderno, gênero, assunto, temática, referência ao sujeito	255

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Textos divididos por caderno em 1997.....	99
Gráfico 2: Textos divididos por caderno em 1998.....	100
Gráfico 3: Textos divididos por caderno em 2007.....	101
Gráfico 4: Textos divididos por caderno em 2008.....	101
Gráfico 5: Textos divididos por caderno em 2016.....	102
Gráfico 6: Textos divididos por caderno em 2017.....	103
Gráfico 7: Anexos - Textos de 1997 divididos de acordo com a categoria “Assunto”.....	214
Gráfico 8: Anexos - Textos de 1997 de assunto “Outro” divididos por temática.....	214
Gráfico 9: Anexos - Textos de 1997 de assunto “Parada” divididos por temática.....	215
Gráfico 10: Anexos - textos de 1997 divididos de acordo com a presença ou ausência de fontes, onde “sim” indica a presença e “não” indica a ausência.....	215
Gráfico 11: Anexos - Textos de 1997 divididos de acordo com a categoria “referência ao sujeito”.....	216
Gráfico 12: Anexos - Textos de 1998 divididos de acordo com a categoria “Assunto”.....	221
Gráfico 13: Anexos - Textos de 1998 de assunto “Outro” divididos por temática.....	221
Gráfico 14: Anexos - textos de 1998 de assunto “Parada” divididos por temática.....	222
Gráfico 15: Anexos - Textos de 1998 divididos de acordo com a presença ou ausência de fontes, ..	222
Gráfico 16: Anexos - Textos de 1998 divididos de acordo com a categoria “referência ao sujeito”.....	223
Gráfico 17: Anexos - textos de 2007 divididos de acordo com a categoria “Assunto”.....	231
Gráfico 18: Anexos - textos de 2007 de assunto “Outro” divididos por temática.....	232
Gráfico 19: Anexos - textos de 2007 de assunto “Parada” divididos por temática.....	233
Gráfico 20: Anexos - textos de 2007 divididos de acordo com a presença ou ausência de fonte,	234
Gráfico 21: Anexos - textos de 2007 divididos de acordo com a categoria “referência ao sujeito”....	235
Gráfico 22: Anexos - textos de 2008 divididos de acordo com a categoria “Assunto”.....	243
Gráfico 23: Anexos - textos de 2008 de assunto “Outro” divididos por temática.....	244
Gráfico 24: Anexos - textos de 2008 de assunto “Parada” divididos por temática.....	245

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 JORNALISMO E NOTÍCIA.....	17
1.1 Mídia e Cultura.....	17
1.2 A notícia enquanto produto jornalístico.....	20
1.2.1 As teorias que buscam explicar as notícias.....	26
1.2.2 A notícia como construção da realidade	29
1.2.3 Os critérios de noticiabilidade	33
1.2.4 A questão dos gêneros jornalísticos.....	37
1.2.5 Manuais de Redação: o que a <i>Folha de S. Paulo</i> entende como notícia.....	39
1.3 Jornalismo, representação e identidade	43
1.3.1 Representação e identidade: caminhos comuns	44
1.3.2 O caminho conceitual da representação	46
1.3.3 A identidade enquanto processo	49
1.3.4 Jornalismo, representações midiáticas e identidades	53
2 GÊNERO E SEXUALIDADE	57
2.1 Construção da categoria homossexual: aspectos históricos.....	58
2.2 Do homossexual ao LGBT: as identidades não normativas no Brasil.....	66
2.3 (In)visibilidades: determinação do sujeito político.....	73
2.4 Parada do Orgulho LGBT de São Paulo	79
2.5 O que é sexualidade para a <i>Folha de S. Paulo</i>	86
3 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS.....	90
3.1 Hermenêutica de profundidade e análise de conteúdo.....	90
3.2 A <i>Folha de S. Paulo</i>	92
3.3 Percurso metodológico	93
3.4 Apresentação dos textos jornalísticos	98
3.4.1 Textos referentes à 1997 e 1998	98
3.4.2 Textos referentes à 2007 e 2008	100
3.4.3 Textos referentes à 2016 e 2017	102

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	104
4.1 Primeiro ano da primeira data referência: 1997	104
4.1.1 Assunto	104
4.1.2 Temática	107
4.1.3 Referência ao sujeito	111
4.1.4 Utilização de fontes.....	113
4.2 Segundo ano da primeira data referência: 1998.....	115
4.2.1 Assunto	115
4.2.2 Temática	117
4.2.3 Referência ao sujeito	120
4.2.4 Utilização de fontes.....	122
4.3 Primeiro ano da segunda data referência: 2007	124
4.3.1 Assunto	124
4.3.2 Temática	127
4.3.3 Referência ao sujeito	132
4.3.4 Utilização de fontes.....	134
4.4 Segundo ano da segunda data referência: 2008.....	136
4.4.1 Assunto	136
4.4.2 Temática	140
4.4.3 Referência ao sujeito	144
4.4.4 Utilização de fontes.....	146
4.5 Primeiro ano da terceira data referência: 2016.....	148
4.5.1 Assunto	148
4.5.2 Temática	151
4.5.3 Referência ao sujeito	156
4.5.4 Utilização de fontes.....	158
4.6 Segundo ano da terceira data referência: 2017	160
4.6.1 Assunto	160

4.6.2 Temática	163
4.6.3 Referência ao sujeito	168
4.6.4 Utilização de fontes.....	170
 4.7 Discussão	 173
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 194
 REFERÊNCIAS	 197
 ANEXOS	 208

INTRODUÇÃO

O jornalismo é permeado por práticas culturais e articula, a partir desse pressuposto, questões a serem analisadas. Fazendo parte da cultura, sua produção simbólica é carregada por marcas que indicam aspectos, tanto na sua prática quanto no recorte, no qual está inserido – seja ele social, histórico e cultural. Entendendo a notícia como a forma pela qual o jornalismo se insere na sociedade, este componente torna-se relevante fundamento para análise, pois é um dos responsáveis pela divulgação e ressignificação de representações e identidades.

Não somente o jornalismo, a notícia ou os meios de comunicação são responsáveis de maneira onipotente na difusão dessas imagens, que irão compor o imaginário social ou se tornar parte das preocupações dos seus consumidores; ao contrário, acredita-se aqui que o jornalismo é apenas um dos elementos que compõe uma gama de fatores contribuintes para essas acepções, sempre compreendidas em negociação entre produtores e receptores, bem como não se finalizam no momento do consumo, mas perpetuam-se em outras instâncias.

Para tanto, a notícia é aqui apreendida segundo resultado da prática jornalística, na qual passa a significar uma nova realidade após ser colocada em circulação a partir de uma das faces do acontecimento, que se apresentou ao jornalista na hora de narrar o fato; inúmeros são os fatores participantes nessa construção, sejam eles do nível organizacional, subjetivo, de tempo ou espaço. Essa significação contribui para determinar aquilo que é relevante em certos momentos históricos, mas sem impor algo que será acatado sem questionamentos. Alguns assuntos, desse modo, passam a integrar a agenda midiática em uma relação cíclica, onde outras temáticas podem ser publicadas em decorrência de acontecimentos primários.

A fim de cumprir com os objetivos teóricos e metodológicos propostos no presente estudo, no primeiro capítulo, procura-se conceituar as teorias do jornalismo que visam entender o que é notícia, respondendo “porque as notícias são como são” e quais condições históricas, sociais e culturais (sempre atrelados à práxis) atravessam a sua produção, tendo como foco nas abordagens construcionistas, escolhidas para o embasamento no âmbito de conceituação e teorização da notícia. Busca-se entender o que o veículo analisado, no caso a *Folha de S. Paulo*, entende por “notícia” e, para tanto, foram consultados seus manuais de redação. O capítulo também apresenta, e procura problematizar, os conceitos de representação e identidade, traçando quais são os caminhos comuns por ambos no jornalismo.

Em um segundo momento, e agora no capítulo dois, conceituam-se teorias relacionadas ao gênero e a sexualidade, com foco na construção histórica da categoria homossexual até a

estruturação do movimento LGBT atual. Os pressupostos, por exemplo, de Michel Foucault (1988) sobre a história da sexualidade auxiliam nas problematizações de como as relações de poder detectadas nos discursos fizeram e fazem parte das narrativas jornalísticas aqui analisadas.

Ademais, no terceiro capítulo, discute-se o percurso metodológico de análise. O *corpus* é constituído de textos veiculados no período da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo no jornal de circulação diária *Folha de S. Paulo*, um dos mais relevantes periódicos do país. Foram escolhidas seis datas de referência, agrupadas em pares: 1997 e 1998; 2007 e 2008 e 2016 e 2017. A metodologia de análise é embasada na hermenêutica de profundidade articulada com técnica a análise de conteúdo. Desse modo, os textos foram submetidos a quatro categorias que buscam atingir os objetivos propostos, em sintonia com o referencial teórico apresentado nos dois primeiros capítulos.

No quarto capítulo, é realizada a discussão dos resultados obtidos, demonstrando a concordância com a concepção da identidade a partir de uma perspectiva processual, em constante modificação. As categorias temáticas demonstraram mudanças no panorama ao tratar de temas relacionados aos LGBTs. Identidades que, a princípio, não figuram nos textos ou são retratadas de maneira caricata passam a ocupar outros “lugares simbólicos” dentro do periódico. A associação da representação desses sujeitos é condicionada a estar dentro de normas, que delimitam o que é aceitável e o que é fuge dos limites, demonstrando que o periódico, enquanto produto cultural, configura-se a partir de uma polifonia de vozes em suas narrativas jornalísticas, além de apresentar os LGBTs em associação ao consumo, determinando essa condição ao aparecimento nas narrativas jornalísticas de identidades mais invisibilizadas no início do que no final do período analisado – partindo de um perspectiva temporal.

Nas conclusões, que constituem o quinto capítulo, são retomados os pontos principais de nossa investigação. Nesse momento, e a partir dos anos analisados, um panorama foi traçado para a compreensão da maneira como essas representações midiáticas e identitárias foram sendo construídas e mobilizadas durante o recorte temporal delimitado.

1 JORNALISMO E NOTÍCIA

O primeiro tópico deste capítulo procura elucidar aspectos históricos e teóricos acerca do jornalismo e, sobretudo, da notícia – o produto da prática jornalística; é através da notícia que o jornalismo adentra à sociedade, inserindo temas, tópicos e personagens dentro do debate público. Mais do que isso, através da notícia que o jornalismo contribui ativamente na construção da realidade, na qual passa a circular após a veiculação dos textos jornalísticos; ademais, também atua na constituição identitária ao designar a inúmeros sujeitos e indivíduos uma “identidade atribuída”.

Para compreender tais relações, é necessário, antes, destrinchar a maneira pela qual o texto jornalístico foi sendo constituído no Brasil e, a partir das teorias do jornalismo, buscar as diversas correntes teóricas que pensam a notícia a partir de distintas perspectivas. Acredita-se que tais apontamentos contribuam para a edificação dos conceitos e teorias que embasam a presente pesquisa.

Além da notícia como construção da realidade, os critérios de noticiabilidade como fatores determinantes do que é notícia foram aqui esmiuçados. Foi realizada uma análise dos manuais de redação da *Folha de S. Paulo* (objeto de análise desta pesquisa) na tentativa de identificar o que o jornal entende como notícia, ou aquilo que seria responsável por tornar um acontecimento noticiável.

Por fim, era necessário estabelecer a relação entre os conceitos apresentados sobre jornalismo e notícia com as perspectivas teóricas acerca de representação e identidade. Tais conceitos foram chave no desenvolvimento deste estudo, uma vez que a relação entre ambos evidencia a forma como o jornalismo, por meio da representação, contribui nas construções identitárias e nas representações simbólicas circulantes socialmente.

1.1 Mídia e Cultura

Pensar como a cultura e a mídia se relacionam é instigante para compreendermos a dimensão participativa de uma na outra. Contudo, vale salientar que o termo cultura possui significados diversos e por vezes é descrito de maneira ampla, o que pode gerar confusão em seus usos. A abordagem de Geertz caminha nesse sentido ao apresentar um conceito que converge com as postulações de Weber, ao designar o homem como

(...) um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado (GEERTZ, 2014, p. 4).

Portanto, vista como ciência interpretativa, a análise da cultura permite, por meio de uma interpretação densa, classificar acontecimentos, instituições, comportamentos e processos enquanto ações simbólicas, isto é, enquanto ações detentoras de significado. Desse modo, a cultura “(...) é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível” (GEERTZ, 2014, p. 10).

A mídia, enquanto instituição, pode ser compreendida pelo viés da cultura, não só por estar intrínseca ao contexto da qual está inserida, mas também por contribuir com a sua veiculação. Mais do que isso, o conteúdo distribuído pelos meios de comunicação corrobora para o fornecimento de padrões e modelos que devem, ou não, serem seguidos.

Toda cultura, para se tornar um produto social, portanto ‘cultura’, serve de mediadora da comunicação e é por esta mediada, sendo portanto comunicacional por natureza. No entanto, a ‘comunicação’, por sua vez, é mediada pela cultura, e é um modo pelo qual a cultura é disseminada, realizada e efetivada (KELLNER, 2001, p. 53).

Não se coloca aqui a mídia como a “produtora onipotente de identidades e normas”, as quais serão acatadas por seus consumidores, uma vez que pode existir resistência por parte do receptor ao conteúdo midiático transmitido. Contudo, poder analisar tais padrões traz à tona as imagens que circulam dentro da sociedade. Os meios de comunicação disseminam os modelos identitários, sendo que tais aparatos são participantes da formulação dos padrões identitários em circulação, ao mesmo tempo que atuam com as representações já existentes, bem como podem contribuir para a constituição de identidades de seus consumidores. Ou seja, os meios de comunicação englobam um dos crivos responsáveis pela construção constante da identidade.

Dessa maneira, os discursos midiáticos que circulam servem tanto para manutenção de situações vigentes quanto para o fortalecimento de ideias opostas. Isso acontece, entre outros motivos, porque a mídia é um território de tensas negociações em que grupos antagônicos tentam a todo momento penetrar os textos midiáticos de modo a apresentar e defender seus ideais. Entretanto, os grandes conglomerados comunicacionais podem utilizar a estratégia de captar aquelas representações e modelos mais aceitos, já que a probabilidade de aceitação por parte do público será maior.

Kellner salienta que “a cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de nós

e eles” (2001, p. 9), articulando, desse modo, as definições que constituem a criação do imaginário social, como as dualidades bom e mau, positivo e negativo, moral e imoral. Tais representações e identidades divulgadas pela mídia podem ser um dos caminhos utilizados pelo indivíduo para se localizar socialmente, sendo tal espaço dotado de poder simbólico.

Nesta dinâmica, o jornalismo é um agente de significação e divulgação de tais representações. Todavia, distinto das características dos discursos ficcionais, o texto jornalístico carrega consigo a marca da veracidade através de um acordo subentendido entre leitor e jornalista, onde este não deve ultrapassar os limites entre realidade e ficção (TRAQUINA, 2005a). Isto é, o indivíduo pode até duvidar da estrutura narrativa que conta como o acontecimento é relatado, mas não duvida da existência do mesmo. A marca de verdade pertencente à prática, o que contribui para a aceitação das representações presentes no discurso jornalístico.

Longe de caracterizá-lo enquanto dominante e único na composição da divulgação e circulação desses discursos, o jornalismo é inegavelmente contribuinte: por ser uma das instâncias responsáveis pela formação das imagens e dos discursos em seus receptores, que está mediado por inúmeras outras instâncias não só relacionadas a comunicação. A construção da realidade no discurso jornalístico contribui, dessa maneira, para o desenvolvimento identitário de inúmeros sujeitos e grupos e, sobretudo, sendo possível identificar quais identidades são atribuídas a tais sujeitos.

O momento da recepção, onde há possibilidade de interação com o discurso em um processo negocial, pode se estender a outros campos do receptor, em um processo de recirculação de tais assuntos. Primeiro, ao captar o conteúdo dos discursos que são veiculados, a mídia, desse modo, coopera para o reconhecimento da forma como algumas questões são mobilizadas pela própria mídia até chegarem à sociedade.

Além disso, o jornalismo traz consigo a capacidade de inserção de assuntos a serem discutidos socialmente, tornando-se, por conseguinte, parte das preocupações dos receptores; ele não diz *o que* pensar sobre algum assunto, mas *insere temas* que irão se tornar parte dos interesses dos receptores e adentrarão o debate público. Este agendamento temático pode ocorrer tanto numa direção da mídia para a sociedade, quanto no sentido inverso. Alguns indivíduos, grupos e acontecimentos impactam a rotina jornalística, o que geraria visibilidade do que se pretende colocar em evidência. Tais aspectos serão discutidos com detalhes no tópico sobre critérios de noticiabilidade e no segundo capítulo desta pesquisa.

Neste primeiro momento, busca-se apresentar o conceito de cultura de modo a embasar tanto os propósitos teóricos que seguem, quanto a análise dos textos jornalísticos. Além disso,

apresenta-se como as práticas culturais e jornalísticas se relacionam, além do fato do campo jornalístico ser partícipe da divulgação de representações já conhecidas no mundo social, circulando identidades, normas e modelos, sem responsabilizá-lo exclusivamente por essa veiculação, mas defendendo sua importância na formação de concepções que permeiam o social; todavia, não só veicula esses discursos, mas os reconfigura de acordo com o contexto no qual está inserido. Por isso serão destacadas as representações midiáticas – aquelas, como a nomenclatura diz, manejadas no âmbito midiático.

A compreensão de que a mídia incorpora assuntos, bem como é afetada por demandas sociais, implica também parte da função do jornalismo no agendamento de temas que se tornarão elemento de interesse do leitor a longo e médio prazos. E, sobretudo, a maneira como alguns sujeitos e grupos podem mobilizar ações em busca de destaque, impactando a rotina jornalística – a ponto de agendar outras temáticas relacionadas – em um periódico de grande circulação, por exemplo, é o caso da *Folha de S. Paulo*, objeto de análise deste estudo.

1.2 A notícia enquanto produto jornalístico

Para compreensão da notícia enquanto produto cultural, é preciso pontuar alguns aspectos teóricos e práticos sobre o fazer jornalístico. Neste quesito, não se objetiva elaborar um panorama aprofundado da história do jornalismo no Brasil, mas sim apresentar questões que problematizem as mudanças pelas quais os gêneros jornalísticos foram submetidos no passado, constituindo-se até atingir a estrutura e os parâmetros de noticiabilidade pela qual é concebido hoje.

Dizer que a notícia – apreendida enquanto enunciado jornalístico (SOUSA, 2005) – é um produto permeado por práticas culturais, isto implica descrever que a cultura incide sobre a sua produção; de maneira que tal processo inclui, muitas vezes, ações enraizadas na prática profissional. Nelson Traquina diz que a relação entre o jornalismo – entendido como um conjunto de “estórias” – e a própria notícia reside no fato de que “(...) as notícias são construídas como ‘estórias’, como narrativas, que não estão isoladas de ‘estórias’ e narrativas passadas” (TRAQUINA, 2005a, p. 21).

A estrutura do texto noticioso perpassou mudanças históricas condizentes com a própria evolução do jornalismo brasileiro, isto é, há uma “morfologia noticiosa” com o amadurecimento da imprensa. Apresentando a realidade brasileira, interesse desta pesquisa, o texto noticioso começa a tomar tal morfologia a partir do final do século XIX e começo do XX. O processo de

formação das empresas jornalísticas no Brasil é fator a ser considerado nas intervenções que influenciaram a construção deste produto midiático por meio do qual o jornalismo se insere na sociedade.

Medina aponta que o “surgimento da empresa jornalística no Brasil pode ser localizado por volta de 1890” (MEDINA, 1988, p. 47). Afirmar este surgimento significa dizer que é a partir dessa data que tais organizações apresentam “(...) tendências no sentido de transformar a atividade jornalística em exploração comercial e industrial” (MEDINA, 1988, p. 47). Segundo a autora, essa finalidade acontece devido a modernização dos jornais já existentes em conjunto com o surgimento de novas folhas, caso do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã* (MEDINA, 1988).

A modernização que ocorre nos periódicos brasileiros é tardia se comparada a outros países da Europa ou à realidade estadunidense. Isso porque a imprensa no país “(...) se desenvolve a partir da chegada da Corte de D. João VI, em 1808. Na verdade, os seus primeiros momentos são tímidos, porque controlados pela censura real, destinando-se a reproduzir informações e documentos de governo” (MELO, 2003, p. 21). O primeiro periódico a ser impresso no país é *A Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808, servindo de porta-voz da monarquia imperial.

No Brasil, entre as principais diferenças conteudísticas do que foi produzido até a segunda metade do século XIX, e o que se estabeleceu no jornalismo após esse período, temos a valorização da preferência temática por parte do público em detrimento da opinião da empresa. Durante o período imperial, a imprensa (assim como em outros países, mas em períodos anteriores) passa por uma fase de “divulgadora” de relatos oficiais do governo. É a partir de 1821, um ano antes de independência do país, com o decreto de D. Pedro que derrubava a censura prévia possibilitando, conseqüentemente, o surgimento de veículos independentes do governo (MEDINA, 1988).

O jornal dessa época apresenta como característica os textos longos e títulos curtos, o privilégio da opinião em detrimento da informação, visto que o propósito era divulgar as situações que diziam respeito à monarquia. Essa configuração, nesses moldes, perpetua-se até o início dos anos 1900; todavia, Traquina afirma que durante o século XIX “(...) sobretudo com a criação de um novo jornalismo – a chamada *penny press*¹ – os jornais são encarados como um

¹ “O novo jornalismo veio na forma da chamada *penny press*, nome que vem do fato de que, perante o preço estabelecido ou comum de seis centavos, o preço dessa nova imprensa foi reduzido a um centavo” (TRAQUINA, 2005a, p. 50).

negócio que pode render lucros, apontando com objetivo fundamental o aumento das tiragens” (2005a, p. 34).

A mudança deste paradigma – de encarar a notícia enquanto produto, buscando fornecer acontecimentos e não propaganda – que é responsável por delimitar a maneira pela qual o jornalismo se constituirá nos anos posteriores. Os investimentos resultam na aquisição de novos equipamentos que afetam a produção, fazendo com que o tal fator tecnológico, a partir da inserção, por exemplo, de equipamentos gráficos afete, de maneira incisiva, a produção jornalística.

Nelson Traquina diz que o novo paradigma traz consigo alguns fatores que serão determinantes nessa nova fase na prática, indicando:

- a) A valoração da informação em detrimento da propaganda dentro do texto jornalístico;
- b) A formação de um novo grupo social que busca se profissionalizar: os jornalistas;
- c) A reivindicação do grupo da detenção de um saber: a notícia;
- d) A informação vista como mercadoria (fator evidente com o surgimento do jornal sensacionalista) (TRAQUINA, 2005b, p. 34).

Desse modo, é possível compreender que a comercialização dos fatos, isto é, o texto visto como produto e o processo de qualificação profissional dos jornalistas foram determinantes na constituição do que é notícia naquele novo cenário. Já com relação ao segundo aspecto, observa-se que há mudanças, visto que durante todo o século XIX, os dicionários de profissão, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos não determinavam ou caracterizavam o jornalismo enquanto profissão (TRAQUINA, 2005a). Porém, “a nova figura do repórter, em particular através dos correspondentes de guerra, contribui para uma afirmação do jornalismo como profissão no fim do século XIX” (TRAQUINA, 2005a, p. 93).

No Brasil, Medina (1988) aponta uma figura de destaque no processo de transformação da prática jornalística: Paulo Barreto (sendo seu pseudônimo João do Rio). Tendo suas atividades realizadas no Rio de Janeiro – polo da imprensa no início dos anos 1900 –, o jornalista e literário coloca em evidência uma das questões que permeiam tanto a prática, quanto os estudos acadêmicos no campo: o limite entre jornalismo e literatura.

Uma das principais contribuições de João do Rio foi a criação de uma nova categoria profissional: a do repórter, sendo responsável também pela alteração da crônica para a reportagem. Estabeleceu, com a implantação da categoria do repórter, a função do “ir para a rua” e coletar informações para a produção textual, destacando a função da observação enquanto critério importante para a prática de reportar (MEDINA, 1988).

No período republicano, os jornais irão se desenvolver no país devido ao crescimento econômico, progredindo em conjunto com a industrialização e urbanização do território nacional. O início do novo século traria como principal assunto nas publicações da imprensa questões referentes à política, o que contribuiu para neutralizar “a influência literária, mas não permite ainda a linguagem jornalística, aquela que é específica, diferente da linguagem literária” (SODRÉ, 1999, p. 323).

Na década de 1930, no contexto do Estado Novo (a ditadura de Getúlio Vargas), onde a imprensa é vítima de censura pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), o governo pratica subornos no intuito de utilizar os jornais como forma de controle. No mesmo período, acontece a queda do jornalismo de militância política.

Vedada a discussão dos grandes temas nacionais, impedidos os caminhos de oposição política e da denúncia, interditados os assuntos polêmicos, a imprensa, precisando de alento para lograr a sobrevivência, encontrou no sensacionalismo uma válvula de escape, o elo de ligação com que o consumidor poderia lhe garantir vendagem sem maiores riscos de punição (MEDINA, 1988, p. 64).

Outro marco desta época é o surgimento do rádio que, em conjunto a um contexto histórico entre guerras, influencia a produção do impresso, uma vez que o rádio possibilitava o fluxo mais rápido de informação ao consumidor. O receptor, desse modo, tem a vontade de saber ampliada e exige tal imediatismo também dos periódicos.

Já durante as décadas de 1940 e 1950, é preciso comparar o crescimento econômico do país em relação aos outros países. A mudança do panorama econômico, em sintonia com a política populista de Dutra até o retorno de Vargas ao poder, são fatores decisivos nos investimentos que a imprensa passa a receber. O sensacionalismo (já firmado durante a ditadura de Vargas) continuaria a servir como propósito midiático, mas agora atrelado à intenção de atingir o maior número de pessoas, pautados em uma concepção de difusão massiva (MEDINA, 1988).

Os investimentos acarretam em uma diversificação, ou seja, começam a se constituir os gêneros do jornalismo, indo ao encontro com a finalidade citada de atingir mais pessoas. Todavia, em meados da década de 1950, esse processo irá acentuar-se, uma vez que o advento da televisão trará uma concorrência ao jornal impresso, sendo que ele buscará, mediante tal diversidade de textos, enfrentar o novo meio de comunicação.

Sodré (1999) afirma que, no quesito apresentação e técnica da notícia, o jornalismo desenvolve-se mais na década de 50.

Nesse sentido, o jornal avançou muito entre nós, particularmente desde o início da segunda metade do século XX. O jornalismo norte-americano criou, por exemplo, o lead, cujos princípios se fundaram na regra dos cinco W e um H; qualquer foca americano sabe que toda matéria deve conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos: *who*, quem; *what*, o que; *when*, quando; *where*, onde; *why*, por que; e *how*, como. Qualquer jornalista sabe, por outro lado, estabelecer a distinção entre o que é notícia e o que não interessa (...) (SODRÉ, 1999, p. 394).

Sobre as influências, Melo (2003) afirma que o jornalismo brasileiro tem, em sua constituição, inspirações europeias (francesas, mais especificamente) e estadunidenses, o que justifica a implantação do lide na apresentação das notícias. O pioneiro no uso desta técnica estadunidense foi o *Diário Carioca*, que também instituiu como norma o *sub-lead*, (SODRÉ, 1999); além de ter sido o primeiro jornal a adotar o manual de redação (MELO, 2003).

Além do pontual percurso histórico traçado para chegar ao surgimento do lide no Brasil – fator de destaque na hierarquização dos fatos na narrativa noticiosa, além da variedade de formatos textuais –, uma apresentação de aspectos constitutivos do discurso jornalístico em si é necessária para o entendimento da notícia. Isso ocorre devido ao acordo existente entre jornalista e leitor que estipula um modo de concepção e produção de tal narrativa: “lemos as notícias acreditando que elas são um índice do real; lemos as notícias acreditando que os profissionais do campo jornalístico não irão transgredir a fronteira que separa o real da ficção” (TRAQUINA, 1999, p. 168).

A questão discursiva, o que diferenciaria a realidade da ficção no texto jornalístico, pode ser entendida do seguinte modo:

Assim, ‘era uma vez’ é um início óbvio dos contos de fada. ‘Aviões egípcios bombardearam e metralharam hoje uma base aérea na Líbia, anunciou aqui um porta-voz militar’, é um início óbvio de um relato informativo. (...) O encabeçamento da notícia indica que o que segue é do âmbito dos fatos, uma narração verídica de acontecimentos que ocorrem no mundo (TUCHMAN, 1983, p. 17, *tradução nossa*).

A partir disso, residem duas problemáticas constituídas no século XIX e debatidas no jornalismo até hoje: a notícia sendo um relato totalmente fiel aos acontecimentos e a objetividade como norte na atividade jornalística. O advento da máquina fotográfica foi um elemento determinante para o padrão na produção: “No jornalismo apareceu também, de uma forma crescente, uma nova figura que iria ocupar um lugar mítico e mesmo romântico na profissão emergente: o repórter” (TRAQUINA, 2005a, p. 52), sendo que, neste novo mundo dos fatos, o repórter era responsável pela reconstrução de tais ocorrências a partir de uma tentativa de transformá-las em uma máquina fotográfica, ou seja, um espelho da realidade.

Dentro desse contexto, em que há separação de informação e opinião (TRAQUINA, 2005a), há a adoção da objetividade como norma e padrão. Conforme afirma Schudson:

Todavia, a crença na objetividade é apenas isto: a ideia de que se pode e se deve separar fatos de valores. Fatos, nesta perspectiva, são declarações sobre o mundo abertas a uma validação independente. Eles se colocam além das influências distorcedoras de quaisquer preferências pessoais. E os valores, nesta perspectiva, são as predisposições conscientes ou inconscientes de um indivíduo sobre o conceito de mundo; em última análise, eles são vistos como subjetivos e, portanto, sem sustentação legítima sobre outras pessoas. A crença na objetividade é uma confiança nos ‘fatos’, uma desconfiança dos ‘valores’, e um compromisso com a segregação de ambos (SCHUDSON, 2010, p.16).

A acepção da objetividade e dos procedimentos técnicos para a produção da notícia tem relação com a Primeira Guerra Mundial, na qual o surgimento da profissão de Relações Públicas e a propaganda massiva do governo colocaram em xeque a credibilidade dos próprios acontecimentos (SCHUDSON, 2010). Tuchman (apud Traquina 2005a, p. 139), aponta para os quatro procedimentos técnicos adotados pelo jornalismo na busca pela objetividade: a) a apresentação de situações conflituosas, onde o jornalista deva ser capaz de identificar se um fato é verdadeiro ou não; b) apresentação de outros fatos que sustentem o primeiro; c) uso das aspas (a chamada prática declaratória); d) a informação seguindo estrutura e sequência padrão.

A procura pela objetividade ainda é fator normativo para a produção jornalística até hoje. O próprio manual de redação da Folha² admite que não existe objetividade, embora o jornalista deva buscá-la o quanto for possível, o que indica ainda a valorização deste procedimento na profissão.

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse. Consultar outros jornalistas e pesquisar fatos análogos ocorridos no passado são procedimentos que ampliam a objetividade possível (FOLHA DE S. PAULO, 1992, p. 19).

Dentro dos problemas em torno dos discursos jornalísticos, há embates teóricos que se situam em torno de a notícia ser um espelho da realidade ou constituir apenas uma versão do fato. Assim, é preciso evidenciar os elementos responsáveis por tornar um acontecimento “digno” de estampar as páginas de um jornal. Se, num primeiro momento, a apreensão de aspectos históricos da formação do jornalismo contribui para o entendimento do panorama

² Aqui usamos as versões de 1992 e 2001, que dizem respeito ao período de análise das notícias.

temático abordado, das variedades textuais e técnicas na produção textual, agora é preciso discutir de antemão algumas teorias para que sejam apresentados os chamados critérios de noticiabilidade, que serão aprofundados mais adiante, e que são considerados fundamentais na construção daquelas situações que podem vir a ser notícia.

1.2.1 As teorias que buscam explicar as notícias

Em seu livro *Teorias do Jornalismo – Por que as notícias são como são?*, Traquina (2005a) contextualiza as principais teorias do jornalismo que buscam compreender as maneiras pelas quais a notícia é constituída. Porém, é preciso ressaltar que “as explicações que têm sido avançadas para explicar os formatos e os conteúdos das notícias são insuficientes para se edificar uma teoria do jornalismo e por vezes são também antagônicas e contraditórias” (SOUSA, 2005, p. 4).

A primeira teoria sobre o jornalismo, numa busca em compreender o que são as notícias, é a teoria do espelho. Com dominância nos países ocidentais e fornecida pela ideologia profissional, é a mais antiga “e responde que as notícias são como são porque a realidade assim as determina” (TRAQUINA, 2005a, p. 146). O jornalista é visto como um agente desinteressado e pretensamente neutro, o que significa dizer que seu único objetivo é informar, buscar a verdade, independente a quem essa “verdade” afete. É a teoria oriunda do novo jornalismo do século XIX que separa os fatos das opiniões, além de se embasar na objetividade (conceito que surge e se firma entre os anos 1920 e 1930 nos Estados Unidos).

A teoria da ação pessoal (*Gatekeeper*) é a primeira advinda da literatura acadêmica sobre jornalismo na metade do século XX. Os “gates” – como sugere o próprio nome – seriam as barreiras ou “portões” pelos quais o acontecimento deve passar para que seja noticiável; a analogia é que tais portões seriam as decisões do jornalista para que o fato se torne notícia. Contudo, essa teoria faz uma análise do fluxo de produção da informação a partir de uma abordagem que dá ênfase ao produtor; sendo o fato de não considerar outros elementos que expliquem a escolha do jornalista ser a crítica mais passível a essa teoria.

Já a teoria organizacional coloca em evidência a organização jornalística como definidora das notícias. Nesse caso, ganham destaque na produção do texto jornalístico aspectos estritamente ligados a elementos organizacionais e relacionais, isto é, da própria estrutura funcional da empresa jornalística. Aspectos como “as hierarquias, as formas de socialização e aculturação dos jornalistas, a rede de captura de acontecimentos que o órgão jornalístico lança sobre o espaço (...)” (SOUSA, 2005, p. 4) são determinantes na produção noticiosa. Desse modo,

a vivência e o relacionamento profissional entre os jornalistas dentro de tais ambientes em conjunto com aspectos da organização empresarial contribuem para a constituição da notícia.

Denominada “teorias de ação política”, essa corrente explica a notícia a partir da visão, segundo Traquina, instrumentalista dos meios de comunicação e por objetivarem atender a interesses políticos “estas teorias defendem a posição de que as notícias são distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam as notícias na projeção da sua visão do mundo, da sociedade, etc.” (TRAQUINA, 2005a, p. 163). Mais do que isso, acabam por reforçar as visões do poder dominante, devido ao poderio dos anunciantes e dos donos dos meios de comunicação.

As teorias construcionistas entendem as notícias como auxiliadoras na construção e na reconstrução da realidade, rejeitando, pois, as teorias que as veem como espelho do real, enxergando-as como histórias e narrativas marcadas pela cultura jornalística e pela cultura da sociedade, onde estão inseridas. As teorias interacionista e estruturalista, que surgem entre as décadas de 1960 e 1970, compartilham a visão da notícia enquanto construtora da realidade, apesar de divergirem em alguns pontos.

Para a teoria estruturalista, a notícia é um produto que é construído socialmente, sendo que os fatores que a influenciam são: a) organização burocrática dos media; b) a estrutura dos valores notícia; c) momento de construção da notícia através de mapas culturais (TRAQUINA, 2005a). Contudo, Sousa aponta que a notícia, a partir desta perspectiva, “reproduz a ideologia dominante e legitima o *status quo*” (2005, p. 5), sendo o principal fator determinante para isso, reduzindo, dessa maneira, a independência dos jornalistas das estruturas dominantes, o que acaba contribuindo para que o discurso ajude na edificação de uma sociedade normalizada em relação às estruturas dominantes.

Por fim, a última teoria apresentada por Traquina é denominada interacionista. Assim como os estruturalistas, rejeita a notícia como espelho da realidade por compreender que a notícia ajuda na construção de uma nova realidade, além de ser impossível constituir uma linguagem neutra que apreenda o acontecimento de modo totalmente fidedigno. A compreensão acontece, então, a partir de seu processo de produção, isto é, a transformação dos acontecimentos em notícias. Mais do que isso, apreende o campo de formação do texto jornalístico composto por diversos atores sociais, que estão em constante negociação. O fator tempo e o fator espaço são aqueles que devem ser dominados pelas organizações jornalísticas para que haja a produção da notícia.

Traquina (1999) afirma que o tempo está relacionado à obrigação de cumprir horas de fechamento, sendo que a melhor forma de organizá-lo seria planejar os acontecimentos futuros.

Já com relação ao espaço, o autor cita três fatores que influenciam na apreensão dos acontecimentos: a) o espaço geográfico; b) especialização organizacional; e c) especialização temática. As três divisões contribuem para que alguns acontecimentos sejam noticiáveis e outros não, o que acaba privilegiando alguns temas e regiões em detrimento de outras.

Assim sendo, observa-se a dualidade entre o fato de a mídia não apresentar notícias ou coberturas locais e internacionais na mesma escala por conta da questão espacial, mas, ainda assim, querer passar ao leitor a percepção de totalidade (MOUILLAUD, 2012). Esse fator pode ser comprovado pela observação da divisão de um jornal impresso em categorias: a cada seção, o leitor é levado a acreditar que está apreendendo tudo que *precisa* e *quer* saber sobre determinado assunto, seja relacionado à economia, política, esporte ou cultura.

Nas sociedades em que a dispersão das terras, assim como a heterogeneidade dos status, das profissões e das culturas faz com que não possa haver, entre as experiências, continuidade orgânica, a mídia é a tela onde uma comunidade se recompõe a partir do compartilhar dos acontecimentos (MOUILLAUD, 2012, p. 88).

Ainda no âmbito do jornalismo impresso, Bertolli Filho define-o como “(...) produto midiático gerado em série que obedece a um modelo (título, tipo de letras, disposição das matérias, cadernos, etc) que lhe serve de referência e lhe confere uma identidade (...)” (2012, p. 32). Ainda segundo o autor, sua produção em série possibilita configurá-lo enquanto uma coleção dos fatos, um catálogo de “tudo que ocorre no mundo”, o que permite que o produto seja consultado sempre que necessário. Outro elemento na definição do jornal impresso apontado pelo autor é a sua multiplicidade de vozes (BERTOLLI FILHO, 2012). Dentro de um mesmo jornal há disputa de narrativas de maneira recorrente, o que permite observar a não linearidade nos enunciados veiculados ao apresentar os fatos por múltiplos enquadramentos.

Além dos dois fatores discutidos anteriormente, Traquina (2005a) aponta outros determinantes na produção da notícia para a teoria interacionista. O acesso ao campo jornalístico é um deles, sendo classificado em três tipos. O acesso habitual, quando um grupo ou um indivíduo e a atividade jornalística tem interesses comuns, sendo que tais acontecimentos viram notícias (uma fala do presidente é considerada importante e, dificilmente, não virará notícia); o acesso disruptivo, quando um grupo ou um indivíduo tem que entrar em conflito com o fluxo de produção jornalística para que seus acontecimentos virem notícias (são os acontecimentos conhecidos como anti-rotina); e o acesso direto, dependente exclusivamente daquilo que o jornalista determina que deve ser reportado ou desenvolvido enquanto trabalho jornalístico.

Outro tópico é a relação entre jornalista e a fonte de informação. Isso porque, para a corrente interacionista, a rotina do trabalho leva a legitimação de algumas visões predominantes pela relação entre fontes e jornalistas, principalmente com as fontes oficiais, que são favorecidas no processo de produção das notícias (TRAQUINA, 1999). O jornalista pode privilegiar a fonte em detrimento da sociedade devido a essa interdependência. Pelo fato de as fontes serem interessadas (isto é, elas também possuem proveitos no âmbito de seus acontecimentos virarem notícias) é preciso, primeiramente, comprovar a sua credibilidade, cultivá-la e não deixar que tais fontes tenham o poder de definir as situações. O conhecimento da rotina e a relação com os jornalistas contribui também para que a fonte conheça a rotina de produção jornalística e entenda o *modus operandi* das organizações e da prática em si para que seus interesses aí prevaleçam.

Assim como a teoria estruturalista, os interacionistas também apontam para o jornalismo enquanto legitimador de estruturas dominantes, porém “(...) seria mais correto afirmar que o jornalismo é um Quarto Poder que defende sobretudo o *status quo*, mas periodicamente realiza o seu potencial de contrapoder” (TRAQUINA, 2005a, p. 201). Desse modo, os indivíduos ou grupos com menos recursos tem dificuldade em ver seus acontecimentos estamparem as capas de jornais ou o noticiário televisivo. Até mesmo os critérios de noticiabilidade (pontos essenciais na constituição do que é notícia), partem de pressupostos normatizantes da sociedade que acabam, por conseguinte, em reforçar estruturas dominantes.

A produção da notícia é permeada, dessa maneira, não só pela interação entre fontes e jornalistas, mas também pela interação dos próprios jornalistas enquanto membros de uma comunidade (TRAQUINA, 2005a). Essa interação estaria relacionada ao compartilhamento de saberes que determinam a práxis e com a troca de experiências, o que gera um elo entre os membros desta comunidade.

1.2.2 A notícia como construção da realidade

Entre as muitas teorias que buscam compreender “porque as notícias são como são”, é possível observar que o principal paradigma estabelecido entre tais teses é aquele que compreende notícia, enquanto espelho da realidade, em oposição a compreensão da notícia, enquanto agente de construção da realidade. Dentro de cada uma dessas concepções reside o papel do jornalista diante do acontecimento. A primeira teoria acredita que o profissional deve observar o acontecimento enquanto espectador, quase como mediador entre o fato e o público, de modo a relatar fielmente a realidade que a ele (o jornalista) se apresenta; já a segunda

concepção crê que o jornalista não possui um papel passivo na produção da notícia, mas sim um papel participante no processo de construção da realidade.

Essa construção se dá, primeiramente, porque a notícia, enquanto narrativa, elabora significados a partir dos acontecimentos (MOTTA, 2012). Ou seja, o jornalista apreende a realidade, ou melhor, uma versão da realidade e, posteriormente, produz a notícia que, após sua publicação, passará a significar enquanto uma nova realidade. Desse modo, notícia e fato mantêm entre si uma relação interdependente: onde sem o fato, a notícia não existiria, e é somente através da notícia que o fato passa a significar.

A notícia se torna elemento constitutivo no processo de significação do mundo por parte de seus receptores. Conforme aponta Gadini, “a realidade presentifica-se, projeta-se e se constrói (ou é construída) pelos discursos. O mesmo ocorre com o jornalismo, na medida em que opera uma série de elementos e relações que interagem, direta ou indiretamente, na vida das pessoas” (2007, p. 85).

Tanto é evidente a relação entre fato e notícia que, ao ser publicada, questionamentos ou críticas a respeito da forma como é relatado o acontecimento podem existir, mas não se questiona se o fato realmente ocorreu. O fato é criado através da notícia e sua existência não é posta em dúvida. O acordo entre jornalista e leitor é determinante para isso, uma vez que o leitor acredita que o jornalista não ultrapassará as fronteiras entre o real e o ficcional.

A partir dessa relação, a notícia opera de maneira a refutar ou confirmar visões de mundo do seu leitor. Daí o processo negocial da acepção do conteúdo veiculado pelo jornal por parte de seus consumidores; para que isso ocorra, ela precisa estar localizada em determinado contexto social, histórico e cultural que faça com que o acontecimento seja inteligível pelo leitor, tornando possível o diálogo entre visões e conceitos; “assim, o discurso jornalístico configura e se constitui em uma forma possível de compreensão, e conseqüentemente, de construção da realidade (social) cotidiana” (GADINI, 2007, p. 85).

Antes de abordar as consequências da realidade construída pela notícia, é necessário entender os fatores que compõe o espaço entre o acontecimento e a publicação do texto jornalístico. Entre o acontecimento em si e a publicação da notícia no jornal, que passa a constituir um novo sentido, existe uma série de elementos que compõe o texto enquanto produto jornalístico. Mesmo se tratando de um índice do real, a notícia revela as escolhas discursivas do jornalista que não acontecem de modo autônomo, sendo essa orientação determinada

(...) pela aparência que a realidade assume para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas. As narrativas são elaboradas

através de metáforas, exemplos, frases feitas e imagens, ou seja, símbolos de condensação (TRAQUINA, 1999, p. 169).

Tempo e espaço são essenciais na compreensão da realidade constituída pela notícia. O tempo é determinante na rotina e a administração do mesmo é essencial para conseguir “fechar” as horas de trabalho na redação. Os acontecimentos podem ser caracterizados enquanto de rotina ou anti-rotina; este diz respeito ao inesperado e aquele menciona os acontecimentos esperados e organizados para produção do texto noticioso. O espaço territorial é também definidor do que se torna notícia, porquanto exista uma concentração de empresas em determinados lugares, o que acaba privilegiando realidades em detrimento de outras.

Assim sendo, a notícia se constitui em um índice da qual realidade está sendo relatada em seu texto, além de evidenciar qual está sendo deixada de fora do espectro de produção. Ressalta-se que no discurso jornalístico, há um indício, uma vez que a própria notícia é responsável pela construção social da realidade, de modo que “(...) ao mesmo tempo em que protagoniza diversos acontecimentos no mundo real, o sujeito também é o receptor e ressignifica estes fatos produzidos pelos veículos de comunicação, o que possibilita a caracterização da notícia enquanto uma construção social” (GAMA; DADALTO, 2009, p. 3).

A utilização de estruturas pré-determinadas para que o leitor compreenda o texto é utilizada pelos jornais para construir os acontecimentos. Segundo Mouillaud, os assuntos estão organizados como “sequências de ação pré-construídos e, em seguida, pré escritas para o jornalista e pré legíveis para o leitor” (2012, p. 92). Desse modo, os desastres naturais, acidentes e assaltos, “funcionam como matrizes para a escrita de cada uma de suas ocorrências” (MOUILLAUD, 2012, p. 92) A notícia contribui ativamente para a construção da realidade, mas para que o texto jornalístico passe a significar depois de posto em circulação é preciso que o jornalista também recorra a estruturas organizadas e já conhecidas pelo público; em última instância, o público precisa identificar e entender tal notícia.

Dentro de um grande volume de matéria-prima (os acontecimentos), o jornalista deve selecionar aqueles que são cabíveis de se tornarem noticiáveis; porém essa seleção não acontece de maneira aleatória, o que aponta para duas questões. A primeira delas é que a escolha da notícia depende de inúmeros fatores, sejam eles do nível individual ou organizacional; sejam eles orientados pelos valores-notícia ou na política editorial do jornal; sejam eles relacionados com o fator tempo e espaço. Berger diz que o que é publicado está relacionado com “(...) o que há de novo no mundo que ‘caiba’ no meu jornal, que ‘caiba’ nas concepções culturais dos leitores e, ‘caiba’ no investimento dos que anunciam suas mercadorias” (2012, p. 715).

O segundo ponto é que, ao selecionar os fatos que são noticiáveis, o jornalismo contribui nas definições daquilo que é relevante em cada contexto histórico. Não se acredita que o jornalismo seja a única instituição com essa capacidade; mas sua importância em determinar quais assuntos são significativos deve ser observada pela capacidade em construir ou divulgar imagens que alicerçam o imaginário social.

Ultrapassando uma visão funcionalista dos meios de comunicação e não atribuindo à mídia um poder alienante, como apontado pela teoria crítica, esse estudo acredita que o jornalismo não atua de forma unilateral e onipotente na construção das concepções dos leitores; o jornalismo está relacionado com a inserção daqueles assuntos que julga importante nas preocupações dos leitores e, sobretudo, na divulgação de representações que estão presentes na sociedade.

Desse modo, a notícia em circulação contribui para a constituição do fato, uma vez que mesmo sendo multideterminado, uma de suas facetas será privilegiada e, dotada de significação simbólica, isto é, passará a significar, de modo que a narrativa jornalística contribui para orientar a partir da captação do fato que constrói um significado. Como afirma Motta “(...) na notícia, o fato significa a notícia, que enquanto novo fato constrói seu próprio sentido, e a publicação cotidiana de notícias ajuda a construir as imagens culturais que edificam todas as sociedades” (2012, p. 713).

Na determinação da relevância de um acontecimento que está ligada a um sistema midiático que irá indicar o que é destacável em certos períodos temporais,

o jornalismo é um dos protagonistas essenciais em definir o que é relevante em cada momento – o agendamento e o *framing* são, justamente, processos em que se fazem sobressair *issues*, temas – e quais os esquemas interpretativos que se podem aplicar a esses temas considerados relevantes (CORREIA, 2009, p. 13).

Válido ressaltar que o jornalismo não irá alienar ou impor conceitos aos leitores ou espectadores; teorias como a do agendamento apontam que o jornalismo irá produzir os assuntos que são mais importantes em determinados contextos históricos e sociais, atendendo ou se virando ora para as demandas do poder dominante, ora para atuar frente a essa realidade, enquanto contrapoder.

O agendamento trata de uma hipótese que leva em conta a influência que sofremos a partir da mídia “não a curto, mas a médio e longo prazos, não nos impondo determinados conceitos, mas incluindo em nossas preocupações certos temas que, de outro modo, não

chegariam a nosso conhecimento e, muito menos, tornar-se-iam temas de nossa agenda” (HOHLFELDT, 2001, p. 193).

Dentro do contexto desta pesquisa, a compreensão da agenda midiática também colabora nas análises que são realizadas. A “Parada do Orgulho LGBT de São Paulo” enquanto evento midiático faz com que a imprensa – em nosso caso, especificamente, um jornal de grande circulação, como a *Folha de S. Paulo* – noticie assuntos não só relacionados ao evento em si, mas outros assuntos que tangenciem os LGBTs³.

O evento “parada” deve ser encarado como uma tentativa de organizações e indivíduos em tornar o acontecimento visível para a agenda da mídia, de modo que outros temas correlatos também sejam abordados. A análise dessas temáticas, que não falam simplesmente ou majoritariamente do acontecimento, indicam qual a identidade que está sendo imputada a esses sujeitos no período do evento, onde o assunto está em evidência em toda a mídia. Em última instância, o evento traz visibilidade, é um chamariz noticioso. Mas, sobretudo, a partir deste evento temos matizes indicativas, através das notícias sobre o acontecimento e seus conteúdos correlatos, de qual é a identidade que está sendo atribuída a esses indivíduos.

Dentro da definição de quais fatores são noticiáveis, um dos valores partilhados pelos profissionais jornalistas que é decisivo no processo produtivo são os critérios de noticiabilidade. Mais do que isso, os critérios são fundamentais na definição do conceito de notícia, além de indicarem porque as notícias funcionam e se estruturam da maneira como o fazem.

1.2.3 Os critérios de noticiabilidade

Há entre jornalistas e leitores um acordo implícito, onde o profissional se compromete a não ultrapassar o limite entre o real e o ficcional em seu relato, de modo que seu texto é visto como um índice do real. Porém, o texto jornalístico não funciona como um espelho da realidade. A notícia é uma versão de um fato, uma vez que um acontecimento é multideterminado e, como foi mostrado até aqui, vários são os fatores que influenciam na determinação dos sentidos que tornam um acontecimento noticiável, pois “(...) para ganhar atributo de notícia, um fato deve passar por uma negociação que envolve o próprio acontecimento e seus atributos e algumas exigências decorrentes do trabalho jornalístico” (MOTTA, 2012, p. 703).

Os critérios de noticiabilidade encaixam-se nessas exigências que determinariam se um acontecimento é noticiável ou não. A importância desses valores na elaboração da notícia está

³ A explicação da utilização da sigla LGBT, ou de outras nomenclaturas que determinem identidades não normativas, aparece no segundo capítulo desta pesquisa.

no fato de servirem como instruções, tanto na seleção, quanto na apresentação dos acontecimentos, funcionando como um componente essencial na definição do que é notícia (MOTTA, 2012). Segundo Traquina,

(...) os critérios de noticiabilidade são um conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (TRAQUINA, 2005b, p. 63).

Mesmo a configuração estrutural e textual da notícia sendo modificada com o decorrer dos anos, nota-se que a mudança no conteúdo noticioso se deve ao processo crescente de urbanização e industrialização, no Brasil, especificamente, no período da virada do século XIX para o século XX. Contudo, o desenvolvimento do jornalismo aqui aconteceu tardiamente se comparado aos Estados Unidos e aos países da Europa. Como diz Traquina (2005b), há pouca variação nos principais valores-notícias com o passar do tempo. Esses critérios seriam “o extraordinário, o insólito (‘o homem que morde o cão’), o atual, a figura proeminente, o ilegal, as guerras, a calamidade e a morte” (TRAQUINA, 2005b, p. 63). Não obstante, os critérios fundamentais passam a ser adaptados para as realidades presentes, bem como há novas classificações que inserem outros valores e se configuram em critério de avaliação na publicação de um acontecimento.

Ressalta-se que outros autores, como Wolf (1987), Galtung e Ruge (1965/1993), Ericson, Baranek e Chan (1987) também apresentam conceitos e classificações dos valores-notícias; todavia, opta-se em utilizar os critérios de Traquina, que serão discutidos adiante.

A classificação proposta por Traquina tem semelhanças com a proposta de Wolf (1987), já que os critérios são divididos em duas categorias, conforme o seguinte quadro.

Tabela 1: Divisão dos valores-notícias.

Valores	Subdivisão	Definição
Valores de seleção	1. Critérios substantivos; 2. Critérios contextuais.	Estão relacionados com os critérios que levam um jornalista a escolher um fato em detrimento de outro para ser noticiável.
Valores de construção	Não há.	Estão relacionados com a construção do acontecimento enquanto notícia,

		realçando alguns aspectos em detrimento de outros.
--	--	--

Fonte: elaborado pelo autor, segundo Traquina (2005b).

Partindo do primeiro valor (seleção) e de sua primeira subdivisão, os critérios substantivos estão relacionados com os fatores que determinam diretamente se um acontecimento é ou não noticiável. Enquanto os critérios contextuais estarão, como o próprio nome diz, abordando os aspectos que dizem respeito ao contexto de produção da notícia. Os valores de construção não possuem subdivisões e, como já dito, abordam o que deve ser evidenciado, e o que não deve ser, na construção de um fato em texto jornalístico. Na tabela a seguir, os critérios estão apresentados de acordo com suas subdivisões.

Tabela 2: Divisão dos critérios e especificação dos valores-notícias.

Valores	Crítérios	Valores-notícia
Seleção	Substantivos	Morte Notoriedade Proximidade Relevância Novidade Tempo Notabilidade Inesperado Conflito Infração
	Contextuais	Disponibilidade Equilíbrio Visualidade Concorrência Dia noticioso
Construção		Simplificação Amplificação Relevância Personalização Dramatização Consonância

Fonte: elaborado pelo autor, segundo Traquina (2005b)

Apreendidos e apresentados aqui quais seriam os fatores que definem se um acontecimento é ou não notícia, algumas considerações devem ser feitas. A primeira delas é que os valores-notícia direcionam a prática jornalística para que ocorra do modo mais objetivo possível, o que tem como consequência a construção de uma sociedade consensual dentro do

texto noticioso. Já se argumentou a compreensão da notícia enquanto produto cultural e que, até certo ponto, funcione como legitimadora de estruturas dominantes. Se a notícia está inserida em um contexto, muitos dos valores e imagens dominantes podem ser captadas dentro do discurso jornalístico. Criando-se o consenso, aquilo que está à margem é excluído. A visão de uma sociedade consensual “(...) nega quaisquer discrepâncias estruturais mais importantes entre grupos diferentes, ou entre os próprios mapas diferentes do significado numa sociedade, e ganha assim significado político” (TRAQUINA, 2005b, p. 86).

Observa-se também que não há uma distribuição igualitária dos valores-notícias. Obviamente quanto mais valores apresentados, maiores as chances do fato vir a ser noticiado. Contudo, um fato pode ter uma concentração em excesso de algum dos valores e, ao mesmo tempo, a ausência da maioria dos outros valores, e ainda se tornar noticiável. A notoriedade é um exemplo dessa “sobrecarga” em um dos valores, o que o torna mais propenso a ser noticiável. Por exemplo, grande parte da rotina de um presidente é considerada relevante e, portanto, cabível de se tornar notícia, ainda que tal fato possa ser apenas mais uma atividade contumaz de agenda presidencial.

Outra consideração é que, mesmo com a tentativa de organização do fator tempo dentro da rotina jornalística, com a previsibilidade de acontecimentos futuros que possam ser pré-determinados, ainda assim o fator inesperado, isto é, aqueles acontecimentos que quebram a rotina e que, de certa maneira, representem descontinuidades, tendem a ser mais noticiáveis.

A questão da consonância também é discutível, uma vez que o jornalismo ao produzir seu discurso detém um saber narrar que utiliza “velhos modelos” para encaixar novas histórias. A novidade é colocada em um “esqueleto pronto” e disseminado no texto noticioso. Isso contribui para que o espectador identifique ou faça associações entre a nova história com algum acontecimento passado semelhante, sendo que tais processos contribuem para a assimilação da notícia, uma vez que “a qualidade mítica das notícias deriva da sensação de termos escrito ou lido as mesmas histórias repetidas vezes” (MOTTA, 2012, p. 711).

Portanto, a exposição aqui realizada sobre os critérios de noticiabilidade demonstram que, ao rotinizar os acontecimentos e utilizar-se de narrativas míticas que reforçam histórias e conceitos que já conhecemos, a narrativa jornalística contribui para o privilégio de acontecimentos e vozes com base no que tais critérios determinam. Ainda que por vezes ocorram questionamentos do consensual, é relevante observar de que maneira o texto noticioso indica a realidade a qual se refere, ao descontextualizar tal acontecimento de sua realidade empírica e o reorganizá-lo em outra dinâmica, isto é, quando passa a circular midiaticamente e ser consumido.

1.2.4 A questão dos gêneros jornalísticos

A diversificação do texto jornalístico, como explicitado anteriormente, aconteceu como uma tentativa de enfrentar novos meios de comunicação durante o século XX. Mais do que isso, a separação entre fatos e opiniões na busca pela objetividade como prática profissional também é elemento que embasa as classificações propostas dos textos jornalísticos. Aqui, opta-se por utilizar a definição de notícia indicada por Sousa como

(...) um artefato linguístico que representa determinados aspectos da realidade, resulta de um processo de construção onde interagem fatores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico, é difundida por meios jornalísticos e comporta informação com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sociocultural, embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia (SOUSA, 2005, p. 3).

Embora aqui utilizemos a notícia de modo genérico para se referir a qualquer texto jornalístico, considera-se de importância explicar como são as classificações e divisões dos textos jornalísticos, uma vez que ao consultar, por exemplo, o manual de redação da *Folha de S. Paulo*, o jornal articula alguns apontamentos e também indica a separação entre os fatos e opiniões. Além de apontar a diversificação do texto jornalístico, essa divisão indica a necessidade de separação entre os fatos e opiniões com o objetivo de atingir a imparcialidade e a objetividade nos textos informativos, em contrapartida aos textos opinativos.

Alguns são os autores que se ocupam em estudar e propor classificações acerca dos gêneros jornalísticos, como Beltrão (1980) e Chaparro (1998). Contudo, uma das classificações mais difundidas é a denominada “Classificação Marques de Melo”, proposta por José Marques de Melo entre os anos de 2002 e 2007. Não se objetiva aqui descrever ou traçar um percurso histórico a respeito das proposições teóricas sobre gêneros e, nesse caso, especificamente, a respeito dos gêneros jornalísticos, mas sim compreender quais gêneros e formatos existem. Assim sendo, segundo Melo e Assis:

(...) gênero jornalístico é a classe de unidades da Comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas e respectivas espécies de transmissão e recuperação oportuna de informações da atualidade, por meio de suportes mecânicos ou eletrônicos (aqui referidos como mídia), potencialmente habilitados para atingir audiências anônimas, vastas e dispersa (MELO; ASSIS, 2016, p. 49).

Com os avanços nos estudos sobre os gêneros jornalísticos que vão ao encontro com os avanços na práxis jornalística, em um primeiro momento, Melo (1985), propõe que no jornalismo brasileiro dois são os gêneros predominantes: o opinativo e o informativo, uma vez que “o jornalismo articula-se, portanto, em função de dois núcleos de interesse: a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que passa)” (MELO, 1985, p. 47). A exclusão de outras categorias (denominadas, então, como diversional e interpretativo) acontece por não encontrar “ancoragem na práxis jornalística observada no país” (MELO, 1985, p. 48).

Contudo, em suas proposições recentes⁴, o autor apresenta cinco gêneros jornalísticos: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário, sendo os três últimos legitimados no século XX, como resultado de demandas sociais, e os dois primeiros considerados hegemônicos (MELO; ASSIS, 2016, p. 50). Existem discussões e incongruências a respeito das classificações e, sobretudo, com a própria concepção dos gêneros jornalísticos e, como questionamentos como este levantado pelo autor: até que ponto o jornalismo informativo “informa” e o jornalismo opinativo “opina”? Alguns são os fatores que devem ser levados em conta na compreensão desses apontamentos.

É necessário ir ao cerne da questão, ou seja, à prática. A leitura correta e coerente das formas de expressão jornalística – independentemente da finalidade – só se torna possível com a apreensão do processo, dos bastidores, dos antecedentes. Se não, corre-se o perigo de se deixar levar apenas pela entonação ou pela aparente intenção de um texto (MELO; ASSIS, 2016, p. 51).

O formato jornalístico está dentro dos gêneros citados anteriormente e caracteriza-se pela “construção da informação transmitida pela Mídia, por meio do qual a mensagem da atualidade preenche funções sociais legitimadas pela conjuntura histórica em cada sociedade nacional” (MELO; ASSIS, 2016, p. 50). Ainda segundo os autores, os gêneros são definidos por duas características básicas: a sua capacidade em agrupar formatos diferentes e sua função social.⁵

O gênero informativo tem como função a vigilância social; responsável por reproduzir o real, isto é, “descrevê-lo jornalisticamente a partir de dois parâmetros: o atual e o novo. (...) temos a observação da realidade e a descrição daquilo que é apreensível à instituição jornalística” (MELO, 1985, p. 47).

⁴ Apresentadas em artigo denominado “Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório” (MELO; ASSIS, 2016) e sintetizadas também por Lailton Alves da Costa (2010).

⁵ Função social em relação à perspectiva funcionalista, onde “os meios operam para atender as demandas originadas no contexto da sociedade” (MELO; ASSIS, 2016, p. 50).

Já no eixo opinativo, a função é caracterizar-se enquanto fórum de ideias; responsável por ler o real, isto é, “identificar o valor do atual e do novo na conjuntura que nutre e transforma os processos jornalísticos (...) temos a análise da realidade e a sua avaliação possível dentro dos padrões que dão fisionomia à instituição jornalística” (MELO, 1985, p. 47). Mesmo a divisão entre o gênero informativo e o gênero opinativo sendo criticada por conta do “processo de interpretação da realidade resulte em critérios, mesmo que subjetivos de seleção do que será notícia e encerre a opinião do selecionador (COSTA, 2010, p. 56), no que diz respeito ao jornal, o gênero opinativo é legitimado e, portanto, de fácil identificação.

No caso do gênero interpretativo, a função é educativa e esclarecedora. Era enquadrado por Melo dentro do gênero informativo, mas em seus estudos recentes, segundo Costa (2010, p. 66), passou a considerar como outro gênero, devido ao desenvolvimento da reportagem. É definido como um modo de aprofundar a informação.

O gênero diversional teria já a função de distração, lazer. Mas como aponta Costa: “está relacionado ao gênero jornalístico originalmente associado ao *New Journalism*” (2010, p. 72), mais conhecido no Brasil como jornalismo literário. Por fim, o utilitário apresenta a função de auxiliar nas tomadas de decisão da vida cotidiana, sendo caracterizado pela prestação de serviço ao leitor.

O apontamento de tais gêneros e categorias contribui também para a compreensão da diversidade textual jornalística. Apresentar o texto jornalístico a partir de uma perspectiva diversa evidencia a complexidade da produção de sentido na notícia – ou em qualquer outro formato apresentado.

1.2.5 Manuais de Redação: o que a *Folha de S. Paulo* entende como notícia

Os manuais de redação têm seu surgimento deflagrado nos Estados Unidos e chegam à imprensa brasileira, de fato, na década de 1950. Como aponta Melo (2003), além do lead, o primeiro jornal a implementar o manual de redação é o *Diário Carioca*. Em linhas gerais, o objetivo de um manual de redação é buscar a padronização (um elemento indispensável ao jornalismo) e orientar procedimentos comportamentais e ideológicos (CAPRINO, 2002).

A *Folha de S. Paulo* lança em 1984 a primeira versão de seu manual – que é editado e reeditado até hoje – “levando pela primeira vez ao grande público as normas de redação e linha editorial de um jornal” (CAPRINO, p. 52, 2002). Contudo, a padronização não acontece apenas em 1984; já havia texto normativo na redação que visava apresentar regras aos jornalistas a respeito das publicações no final da década de 1950.

Depois de publicado a primeira vez em 1984 e reeditado em 1987, no ano de 1992 é lançada a terceira edição, nomeada *Novo Manual da Redação*, assumindo um caráter mais enciclopédico e com normas mais flexíveis em comparação aos manuais anteriores (CAPRINO, 2002). O projeto gráfico editorial do jornal muda e, por consequência, o manual também deveria mudar; portanto, em 2001 é lançada a quarta edição do material, completamente reeditado e adaptado a uma nova realidade da empresa.

A terceira edição (1992) e a quarta edição (2001) servirão como base para compreensão de dois aspectos desta pesquisa: primeiro, o jornal entendido em relação aos fatores que definem o que é a notícia e segundo, as informações que orientem a respeito da abordagem dos temas relacionados à sexualidade. O primeiro levantamento será destrinchado ainda neste tópico, enquanto o segundo, será abordado em capítulo posterior. Válido mencionar que a escolha dessas duas datas acontece por coincidirem com as datas das referências utilizadas para análise dos textos jornalísticos e objetos desta pesquisa.

• **Manual da Redação – Edição 1992**

A terceira edição do *Manual de Redação da Folha* apresenta seu conteúdo distribuído em mais de 300 páginas e possui um caráter enciclopédico, demonstrado pela grande quantidade de verbetes em seu glossário. O primeiro aspecto a ser destacado dentro da publicação é a definição daqueles fatores considerados determinantes na explicação da importância de uma notícia (os critérios de noticiabilidade), aos quais são parâmetros utilizados pela cultura editorial do jornal. De acordo com o manual, esses são os valores notícia do jornal dentro da edição em questão:

- a) Ineditismo** (a notícia inédita é mais importante do que a já publicada);
- b) Improbabilidade** (a notícia menos provável é mais importante do que a esperada);
- c) Interesse** (quanto mais pessoas possam ter sua vida afetada pela notícia, mais importante ela é);
- d) Apelo** (quanto maior a curiosidade que a notícia possa despertar, mais importante ela é);
- e) Empatia** (quanto mais pessoas puderem se identificar com o personagem e a situação da notícia, mais importante ela é) (FOLHA DE S. PAULO, 1992, p. 35, *grifos nossos*).

A definição de notícia perpassa por um quadro relacionado ao formato jornalístico em detrimento da elaboração de um panorama de formulações teóricas a respeito do tema, visto que o *Manual* busca auxiliar a prática jornalística e não é voltado para debates teóricos. Segundo o livro, a notícia é

Puro registro dos fatos, sem opinião. A exatidão é o elemento-chave da notícia, mas vários fatos descritos com exatidão podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir ou inserir uma informação no texto pode alterar o significado da notícia. Não use desses expedientes. (FOLHA DE S. PAULO, 1992, p. 38)

Com relação aos gêneros, o manual em questão não faz uma divisão clara entre os formatos e muito menos conceitua os gêneros (seja da forma apresentada anteriormente, ou somente até as divisões hegemônicas entre jornalismo informativo e opinativo). O único gênero conceituado dentro do manual é o “jornalismo analítico/opinativo” (conforme nomeia o próprio livro):

Os fatos contemporâneos cada vez mais exigem a análise do noticiário. A análise dá ao leitor a oportunidade de se aprofundar nos eventos, questões ou tendências. A análise do noticiário não deve ser confundida com a opinião ou o comentário, que devem estar circunscritos às colunas e aos artigos. A opinião é subjetiva e arbitrária e não precisa necessariamente comprovar o seu ponto de vista. Já a análise procura explicar o noticiário da maneira mais objetiva possível e envolve uma série de procedimentos (FOLHA DE S. PAULO, 1992, p. 38).

O texto também apresenta separado um tópico para o verbete “Opinião”:

O jornalista deve se abster de opinar ou emitir juízos de valor ao relatar um fato ou redigir uma notícia. O jornalismo crítico não depende da opinião de quem escreve: o simples registro ou confronto de dados, informações e opiniões alheias pode ser muito mais contundente que a opinião de um jornalista. Quando uma notícia envolve opiniões divergentes, o jornalista tem obrigação de relatar essas diversas versões ao leitor. Isso não significa que o jornalista não possa ou não deva opinar em certas circunstâncias. A qualidade do jornal também depende das opiniões de jornalistas, críticos e colaboradores. Em regra, as opiniões do jornalista devem constar de texto à parte, e não permear o texto noticioso, embora aí se admitam análise e interpretação. Quanto mais fundamentada e sustentada por fatos e dados exatos e comprovados a opinião estiver, maior será sua credibilidade. Com exceção dos editoriais, textos de jornalistas que expressem opiniões devem ser assinados e editados em itálico (FOLHA DE S. PAULO, 1992, p. 97).

A leitura do *Manual* permite compreender que o jornal não tem preocupação em conceituar “notícia”, tomando referentes históricos que pudessem contribuir na construção do texto jornalístico da forma como é conhecido atualmente. Esse fato se deve a questão de o *Manual* ter por objetivo funcionar enquanto norma para as produções jornalísticas e não como alicerce teórico reflexivo a fim de reconstruir aspectos históricos do jornalismo e da notícia. Contudo, o jornal preocupa-se em definir para seus jornalistas os critérios de noticiabilidade – importante tópico que ajuda na compreensão do conceito de notícia adotado pelo periódico.

• **Manual da Redação – Edição de 2001**

A quarta reformulação no *Manual da Redação* acontece em 2001 e, segundo a publicação, é uma versão menos rígida que as edições anteriores. A preparação do novo manual acontece três anos antes de sua veiculação. Assim como a edição anterior, o manual preocupa-se em destacar os critérios de noticiabilidade:

Critérios elementares para definir a importância de uma notícia:

- 1) **Ineditismo** (a notícia inédita é mais importante do que a já publicada).
- 2) **Improbabilidade** (a notícia menos provável é mais importante do que a esperada).
- 3) **Interesse** (quanto mais pessoas possam ter sua vida afetada pela notícia, mais importante ela é).
- 4) **Apelo** (quanto maior a curiosidade que a notícia possa despertar, mais importante ela é).
- 5) **Empatia** (quanto mais pessoas puderem se identificar com o personagem e a situação da notícia, mais importante ela é).
- 6) **Proximidade** (quanto maior a proximidade geográfica entre o fato gerador da notícia e o leitor, mais importante ela é). (FOLHA DE S. PAULO, 2001, p. 43, *grifo nosso*).

Diferentemente da edição anterior, é possível observar no *Manual* de 2001 uma preocupação em definir e organizar os formatos dos gêneros jornalísticos em apenas um tópico, como um compilado. Bem como a edição anterior, não há definição de gêneros, apenas dos formatos.

Há diversos tipos de texto em jornalismo que podem ser agrupados em gêneros. A Folha comporta os seguintes:

- 1) análise: contém a interpretação do autor e é sempre assinada;
- 2) artigo: contém a opinião do autor e é sempre assinado;
- 3) editorial: expressa a opinião do jornal e nunca é assinado; deve ser enfático, equilibrado e informativo, apresentar a questão tratada e desenvolver os argumentos defendidos pelo jornal, ao mesmo tempo em que resume e refuta os contrários;
- 4) crítica: avalia trabalho artístico, acadêmico ou desempenho esportivo e é sempre assinada;
- 5) crônica: aborda assuntos do cotidiano de maneira mais literária do que jornalística e é sempre assinada;
- 6) "feature": apresenta a notícia em dimensões que vão além do seu caráter factual e imediato, em estilo mais criativo e menos formal; pode ser o perfil de um personagem ou uma história de interesse humano;
- 7) resenha: faz o resumo crítico de um livro e é sempre assinada;
- 8) notícia: relata a informação da maneira mais objetiva possível; raramente é assinada;
- 9) reportagem: traz informações mais detalhadas sobre notícias, interpretando os fatos; é assinada quando tem informação exclusiva ou se destaca pelo estilo ou pela análise. (FOLHA DE S. PAULO, 2001, p. 71)

A apresentação dos critérios de noticiabilidade contribui para a compreensão do que o jornal entende por notícia, apontando nessa edição um critério a mais do que na edição anterior: o critério de proximidade. Após apresentar essas observações, parte-se para o terceiro tópico, que tem como objetivo traçar conexões e diálogos entre a notícia apresentada até agora com os conceitos de identidade e representação. O objetivo, desse modo, é problematizar de quais maneiras o texto jornalístico determina identidades a partir de representações.

1.3 Jornalismo, representação e identidade

O terceiro tópico deste capítulo tem como objetivo discutir dois outros conceitos essenciais na construção da análise que será feita posteriormente: identidade e representação – e, mais do que isso, busca relacioná-los aos outros assuntos já discutidos – o jornalismo e a notícia. A vontade em estabelecer uma conexão entre os conceitos e as teorias descritas e agora também com as questões de representação e identidade, mais do que apenas entrelaçar conceitos, procuramos explicitar tais conexões em jogo com os processos jornalísticos. Uma vez que, neste primeiro capítulo, o conceito de identidade e sua participação dentro do âmbito da representação serem, para a perspectiva aqui desenvolvida, indissociáveis. Ao compreender a identidade e a representação enquanto conceitos que podem se estruturar de maneira integrada, aponta-se a cultura como elemento que permeia essa relação, uma vez que há necessidade de sentidos e construções compartilhados entre os sujeitos para que ocorram os processos identitários e a difusão de representações sociais.

Como reiterado anteriormente, não se coloca aqui a mídia enquanto sinônimo de onipotência na produção de identidades e normas que serão acatadas, porquanto possa existir resistência, ou em específico, *negociação*, por parte do receptor ao conteúdo que nela é veiculado. Contudo, ao analisar e apresentar tais modelos deve-se destacar as imagens que propagam dentro da sociedade. A mídia dissemina modelos identitários em relação aos quais ela participa da formulação, colocando em circulação representações já existentes que podem contribuir para constituição de identidades de seus receptores, sendo este um dos muitos outros crivos responsáveis pela construção constante da identidade.

Ademais, procura-se destacar o papel da notícia na formulação e veiculação de representações e, por consequência, de identidades. Compreendida enquanto construtora da realidade (e não como sinônimo de um espelho dos fatos), vários fatores (de nível individual, organizacional, cultural, etc.) serão responsáveis por toda a prática jornalística, resultando por

fim no texto noticioso. Através de suas narrativas, a notícia ajuda na divulgação de representações e identidades que podem ou não estar de acordo com discursos hegemônicos.

Isso reforça a ideia de que a cultura é um “contexto”, terreno no qual o jornalismo se estrutura e atua. O jornalismo cria, através da notícia (maneira pela qual adentra à sociedade), sentido e significado. O ato de representar está ligado à cultura através da compreensão de que indivíduos que fazem parte da mesma cultura compartilham sistemas de representação semelhantes, ou seja, conceitos parecidos compartilhados entre tais sujeitos.

1.3.1 Representação e identidade: caminhos comuns

Ao tratar do processo de constituição contínuo da identidade é necessário e, mais do que isso, indispensável abordar a ligação com os sistemas representacionais e simbólicos que são partes essenciais neste percurso. Isso acontece pois, ao estruturar a identidade em constante transformação e inacabada, a representação adentra o campo identitário, uma vez que é por meio dela que as identidades passam a existir, uma vez que “representar significa, neste caso, dizer: ‘essa é a identidade’, ‘a identidade é isso’” (SILVA, 2012, p. 91).

A identidade faz parte de esquemas de significação que serão partilhados socialmente permeados por relações de poder. Portanto, ao apresentar essa ligação é necessário posicioná-la a partir de perspectivas e abordagens que entendam o papel do poder nas estruturas representacionais e, depois, nos processos de produção de identidades.

A cultura é outro componente determinante deste elo. Citar apenas as relações de poder desvinculadas da cultura pode direcionar as compreensões para um terreno de interpretação que desconsidera modificações locais e históricas nas constituições de identidade e até nos campos representacionais, sem falar das lutas de movimentos sociais que, desde dos anos 60, passaram a questionar o viés estável e intrínseco das identidades e, por consequência, questionar as relações de poder existentes.

Portanto, consoante ao que diz Hall, “(...) em toda cultura há sempre uma grande diversidade de significados a respeito de qualquer tema e mais de uma maneira de representá-lo ou interpretá-lo” (2016, p. 20). Todavia, ainda que haja tal variedade de temas, indivíduos e identidades, há determinadas formas que são privilegiadas em detrimento de outras.

Neste contexto, Silva indica que “quem tem o poder de representar, tem o poder de definir e determinar a identidade” (2012, p. 91). Essa afirmação traz consigo dois pontos que necessitam ser discutidos. O primeiro deles é que as identidades dependem dos sistemas representacionais, já que a representação é um dos fatores que servem para compor as

identidades continuamente. O segundo ponto é que nem todas as identidades podem⁶ ser representadas, isto é, algumas identidades são favorecidas em construções simbólicas nos campos representacionais.

Uma instituição responsável pela representação, onde esses tópicos podem ser observados é o campo midiático, em concordância com os apontamentos Woodward, “a mídia nos diz como devemos ocupar uma posição-de-sujeito particular (...)” (2012, p. 17). A mídia, como constituinte da cultura, privilegia as representações já conhecidas e difundidas, apresentando como consequência a criação de um circuito que contribui para que algum dos termos das oposições binárias – essenciais para as identidades – seja valorizado, recebendo toda carga positiva, em detrimento do outro termo, que receberá toda a carga negativa.

A identidade, que está em processo de constante negociação, depende também (mas não só) das representações que a atravessam de modo contínuo. Por isso, há ênfase na importância das representações que são veiculadas e reforçadas na mídia, autorizando discursos e constituindo verdades. A questão de a mídia manipular representações já conhecidas pode estar relacionada a sua função de difusão, uma vez que é necessário se valer de temas, esquemas e discursos aos quais seus consumidores consigam, mais do que assimilar, se relacionar com o conteúdo veiculado. Aqui, destaca-se que a mídia não possui poder ou onipotência de fazer com que seu espectador aceite a totalidade de seu conteúdo veiculado; pelo contrário, as representações são questionadas, subvertidas e ressignificadas pelos receptores – daí destaca-se seu aspecto negocial. O jornalismo é um exemplo dessa utilização de esquemas e discursos já conhecidos para que haja maior difusão e identificação do seu discurso pelo seu produto, a notícia.

Um outro elemento que deve ser levado em conta para entender representação e identidade é a perspectiva pós-estruturalista de ambos os termos, que serão discutidos adiante. Contudo, quando se descrevem os caminhos comuns desses conceitos, ambos são constituídos como cambiantes, baseados de acordo com Silva (2012) e Hall (2016), na perspectiva de Jacques Derrida, na qual o significado “escapa”.

Partir da ideia de significados deslizantes é dizer que o sentido nunca é um dado natural, inquestionável e fixo, é resultado de uma estruturação cultural e social, dependendo de fatores históricos e contextuais, além de aspectos como o próprio código – a linguagem. Da mesma forma, “a identidade e a diferença são tão indeterminadas e instáveis quanto a linguagem da qual dependem” (SILVA, 2012, p. 80). O sentido é resultado de práticas que geram significados

⁶ O verbo “poder” aqui utilizado relaciona-se com a detenção de poder para que haja representação.

através da linguagem e, tal qual a linguagem, os esquemas de representação são significantes, resultantes dessas práticas.

As contribuições pós-estruturalistas e, em específico, dos Estudos Culturais, são determinantes nas postulações sobre identidade e representação, que serão aqui adotadas. A contestação da identidade na qualidade de inerente e formada de um núcleo essencial dentro do sujeito é fundamental no estabelecimento da conexão com a representação. Vista como vacilante e em construção contínua e inacabada, as identidades são elementos presentes nas representações e nas delimitações oriundas de procedimentos classificatórios, o que determinaria quem somos “nós” e quem são “eles”.

Permeadas pelos sistemas de poder, as práticas representacionais, por meio de classificações, contribuem para delimitar quais identidades estão dentro da norma e quais são vistas enquanto estranhas. A classificação é uma das maneiras pelas quais o poder atua; balizadas por tais limites, na qual identidades são catalogadas entre privilégios e estigmas.

O processo classificatório opera em direção ao Outro, que é deixado de fora; contudo, identidade e alteridade dependem uma da outra na sua constituição. Como resultado, a definição do Eu depende da concepção do Outro: há uma relação dialética entre identidade e diferença. Em virtude disto, ganham destaque os movimentos sociais e as figuras que buscam subverter e questionar as classificações e as oposições binárias que fundam e tentam fixar identidades.

1.3.2 O caminho conceitual da representação

De acordo com Silva (2012), o termo *representação* possui um longo percurso teórico e conceitual nas ciências humanas, uma vez que seus múltiplos significados permitem abordagens variadas. Segundo Freire Filho (2005), a definição do verbo foi ganhando novos usos com o passar do tempo; a princípio, fora utilizado como sinônimo de “apresentar novamente”; depois, no latim, foi usado no sentido de “ocupar o lugar”, substituir algo ao qual se referenciava. Nas teorias democráticas, faz referência ao papel representativo na delimitação dos poderes; além de designar sistemas significantes para fazer referência a alguém ou algum grupo mediante suas lutas simbólicas.

O último uso do verbo representar anteriormente descrito está, de modo estrito, ligado ao termo nos estudos de mídia, pelas chamadas representações midiáticas. A mídia, instituição responsável pela criação significativa por meio de textos, sons e imagens que *representam* indivíduos, instituições e grupos, é parte ativa e integrante das batalhas simbólicas.

O foco nas representações midiáticas nos permite avaliar, entre outros tópicos relevantes de que maneira gêneros e artefatos culturais funcionam tanto para forjar a aceitação do *status quo* e a dominação social como para habilitar e encorajar os estratos subordinados a resistir à opressão e a contestar ideologias e estruturas de poder conservadoras (FREIRE FILHO, 2005, p. 19).

O percurso histórico e conceitual da representação é trabalhado por Stuart Hall, articulado pelo autor a partir das teorias da representação e da ligação da representação com a linguagem, já que “representação diz respeito à produção de sentido pela linguagem” (HALL, 2016, p. 32). O elo entre ambos está na criação de sentido: a relação entre significado e significante produz o sentido que, por sua vez, está sujeito a outros componentes. Portanto, a depender de tais elementos, “(...) se o sentido é o resultado não de algo fixo na natureza, mas de nossas convenções sociais, culturais e linguísticas, então o sentido não pode nunca ser finalmente fixado” (HALL, 2016, p. 45). Dentre as teorias que buscam compreender a representação, dá-se a essa perspectiva descrita o nome de construtivista. Os construtivistas acreditam, dessa maneira, que as coisas por si só não significam; os sentidos são criados a partir dos sistemas representacionais para, assim, dar acepção a tudo.

A abordagem semiótica, uma das concepções posteriores e sequenciais ao construtivismo, que fornece modelos de análises representacionais centradas na linguagem (seja ela verbal e/ou visual) foi sendo questionada devido à ausência do sujeito nos processos representacionais. Já as abordagens que o trazem em conjunto ao poder para o centro dos estudos representacionais (caso de Michel Foucault) passam a assimilá-la “(...) como uma fonte para a produção do entendimento social – um sistema mais aberto, conectado de maneira mais íntima às práticas sociais e às questões de poder” (HALL, 2016, p. 78). Partindo da linguagem, de sua qualidade deslizando e de sua definição baseada, não só fatores históricos, culturais e sociais, mas também do resultado de sistemas de representação originadas do discurso e de relações de poder, tem-se de parâmetro a estruturação de uma ideia de representação que pode ser aplicada nos estudos comunicacionais, levando em consideração esses aspectos para as análises dos meios de comunicação.

Outro uso da representação nas ciências sociais e que, por muitas vezes, é aplicado em análises comunicacionais é a noção de representação social proposta por Moscovici (2007). Pautada no pensamento de sentido comum, a teoria das representações sociais pode relacionar-se a utilização de pensamentos, conceitos ou ideias já existentes dentro da sociedade e perpetuadas pelos *media*. Dessa maneira, as representações sociais

(...) entram para o mundo comum e cotidiano em que nós habitamos e discutimos com nossos amigos e colegas e circulam na mídia que lemos e olhamos. Em síntese, as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros (MOSCOVICI, 2007, p. 8).

Conforme ressalta Salazar, “las RS (representações sociais) son entendidas como modalidades del pensamiento de sentido común que se generan, permanecen y transforman mediante procesos comunicativos cotidianos y mediáticos”⁷ (2009, p. 15). Logo, há necessidade desses procedimentos de comunicação para criar, permanecer ou mudar tal categoria de representação disseminada dentro da sociedade ou em grupos específicos.

Captar as representações presentes em artefatos midiáticos demonstra quais representações sociais estão sendo geridas no imaginário social, pois para que seu discurso tenha maior difusão, é preciso se apropriar de estruturas – sejam construções discursivas ou imagéticas – não só de fácil reconhecimento do público, mas que permitam a identificação entre o conteúdo veiculado e o receptor que o consome. Os estereótipos⁸ podem ser uma das ferramentas para atingir esse objetivo.

Se asume que la comunicación, sustentada por un fondo sociocultural compartido, es el medio a través del cuál los actores sociales adquieren competencias prácticas que les permiten reducir incertidumbres, asimilar las innovaciones, hacer familiar lo extraño y moverse con naturalidad en el mundo⁹ (SALAZAR, 2009, p. 15).

Ainda que haja apreensão de representações sociais já circulantes, não existe apenas uma representação ou uma identidade atribuída a determinados estratos da sociedade. Portanto, tal campo é alvo de negociações e disputas para que haja permanência, alteração ou inserção de novas representações em determinadas áreas do saber. Mais do que a produção discursiva, é necessário também identificar “(...) como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é exigida a uns e outros” (FOUCAULT, 1988, p. 30). E conforme sintetiza Hall “(...) é importante notar que em certos

⁷ “As representações sociais são entendidas como modalidades do pensamento de sentido comum que se geram, permanecem e transformam mediante os processos cotidianos e midiáticos”. (SALAZAR, 2009, p. 15). Tradução do próprio pesquisador.

⁸ Segundo Hall, dizer que algo foi estereotipado é o mesmo que dizer que foi “reduzido a alguns fundamentos fixados pela natureza, a umas poucas características” (HALL, 2016, p. 173).

⁹ “Se assume que a comunicação, sustentada por um fundo sociocultural compartilhado, é o meio através do qual os atores sociais adquirem competência práticas que os permitem reduzir incertezas, assimilar inovações, fazer familiar o que é estranho e se mover com naturalidade no mundo” (SALAZAR, 2009, p. 15). Tradução do próprio pesquisador.

momentos históricos algumas pessoas têm mais poder para falar sobre determinados assuntos do que outras (...) (2016, p. 78)”.

1.3.3 A identidade enquanto processo

A ênfase nas questões identitárias nas últimas décadas tem origem nos descentramentos do sujeito discutidos por Hall na modernidade tardia – assim definida pelo autor, como acontecimentos ou mudanças de percepções posteriores à segunda metade do século XX, sendo que tais deslocamentos aconteceriam “(...) através de uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno” (HALL, 2006, p. 34).

Ainda discorrendo sobre o assunto, Hall (2006) assinala a concepção de três sujeitos que, por conseguinte, trariam consigo três concepções de identidade. Tais descentramentos ocorridos após a segunda metade do século passado tiveram como resultados, segundo o autor, o deslocamento final do sujeito cartesiano (um dos tipos apresentados) caracterizado como fixo e estável para uma figura contraditória, fragmentada e em constante construção.

O autor apresenta três concepções de identidade, vinculadas ao sujeito em três instâncias – a identidade do sujeito do Iluminismo; do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno. A primeira concepção trabalhada pelo autor diz respeito à noção de identidade atrelada ao sujeito do Iluminismo, centrado e detentor da razão, sendo seu cerne localizado em um núcleo interior que é inerente a ele desde seu nascimento, bem como se desenvolve com o passar do tempo; é descrito como masculino, sendo sua identidade concebida e criada desde seu nascimento em seu núcleo interior e desenvolvida de forma individualista com o decorrer da vida, isto é, uma concepção de identidade como algo intrínseco e sem maleabilidade.

A segunda concepção apresentada pelo autor diz respeito ao sujeito sociológico, concebido através das problemáticas ligadas à modernidade e que, diferentemente do sujeito do Iluminismo, sua identidade não é constituída de forma autônoma, mas sim em uma relação com outros indivíduos, que serão responsáveis pelo contato com outras identidades. O núcleo de essência do sujeito continua, porém é através dessa ligação entre o sujeito e a sociedade que a modificação pode ocorrer. A inovação dessa concepção é o estabelecimento de limites entre o mundo externo e o mundo interno e de que modo eles se relacionam na formação identitária. Mesmo caracterizando o indivíduo de modo interativo, essa visão tende à estabilidade, uma vez que as mudanças do núcleo central buscam ligar o sujeito à realidade que o cerca.

Por fim, a concepção de sujeito pós-moderno questiona as estabilidades e amarras do sujeito sociológico, colocando-as em cheque: aqui, ele é fragmentado e composto não por uma identidade, mas por várias, que podem inclusive estar em conflito. Hall afirma que

(...) as identidades não são nunca unificadas; que elas são na modernidade tardia cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que pode se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2012, p. 108).

Na visão fragmentada, a produção da identidade passa a ter mais relação com os sistemas culturais e representacionais que o rodeiam do que com a transmissão de legado – seja ele biológico ou cultural – que o determinaria. “(...) a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p. 13).

Ao encontro do que é apresentado anteriormente, Cuche (2008) desenvolve três concepções de identidade. A primeira delas compreende o indivíduo estável e determinado, sendo sua identidade uma herança e um dado. A segunda já o estrutura do mesmo modo, mas sua identidade seria vista não mais do que uma herança cultural. Já a terceira, traz a identidade etnocultural, essencial e fundamental para um sentimento de pertencimento e identificação com um grupo.

A identidade não é uma herança, uma vez que para tais ideais o indivíduo é estável e definido por características herdadas cultural ou biologicamente; em ambas as abordagens, mesmo com heranças de cunho diferente, o sujeito é compreendido de maneira unificada. Não monolítica, a identidade é multidimensional e, mesmo assim, não perde sua unidade; também é um processo de negociação constante e, por ser processo (inacabado sempre), também pode ser nomeada identificação (CUCHE, 2008).

Tais abordagens que defendem a identidade constituída dessa maneira apontam para o viés estrategista, que busca através de uma situação atingir um objetivo. Goffman diz que a depender da situação, o indivíduo pode apresentar-se de modo diferente: “(...) o papel que um indivíduo desempenha é talhado de acordo com os papéis desempenhados pelos outros presentes (...)” (1985, p. 9). Desse modo, “a construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas” (CUCHE, 2008, p. 182).

O autor propõe a identidade dialética em relação ao Outro, constituída em determinados contextos “(...) que determinam a posição dos agentes e por isso orientam suas representações

e suas escolhas” (CUCHE, 2008, p. 182). A constituição em oposição ao Outro, correlacionada com a diferença, é vista por alguns autores como característica intrínseca das identidades. Ambas não podem ser compreendidas isoladas e muito menos fora dos ambientes pelos quais adquirem significado: “a identidade, pois, não é o oposto da diferença; a identidade depende da diferença” (WOODWARD, 2012, p. 39).

A identificação e a diferenciação estão marcadas, desse modo, por dois pontos: as oposições binárias e os esquemas classificatórios. As oposições binárias são fundamentais para as identidades, embora seu questionamento esteja em evidência, pois as oposições binárias são um modo de atuação do poder e questionar tais oposições é indagar, na verdade, as relações de poder. Ao se valer desse artifício, opera-se um sistema classificatório e de exclusão que demarca fronteira entre nós e o Outro; aponta Woodward, “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social” (2012, p. 39). Ou seja, a identidade é construída tanto social quanto simbolicamente.

A afirmação de que os binarismos constituem as identidades tem sido questionada. Tal concepção sobre binarismos estruturantes vai ao encontro das proposições estruturalistas de Saussure, em sua lógica de oposição que embasa suas contribuições teóricas a respeito da linguagem; contudo, “Derrida questionou as visões estruturalistas de Saussure e Lévi-Strauss, sugerindo que o significado está presente como um traço; a relação entre significado e significante não é algo fixo” (WOODWARD, 2012, p. 53). Os binarismos estruturam as identidades e “questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno das quais elas se organizam” (SILVA, 2012, p. 83). A esse questionamento, acrescenta-se a discussão sobre a existência de uma crise na identidade, conforme discutido por Hall (2006).

Em virtude da classificação e oposição presentes na identificação e diferenciação, a identidade apresenta as distinções descritas por Cuche: ela está sempre em negociação entre a chamada autoidentidade, definida por si mesmo, e a hetero-identidade ou exo-identidade, definida pelo Outro. A predominância de uma ou da outra dependerá de fatores contextuais: “a autoidentidade terá maior ou menor legitimidade que a hetero-identidade, dependendo da situação relacional, isto é, em particular da relação de força entre os grupos de contato – que pode ser uma relação de forças simbólicas” (CUCHE, 2008, p. 184).

Desse modo, a identidade concebida por nós e a identidade imputada pelos outros (não só outros indivíduos, mas qualquer instituição dotada de poder para determinar discursos que serão tidos como sinônimo de verdade) estão ligadas ao poder de definição e delimitação. A

ação de impor uma identidade a alguém é carregada de poder simbólico, que envolve as relações em espaço hierárquico e não harmonioso. A compreensão da identidade também requer a compreensão da diferença, uma vez que a identificação não se limita ao demarcar e reivindicar aquilo que se é, mas ao se afirmar o que se é, nega-se aquilo que não se é.

Dependendo da situação e, sobretudo, em circunstâncias onde a dominação é determinante, a hetero-identidade é definida pela estigmatização dos grupos minoritários, sendo compreendida como identidade negativa (CUCHE, 2008). Segundo Goffman, “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem (...)” (1985, p. 13) e para Silva (2012), a normalidade é determinante do campo da identidade, estando permeada pelo poder, uma vez que ao normalizar, escolhe-se uma identidade que servirá de padrão, sendo a única aceitável, enquanto as outras são avaliadas pelos seus aspectos negativos.

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são analisadas e hierarquizadas (SILVA, 2012, p. 83).

Pelo fato de estar localizada em espaço hierarquizado, nem todos têm o mesmo poder para delimitar as identidades. Esse espaço é um esquema de classificação, onde operam inclusões e exclusões: o “nós” e “eles” definidores da identidade e diferença, onde o Eu se caracteriza por via da oposição com o Outro. O sistema classificatório dependerá, dessa maneira, das classificações edificadas em cada cultura, sendo que as fronteiras estabelecidas em cada situação cultural contribuem para compreensões sobre identidades (WOODWARD, 2012). Essas classificações auxiliam para manutenção da ordem, visando controle social. Um exemplo é caso dos homossexuais; sua identidade tem sido ao longo dos anos divulgada na qualidade de desviante, visto que a norma busca fixar enquanto padrão a heterossexualidade – uma funciona como guia da outra; por estar fora da norma, o indivíduo é excluído, tendo sua identidade associada, por exemplo, a promiscuidade, uma das características articuladas nos processos históricos e designada para fazer referência aos homossexuais.

Tratando-se dessa face fixadora de identidades, existem perspectivas que buscam concebê-las fixas e imutáveis, tornando-as padrão, demonstrando mais uma faceta da atuação do poder nesse campo, sendo essa padronização que fixa identidades responsável por privilegiar algumas em detrimento de outras. Ainda segundo Cuche, nesse caso, a identidade passa a ser assunto de Estado, visto que “[o Estado] torna-se gerente da identidade para a qual ele instaura regulamentos e controles” (2008, p. 188). No Estado moderno, há tendência a mono-

identificação, onde os sujeitos e grupos sociais tem menos liberdade na definição de sua autoidentidade.

Portanto, há linhas de estudo e vivências que buscam desestabilizar padrões estabelecidos socialmente para que haja mudanças nas identidades arquitetadas durante a história por um viés negativo, utilizando-se de ressignificações ou processos de transformação a fim de atingir e disseminar identidades positivas. Um exemplo são os estudos *queer* que ajudam a inserir no debate público “(...) a desestabilização da heterossexualidade como algo inato e natural” (COLLING, 2018, p. 520).

1.3.4 Jornalismo, representações midiáticas e identidades

O ato de representar está ligado à cultura pela compreensão de que indivíduos que fazem parte da mesma cultura compartilham esquemas representacionais semelhantes, isto é, compartilham entre si conceitos parecidos. A produção simbólica do jornalismo torna-se componente das representações e identidades, seja ao se apropriar de representações sociais para elaboração de seus textos ou mesmo se servindo de discursos não hegemônicos, atuando enquanto contrapoder.

A notícia, o produto do jornalismo, representa pessoas, categorias sociais, assuntos, conceitos e, ao fazê-lo, imbui uma identidade a “tudo isso” que está sendo representado. No momento em que começa a se difundir, a representação dessa identidade torna-se discutível entre os consumidores das publicações jornalísticas, que podem dialogar com esse conceito que está sendo apresentado, negando-o, aceitando-o ou tomando-o com indiferença.

Uma das estratégias já assinaladas é a tentativa de alterar uma identidade negativa para uma imagem positiva acerca de indivíduos ou grupos. Contudo, é preciso ressaltar o papel da mídia na propagação dessas representações. Os aspectos negativos podem continuar a ser enquadrados (no nosso caso, nos *media*), uma vez que ainda estão difundidos e fazem parte do imaginário. A mídia é responsável por difundir representações já existentes, afinal, a notícia tem o objetivo de atrair o público e, para tanto, faz uso de estruturas textuais pré-determinadas.

A utilização desses esquemas já conhecidos é uma estratégia midiática – e jornalística – para a difusão noticiosa. Ademais, as notícias contribuem para elaboração de uma nova realidade no exato momento em que passam a circular e serem consumidas. Portanto, para que o texto jornalístico passe a significar depois de publicado, é preciso que o profissional recorra a estruturas organizadas e já conhecidas pelo público. Em última instância, o receptor precisa

identificar e assimilar a notícia. Mais do que identificar unicamente a estrutura textual, isto é, aquela disposição que a diferencia de outros escritos, como os ficcionais, as fontes e os personagens presentes nesta narrativa jornalística precisam cumprir critérios de identificação por parte do público. Alguns reducionismos e estereótipos podem ser ferramentas textuais para que esse objetivo seja alcançado.

Por esse motivo, há importância nos estudos que trazem as notícias enquanto objeto de pesquisa, já que é possível assinalar identidades através desse gênero, delimitando quais os tipos de representação estão sendo mostradas em um dos elementos que contribuem para a negociação de imagens circulantes na sociedade. Partindo disso, é possível identificar qual papel o jornalismo está fazendo, de maneira que há perspectivas teóricas e conceituais sobre a prática jornalística que a compreendem como legitimadora de estruturas dominantes, mas atuando eventualmente como questionador de tais relações. Por conseguinte, aqueles que não pertencem as classes dirigentes e com poder aquisitivo (materiais ou simbólicos) têm dificuldade em ver seus acontecimentos estamparem as capas de jornais ou o noticiário televisivo.

Portanto, o acesso disruptivo pode ser uma alternativa para que grupos vejam seus assuntos e demandas serem abarcados pela pauta jornalística, inserindo-os no debate coletivo. No caso do Brasil, movimentos representantes de minorias organizaram e continuam gestando manifestações e marchas que tem como consequência a quebra ou adaptação da rotina jornalística para que tais assuntos possam ter uma cobertura efetiva por parte da mídia.

Gohn (2013) apresenta o caso das mulheres e suas marchas a partir dos anos 2000, chamadas de Grandes Marchas das Mulheres (MMM). As Paradas do Orgulho LGBT que acontecem anualmente em uma das mais conhecidas avenidas do país, a Avenida Paulista, em São Paulo, que estampam as capas dos jornais devido à grande multidão que ocupa as ruas da cidade. No caso do movimento negro, a autora indica que tal organização tende a crescer, visto o número de participantes nas Paradas e Marchas que aconteceram também por volta da segunda metade da primeira década dos anos 2000.

Tais movimentações não devem ser vistas e reduzidas apenas em sua dimensão numérica, mas também pelas demandas e cobranças reivindicadas que, em virtude de tais atos, passam a configurar pautas e temáticas a serem abordadas pelo jornalismo. O caso das Paradas do Orgulho LGBT é emblemático neste aspecto, em razão de suas temáticas anuais que chamam atenção para assuntos que circunscrevem a realidade e as vivências de tais sujeitos, como o combate à LGBTfobia e aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Devido a sua dimensão organizacional e a localidade escolhida para a realização dessas passeatas (no caso,

geralmente nas principais avenidas dos centros urbanos), há visibilidade massiva e consequente visibilidade midiática para tais temas.

Dentro de um grande volume de matéria-prima (os acontecimentos), o jornalista deve selecionar aqueles que preenchem critérios pré-estabelecidos para então se tornarem noticiáveis. Tal seleção de matéria-prima não é aleatória e essa constatação permite observar dois aspectos. O primeiro deles é que a escolha da notícia depende de inúmeras condições, sejam do nível individual e/ou organizacional, orientados pelos valores-notícia, pela política editorial do jornal ou relacionados ao tempo e ao espaço, determinantes da rotina jornalística.

O segundo ponto é que, ao selecionar aquilo que é notícia, o jornalismo tem o poder de definir aquilo que é relevante em cada conjectura histórica. Não se acredita que o jornalismo seja a única instituição com essa capacidade; mas sua importância em determinar quais assuntos são significativos deve ser analisada pela competência em construir ou divulgar imagens que produzam ideias e conceitos, além de que possam fazer parte do debate público.

Tirando a representação do âmbito do sujeito e levando-a para a produção de sentido por meio da notícia, observa-se que a representação de determinadas categorias é responsável pela divulgação de velhos ou novos significados em vários locais de consumo do produto jornalístico e, depois do consumo, podem difundir-se pelas relações interpessoais, por exemplo. Braga registra que “o jornal pode virar papel de embrulho e lixo, no dia seguinte, mas as informações e estímulos continuam a circular. O *sistema de circulação interacional* é essa movimentação social dos sentidos e dos estímulos produzidos inicialmente pela mídia” (2006, p. 28, grifo do próprio autor).

Tal movimentação acontece na produção da expressão, pela apropriação, consumo e uso de objetos culturais, “(...) isto é, quando nós os integramos de diferentes maneiras nas práticas e rituais cotidianos e, assim, investimos tais objetos de valor e significado. Ou, ainda, quando tecemos narrativas, enredos - e fantasias – em torno deles” (HALL, 2016, p. 22).

As representações e as identidades sendo concebidas em desenvolvimento contínuo e inacabado, muitas vezes fragmentados, estão em constante construção e, em função disso, é possível que existam mudanças nas representações veiculadas pela mídia.

É preciso estar atento, ainda, para as alterações dentro da própria paisagem da chamada grande mídia, constrangida, em muitos casos, a rever discursos e representações sobre o social, sob influxo de mudanças históricas, protestos de grupo de pressão e identificação de novos nichos mercadológicos (FREIRE FILHO, 2005, p. 27)

Levando isto em conta, a produção jornalística torna-se relevante em análises para que ocorra o entendimento ou o apontamento das representações midiáticas de grupos, pessoas ou instituições. A representação midiática, dessa modo, pode se apropriar de representações sociais para estruturar seu discurso; contudo, diferencia-se desta última pelo fato de criar uma nova realidade e, ao realizar as escolhas do que será noticiado, contribui para definir aquilo que será parte das preocupações de seus consumidores, auxiliando nas negociações e, inclusive, no cambiar e no questionamento de significados tradicionalmente construídos.

Tal questionamento pode ocorrer de determinadas maneiras como, por exemplo, a organização de um evento que busca demonstrar visibilidade e luta social, caso das Paradas apresentado anteriormente, cujo objetivo pode ser (não só, mas também) adentrar a rotina jornalística e impactá-la, chamando atenção dos *media* de modo a produzir assuntos na agenda midiática a serem transformados em textos jornalísticos, e posteriormente circularem dentro da sociedade. Antes de adentrar no campo da análise, outros aspectos se fazem importantes, ao discutir teorias nas concepções de identidade sexual, além de aspectos históricos do movimento LGBT no Brasil, incluindo a “Parada do Orgulho LGBT de São Paulo”, marco referencial para esta pesquisa.

2 GÊNERO E SEXUALIDADE

As compreensões sobre gênero e sexualidade e os fatores que contribuem para sua constituição serão os tópicos discutidos no presente capítulo. Entendendo a sexualidade enquanto dispositivo histórico de poder, conforme Foucault (1988), é possível explicar as relações que foram estabelecidas entre sexualidade e poder no mundo ocidental a partir do século XVIII.

Através da incitação dos discursos sobre a sexualidade, instâncias de poder passam a regular e gerir as verdades produzidas a respeito do sexo, de modo que tanto a Igreja, a medicina e o direito constroem legitimidade ao circularem os discursos que tangenciam e abordam a temática. A produção da homossexualidade nos séculos XIX e XX torna-se fator relevante na delimitação desse poder por parte de tais instituições.

A concepção da homossexualidade é uma construção social e histórica, o que significa dizer que inúmeros fatores contribuem em sua criação; por isso, o texto sempre fará referência à realidade ocidental, principalmente nos dois últimos séculos, uma vez que esses conceitos mobilizam referências à homossexualidade até hoje. Dessa maneira, em um primeiro momento, o cerceamento de práticas homossexuais em nome da moral e dos bons costumes mediante a sua criminalização e, posteriormente, com a patologização pela medicina, muitas representações sobre os homossexuais ficam carregadas de estigmas e preconceitos.

Com o aparecimento de movimentos que reúnem indivíduos em torno dessa questão, a busca por representações positivas, em detrimento da divulgação de construções históricas negativas, passa a ser um dos fatores que movimenta a luta de tais grupos durante décadas. A busca de direitos por vias institucionais também marca tal atuação a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e ganha maior impulso no final do século passado.

Dessa maneira, busca-se apresentar os conceitos de gênero e sexo, além de discutir a relevância que a sexualidade passa a ocupar na vida das pessoas, por meio dos principais elementos históricos, até a concepção da homossexualidade enquanto desvio da norma e o estabelecimento da heterossexualidade, enquanto modelo-padrão. São apresentados aspectos históricos para essas percepções, além da estruturação do movimento homossexual no país, destacando as visibilidades e invisibilidades nessas estruturas.

Outro tópico são os antecedentes de um dos eventos massivos de maior importância tanto para os sujeitos quanto para o movimento: a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Ainda nesse tópico será realizada, posteriormente, a apresentação de notícias que contribuam

para constituir a história das paradas, principalmente aquelas que servem como base para análise do presente estudo.

Por fim, são apresentados elementos fundantes da sexualidade a partir da perspectiva do jornal que é objeto da presente pesquisa: a *Folha de S. Paulo*. Mediante leitura do seu manual (documento normativo de instrução para os jornalistas do veículo), busca-se apresentar o que a empresa entende e instrui seus funcionários a relatarem caso venham a discutir algum acontecimento que envolva questões relacionadas à sexualidade e, sobretudo, à homossexualidade.

2.1 Construção da categoria homossexual: aspectos históricos

A criação dos termos “homossexualidade” e “homossexual” é recente (datada no século XIX), além de constituída de maneira histórica e social, o que significa evidenciar a influência de tais contextos na significação de ambas as palavras. Todavia, apontar o caráter contemporâneo dessas expressões não significa dizer que a homossexualidade nunca existiu; pelo contrário: “a especificação das pessoas através dessas características, a criação de ‘posições-de-sujeito’ ao redor dessas atividades é um fenômeno histórico” (WEEKS, 2018, p. 65). Com a formulação desses pressupostos, a sexualidade é compreendida a partir de uma abordagem construcionista, isto é, a sexualidade (como os termos citados anteriormente) é construída socialmente e historicamente.

Dizer que fatores históricos e sociais são determinantes em tais concepções implica na compreensão de a sexualidade ser forjada dependendo do contexto, no qual está localizada por meio de definições diferentes sobre a homossexualidade, ou até mesmo a heterossexualidade, decorrentes também de características territoriais, de classe, de raça/etnia, de gênero, etc.

Historicamente, dois períodos são relevantes para traçar de que forma a homossexualidade foi e continua sendo produzida e conhecida. Em um primeiro momento, as suposições sobre sexualidade antes do século XIX eram embasadas, conforme aponta Nunan (2003), no *one-sex model*, onde a mulher era assimilada enquanto uma inversão do homem e, logo, inferior. A inversão era uma concepção do sexo biológico, onde os órgãos como o útero, os ovários e a vulva tinham correspondentes no corpo do homem (escroto, testículos e prepúcio, respectivamente), enquanto a inferioridade se dava pelo fato de apenas o corpo do homem ser próximo ao ideal de perfeição.

As mudanças oriundas do Iluminismo no final do século XVIII e início do XIX contribuem para uma alteração na concepção do *one-sex model*; assim sendo, a partir desses

novos conceitos, homem e mulher passam a ser compreendidos em oposição, a partir de um *two-sex model*. Mesmo constituídos como iguais, pois ambos passaram a ser compreendidos enquanto seres racionais, as dominações do modelo anteriormente difundido perpetuavam-se, de modo que para manutenção da dominação masculina era necessária aversão ao feminino e, sobretudo, o entendimento das mulheres, enquanto passivas, e homens, enquanto ativos, ideais que engendram as relações sociais até hoje, mas que vêm sendo questionadas por movimentos, caso do feminismo, principalmente a partir da década de 1960.

A relação entre gênero e homossexualidade perpassa as percepções que circunscrevem a história da homossexualidade. “Quando a mulher se torna o inverso complementar do homem, no *two-sex model*, a categoria de inversão (agora como algo antinatural e perverso) passa a designar o homossexual” (NUNAN, 2003, p. 30). De tal forma que a palavra utilizada para designar homossexuais era “invertido”. O termo “homossexual” é utilizado pela primeira vez em 1869 pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert. Já Weeks afirma ainda que “antes do século XIX a ‘homossexualidade’ existia, mas o/a ‘homossexual’ não” (2018, p. 81).

Salientar a existência da homossexualidade, e não do homossexual, é discutir acerca da categorização de sujeitos iminente durante o século XIX e XX, além de atribuir a esse indivíduo assim caracterizado, uma identidade. No que diz respeito à categorização e ao próprio surgimento das nomenclaturas “homossexualidade” e, até mesmo, “heterossexualidade” (tida como modelo-padrão), observa-se a utilização de tais postulados para divisão do que é normal e do que é anormal; daquilo que é saudável, em detrimento do patológico. A medicina será responsável em dilatar a concepção de homossexuais, como sujeitos de ações criminais e pecaminosas, para também a concepção de indivíduos doentes (e que precisam ser curados).

A patologização da homossexualidade é um dos elementos fundantes que contribuem na formulação das aceções acerca daqueles que fogem das normas heterossexuais fixadas. Como aponta Foucault (1988), o que ocorre nesse período não é um desincentivo sobre os discursos a respeito da sexualidade; pelo contrário, é a incitação a tais discursos que passa a ser valorizada. Porém, é preciso observar “quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o ‘fato discursivo’ global, a colocação do sexo em discurso” (FOUCAULT, 1988, p. 16).

O “falar” sobre sexualidade era materializado como forma de confissão, transformando o desejo em discurso. Tal colocação levaria, em tese, a uma reconexão com o sagrado, acarretando em uma modificação do próprio desejo. Era necessário gerir o sexo e não simplesmente condená-lo. Tanto que, para mobilizar tal administração, uma das instituições

evocadas para regulação do sexo é a lei. Em algumas sociedades, a sodomia¹⁰ era (e continua sendo, pelo menos no aspecto legal) passível de punição devido à ameaça que tais comportamentos sexuais apresentavam ao núcleo familiar.

O sexo necessita de intervenção pois passa a ser uma questão pública: assuntos relacionados ao casamento e ao controle de natalidade passam a constituir uma esfera de disputa entre Estado e indivíduos. Nas sociedades industriais ocidentais, a homossexualidade é vista como uma forma de relacionamento que foge do casamento patriarcal tradicional, de modo que “formou-se a ideia de que a ‘saúde’ da nação era diretamente ligada à saúde da família e dependente, portanto, do controle da sexualidade” (FRY; MACRAE, 1984, p. 61).

A gestão do sexo evidencia quem passa a deter tal saber, bem como quais as instituições que estão autorizadas e são passíveis de credibilidade na produção de discursos sobre a sexualidade; em outras palavras, da produção de verdades sobre o assunto. Além do uso da lei como forma de controle, a medicina também foi outra forma de institucionalização do saber sobre a sexualidade. A junção da medicina com o direito e sua prática associada a difusão no imaginário social de suas postulações constituídas enquanto sinônimo de verdade davam à prática médica grande poder nas determinações relacionadas à temática – principalmente sobre a homossexualidade.

Dentre as causas apontadas por Foucault (1988) da chamada “tecnologia do sexo”, que se ordena em torno da medicina, está a modificação de estratégias de poder que passam a vigorar: a partir desse momento, o ser humano começa a se conceber enquanto ser vivo inserido em um ecossistema todo ao seu redor; a vida, a partir de agora, não deve ser retirada através de punição; ao contrário: deve ser passível de manutenção e, sobretudo, de controle. “As sociedades modernas não são baseadas, como ocorria com os sistemas pré-modernos, no poder de tirar a vida, mas no poder de desenvolvê-la, de ‘investir completamente na vida’” (GIDDENS, 1993, p. 188).

Assim sendo, não há uma censura ou fuga do sexo – mesmo que tenha havido um controle de vocabulário nos discursos, o ato do “falar sobre” não foi inibido. Ao invés disso, é o estímulo que ocorre na busca de produzir verdades através dos discursos; capacidade essa destinada a determinadas instituições, como a medicina, a Igreja e o direito. A vida, então, passa a ocupar uma posição no saber e ser alvo de intervenções pelo poder. Segundo Foucault, o efeito desses atos é a constituição de normalizações: “uma sociedade normalizadora é o efeito

¹⁰ Era o termo utilizado para descrever as relações sexuais entre homens ou para designar o sexo anal entre um homem e uma mulher. O termo é de origem bíblica e seu derivado era utilizado para designar homens que mantinham relações sexuais com outros homens (sodomita).

histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (1988, p. 135), que tem cada vez mais interesse na gestão, controle e disciplina dos corpos e vivências sexuais.

Foucault, portanto, compreende a sexualidade enquanto dispositivo histórico de poder que valoriza o corpo como saber e peça presente nas relações de poder.

A sexualidade é nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1988, p. 100).

A invenção da categoria “homossexual” contribui para as manutenções das normas e das divisões que apontam os limites do que é considerado normal e aquilo que seria determinado enquanto anormal. “A sexualidade tornou-se objeto de sexólogos, psiquiatras, educadores de forma a ser descrita e, ao mesmo tempo, regulada, saneada, normalizada por meio de suas formas em aceitáveis e perversas” (MISKOLCI, 2009, p. 153).

A verdade, então, estaria atrelada ao sexo e a sexualidade. De certo modo, o sexo foi constituído como determinismo ao reduzir o sujeito: agora única e exclusivamente ao sexo ou à sua sexualidade.

Além disso, admitimos também que é no sexo que devemos procurar as verdades mais secretas e profundas do indivíduo; que é nele que se pode melhor descobrir o que ele é e aquilo que o determina; e se durante séculos acreditamos que fosse necessário esconder as coisas do sexo porque eram vergonhosas, sabemos agora que é o próprio sexo que esconde as partes mais secretas do indivíduo: a estrutura de seus fantasmas, as raízes de seu eu, as formas de sua relação com o real. No fundo do sexo, está a verdade (FOUCAULT, 1982, p. 4).

Conforme apontam Fry e MacRae, “(...) a medicina é empregada para controlar a homossexualidade” (1984, p. 69), de modo que a determinação de um diagnóstico condicionaria a liberdade desses sujeitos. Antes da aproximação, no século XX, entre a medicina e a hipótese de que a homossexualidade era determinada biologicamente, o médico tomava como guias para a constatação do indivíduo enquanto homossexual as deformações físicas no pênis ou no ânus, além de aspectos morais relacionados ao seu comportamento sexual (NUNAN, 2003).

Com o levantamento da hipótese da determinação biológica da homossexualidade, duas questões podem ser observadas: se o indivíduo é biologicamente determinado com relação a sua sexualidade, ele está em uma posição de vítima de sua “condição”, o que poderia gerar, no caso, uma certa complacência com essas pessoas. Contudo, tais sujeitos não deixam de ser patologizados, o que direciona para a segunda questão: se tais indivíduos são portadores de uma

doença, estes são passíveis de correções médicas; isto é, podem ser curados, a fim de serem “transformados” em heterossexuais. Os argumentos que apontam a homossexualidade como característica intrínseca a alguns indivíduos corroboram com a difusão da visão que associa a homossexualidade com uma doença.

A outra perspectiva de estudos sobre as determinações da homossexualidade parte do princípio da construção histórica e social. Contudo, há nessa corrente uma divisão de visões, como reforça Vance:

Um passo adicional na teoria da construção social afirma que mesmo a direção do desejo sexual em si (por exemplo, a escolha do objeto ou a hetero/homossexualidade) não é intrínseca ou inerente ao indivíduo, mas que é construída. Nem todos os construcionistas dão este passo: para alguns, a direção do desejo e do interesse erótico é fixa, embora a forma comportamental que esse interesse assume seja construída por quadros culturais prevaletentes, assim como a experiência subjetiva do indivíduo e o significado social atribuído a isso pelos outros. (VANCE, 1989, p. 18-19 apud WEEKS, 2018, p. 59),

Ainda seguindo a visão de Weeks, pouco importaria as determinações da homossexualidade ou até mesmo da heterossexualidade; a preocupação deveria estar centrada “em vez disso, com o problema de por que e como nossa cultura privilegia uma e marginaliza – quando não discrimina – a outra” (WEEKS, 2018, p. 61). A questão das normas, da disciplina e das regulações é aquela que mais se destaca como possível compreensão para tal aspecto.

Sendo o campo das normalizações o foco dos estudos *queer*, aponta-se também que tal perspectiva apresenta algumas limitações do construcionismo. A principal questão levantada sobre o construcionismo tem relação com as identidades abjetas, consoante aponta Butler “os limites do construcionismo ficam expostos naquelas fronteiras da vida corporal onde corpos abjetos ou deslegitimados deixam de contar como ‘corpos’” (2018, p. 218). A perspectiva *queer* aponta para um caminho onde a discussão resida em uma crítica às normas sociais: “(...) o *queer* revela um olhar mais afiado para os processos sociais normalizadores que criam classificações, que, por sua vez, geram a ilusão de sujeitos estáveis, identidades sociais e comportamentos coerentes e regulares” (MISKOLCI, 2009, p. 169).

As normas estabelecidas como instrumentos de controle e formas de poder delimitam e estabelecem fronteiras onde os sujeitos devem estar dispostos. Como dito anteriormente, a preocupação com o núcleo familiar traz como padrão alguns tipos de comportamento, com finalidades como a preservação da “família tradicional”¹¹, eliminando comportamentos que fujam desse padrão.

¹¹ Concepção normativa de família.

A norma articula-se de tal maneira que não precisa mais ser explicitada; a heterossexualidade passa a ser compulsória, ou seja, supõe-se que essa é a norma e o Outro passa a ser demarcado por essas limitações estabelecidas enquanto regra. “Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada” (LOURO, 2018, p. 18).

Ainda nesse campo, Miskolci (2009) aponta a diferença entre aquilo que seria heterossexualidade compulsória e a heteronormatividade. A primeira estaria ligada aos processos descritos anteriormente de patologização e criminalização da homossexualidade, enquanto a segunda estaria atrelada ao período que segue o processo de despatologização (a partir da década de 1970), onde a heteronormatividade passa a servir como controle, de modo a não mais visar a transformação ou cura sexual, mas para que as pessoas homossexuais passem a viver como as heterossexuais.

As representações que ocorrem nos sistemas culturais no contexto de sociedades heteronormativas também apresentam marcas de poder. A heterossexualidade torna-se a orientação sexual¹² privilegiada na produção simbólica, sendo definida enquanto norma, uma vez que “os grupos sociais que ocupam as posições centrais, ‘normais’ (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião, etc.) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros” (LOURO, 2018, p. 19). O Outro, visto como anormal, pode ser, a partir dessas representações, apresentado e representado através de seus estigmas, reforçando imagens negativas perante o restante da sociedade.

O período categorizado através do domínio da heteronormatividade, marcado sobretudo pela retirada do “homossexualismo” do DSM (Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), evidencia também uma “verdadeira proliferação de novas categorias médicas que seguem patologizando comportamentos a partir do pressuposto heteronormativo, que exige uma linearidade sem fissuras entre sexo genital, gênero, desejo e práticas sexuais” (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 572).

No contexto do campo das regulações sociais, a construção da identidade é o elemento determinante na compreensão da identidade enquanto ato político. A partir do momento que a sexualidade se torna uma questão pública, a questão política de sua constituição torna-se evidente, porque

¹² Opta-se pelo uso do termo orientação sexual em detrimento de outros termos como “preferência sexual” ou “opção sexual”; os motivos serão explicados no decorrer do texto.

o ‘sexo’ é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural (BUTLER, 2018, p. 196).

A significação dos indivíduos relaciona-se com a questão da identidade social de tais em suas relações estabelecidas; é através da cultura que o corpo ganha um sentido social. “Através de muitos processos, de cuidados físicos, exercícios, roupas, aromas, adornos, inscrevemos nos corpos marcas de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação” (LOURO, 2018, p. 17). Como demonstrado no capítulo anterior, as formulações pós-estruturalistas sobre identidade afirmam-na de maneira processual, ou seja, nunca como algo dado, estático ou fixo, mas, ao contrário, como uma negociação que contribui para o seu processo de construção – que nunca estará finalizado.

Assim sendo, algumas marcas são destinadas a determinados corpos como forma disciplinar, que acabam por reafirmar as barreiras impostas entre o aceitável e aquilo que deve ser excluído. Compreendendo o gênero enquanto “a diferenciação social entre homens e mulheres” (WEEKS, 2018, p. 53), as marcas de gênero são fundantes enquanto relações de poder para as definições de normas.

A organização das características de gênero, delimitadas enquanto masculinas e femininas, se articulam com a finalidade de fixar uma identidade que seja estável e considerada inserida na norma, que passa a servir como modelo; nesse caso, a heterossexualidade passa a ser referência a ser seguida, constituindo como fundamento não só o modelo, mas também a rejeição a outras expressões de identidades sexuais. A identidade afirma-se a partir de um longo percurso de negações que carregam consigo a constituição do Eu em oposição ao Outro.

Contudo, a manifestação dessa oposição, muitas vezes, pode vir entrelaçada com discursos de preconceito direcionados aqueles que fogem da norma estabelecida, de modo que “a produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade. Uma rejeição que se expressa, muitas vezes, por declarada homofobia¹³” (LOURO, 2018, p. 35).

Datado do século XIX, o caso de Herculine Barbin narrado no livro *Diário de um hermafrodita* exemplifica a maneira pela qual um indivíduo era tratado caso não se enquadrasse nas normas, ou como bem nomeado por Foucault no prefácio do livro, dentro de um verdadeiro sexo.

¹³ A partir da perspectiva do presente estudo, o termo “homofobia” torna-se limitado para designar as múltiplas e plurais identidades e expressões de gênero, de modo que se opta pelo termo LGBTFobia para designar os preconceitos e as violências direcionadas às identidades sexuais que não seguem as normas que, apesar de também limitado, é mais abrangente que a designação anterior ao abarcar uma das siglas utilizadas pelo movimento para nomear seus sujeitos políticos.

Criada como uma moça pobre e digna de mérito, num meio quase que exclusivamente feminino e profundamente religioso, Herculine Barbin, cognominada Alexina pelos que lhe eram próximos, foi finalmente reconhecida como sendo um “verdadeiro” rapaz; obrigado a trocar legalmente de sexo, após um processo judiciário e uma modificação de seu estado civil, foi incapaz de adaptar-se a uma nova identidade e terminou por se suicidar (FOUCAULT, 1982, p. 5).

O relato de Alexina em suas memórias demonstra a forma como os saberes lidavam com identidades não normativas em um período caracterizado pela catalogação de perversões e a busca por delimitar e determinar um verdadeiro sexo aos hermafroditas.

Tudo estava feito. A partir de agora, o estado civil me obrigaria a fazer parte daquela metade da raça humana a que chamamos de sexo forte. Eu, criado até os vinte e um anos de idade entre as moças tímidas das casas religiosas, iria como Aquiles deixar longe, bem longe de mim, um passado delicioso, para entrar na arena, armada apenas de minha fraqueza e de minha profunda inexperiência dos homens e das coisas (FOUCAULT, 1982, p. 85).

Ainda antes de adentrar ao próximo tópico, que discutirá as consequências das categorizações de outras identidades sexuais – não só em relação à medicina e a psicologia, mas também como forma de visibilidade tanto no movimento, quanto na sociedade –, faz-se necessário retomar e esclarecer melhor alguns pontos discutidos até agora. Em primeiro lugar, reafirmar a sexualidade através da perspectiva de Foucault (1988) enquanto dispositivo histórico, produzida culturalmente e através de diversos processos que incluem uma série de “(...) crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas (...)” (WEEKS, 2018, p. 53).

A compreensão de gênero enquanto a diferenciação entre os papéis sociais destinados aos indivíduos classificados através do masculino e feminino, estabelece muito mais do que uma simples e pura categorização de tais indivíduos. O gênero está relacionado sempre a elementos culturais compostos por normas que vão depender de determinados contextos temporais e sociais (MISKOLCI, 2012). A produção dessas marcas é cercada por relações que envolvem poder, bem como contribuem para formação de identidades sociais que são privilegiadas em detrimento de outras, as quais são estigmatizadas, através de um processo de exclusão, responsável por colocar indivíduos na margem da vida social.

Além de não levar em conta a complexidade da fluidez na composição do gênero, em experiências que vão além dos binarismos, o que contribui para a abjeção. Há um engessamento identitário que reforça as linhas traçadas entre Nós e o Outro, maiúscula entre a normalidade e a anormalidade: “a abjeção, em termos sociais, constitui a experiência de ser temido e recusado

com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é comunidade” (MISKOLCI, 2012, p. 24).

Também o entendimento de sexo como responsável por apresentar diferenças corporais internas e externas que, apesar de constituídas no começo da vida, possuem uma construção sócio-histórica que categorizam os indivíduos enquanto homens e mulheres, na qual tais demarcadores terão impacto para o resto de suas vidas, sendo que “a norma estabelece que exista uma linearidade entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais” (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 572).

Ressalta-se também a importância do feminismo, a partir da década de 60, para o questionamento das identidades e do processo de identificação a partir da inclusão de temas relacionados não só a própria corrente, mas em conjunto com outros movimentos, chamados de novos movimentos sociais, como o movimento de gays e lésbicas e o movimento negro e, ao questionar o público e privado: o feminismo “abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas na vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc” (HALL, 2006, p. 45).

2.2 Do homossexual ao LGBT: as identidades não normativas no Brasil

Hall define como política de identidade a exigência de cada movimento social “para a identidade de seus sustentadores” (2006, p. 45), ou seja, cada movimento reivindicava uma identidade. Isso não foi diferente com o movimento homossexual¹⁴ no Brasil. Antes de ser concretizado como movimento, algumas associações foram se constituindo através da sociabilidade e em torno da questão da homossexualidade ao final dos anos 1970, quando o movimento começa a se consolidar no Brasil e “aos poucos delinearam um conjunto de traços que seriam, posteriormente, associados a uma ‘identidade gay’, normalmente ligada ao meio urbano e ao crescimento das cidades” (FACCHINI; RODRIGUES, 2018, p. 233).

Antes da consolidação do movimento, já era possível identificar algumas formas de organização, como o jornal de produção caseira *O Snoob*, circulante entre os anos de 1963 e 1969, voltado para os entendidos¹⁵ e veiculando assuntos do interesse dos homossexuais, além

¹⁴ Utiliza-se a nomenclatura “movimento homossexual” por ser assim denominado na época em questão, isto é, durante seu surgimento. Como veremos adiante, essa nomenclatura foi e continua sendo modificada e, sobretudo, questionada.

¹⁵ Segundo Simões e Facchini (2009), o termo entendido era utilizado desde os anos 40 como uma tentativa para retirar a carga negativa de outros termos considerados pejorativos como “bicha” e “veado” não só para designar homossexuais, mas também lugares frequentados por tais.

das indicações de lugares para os encontros. Ainda no contexto das relações pessoais estabelecidas nesse contexto, destacavam-se também a vida social que se realizava em alguns bares situados nas regiões centrais das grandes cidades, em concursos de Miss e a identificação a partir dos fã-clubes de personalidades, especialmente das grandes cantoras das rádios.

O marco internacional do movimento foi a Revolta de *Stonewall*, que ocorreu no dia 28 de julho de 1969 nos Estados Unidos; a data virou, posteriormente, a referência ao Dia do Orgulho Gay em todo o mundo. A tentativa da polícia de realizar uma interdição em um bar situado em Nova Iorque e frequentado por homossexuais teve como resultado a manifestação dos seus consumidores que reagiram com pedras e garrafas à ação policial, de modo que a revolta passou a simbolizar a eclosão do Poder Gay na época (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

No Brasil, a consolidação do movimento só ocorre cerca de dez anos após o marco internacional, sendo dividida em três fases. A primeira onda do movimento localizada temporalmente entre o final dos anos 70 e início dos anos 80 é marcada por duas formas de estruturação em torno da homossexualidade. A primeira delas é a criação do grupo “Somos”, em São Paulo e do jornal alternativo *Lampião da Esquina*, em São Paulo e no Rio de Janeiro, ambos no ano de 1978.

O grupo conhecido primeiramente como “Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais”, foi rebatizado um ano após sua formação para “Somos”, tendo sua aparição pública realizada em uma semana de debates de movimentos organizada na Universidade de São Paulo, de modo que esse evento “que foi reiterado em um artigo do jornal *Lampião* serviu para promover o Somos nacionalmente e inspirar a fundação de grupos em outras cidades” (GREEN, 2018, p. 72). As discussões realizadas nos encontros da associação contavam com votações sobre formas de atuação política. O grupo era dividido em vários subgrupos de acordo com os interesses de compartilhamento de experiências relacionada a questões de sexualidade, de modo que a compreensão do termo “político” para os membros dessa primeira onda do movimento girava em torno do compartilhamento de vivências de caráter íntimo e do cotidiano, corroborantes com a construção da identidade gay na época (SIMÕES; FACCHINI, 2009); além disso, segundo Green, um outro elemento constituindo dessa fase foi “(...) a iniciativa de ir para as ruas para protestar contra a repressão policial, ou seja, de cobrar da sociedade o direito de ocupar os espaços da cidade” (2018, p. 78).

Ressalta-se que, em um primeiro momento, o Somos era constituído apenas por homens homossexuais, passando a ter um núcleo de lésbicas em 1981, denominado “Grupo de Ação Lésbico-Feminista”. O contexto de surgimento do grupo remonta à ditadura militar e em um

ambiente de formação influenciado pela contracultura, fatores determinantes para atuação e constituição dessa primeira fase.

Ainda durante os primeiros anos do movimento, outra forma de sociabilidade e comunicação estabelecida foi o jornal *Lampião da Esquina*, composto por nomes renomados da cultura da época em seu corpo editorial. “O jornal procurava oferecer um tratamento que combatesse a imagem dos homossexuais como criaturas destroçadas por causa de seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendências a rejeitar a própria sexualidade” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 85). Antes da primeira onda, as relações estabelecidas abriram caminho para que essa abordagem menos negativa pudesse ser estabelecida, atuando em conjunto para a construção de um orgulho e uma identidade gay. Uma das estratégias do periódico para reverter imagens nocivas é a apropriação e ressignificação de palavras, como “lésbica” e “bicha”. Contudo, ressalta-se a predominância de temas e assuntos no jornal que apresentavam os homens homossexuais, conforme destaca Green,

Apesar de uma matéria decapa que falava do incipiente movimento negro unificado e artigos sobre mulheres e índios, os editoriais do *Lampião* enfocavam basicamente os homossexuais masculinos. Havia apenas uma mulher, Leila Míccolis, dentre os colaboradores e a linha editorial dava relativamente pouco espaço para as lésbicas. (GREEN, 2018, p. 70).

Em seu conteúdo, o jornal tratava de temas considerados plurais, por abordar assuntos não só pautados na homossexualidade, mas também a partir de assuntos relacionados as outras minorias, isto é, o movimento feminista e o movimento negro. Tanto os jornalistas do *Lampião*, quanto o jornalista Celso Curi¹⁶ foram alvo de inquérito, já localizados historicamente em um momento onde a censura estava mais branda, por atentar a moral e aos bons costumes – ainda que a homossexualidade não fosse crime de acordo com o código penal (FRY; MACRAE, 1983).

Antes de seu encerramento, em 1979, o jornal realizou um encontro entre homossexuais no Rio onde foram planejadas ações com o objetivo de retirar a homossexualidade da lista de doenças e incluir na nova constituição o respeito pela “opção sexual”¹⁷. Após dois anos de sua fundação e circulação do primeiro número, o *Lampião* enfrentava difícil situação financeira por não conseguir atrair anunciantes. Ainda como última tentativa de buscar maior público leitor,

¹⁶ Celso Curi foi responsável por editar a “Coluna do Meio”, no jornal *Última Hora* por três anos. Segundo Simões e Facchini “era a primeira coluna explicitamente voltada para um público homossexual divulgada num veículo da grande imprensa, que noticiava tanto a abertura de novas boates gays quanto informações ligadas ao movimento gay e lésbico dos Estados Unidos e de outros países” (2009, p. 78).

¹⁷ Usa-se aspas no termo opção sexual por ser a nomenclatura utilizada para designar o desejo sexual, contudo a expressão mais utilizada atualmente é orientação sexual.

o jornal passou a publicar fotos de homens nus, porém a investida não trouxe os resultados esperados. Com o fim da censura, um jornal que tinha uma posição de resistência à ditadura, perde parte de sua essência fundadora com a transição democrática e vê parte de seus temas ser englobado pela grande mídia.

Tanto o Somos quanto o *Lampião* foram os mais emblemáticos marcos da primeira fase do movimento homossexual no Brasil. O grupo foi sendo dissolvido com o passar dos anos ao enfrentar algumas discordâncias internas que promoveram rachas e, sobretudo, o novo ambiente de redemocratização foi responsável por dissolver os grupos organizados predominantemente em São Paulo, além das novas formas de consumo voltadas aos homossexuais, que também contribuíram para uma divisão de interesses culminantes no desaparecimento do Somos. O fim desses marcos aponta para o desenvolvimento da segunda fase do movimento.

Durante a década de 1980 há uma diminuição no número de grupos homossexuais se comparado aos primeiros anos do movimento. Conforme aponta Facchini:

Isso pode ser justificado, entre outras coisas, pelo surgimento da epidemia da aids, então chamada ‘peste gay’, e seu poder de desmobilização das propostas de liberação sexual, e, ainda, pelo fato de muitas lideranças terem se voltado para a luta contra a aids, criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia (FACCHINI, 2002, p. 79).

Como dito anteriormente, os grupos que se concentravam no eixo Rio-São Paulo, passam a ocupar o eixo Rio-Nordeste. Dois ativistas tornam-se nomes relevantes dessa época: João Antônio Mascarenhas, do grupo Triângulo Rosa e Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB) – o mais antigo grupo homossexual em atividade no país. Segundo Facchini e Rodrigues (2018), três aspectos tornam-se relevantes para a organização da segunda fase do movimento.

Em primeiro lugar, o termo que antes era utilizado para designar o desejo sexual era “opção sexual”. A constituição dessa categoria remonta para as origens da homossexualidade de modo que, a utilização de opção era associada a uma prática feita por todos, sem distinção entre heterossexuais ou homossexuais. Essa herança era trazida por conta de uma posição dúbia da primeira onda na concepção da homossexualidade, que transitava entre uma causa inerente e uma opção. Tal fato pode ser observado através da postura do periódico *Lampião*, que ora defendia a homossexualidade como condição humana, ora “(...) constava a dificuldade de lhe determinar uma base biológica ou natural, admitindo ser impossível ‘ajustar o homossexualismo a uma exata classificação genética, endócrina ou psíquica’” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 94).

A adoção do conceito de “orientação sexual” une-se com o segundo marco relevante para o movimento nos anos 80: a participação no processo da constituinte para inserção da não discriminação em virtude de orientação sexual. Durante o processo, os militantes consultaram especialistas e chegaram à conclusão que o termo contribuiria para dissipar as discussões em torno da homossexualidade como essência ou como opção: “‘orientação sexual’ era um termo que permitia, ao mesmo tempo, afirmar uma certa concretude para a experiência da homossexualidade, sem necessariamente entrar em questão sobre suas causas mais profundas, ou seu caráter ‘essencial’” (FACCHINI, 2002, p. 84).

Por fim, o terceiro tópico que remonta a militância dos anos 80 (sem contar a questão da aids, que será discutida em seguida) foi a campanha conduzida inicialmente pelo GGB (Grupo Gay da Bahia) que obteve como resultado a retirada do termo homossexualidade da lista de doenças do Inamps (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), em 1985 sendo essa uma das renomadas conquistas do movimento em um período onde a emergência da aids atingiria os homossexuais e, mais do que isso, voltaria a produzir imagens negativas ao associar a homossexualidade com doença.

A questão da aids contribui, conforme aponta Miskolci, para uma construção social que corrobora com a edificação das imagens sobre identidades consideradas abjetas e também sobre o próprio saber: “no mundo todo, essa reação teve consequências políticas jamais superadas e também na forma como as pessoas aprenderam sobre si próprias, sobre a sexualidade e na maneira como vivenciam seus afetos e suas vidas sexuais até hoje” (2012, p. 23).

Grande parte das conquistas do movimento durante essa segunda fase acontece devido a mudança na concepção dos grupos e nas formas de atuação, difusas da constituição que ocorreu na primeira fase. Partindo de uma atuação e abordagem mais delimitada e buscando seus objetivos por vias institucionais, os grupos toram-se definidos ao estarem organizados em torno de uma figura, no caso, Luiz Mott e João Antônio Mascarenhas, no GGB e no Triângulo Rosa, respectivamente. As conexões com o movimento do exterior também contribuíram para consolidação do movimento no país.

Contudo, nesse contexto que segue caminhos diversos da primeira onda, a epidemia da aids foi fator determinante na época, tanto na desestruturação de grupos, quanto para a linearidade na criação de uma imagem positiva sobre os homossexuais. Os primeiros casos foram registrados em 1982 e após três anos, em 1985, já era possível identificar um novo caso por dia.

No gueto homossexual, há um silêncio cada vez mais pesado. Sua vida noturna se esvazia, nas cidades mais atingidas como São Paulo. As saunas gueis¹⁸ vão fechando ou mudando de ramo. As saunas mistas começam a apresentar aos clientes os resultados dos testes anti-HIV de suas funcionárias – e até seus anúncios aludem a essa garantia de bom serviço (TREVISAN, 2000, p. 433).

A aids era constantemente associada a homossexualidade pelos médicos, o que fortalecia “uma atitude crítica bastante arraigada da militância contra o discurso de moralização e controle da medicina” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 128); assim, a medicina¹⁹ colaboraria, mais uma vez, para a estigmatização dos homossexuais. Era possível identificar a utilização da doença para reforçar padrões e normas de comportamento que se realizavam em nome da moral, como a monogamia e a heterossexualidade. Trevisan (2000) relata a existência de textos jornalísticos, que traziam como solução para barrar o crescimento da doença, o relacionamento monogâmico e a ausência de transa com pessoas do mesmo sexo.

Em âmbito estadual, grupos de apoio e prevenção à aids foram sendo criados a partir da metade dos anos 80. Diferentemente de iniciativas advindas do governo federal, onde a criação e afirmação de um projeto de fato aconteceu somente no final da década, com a iniciativa do Ministério da Saúde, o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)/Aids.

A partir dos anos 1990, com o aumento nos casos, houve financiamentos a níveis internacionais e federais para que pudesse ser realizada a conscientização dos chamados grupos de risco, de modo que tais investimentos ajudaram no desenvolvimento do movimento que se encontrava desestruturado por conta da aids. A doença, responsável pela morte de muitas pessoas, trouxe consigo algumas marcas simbólicas que merecem destaque.

Mesmo com a ratificação do discurso médico, que contribui com a estigmatização dos homossexuais, a aids trouxe consigo a inclusão na esfera pública daquilo que muitas vezes foi julgado como pertencente à esfera privada: os discursos sobre a sexualidade e, mais do que isso, a questão da homossexualidade passa a ter visibilidade e passa a fazer parte da agenda pública. Conforme aponta Trevisan

A sociedade passou a debater amplamente argumentos a favor e contra sexo anal, sexo oral, perversões, quantidade de parceiros/as, uso da camisinha, sexo seguro e doenças venéreas, métodos anticoncepcionais, casamento entre

¹⁸ Alguns autores e escritores optavam pela utilização do termo “gay” de maneira abrigueirada, grafando a palavra em uma forma que estaria mais adequada, segundo eles, a realidade brasileira: “guei”; tais autores acreditavam que o termo gay seria um termo imperialista advindo da cultura e da realidade estadunidense.

¹⁹ Não se procura aqui destacar apenas a medicina como responsável por construções que colaboram com os estigmas e preconceitos criados em torno da homossexualidade. Destaca-se a atuação do poder circulante e das normas que buscam através desses limites aos quais impõem o que é “normal” e “anormal” para definir padrões e imputar identidades.

peças do mesmo sexo, conveniência ou não da adoção de crianças em famílias não padronizadas etc. (TREVISAN, 2000, p. 463).

Ainda que o número de infectados entre os heterossexuais tenha crescido com o passar dos anos, a doença foi delimitada como de responsabilidade dos homossexuais, trazendo marcas ao imaginário social presentes até hoje, muito devido à contribuição de discursos proferidos pela Igreja. Era comum nos anos 1990 que celebridades que apresentassem alguma alteração física similar a algum sintoma da doença fossem questionadas sobre sua sexualidade (TREVISAN, 2000). Apenas com a diversificação da doença, que passou a atingir não só homossexuais, foi que o governo investiu mais na prevenção e controle da aids.

A partir da segunda metade da década de 90, começa a se estruturar a terceira onda do movimento, diferente das outras anteriores em dois aspectos: na incidência política e a visibilidade através de eventos massivos, conforme apontam Facchini e Rodrigues (2018). Além disso, ocorre um aumento nas referências identitárias que dizem respeito aos sujeitos políticos do movimento – fator esse que será discutido no próximo tópico.

A relação com partidos políticos também foi outra forma de atuação do movimento nesse novo momento. Simões e Facchini apontam as diferenças com relação aos dois momentos históricos anteriores, sendo que agora o movimento prezava pela

(...) presença marcante na mídia; ampla participação em movimentos de direitos humanos e de resposta à epidemia da Aids; vinculação a redes e associações internacionais de defesa dos direitos humanos e direitos de gays e lésbicas; ação junto a parlamentares com proposição de projetos de lei nos níveis federal, estadual e municipal; atuação junto a agências estatais ligadas a prevenção de DST e Aids e promoção de direitos humanos; formulação de diversas respostas diante da exclusão das organizações religiosas; criação de redes de grupos ou associações em âmbito nacional e local; e organização de eventos de rua, como as grandes manifestações realizadas por ocasião do dia do Orgulho LGBT (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 138).

Dentre todas as explicações até aqui feitas, poucos foram os relatos sobre as lésbicas e outras identidades, como os bissexuais, as travestis e as pessoas transexuais. A partir do final dos anos 1990, na virada do século, é que a visibilidade e a organização dessas identidades estará mais evidente, tanto na sociedade, quanto no próprio movimento; o que não significa que tais identidades não existissem ou se articulassem; nos Estados Unidos, por exemplo, a questão da transexualidade já era pauta desde os anos 1950 através das clínicas responsáveis pelas cirurgias de readaptação sexual, que atendiam também os intersexuais²⁰.

²⁰ A nomenclatura intersexual, presente em algumas siglas que designam o movimento (LGBTQI+: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, intersexo etc), é utilizada para se referir a pessoas que apresentam desenvolvimento de características biológicas femininas e masculinas.

No Brasil, ainda nos anos 1990, é definido o Dia Nacional de Visibilidade Lésbica (20 de agosto de 1996), outra ação que busca dar visibilidade para outras identidades (nesse caso, às lésbicas) que enfrentam apagamentos e exclusões no movimento homossexual. Outras identidades também passam a constituir estratégias de visibilidade que serão discutidas no próximo tópico, além dos principais marcos das duas primeiras décadas dos anos 2000 para os gays, as lésbicas, os bissexuais, as/os transexuais e as travestis.

2.3 (In)visibilidades: determinação do sujeito político

Entre os principais acontecimentos que afetaram a atuação do movimento e trouxeram perspectivas diferentes das ondas anteriores, destaca-se a multiplicidade na determinação do sujeito político. Nos dois primeiros momentos, a utilização da categoria homossexual, que foi aplicada para definir todas as identidades, dá lugar a novas siglas, que são alvos de ironia por parte da mídia, qual aponta a produção de uma sopa de letrinhas devida a quantidade de letras que passa a designar o movimento (FACCHINI, 2002).

Em 1993, a sigla era MGL (Movimento de Gays e Lésbicas); em 1995, GLT (Gays, Lésbicas e Travestis), e em 1999, apresentava as variações de GLBT, GLTB ou LGBT (todos em referência às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). A alteração nas posições das letras tem relação a estratégias para dar visibilidade a determinadas identidades (FACCHINI; RODRIGUES, 2018). No presente estudo, optou-se pela utilização da sigla “LGBT” para se referir a gama de identidades presentes no movimento, “aprovada pela I Conferência Nacional GLBT, referindo-se a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 14), sem o intuito de excluir outras identidades, como as pessoas intersexo ou *queer*²¹, mas reconhecendo o caráter dinâmico da sigla, que também pode ser alvo de discordâncias ou alterações.

A perspectiva e política *queer* merece ser destacada aqui por duas razões. A primeira delas está ligada ao fato de que os estudos *queer* indicam caminhos diversos de algumas teorias que discorrem sobre identidade, principalmente no que diz respeito a vivência do gênero e da sexualidade e no engessamento identitário. A teoria *queer* discorre sobre as identidades abjetas, isto é, aquelas que sofrem violências por perturbarem à ordem e às normas estabelecidas

²¹ Aqui, devemos considerar o *queer* enquanto política e não como uma identidade, uma vez que há na teoria questionamentos acerca das delimitações que uma sigla, como LGBT, podem trazer por tentar alocar realidades diversas dentro de um mesmo contexto. Alguns sujeitos do movimento utilizam o termo para designar o fato de não se identificarem a partir da heteronormatividade, dos binarismos de gênero e da cisgeneridade.

(KRISTEVA, 1982, p. 4 *apud* MISKOLCI, 2012, p. 24). Portanto, essa vertente de estudos está preocupada em questionar as normas vigentes e, a partir desses questionamentos, compreender de que maneira tais construções corroboram com a visão da abjeção.

O segundo ponto é que, no presente estudo, há uma preocupação em entender de que maneira a sigla que designa o movimento e os sujeitos políticos a que se referem foi sendo construída. Não se discorda da necessidade de questionar as normas e também não se tem como objetivo aqui colocar múltiplas vivências dentro de um mesmo cenário. A questão é que a construção das identidades não normativas pela imprensa recorre a termos e conceitos já conhecidos pelo público, isto é, alguns reducionismos são necessários para que o texto seja compreendido e consumido pelo leitor, pois alguns conceitos ainda não fazem parte do noticiário jornalístico (o que não significa que não possam fazer eventualmente).

Mais do que isso, tais constatações também permitem apontar a mídia e o jornalismo como instituições responsáveis por engessamentos identitários que colaboram para a manutenção da ordem. Ao passar a abordar temas novos, como por exemplo, as identidades T²², alguns caminhos podem ser observados. O leitor, familiarizado com o tema, passou a solicitar textos que discorressem sobre tais indivíduos e/ou novos nichos de consumo foram identificados. No presente texto, utilizaremos a sigla LGBT e, por vezes, identidades não normativas ou não binárias por questões de repetição lexical e por ser a maneira como o jornal em questão se comunicou com seus leitores. Mesmo compreendendo uma sigla como incapaz de abarcar muitas realidades diferentes, ressalta-se novamente que a mídia se utiliza dessas formas simbólicas em suas narrativas.

A utilização de uma sigla para determinar ou especificar uma variedade de identidades deve ser utilizada com cautela, uma vez que a constituição de uma “comunidade” ou “população” LGBT torna-se passível de questionamentos devidas as diferentes realidades e concepções do eu e do Outro a partir do próprio movimento. Conforme aponta Miskolci,

O coletivo LGBT é, utilizando os termos de Benedict Anderson, uma comunidade imaginada, a qual extrapola seu escopo quando é empregada para se referir ao conjunto da população que vivencia sua sexualidade em desacordo com as convenções culturais dominantes. Ao empregar, neste contexto, frases como “a população LGBT”, membros do movimento, do Estado ou mesmo da academia ontologizam um grupo político histórico e socialmente delimitado como se fosse algo acabado e generalizado na experiência social cotidiana. Também tendem a reduzir muitas sexualidades a apenas às oficialmente contempladas na sigla atual do movimento, deixando de reconhecer a existência de outras, com singularidades e demandas ainda por serem reconhecidas (MISCOLKI, 2011, p. 43).

²² Aqui, refiro-me às identidades transexuais e travestis.

Voltando para a questão das siglas, outra difundida nos anos 90 e que também dizia respeito aos homossexuais, foi a “GLS” (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), trazendo consigo a criação de uma nova categoria que demonstrava a relação que seria estabelecida com o mercado a partir de então. A inserção do conceito americano de *gay friendly* (simpatizante) principalmente nos grandes centros urbanos, apresentou a relação próxima entre o movimento e o mercado nesse momento, mas trouxe também questionamentos sobre a visibilidade, além de colaborar com a divulgação massiva de eventos voltados para esse público. Conforme aponta Facchini (2002, p. 126), “o GLS afirma identidades reconhecidas pelo movimento ao mesmo tempo em que procura preservar o espaço de uma certa ambiguidade classificatória”. A inserção de outras identidades no movimento em tal sistema classificatório esteve sujeita a momentos de maior evidência desses indivíduos que proclamavam por suas identidades em uma realidade majoritariamente gay, responsável pela discussão e posterior inserção dessas identidades (FACCHINI, 2002).

O GLS passou a designar roteiros turísticos e culturais nas metrópoles, como São Paulo, e foi apropriado por eventos como a Parada do Amor, além de articular estilos de vidas e identidades diversas, pois “a sigla GLS facilitou o terreno para uma outra novidade da década: a eclosão, em larga escala, de atividades culturais claramente ligadas à homossexualidade, mas de repercussão social para além das fronteiras da cena guei” (TREVISAN, 2000, p. 377). Todas essas configurações contribuíram também para o desenvolvimento das Paradas do Orgulho LGBT.

Ainda nos anos 90, outro aspecto, já citado anteriormente, merece destaque: a atuação do movimento em parceria com atores políticos e por via partidária. Essa prática indica uma herança do processo de democratização do país, visto que os políticos e até mesmo os partidos passaram a representar uma forma dos movimentos sociais verem suas demandas sendo atendidas, além de ser a partir da epidemia da aids que o movimento e o Estado tiveram que dialogar na busca por alternativas de combate à epidemia (SIMÕES; FACCHINI, 2009; FEITOSA, 2018). A participação por vias institucionais e através do novo modelo de funcionamento do movimento, similar ao modelo das Organizações Não-Governamentais (ONGs), passa a ser apropriada nessa década e apresentou resultados visíveis a partir da virada do milênio.

Nesse momento inicial de articulações entre o movimento e os representantes políticos acontece a proposição, em 1995, do projeto que trata da união civil entre pessoas do mesmo sexo, pela então deputada Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT). As notícias

analisadas no ano de 1997, em sua maioria, tratavam do tema que perdurou entre os congressistas ao longo de dois anos. A relação entre a proposição do projeto de lei e a interferência da Igreja no Estado são marcas desse fato, visto que as alterações (o projeto passou a ser chamado pelos políticos de “parceria”, para esvaziar o sentido de união, associado a família tradicional) no decorrer no processo, que nunca chegou a ser votado, tiveram influências de setores religiosos e conservadores para que a união não fosse aprovada.

A intermediação do diálogo entre o Estado e o movimento sempre foi permeada pela intervenção da Igreja, de modo que a relação entre os LGBTs e os poderes Legislativo e Executivo é alvo de pressões por parte de bancadas compostas por membros assumidamente evangélicos ou católicos e que detêm grande parte do congresso, interferindo tanto na aprovação quanto na elaboração de leis para defesa e garantia dos direitos dos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Dois exemplos são notórios para evidenciar tal influência (sem contar a utilização do termo “parceria”, já discutido anteriormente).

Em entrevista para a rádio da Arquidiocese do Rio de Janeiro em 1998, o então candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, disse ser contra o “casamento gay” e contra o aborto, apesar de apresentar ressalvas²³. A ex presidenta Dilma Rousseff, do PT, já proferiu discurso pressionada pela chamada bancada evangélica²⁴ com relação ao “kit anti-homofobia”²⁵ em 2011, e gerou desgaste com movimentos sociais ao afirmar que o governo não faria propaganda de “opções sexuais”. O atual presidente, Jair Messias Bolsonaro²⁶ (Sem partido), declaradamente contrário às questões de direitos e de cidadania dos LGBTs, foi responsável por proferir inúmeros discursos considerados preconceituosos. O atual presidente representa muitos setores religiosos e conservadores que compartilham das ações e práticas do mesmo no que diz respeito a esse assunto²⁷. Segundo Irineu (2018, p. 472), “observa-se que a

²³ “Lula diz ser contra aborto e casamento homossexual”, da Sucursal do Rio. *Folha de S. Paulo*. 26/06/1998.

²⁴ É a bancada congressista composta por políticos evangélicos.

²⁵ O “kit anti-homofobia” popularmente conhecido como “kit gay” foi um projeto vinculado ao Ministério da Educação (MEC) que continha cartilhas e vídeos sobre questões relacionadas à diversidade sexual. O projeto era parte do programa “Brasil sem Homofobia”, sendo vetada sua distribuição em 2011 pela então presidenta Dilma Rousseff por pressão de setores conservadores.

²⁶ Sem partido até a produção desse texto.

²⁷ “Bolsonaro diz que ministro 'terrivelmente evangélico' da AGU é bom nome para o STF”, Gustavo Uribe. *Folha de S. Paulo*. 11/07/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/bolsonaro-diz-que-ministro-terrivelmente-evangelico-da-agu-e-bom-nome-para-o-stf.shtml>. Acesso em 30/01/2020;

“Perguntado sobre Flávio, Bolsonaro dá resposta homofóbica a jornalista”, Da redação com Agência *O Globo*. Exame/Abril. 20/12/2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/perguntado-sobre-flavio-bolsonaro-da-resposta-homofobica-a-jornalista/>. Acesso em 30/01/2020

“Bolsonaro diz que STF 'se equivocou' ao criminalizar homofobia e volta a defender ministro evangélico”, Talita Fernandes. *Folha de S. Paulo*. 14/06/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/bolsonaro-diz-que-stf-se-equivocou-ao-criminalizar-homofobia-e-volta-a-defender-ministro-evangelico.shtml?origin=folha>. Acesso em 30/01/2020.

defesa destes valores religiosos na esfera pública se conecta com sofisticados mecanismos de produção de ‘pânicos morais’, refletido em estratégias para evitar a ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos”.

Nos anos 2000, durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), alguns marcos foram relevantes para os LGBTs devida a atuação do poder Executivo frente às questões e demandas do movimento que contribuem para a compreensão tanto da forma como tais indivíduos são representados pela mídia hoje, atribuindo-lhes uma identidade, quanto para a própria história do movimento. Facchini e Rodrigues (2018) e Simões e Facchini (2009) apresentam alguns marcos desse momento histórico. Um deles é o lançamento do “Programa Brasil sem Homofobia”, em 2004, que tinha como objetivo “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004, p. 11).

O programa também tinha como princípios a não discriminação por conta de orientação sexual em políticas públicas e estratégias do governo; produção de conhecimento através de pesquisas para embasar a produção de tais políticas ou estratégias e a garantia dos direitos dos homossexuais enquanto compromisso do Estado e da sociedade. A realização do XII Encontro de Gays, Lésbicas e Transgêneros no ano de 2005, em Brasília, onde ocorreu a apresentação do coletivo de pessoas transexuais e a incorporação dos bissexuais ao movimento, além da adoção da sigla LGBT.

Com maior visibilidade, a I Conferência Nacional GLBT, em 2008, contou com a presença do então presidente da república, Lula, que também discursou na cerimônia de abertura, sendo a organização do evento intermediada por instituições governamentais. O evento foi estruturado por etapas, onde a elaboração das propostas de políticas públicas aconteceu em nível micro, até chegar ao encontro nacional (do município ao âmbito federal).

Outro marco no âmbito da promoção e elaboração de políticas públicas foi o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTs, em 2009, que procurava fortalecer o programa “Brasil sem Homofobia”, além de trazer diretrizes e orientações para elaboração das políticas públicas voltadas para esses indivíduos (SIMÕES; FACCHINI, 2009). O Plano foi resultado da I Conferência (citada anteriormente) na busca por implementações que fizessem recortes de gênero e sexualidade.

Ainda na primeira década dos anos 2000, a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBTT, em 2010, apontava as direções em perspectiva nacional ao propor e formular diretrizes para ação do governo no combate às

discriminações relacionadas à orientação sexual. Assim como os outros programas e planos, o principal objetivo era fomentar a elaboração e estimular a produção de políticas públicas.

Entre 2010 e 2020, duas decisões realizadas no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) são relevantes para o movimento e para os sujeitos. A primeira delas ocorreu em 2011, com a aprovação e o reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo gênero, sendo essa uma demanda antiga do movimento, desde suas proposições no Congresso, em 1995, até a sua aprovação no âmbito do judiciário.

A segunda e mais recente foi a aprovação da criminalização da homofobia²⁸, isto é, a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passou a ser tipificada enquanto crime, a partir de 2019. O julgamento, que se estendeu por três meses (precedido por 16 anos de propostas cerceadas e atravancadas por pressão da Igreja), teve como resultado final, por oito votos a três, a decisão dos ministros em enquadrar essa conduta de discriminação na Lei de Racismo (7716/89), além de indicarem a demora do Legislativo para realizar discussão sobre essa temática, sendo essa aprovação outra demanda antiga do movimento.

A aprovação de tais medidas pelo Supremo levanta duas questões: uma que diz respeito às políticas públicas voltadas para os LGBTQs; e a outra se refere à violência direcionada a esses indivíduos. A primeira questão aponta para a omissão do Congresso e do Senado no que diz respeito à discussão e votação sobre políticas públicas que possam suprir as demandas das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Como aponta Facchini e Rodrigues (2018), o Congresso nunca aprovou nenhuma lei que garantisse os direitos dos LGBTQs; coube à instância judiciária, consoante apontado anteriormente, a aprovação de tais medidas, consequentemente trazendo essas questões para a agenda midiática, política e da sociedade.

O que torna a não aprovação de políticas públicas pelo Legislativo uma problemática é a situação desses indivíduos, cada qual com suas especificidades e particularidades de vulnerabilidade social. Os últimos dados lançados pelo governo, através do Ministério dos Direitos Humanos, apresentados em 2018 e referentes ao ano de 2016, apontam para um total de 2.964 violações de caráter LGBTQfóbico. Os dados referentes ao Disque Denúncia, conhecido como Disque 100, apresentou 1.876 denúncias com esse mesmo caráter discriminatório.²⁹

O Grupo Gay da Bahia (GGB) apresenta relatório anual de violência direcionada por questões de orientação sexual e identidade de gênero. A metodologia de coleta dos dados parte

²⁸ O termo homofobia, assim como outras siglas, também se mostra questionável e limitado. Opta-se aqui pelo termo LGBTQfobia que, apesar de também questionável, abarca identidades em maior número e significado do que o termo anterior.

²⁹ Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/lgbt/violencia-lgbtfobicas-no-brasil-dados-da-violencia>. Acesso em: 31/01/2020

do levantamento de notícias que saem na imprensa e denúncias realizadas através de redes sociais. O relatório, apesar de ser questionado por conta de sua metodologia, é uma das fontes de dados relevantes para trazer a questão da violência para o debate público. O relatório apresentado em 2019³⁰, referente ao ano anterior, mostra que 420 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais foram mortos devido à LGBTfobia. Contudo, ressalta-se que tal relatório não tem caráter oficial por duas razões: o mesmo não ser realizado por uma organização governamental e por conta de sua metodologia de coleta dos números. Porém, o relatório ganha visibilidade também pela lacuna na realização de relatórios oficiais que apontem esses números. Os números podem ser maiores do que os apresentados e coletados no relatório do GGB, visto que nem sempre uma violência LGBTfóbica é enquadrada enquanto tal.

2.4 Parada do Orgulho LGBT de São Paulo

Entre as formas de atuação do movimento destaca-se a organização e a realização das chamadas Paradas Gays (posteriormente renomeadas para Paradas do Orgulho LGBT) como forma de visibilidade massiva, comemoração e afirmação. Dizer que as paradas têm como estratégia visibilidade não significa associar a busca por evidência apenas para os indivíduos isoladamente, mas também por questões que afetam diretamente a realidade dessas pessoas, principalmente aos direitos a eles cabíveis. Algumas paradas trazem consigo como tema específico algum lema relacionado às questões que o movimento julga ser prioritárias para tais indivíduos, como a homofobia e a lei de identidade de gênero.

A necessidade de compreender a Parada enquanto evento de visibilidade, festividade e afirmação pública de identidades que mobiliza a mídia vai ao encontro de um dos objetivos da presente pesquisa, que é identificar, no período de realização do evento, se, como e quanto a mídia noticiou a Parada, além de constatar se e quais outros temas relacionados a essas identidades não normativas o evento conseguiu inserir e impactar em um jornal de grande circulação, de modo a compreender a influência que esses atores causam na agenda midiática no período de um evento de grandes proporções, além de compreender de que modo foi realizada a representação de tais indivíduos e essas temáticas a eles relacionadas.

Para auxiliar nas análises que serão realizadas posteriormente, faz-se necessário destrinchar alguns aspectos contextuais do evento para compreensão da dimensão política,

³⁰ Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contralgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acesso em 31/01/2020.

social e histórica das Paradas. Nesse caso, especificamente, são apresentadas as Paradas realizadas na cidade de São Paulo, sendo mais detalhadas aquelas que aconteceram nos anos usados como referências de análise.

Nos moldes como é realizada atualmente, a primeira edição aconteceu em 1997, mesmo que um ano antes tenha acontecido evento similar. A diferença entre o evento do ano de 1996 e 1997 foi sua configuração organizacional: esse teve sua concentração marcada para ocupar uma das principais avenidas de São Paulo, a Paulista, enquanto aquele foi realizado na praça Roosevelt. Conforme aponta Trindade, em 1996

(...) estavam presentes apenas alguns atuantes militantes, algumas *drags*, conhecidas por suas performances nas boates gays da cidade e outras personalidades da cena gay, além, vale dizer, dos punks que se solidarizavam com as reivindicações dos gays e lésbicas. Sobre a (pequena) quantidade de pessoas que compareceram ao evento, um jornalista de São Paulo sugeria que o homossexual brasileiro preferia o anonimato de seus armários à exposição pública de sua orientação sexual. (TRINDADE, 2011, P. 77).

Com o objetivo de ocupar a rua, os organizadores ligados aos grupos CAHEUSP e CORSA³¹ decidiram que, no ano seguinte, o evento aconteceria na Avenida Paulista. Os documentos foram enviados às instituições competentes para que o evento pudesse ocorrer, contudo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) apresentou a negativa ao pedido um dia antes da data marcada³². Ainda assim, o evento foi realizado e cerca de 2.000 pessoas foram para a Paulista com destino à Praça da República comemorar o orgulho gay no dia 28 de julho de 1997³³, marcando a realização da primeira “Parada do Orgulho GLT”. A temática estampada no panfleto de divulgação dizia “Somos muitos, estamos em todos os lugares e em todas as profissões”. Segundo Camargos (2018, p. 426), “o tema dessa primeira Parada deixava explícito que a proposta era buscar visibilidade, o que permanece e é enfatizado nas próximas três paradas”.

Cinco grupos de homossexuais e *drag queens*³⁴ participaram da passeata que contou com apoio de algumas entidades que ofereceram um carro com som, além de uma bandeira do arco-íris disponibilizada pela então deputada federal Marta Suplicy: “Aqueles 2000 pessoas que saíram do vão livre do MASP, rumo à Praça Roosevelt, agitavam a bandeira, gritavam palavras

³¹ CAHEUSP (Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da Universidade de São Paulo); CORSA (Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade, Amor).

³² “Parada gay sai mesmo sem permissão da CET”. *Folha de S. Paulo*. 27/06/1997.

³³ O dia 28 de junho, como dito anteriormente, é o marco internacional do orgulho gay e lésbico.

³⁴ O ser *drag queen* relaciona-se com a arte, performance e a “montação”; são pessoas que criam uma personagem ligada à comichidade e geralmente utilizam roupas que remetem ao feminino para essa criação; geralmente, a *drag* possui um nome diferente de seu criador.

de ordem, que versavam sobre igualdade de direitos, dignidade e respeito” (SILVA, 2006, p. 278). Na mídia, o evento teve pouca repercussão; na Folha de S. Paulo, os textos mais relevantes diziam respeito a proibição da CET que, ao final, não impediu o evento de ocorrer; um texto com informações anteriores ao evento³⁵ e uma nota curta após o acontecimento com alguns números sobre os participantes³⁶.

O primeiro ano da Parada foi também o ano em que o projeto de parceria civil, proposto pela então deputada Marta Suplicy, deveria ter sido colocado em votação pela Câmara dos Deputados, qual decidiu adiar a votação devido às pressões de setores conservadores e, principalmente, por parte da Igreja. Desse modo, as principais notícias a circularem sobre os homossexuais nos dias que antecederam e sucederam a Parada diziam respeito ao projeto de lei.

Segundo Trindade (2011), o evento do ano seguinte foi mais abordado pela mídia, com cobertura de jornalistas que passaram a narrar os bastidores. Além disso, o número de participantes aumentou, comparado ao ano anterior; os números variam de 6.000 a 8.000 presentes nessa segunda edição. Como a primeira Parada superou as expectativas dos organizadores, a busca por melhores condições estruturais foi necessária para a realização no ano seguinte, mesmo que a organização financeira ainda acontecesse de maneira amadora: “O PT [Partido dos Trabalhadores], PSTU [Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados] e a CUT [Central Única dos Trabalhadores] enviaram seus representantes e novamente o discurso de Marta Suplicy e seu projeto de união civil foram aclamados pelo público” (SCHIRMER, 2010, p. 55).

Na *Folha de S. Paulo*, o segundo ano, assim como o anterior, não apresentou visibilidade expressiva. O destaque é o texto opinativo³⁷ da secretária de Políticas Sociais da CUT, Maria Izabel da Silva, que traçou um percurso histórico do movimento no Brasil, destacando outras identidades não normativas, caso das travestis, mas também ressaltando a participação dos “simpatizantes” e convidando os leitores para a manifestação. O jornal enfatizou também a realização de eventos similares em outras cidades, como no Rio de Janeiro, além de apresentar os 3500 participantes, de acordo com a polícia, e destacando a presença da deputada Marta³⁸.

Segundo Silva, nos primeiros anos da Parada a visibilidade era marcada

(...) por um discurso sindical e por uma pequena militância que havia decidido mostrar a cara mas muitos eram aqueles que queriam participar e reconheciam

³⁵ “Grupos comemoram a partir de hoje semana do Orgulho Gay”. *Folha de S. Paulo*. 23/06/1997

³⁶ “Passeata gay reúne 400 pessoas em São Paulo”. *Folha de S. Paulo*. 29/06/1997

³⁷ “Sou homossexual e me orgulho disso”. *Folha de S. Paulo*. 25/06/1998

³⁸ “Capitais têm passeatas do dia do orgulho gay”. *Folha de S. Paulo*. 29/06/1998

a importância da visibilidade para a *comunidade GLBT*, mas que ainda não se sentiam suficientemente livres para agir, aparecer fosse pela família para quem ainda não se havia visibilizado, fosse para o mundo do trabalho, no qual poderia vir a sofrer sanções futuras, pelo fato de não estar no modelito normativo vigente. (SILVA, 2006, p. 281, grifos do original).

O ano de 1999 marcou a criação da Associação da Parada do Orgulho GLBT (APOGLBT), com a finalidade de gerir e organizar a Parada, uma vez que o exponencial crescimento no número de participantes durante os dois primeiros anos escancarou a necessidade de uma organização melhor qualificada. O aumento numérico representou um crescimento de 500% em relação ao ano anterior: em 1999, foram contabilizadas cerca de 35.000 pessoas. O tema era “Orgulho Gay no Brasil, rumo ao ano 2000” e os discursos faziam menção às comemorações por conta dos 30 anos da revolta de Stonewall, sendo a presença de *drag queens* e *gogo boys*³⁹ constante nas paradas.

Entre os anos 2000 e 2006, o evento continuou a se consolidar através de seu caráter massivo, atingindo seu ápice em 2006 e entrando para o *Guinness Book* (o livro dos records) com 2,5 milhões de participantes, obtendo, na data em questão, o título de maior parada do mundo. Outros eventos culturais de comemoração da Parada e do orgulho gay passaram a constituir uma semana de acontecimentos relacionados às temáticas LGBTs.

A participação de empresas privadas através do financiamento do evento é outro componente fundamental para o seu desenvolvimento, além do consequente incentivo ao comércio local. O desenvolvimento desses fatores demonstra a consolidação da percepção por parte do mercado das lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis enquanto nicho consumidor. O evento passou a constituir um atrativo turístico para a cidade de São Paulo com dimensões nacionais, pois atrai públicos de inúmeras localidades reunidos contra a homofobia.

Em 2007, o investimento do mercado se tornou maior através, principalmente, da atuação de empresas estatais, mas também do setor privado, tornando essa edição do evento a primeira a contar com patrocinadores, como grandes marcas de bebidas.⁴⁰ O foco no turismo – já que cada vez mais o evento trazia turistas – foi outro marco dessa Parada. Foram 23 trios elétricos e um público recorde de 3,5 milhões de participantes⁴¹. Diferentemente de 1997 e 1998, os textos da Folha de S. Paulo trouxeram prestação de serviços ao indicar variados eventos que ocorreram na semana da Parada, como corridas, celebrações em parques de

³⁹ Dançarinos que trabalham em boates e festas noturnas com apresentações sensuais e eróticas; geralmente possuem características corporais definidas através dos músculos avantajados e corpo padrão.

⁴⁰ “Parada do Orgulho LGBT terá patrocinadores pela 1ª vez”. *Folha de S. Paulo*. 06/06/2007

⁴¹ “Parada em São Paulo tem público recorde”. *Folha de S. Paulo*. 11/06/2007

diversão e indicação de hotéis para os turistas⁴². Tais mudanças indicam a dimensão e a influência que o evento desenvolveu na rotina da cidade. O acontecimento também foi marcado pela distribuição de uma cartilha que gerou controvérsias⁴³ ao abordar o tema de consumo de drogas com base em redução de danos, informando no panfleto as maneiras menos danosas de se consumir drogas, como a cocaína⁴⁴.

Outra marca do evento destacada pela cobertura foram as pautas que demonstraram o preconceito existente entre os próprios LGBTs. Segundo os participantes⁴⁵, o evento, depois de 11 anos, se popularizou demais. A queixa desse ecletismo era oriunda de homens e as maiores críticas estavam relacionadas ao poder aquisitivo e a aparência física dos participantes. Em última instância, essas falas indicam a predominância de normas e visões que, mesmo dentro de uma realidade cerceada pelo preconceito e pelo estigma, perpetuam-se dentro de tais contextos que muitas vezes são tidos como receptivos à “diversidade”⁴⁶. Dentro desse contexto, alguns são bem-vindos, desde que possuam poder aquisitivo e se comportem de uma determinada maneira estabelecida. Nas questões da própria vivência da sexualidade, algumas construções históricas sobre as identidades não normativas também se perpetuam ao enxergar a homossexualidade como algo negativo, visão esta reforçada, como demonstra a reportagem em questão, pelos próprios homossexuais⁴⁷. Ressalta Camargos que

Infelizmente, muitos LGBT também criticam as Paradas, ora porque muitos se acreditam discretos (não dão pinta), isto é, estão bem próximos aos padrões heteronormativos ou por não verem as Paradas com alguma importância política/democrática. Como muitos afirmam: aqui é só bagunça, apenas um carnaval fora de época, o que revela o desconhecimento do que seja espírito carnavalesco e talvez um desejo recalcado de ser europeu ou norte-americano, considerado modelo de cultura para muitos. (CAMARGOS, 2018, p. 434).

A temática principal trazia como lema o combate ao machismo, ao racismo e a homofobia, em uma tentativa de aproximação com outros movimentos identitários, caso do

⁴² “Feriado tem tom GLBT em São Paulo”. *Folha de S. Paulo*. 07/06/2007

⁴³ “Redução de danos”. *Folha de S. Paulo*. 09/06/2007

⁴⁴ “Panfleto para Parada orienta como cheirar cocaína”. *Folha de S. Paulo*. 08/06/2007

⁴⁵ “‘Nunca vi tanta gente feia’, dizem habitués”. *Folha de S. Paulo*. 11/06/2007

⁴⁶ Miskolci (2012) aponta as divergências entre abordagens que buscam valorizar a diversidade e aquelas que privilegiam um aprendizado pelas diferenças. Segundo o autor, a ideia da diversidade ao limitar as vivências sociais de maneira individual: “além de ser impossível ocupar o mesmo espaço sem se relacionar e interferir, a retórica da diversidade parece buscar manter intocada a cultura dominante, criando apenas condições de tolerância para os diferentes, os estranhos, os outros”. Já a perspectiva da diferença procura questionar e alterar relações de poder: “a diferença nos convida ao contato e à transformação; ela nos convida a descobrir o Outro como uma parte de nós mesmos” (MISKOLCI, 2012, p. 49).

⁴⁷ Em um trecho da reportagem, um entrevistado afirma sobre um grupo de heterossexuais que está participando da Parada “‘Isso aí é mais gay que eu. É uma questão de tempo’, acha o radiologista Mateus Aguiar, 26, denunciando a atitude do grupo de Lima composto por rapazes de peitão depilado etc.”

movimento negro e do movimento feminista. Conforme aponta Gohn (2013, p. 89), tais movimentos são também movimentos culturais “porque conferem aos seus participantes uma identidade centrada em fatores biológicos, étnicos/raciais ou geracional (idade)”.

No ano seguinte, em 2008, mais de 3 milhões de pessoas ocuparam a Avenida Paulista na, agora, tradicional Parada. A grande diferença em relação aos anos anteriores foi a ausência dos trios elétricos que representavam o mercado segmentado, como bares e boates voltados a esse público, sendo que o motivo do não comparecimento foi a discordância entre os preços cobrados pela APOGLBT para que a presença dos carros fosse autorizada. Ao final, alguns trios das casas noturnas acabaram entrando e seguindo o percurso (SCHIRMER, 2010).

Com o passar dos anos, a Parada se tornou, em 2008, o segundo evento em movimentação financeira e recepção de turistas da cidade de São Paulo. As notícias destacavam as orientações da organização para usar trajes contidos e, após a realização do evento, enfatizaram o caráter globalizado do mesmo, qual recebeu mais turistas do que no ano anterior⁴⁸, além da popularização em detrimento do brilho (aspecto apontado por alguns participantes como negativo)⁴⁹. Uma discussão entre membros de uma central sindical e organizadores do evento foi assunto de outra notícia, qual destacava algumas tentativas de tornar a Parada mais “popular”. Alguns sindicalistas foram levados à delegacia devido a um desentendimento com a organização que afirmou que o trio elétrico de tais indivíduos estava irregular. Segundo a polícia, eles eram integrantes do PSTU e “manifestações políticas não são permitidas na Parada”⁵⁰. Destaca-se que essa postura foi alterada nos anos seguintes - muito em virtude de demandas dos participantes e não da organização ou de instituições governamentais – nas quais as manifestações políticas foram centrais durante o evento e, consequentemente, nos textos jornalísticos.

O ano da décima segunda Parada coincide com a realização da I Conferência GLBT em Brasília, onde o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outros ministros de seu governo participaram da solenidade de abertura. A convenção trouxe a proposição de políticas públicas de combate à discriminação e à intolerância em virtude de orientação sexual ou identidade de gênero.

De 2009 a 2015 os números de participantes passaram a variar, tendo uma queda na participação nos dois últimos anos desse período. Além disso, há grandes divergências entre os dados apresentados pela Polícia Militar (nos anos em que a instituição divulgou números sobre

⁴⁸ “Em sua 12ª edição, Parada fica mais globalizada”. *Folha de S. Paulo*. 25/05/2008

⁴⁹ “Parada Gay perde em glitter e ganha em diversidade”. *Folha de S. Paulo*. 26/06/2008

⁵⁰ “Direção da Parada Gay barra carro de central sindical”. *Folha de S. Paulo*. 26/05/2008

os participantes) e pelos organizadores. Por exemplo, em 2013, a PM afirmou que foram cerca de 600 mil participantes, enquanto os organizadores contabilizaram 4 milhões.

A participação de celebridades influentes na música e na grande mídia tornou-se mais frequente. Os lemas como a luta a favor da criminalização da homofobia, pelo respeito e por direitos continuaram a figurar na passeata. A luta política dos participantes coloca em evidência as tentativas de carnavalização do evento pela mídia, qual muitas vezes destaca o lado festivo do acontecimento, em detrimento das bandeiras e simbolismo que a data representa. O evento é uma celebração e deve ser visto como festa, mas não reduzido apenas às baladas e “ferveções”⁵¹. Conforme afirma a militante Bárbara Graner e reproduz Camargos (2018, p. 429), “a Parada por si só é um fato político. O próprio fato de estarmos com nosso corpo na Paulista já é político”. Devido a sua organização – que não separa espectadores de participantes, o evento consegue mobilizar significados de modo a construir figuras e imagens que subvertem a ordem; logo, sua faceta carnavalesca também é fator relevante (CAMARGOS, 2018) – desde que não seja reduzida e construída narrativamente apenas por tais elementos.

Em 2016, foi apresentada de maneira inédita em seu lema a inclusão de pessoas trans e de temáticas relacionadas a identidade de gênero. A capa da Folha de S. Paulo no dia posterior ao evento destacou a presença de bandeiras de movimentos de travestis, transexuais e transgêneros. Foi contabilizada a participação de 17 trios elétricos e de 2 milhões de pessoas segundo os organizadores e 190 mil segundo a PM. Realizada durante um contexto político conturbado devido ao processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), inúmeros protestos contra o então presidente Michel Temer foram entoados durante o percurso e a relação entre religião e Estado entrou em pauta durante o evento⁵². Ressalta-se, contudo, que as instruções da APOLGBT eram que, nos trios elétricos, não houvessem faixas de protestos contra políticos, em virtude de uma representação movida dias antes pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, atual Movimento Democrático Brasileiro, MDB), partido do então presidente Michel Temer que foi alvo de críticas durante outro evento, a Virada Cultural Paulista que, assim como a Parada, conta com financiamento público⁵³.

Um outro acontecimento destacável dentro desse contexto político foi o não comparecimento do então prefeito da cidade, Fernando Haddad (PT); qual não foi explicado pela sua assessoria. Dias antes, o prefeito incluiu, por meio de decreto, a Parada no calendário oficial de eventos; apenas em sua 20ª edição o evento passou a figurar o calendário, mesmo já

⁵¹ Conjunto de festas e eventos que envolvem música e bebidas alcoólicas.

⁵² “Parada LGBT de São Paulo tem faixas e gritos de ‘Fora, Temer’”. *Folha de S. Paulo*. 30/05/2016

⁵³ “Parada LGBT tenta evitar protesto em trios”. *Folha de S. Paulo*. 29/05/2016

tomando grandes proporções anos antes. Outra ausência pontuada foi a da então senadora Marta Suplicy, do então PMDB. Figura marcante do evento desde sua primeira edição⁵⁴, sua ausência também foi motivo de protestos.

A 21ª edição da Parada, realizada em 2017, contou com 19 trios elétricos e reuniu, segundo os organizadores, 3 milhões de pessoas na Paulista. O lema do ano exemplificava novamente a relação entre religião, Estado e o movimento: "Independente de nossas crenças, nenhuma religião é lei. Todas e todos por um estado laico". O lema foi baseado na avaliação da organização de que grupos conservadores barram os debates sobre a criminalização da homofobia e identidade sexual nas escolas⁵⁵. Cantoras com grande destaque na mídia, como Anitta e Daniela Mercury foram as atrações principais e se apresentaram para o público nos trios em shows que duraram quase todo o dia.

Assim como no ano anterior, os protestos contra o então presidente Michel Temer foram inúmeros. O então prefeito de São Paulo, João Dória (Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB) não compareceu ao evento. O investimento das marcas também foi destaque, sendo que algumas até trocaram as embalagens de seus produtos pelas cores do arco-íris – símbolo do orgulho LGBT⁵⁶.

2.5 O que é sexualidade para a *Folha de S. Paulo*

Bem como descrito no capítulo anterior, torna-se importante compreender e relatar de que modo as concepções sobre sexualidade, identidade de gênero e sexo são constituídas no manual de redação da Folha – um guia normativo para a prática jornalística nessa empresa. Para tanto, nos mesmos moldes da busca pela compreensão de notícia, faz-se nesse tópico uma consulta ao conteúdo dos dois manuais referentes às datas utilizadas como parâmetro de análise das notícias veiculadas pela Folha de S. Paulo.

• **Manual de redação – Edição de 1992**

Na edição de 1992, o detalhamento nos termos e cuidados na hora de se referir às identidades não normativas são numerosos. Foram encontrados na descrição dos termos e palavras presentes no conteúdo do encarte os verbetes de acordo com o seguinte quadro:

⁵⁴ “Pela 1ª vez desde 2013, Haddad não comparece”. *Folha de S. Paulo*. 30/05/2016

⁵⁵ “Parada LGBT terá protestos contra interferência religiosa”. *Folha de S. Paulo*. 18/06/2017

⁵⁶ “LGBTodos”. *Folha de S. Paulo*. 19/06/2017

Quadro 1: Verbetes com nomenclaturas referentes às identidades não normativas encontradas no *Manual*, da edição de 1992.

Palavra	Significado e/ou instrução para uso
Bicha	Nunca use esta forma preconceituosa para qualificar homossexual masculino, exceto em transcrição de declaração.
Boneca	Nunca use para designar homossexual.
Gay	Não use este termo militante para designar homossexual, exceto em nome de entidade ou ao reproduzir declaração textual.
Homossexual	É o termo adequado para designar quem tem preferência sexual por pessoa no mesmo sexo. Dê a informação apenas quando for relevante no contexto da notícia.
Lésbica	Pode ser usado para designar homossexual feminino, se for relevante para o contexto da notícia.
Sapatão	Não use para designar mulher homossexual. Prefira lésbica.

Fonte: elaborado pelo próprio autor baseado no *Manual da Folha*, 2020.

O manual apresenta termos que seriam adequados em detrimento de outros considerados inapropriados para designar tais indivíduos. “Antes de escrever: bicha, veado, fresco, boneca, traveco, sapatão, ela calça 42 veja se você não quer simplesmente dizer: homossexual, travesti, lésbica mas também não exagere, escrevendo: gay (significa feliz), alfenado, safista” (MANUAL, 1992, p. 270).

É notável a ausência de designações para outras identidades, como transexuais e travestis, além de não demonstrar nenhuma instrução quanto ao uso do sufixo em “homossexualismo”, que remete a doença, mesmo que o termo tenha sido retirado do catálogo de doenças em 1985 do Inamps (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), no Brasil. A designação de “gay” enquanto termo “militante” demonstra a negação por parte do jornal em utilizar uma palavra reivindicada por parte do próprio movimento com a finalidade de esvaziar seu sentido pejorativo.

Na compreensão de preconceito, o verbete contém a expressão “preferência sexual”, em detrimento de “orientação”, uma demanda do movimento desde os anos 80.

A Folha não qualifica ninguém por sua origem étnica, confissão religiosa, situação social, **preferência sexual**, deficiência física ou mental- exceto quando for relevante para a notícia: O primeiro governador negro dos Estados Unidos; O médico Simon LeVay, ele mesmo homossexual, encontrou estruturas

diferentes nos cérebros de dezenas de homossexuais mortos por Aids (MANUAL..., 1992, p. 103, grifo nosso).

A identificação de fontes ou personagens de acordo com sua “preferência sexual” apenas caso seja relevante para o contexto da notícia é reiterado em outro verbete: “não inclua na identificação do personagem da notícia sua cor, etnia, religião, partido político, preferência ideológica ou **opção sexual**, exceto quando for relevante no contexto” (MANUAL..., 1992, p. 80, grifo nosso).

Já o conceito de minoria pode, para a empresa, ser compreendido enquanto quantitativo ou político. O verbete apresenta a existência de minorias sexuais sem especificá-las.

São chamados de minorias grupos distinguidos por sua aparência física, linguagem, cultura, religião ou mesmo poder econômico. As minorias étnicas, raciais, religiosas, sexuais, políticas, ideológicas ou de qualquer outro tipo devem ser tratadas sem preconceitos pela Folha. (MANUAL..., 1992, p. 92)

• *Manual da Redação – Edição de 2001*

A principal diferença entre a edição de 2001 e a anterior é a diminuição nas especificações de palavras descritas e relacionadas aos LGBTs. Se antes o manual especificava em verbetes as formas de se identificar e não identificar tais indivíduos, na edição atualizada a única recomendação que permanece diz respeito à palavra “gay”: “**Gay** – admite-se essa palavra como sinônimo de homossexual” (MANUAL..., 2001, p. 71). Por um lado, há a compreensão do termo não mais como “militante”, por outro, a ausência de descrições sobre a questão de diversidade sexual no manual se faz notável.

Ainda que tais especificações possam acarretar em engessamentos identitários, essa ausência no uso de termos que designem outras identidades e sua redução ao termo gay indica a falta de orientação no que diz respeito a esse tema. O manual traz seções para assuntos específicos, como noções médicas e legais, mas não apresenta nenhuma seção que busque exemplificar e destrinchar conceitos sobre as identidades não normativas. Esses pontos, por mais pormenores que pareçam, dão alguns indícios relevantes, como a forma pela qual o jornalista é instruído caso tenha que realizar a cobertura de evento ou relatar alguma notícia que envolva tais sujeitos e também a recepção por parte da sociedade através do contato com o texto produzido e orientado por tais instruções.

O uso de termos pejorativos entrou em uma nova categoria, antes inexistente no manual. O verbete orientação sexual passa a instruir quanto a não utilização de palavras como “bicha,

boiola e sapatão”. A adoção de “orientação sexual”, uma demanda antiga por parte do movimento, passa a ser descrita no texto.

A Folha não discrimina negativamente orientação sexual nem se refere de maneira pejorativa nenhuma delas. Não use, ao menos em textos noticiosos, termos depreciativos como bicha, boiola e sapatão. A Folha não identifica personagem do noticiário por sua **orientação sexual**, a não ser quando isso for relevante no contexto da informação. Exemplo: O ministro Fulano de Tal, que ontem revelou ser homossexual, foi exonerado do cargo. A Folha não revela orientação sexual, a não ser quando o personagem a admite (MANUAL..., 2001, p. 90, grifo nosso).

Além disso, as instruções quanto aos termos e expressões usados na identificação de pessoa, minoria e preconceito permaneceram. Mesmo com a adoção do verbete orientação sexual, o texto mantém a designação “preferência sexual” inserido no verbete preconceito, o que demonstra ambiguidade na escolha do termo que se refira a essa especificidade, indicando a disputa de vozes presentes no jornal:

A Folha também não qualifica ninguém por sua origem étnica, confissão religiosa, situação social, **preferência sexual**, deficiência física ou mental - exceto quando for relevante para a notícia: O primeiro governador negro dos Estados Unidos; O principal ativista homossexual norte-americano foi recebido pelo papa. Pode-se usar a palavra gay como sinônimo de homossexual (MANUAL..., 2001, p. 94, grifo nosso).

Uma última observação refere-se ao verbete “Aids”, que apresenta como instrução para os jornalistas revelar a orientação sexual de pessoas que tenham morrido em decorrência da doença apenas se a houver autorização da família. De certo modo, tal instrução constrói o pensamento que a doença possui relação com a orientação sexual do indivíduo portador, o que, ainda durante os anos 90, começou a ser desconstruído pela medicina.

Quando a morte de alguém decorrer de Aids, não omita a causa (nos diagnósticos e autópsias, quase nunca a Aids é mencionada, e sim outras doenças decorrentes da síndrome, como pneumonia). Nesses casos, a Folha só revela a orientação sexual do personagem morto se houver autorização da família (MANUAL..., 2001, p. 71).

3 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

O terceiro capítulo apresenta o percurso metodológico para realização das análises das notícias, qual também será detalhado no decorrer do texto. Primeiro, será apresentada a hermenêutica de profundidade como método e a análise de conteúdo como técnica de investigação. Em um segundo momento, será descrito o processo de busca das notícias no acervo da Folha de S. Paulo, além de uma breve exposição acerca da história do jornal. Por fim, serão apresentadas as notícias encontradas em duas das seis datas de referência utilizadas para o levantamento dos textos jornalísticos.

3.1 Hermenêutica de profundidade e análise de conteúdo

Para análise dos textos jornalísticos, o método utilizado é a hermenêutica de profundidade (HP), proposta por John B. Thompson (2011). Segundo o autor, “este referencial coloca em evidência o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação” (THOMPSON, 2011, p. 355).

A partir das três etapas propostas por Thompson enquanto referencial metodológico da HP, sendo elas: análise sócio-histórica; análise formal ou discursiva; e interpretação/reinterpretação, procurou-se submeter o material encontrado. As etapas não devem ser vistas a partir de uma perspectiva de estágios separados, “mas antes como dimensões analíticas distintas de um processo interpretativo complexo” (THOMPSON, 2011, p. 365).

A primeira fase da HP é a análise sócio-histórica, qual apreende o fato de formas simbólicas existirem em relação a um determinado contexto social e histórico específico. A segunda fase diz respeito ao fato de os objetos que circulam serem “*construções simbólicas complexas que apresentam uma estrutura articulada*” (THOMPSON, 2011, p. 369, grifos do original). Para tanto, são várias as formas de se conduzir essa segunda etapa, dependendo de cada objeto ou condições de análise: análise semiótica, análise de conteúdo, análise narrativa, etc. Por fim, a terceira etapa consiste na interpretação, que, apesar de ser embasada pela segunda fase, é difusa dessa, pois, segundo Thompson (2011, p. 375, grifos do original), “*por mais rigorosos e sistemáticos que os métodos da análise formal ou discursiva possam ser, eles não podem abolir a necessidade de uma construção criativa do significado, isto é, de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito*”.

Sendo essas as três fases propostas por Thompson (2011) para utilização da hermenêutica de profundidade, no tópico percurso metodológico será apresentado como cada

uma dessas etapas está presente nas análises que são realizadas no capítulo seguinte. Para a análise formal, optou-se pela técnica da análise de conteúdo, descrita a seguir.

A técnica utilizada na presente pesquisa é a análise de conteúdo, desenvolvida nos Estados Unidos até os anos 1940. A predominância de estudos quantitativos e de análise de material jornalístico marca esse primeiro momento de desenvolvimento das pesquisas que utilizam tal técnica. O fascínio pela medida é percebido através das pesquisas que buscam frequências através do tamanho métrico dos textos jornalísticos, localização na página e tamanho dos títulos. Com o passar dos anos e das revisões sobre a técnica, aspectos quantitativos e qualitativos passaram a compor a utilização da mesma, como nos apresenta Fonseca Júnior (2011):

Atualmente, embora seja considerada uma técnica híbrida por fazer a ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa de materiais (BAUER, 2002), a análise de conteúdo oscila entre esses dois polos, ora valorizando aspecto quantitativo, ora o qualitativo, dependendo da ideologia e dos interesses do pesquisador (FONSECA JÚNIOR, 2011, p. 285).

A partir da segunda metade do século XX, com as novas contribuições para análise de conteúdo, a compreensão da técnica a partir de aspectos como a inferência (qualitativo) ligados ou não a aspectos quantitativos passou a dominar o campo. “A inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre aspectos latentes da mensagem analisada” (FONSECA JÚNIOR, 2011, p. 284). Através dos índices explicitados nas mensagens analisadas, é possível inferir aspectos seja do locutor ou do interlocutor no processo comunicativo. A inferência é o momento mais produtivo da análise, no qual o pesquisador constrói sua análise a partir de informações que não estariam evidentes.

A escolha dessa técnica se dá devido ao fato de que “apenas a análise de conteúdo cumpre os requisitos de sistematicidade e confiabilidade”, conforme aponta Fonseca Júnior (2011, p. 285). A análise é dividida em três fases, de acordo com Bardin (2011):

1. A pró-análise que constitui a primeira fase da pesquisa na qual são escolhidos os documentos que serão analisados, a formulação das hipóteses e dos objetivos, além de indicar alguns aspectos que contribuirão com a análise final;
2. A exploração do material no qual o objeto de análise é codificado de acordo com padrões estabelecidos previamente;
3. Tratamento dos resultados obtidos e interpretação no qual a matéria prima é organizada de modo a se tornar significativa.

Desse modo, segundo Bardin (2011, p. 37), a análise de conteúdo

(...) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

A autora apresenta várias técnicas para realização das análises. Entre as apresentadas, o presente estudo utiliza a análise categorial semântica que “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (BARDIN, 2011, p. 201). Os critérios são classificados em:

- a) Semântico: através de categorias temáticas;
- b) Sintático: verbos, adjetivos;
- c) Léxico: classificação das palavras de acordo com seu sentido;
- d) Expressivo: perturbações da linguagem.

3.2 A *Folha de S. Paulo*

A opção pela análise do material oferecido pelo jornal *Folha de S. Paulo* impõe, como primeira medida, um breve enfoque da trajetória e características deste órgão da imprensa. O jornal de circulação diária foi fundado em 1921 e, na ocasião, levava o nome de “Folha da Noite”. Segundo Luca,

O leitor urbano pertencente às camadas médias – pequenos comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, atores ausentes no cenário dominado pelas oligarquias – esteve na mira dos empreendimentos jornalísticos, como exemplifica o lançamento do vespertino paulistano *Folha da Noite* (1921). Olivial Costa e Pedro Cunha lideraram o primeiro momento do jornal, de maneira que, três anos depois, a publicação é proibida de circular (LUCA, 2012, p. 165).

Logo após a censura à *Folha da Noite*, foi criada a *Folha da Tarde*, com o mesmo corpo de jornalistas do veículo anterior. Com a queda da censura à *Folha da Noite*, o jornal voltou a levar seu antigo nome e, um ano depois, mais um jornal é fundado pelo grupo, a *Folha da Manhã*. Essa primeira fase dos jornais perdurou até 1931, uma vez que Diógenes de Lemos, Octaviano Alves de Lima e Guilherme de Almeida compraram a empresa. Até 1945, o jornal passou a defender os interesses dos produtores rurais paulistas. Quando as ações do jornal passaram a ser predominantemente de José Nabantino Ramos, foi fundada novamente a *Folha da Tarde*, que circulou até o dia 21 de março de 1999, data em que o jornal *Agora São Paulo* passou a ser publicado. Em 1960, os três títulos foram agrupados sob o nome de *Folha de S.*

Paulo. Segundo o *Manual da Redação*, “o jornal adotou a linha editorial identificada com os interesses das classes médias urbanas do Estado” (2015, p. 108).

Dois anos após a junção dos títulos, Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumiram o controle do jornal em um momento político conturbado, além de ser um momento em que o periódico passava por dificuldades financeiras. Após um período de cinco anos, quando foi realizada a estabilização financeira, os empresários passaram a investir em tecnologias de impressão e circulação do periódico.

O primeiro projeto editorial foi elaborado em 1978, passando pelo período das “Diretas já” e alcançando, em 1980, a maior tiragem entre os jornais do país. Segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC Brasil), em 2019⁵⁷, a circulação impressa do jornal foi de mais de 92 mil exemplares; já em relação aos exemplares pagos diários, o periódico passou a marca de 328 mil, à frente de *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, sendo líder também na circulação digital, com mais de 236 mil leitores.

Atualmente, a versão impressa é composta por cadernos, os quais agrupam os textos jornalísticos de acordo com suas finalidades. Alguns cadernos circulam diariamente, enquanto outros circulam semanalmente. Segundo o site da empresa⁵⁸, atualmente os cadernos diários são: Poder, Mundo, Ciência, Cotidiano, Esporte, Mercado, Ilustrada e Corrida; enquanto os cadernos de circulação semanal são: Turismo, Ilustríssima e Classificados; outros cadernos de circulação esporádica são: Equilíbrio, mpme (micro, pequena e média empresas), Saúde e Folha Invest.

Também em seu *Manual da Redação*, o jornal diz colocar em cheque questões relacionadas à crítica, pluralidade e apartidarismo, de modo que o jornalismo tome tais valores de maneira mais qualificada: “Isso não significa que o jornalismo deva aplacar a sua disposição crítica, mas refiná-la e torna-la mais aguda num ambiente que não é mais dicotômico, no qual o debate técnico substituiu, em boa medida o debate ideológico” (2015, p. 17).

3. 3 Percorso metodológico

A indagação inicial que levou ao desenvolvimento da presente pesquisa surgiu quando desenvolvi meu projeto de iniciação científica, no ano de 2016, cujo tema pesquisado tinha relação com o agendamento de notícias na grande mídia por parte do portal do Supremo

⁵⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/folha-cresce-e-lidera-circulacao-entre-jornais-do-pais-em-2019.shtml>. Acesso 01 fev. 2020.

⁵⁸ Disponível em: <http://www.publicidade.folha.com.br/folha/cadernos/>. Acesso em 01 fev. 2020.

Tribunal Federal⁵⁹. Durante a pré-análise, na busca pelas notícias sobre a classificação indicativa, parâmetro de análise para o projeto em questão, encontrei uma notícia, dias antes da realização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, que versava sobre o consumo de drogas em baladas voltadas aos LGBTs. A veiculação de notícia com esse teor durante período em que o evento está em evidência dentro da agenda dos *media* e também da agenda pública levantou alguns questionamentos: de que maneira os LGBTs são representados ao longo desse período de maior visibilidade? A maioria das notícias é sobre o evento ou sobre outros assuntos que afetam a realidade dessas pessoas? Desse modo, o problema de pesquisa diz respeito a produção noticiosa do jornal de circulação diária Folha de S. Paulo com a finalidade de compreender: qual a identidade atribuída aos indivíduos que escapam os padrões e modelos identitários – constituindo as chamadas identidades não normativas – através de uma mobilização de assuntos e temas agendados a partir de um evento massivo em um jornal da grande mídia?

Dessa maneira, surgiu o tema que desenvolveria no meu mestrado. Mais do que essas indagações anteriores, também tive interesse em descobrir de que maneira a representação foi se alterando ou não com o passar dos 21 anos de realização da Parada em São Paulo. Por essa razão, foram escolhidas as datas que serão explicadas ainda nesse tópico, além das categorias que procuram contribuir na compreensão da forma como um tema é mobilizado e são delimitadas as identidades por um jornal de grande circulação e, conseqüentemente, de grande alcance e impacto no debate público, como a Folha de S. Paulo.

A partir das fases da hermenêutica de profundidade procurou-se, durante os levantamentos históricos já apontados nos capítulos anteriores e na descrição das notícias nas categorias de análise, indicar os fatores sócio-históricos nos quais os textos jornalísticos encontrados estavam inseridos. Nos dois primeiros anos, questões ligadas ao poder legislativo foram frequentes, portanto, a descrição desse contexto é relevante para a primeira etapa proposta, além das condições sociais e históricas do movimento homossexual no Brasil e, sobretudo, a constituição histórica das identidades LGBTs.

Para a análise formal e seguindo a proposta de Bardin (2011) sobre as etapas para análise, a primeira parte da pesquisa, a pré-análise, é na qual ocorre a leitura flutuante, estabelecendo o primeiro contato com os documentos que serão analisados, “deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 2011, p. 126). A constituição desse conjunto

⁵⁹ Para mais informações sobre o estudo em questão, consultar os anais do “XXIX Congresso de Iniciação Científica”. O diálogo externo do Supremo Tribunal Federal: o agendamento da *Folha de S. Paulo* relacionado à classificação indicativa. Autores: José Felipe Vaz de Assis; Prof. Dr. Carlo José Napolitano. Disponível em: https://prope.unesp.br/cic/admin/ver_resumo.php?area=100089&subarea=27770&congresso=39&CPF=40146244800.

de materiais é denominada *corpus*, isto é, os documentos que serão analisados. Antes de começar a busca, foi necessário estabelecer quais datas seriam utilizadas como norteadoras de busca no acervo digital.

A primeira hipótese é que, em um período de realização de um evento massivo e de grande visibilidade, como é o caso das Paradas do Orgulho LGBT, outros temas relacionados a esses indivíduos seriam veiculados e publicados pelo jornal. Portanto, como base de referência foram escolhidos os seguintes anos: 1997 e 1998; 2007 e 2008; 2016 e 2017. Em cada ano, foram separados 15 jornais: 7 deles são anteriores a data de realização da Parada, enquanto os outros 7 são posteriores ao evento e, juntamente com a edição do próprio dia do evento, são totalizados 15 exemplares de análise por ano e 90 exemplares totais.

Figura 1: Acervo online da Folha de S. Paulo.



Fonte: Acervo Folha, 2020.

A escolha pelo impresso se deu uma vez que, durante a realização do evento nos dois primeiros anos e prolongando-se até mesmo em 2007 e 2008, a internet ainda era incipiente no país. Para uma compreensão da representação de maneira igualitária entre os anos, seria necessário escolher uma forma de circulação idêntica em todo o período, por isso, a escolha do

impresso em todas as datas. A *Folha de S. Paulo* disponibiliza todos os exemplares impressos na íntegra e gratuitamente em seu acervo online (Figura 1).

A busca dentro do acervo apresentou dificuldades. Em primeiro lugar, o visualizador do próprio site dificulta a leitura e a busca nos exemplares. Ao assinante do periódico é disponibilizada a opção de imprimir ou salvar os arquivos no computador. Portanto, para que a busca pudesse ser realizada e para que os arquivos pudessem ser consultados a qualquer momento, optou-se por salvar todos os jornais, página por página, o que, conseqüentemente, dá a garantia de que os materiais estarão a salvo, além de permitir busca dinâmica nas publicações.

O *download* dos jornais gerou 4.468 arquivos de página única ou página dupla, sendo eles, em sua maioria, arquivos de página dupla. Dessa maneira, pode-se apontar que foram analisadas aproximadamente nove mil páginas do período analisado. O critério para seleção das notícias é a discussão de temas relacionados à Parada do Orgulho LGBT ou a qualquer assunto que estivesse relacionado explicitamente às lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou qualquer outra identidade LGBT.

Após a leitura e busca nos jornais, foram encontrados 283 textos jornalísticos que tratavam dos assuntos citados anteriormente. Para que os textos fossem dispostos de maneira organizada, foi criada uma tabela para distribuir as informações encontradas. As tabelas completas de todas as datas esquematizadas de acordo com o modelo anterior podem ser encontradas no apêndice do presente texto (Quadro 2).

Quadro 2: Exemplo de sistematização dos dados encontrados.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Página	Gênero	Assunto	Tema
27/06/1997	Por que homens gays são suscetíveis à aids?	Daniel J. Kevles	Ilustrada	12	Opinativo	Outro	Aids
28/06/1997	Gays fazem passeata no Rio e em SP	Paulo Sampaio e Fernanda da Escóssia	Cotidiano	7	Informativo	Parada	Parada

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Ainda assim, algumas edições presentes nos dois primeiros anos, principalmente do ano de 1998, estavam com leitura prejudicada devida à digitalização dos documentos. Assim sendo, os textos encontrados nessa situação foram consultados pessoalmente no Arquivo Público do Estado de São Paulo, localizado na cidade de São Paulo. A busca permitiu completar os textos ausentes do primeiro bloco de datas de referência.

Ressalta-se que a busca pelos textos seguiu algumas regras propostas por Bardin (2011) para a escolha dos documentos para análise, sendo elas: a) regra da exaustividade: não se deve deixar de fora nenhum elemento depois de definido o *corpus*; b) regra da representatividade: pode-se usar parte da amostra para generalizar o *corpus*, caso a amostra seja parte representativa de todos os elementos; c) regra da homogeneidade: os documentos devem obedecer a critérios de seleção semelhantes; d) regra da pertinência: os documentos devem corresponder aos objetivos da pesquisa.

Com a delimitação do *corpus* e a sistematização dos dados, foi realizada nova leitura dos arquivos, classificando-os de acordo com seu assunto e tema. Essa classificação resultou em duas categorias de análise estabelecidas para os objetivos da pesquisa. Nesse momento, portanto, a segunda fase, foram estabelecidas as categorias de análise. Além do assunto e tema, a localização do texto dentro do jornal através dos cadernos ou editorias e a sua classificação enquanto gênero jornalístico.

Apresentados os percursos de coleta e separação dos materiais, destacam-se agora os objetivos do presente estudo, sendo eles:

1. Identificar os textos jornalísticos relacionados à Parada e aos LGBTs nos anos de 1997, 1998, 2007, 2008, 2016 e 2017, durante os sete dias que antecedem e sucedem a Parada dos respectivos anos;
2. Verificar de que maneira é atribuída uma identidade a esses indivíduos através dos textos noticiosos, constituindo uma representação de tais sujeitos, através de categorias de análise;
3. Averiguar o assunto dos textos, de modo a compreender se a Parada mobilizou um jornal da grande mídia ao agendar outros temas que não só os do evento;
4. Traçar um comparativo da representação dos LGBTs dentro das datas analisadas.

Optou-se pela utilização da análise categorial semântica, que opera a partir da lógica das categorias temáticas. Ainda que a utilização semântica tenha sido escolhida, não significa que aspectos sintáticos ou lexicais não sejam considerados dentro da terceira etapa, a interpretação.

As categorias de análise estão estabelecidas no seguinte quadro (Quadro 3).

Quadro 3: Categorias de Análise.

Categoria	Descrição
Assunto	A primeira categoria estabelecida diz respeito ao assunto do texto jornalístico. O assunto, compreendido de maneira mais ampla que o tema, divide-se em duas

	possibilidades: Parada ou Outro. A finalidade dessa categoria é compreender se outros assuntos, além da Parada, foram veiculados nos períodos analisados.
Temática	A categoria tema tem relação com a definição específica sobre o conteúdo do texto jornalístico. Dentro dessa categoria, espera-se que a análise contribua para compreensão da representação dos LGBTs a partir da perspectiva temática.
Referência ao sujeito	Em conjunto com a categoria “tema”, a referência ao sujeito diz respeito a construção textual do texto noticioso ao fazer menção aos indivíduos LGBTs; busca-se verificar se a referência é específica (delimitando uma das identidades) ou geral (utilizando termos genéricos ao designar tais sujeitos), indicando os engessamentos identitários utilizados pelo texto noticioso na construção de narrativas sobre identidades não normativas.
Utilização de fontes	A utilização das fontes diz respeito aos personagens que foram utilizados dentro dos textos para identificar as vozes predominantes nas narrativas, verificando também se há discurso direto ou indireto. Acredita-se que dar voz não só à especialistas e figuras de autoridade, mas também aos indivíduos que são tocados por esses temas seja fator essencial na constituição da narrativa jornalística.

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

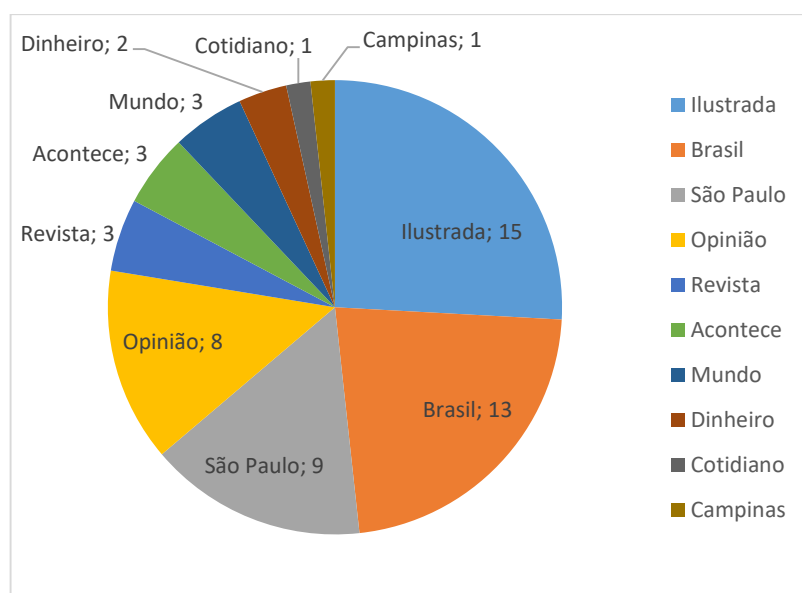
Depois da exploração do material e elaboração das categorias de análise foi possível realizar a terceira etapa, a chamada interpretação, a partir das inferências possibilitadas pela análise dos materiais, no caso, dos textos jornalísticos, cujos tópicos serão apresentados na seção “discussão”, após as análises. Ainda antes de adentrar na descrição das análises, será realizada uma apresentação das notícias encontradas em cada data referência.

3.4 Apresentação dos textos jornalísticos

3.4.1 Textos referentes à 1997 e 1998

Os textos encontrados nas duas primeiras datas de referência, quais correspondem ao primeiro bloco de análise, somam 94 textos. Elemento relevante levantado após o tabelamento dos dados foi a localização dos textos dentro dos cadernos e editoriais do jornal. Em 1997, os textos apareciam majoritariamente nos cadernos “Ilustrada”, “Brasil”, “São Paulo” e “Opinião”, respectivamente. De acordo com o site do jornal, a seção “Ilustrada” “traz a cobertura completa de cultura, artes e espetáculos. É o mais completo de seu segmento e tem entre seus colaboradores os mais respeitados articulistas e colunistas do jornalismo cultural do País”⁶⁰. Já “Brasil” e “São Paulo” trazem assuntos relacionados, respectivamente, ao país, à capital paulista e a todo o estado sobre política, polícia e cotidiano. O caderno “Opinião” é voltado aos editoriais, artigos de opinião, cartas dos leitores, além de charges e tirinhas (Gráfico 1).

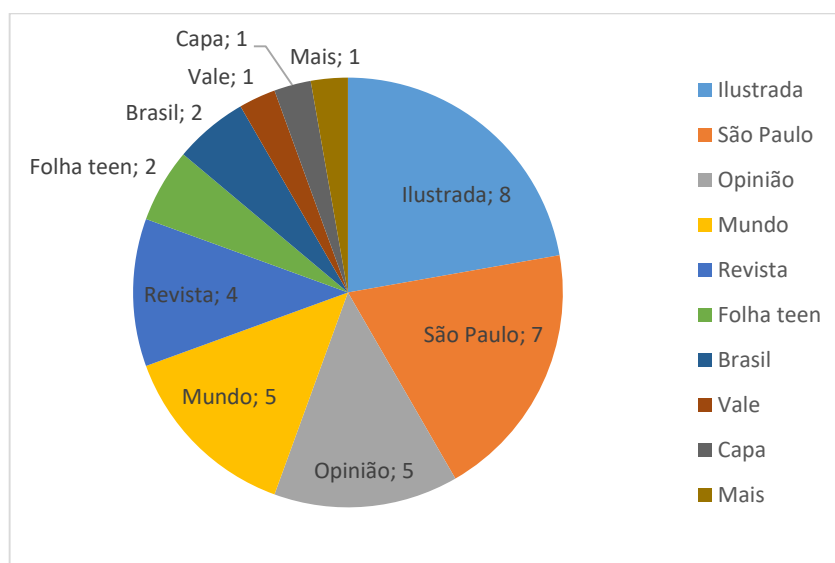
Gráfico 1: Textos divididos por caderno em 1997.



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Já em 1998, a predominância se deu nos cadernos “Ilustrada”, “São Paulo” e “Opinião”, respectivamente. A divisão entre os cadernos ocorreu de maneira mais equilibrada no ano em questão (Gráfico 2).

⁶⁰ Disponível em: <http://www.publicidade.folha.com.br/folha/cadernos/ilustrada/>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

Gráfico 2: Textos divididos por caderno em 1998.

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

A principal diferença entre os textos de 1997 e 1998 é a configuração do texto; enquanto no primeiro ano predominaram as notas curtas principalmente na coluna “Painel”, no caderno Brasil; no segundo ano os textos eram mais longos e detalhados. Grande parte dos textos de 1998 pode ser enquadrada como notícia, enquanto em 1997 há maior presença de notas. Mesmo com a predominância dos textos informativos, há grande presença dos textos opinativos em ambas as datas. Entre cobertura local e internacional, o ano de 1998 apresentou mais notícias de outros países relacionadas à temática pesquisada; enquanto em 1997 realizou-se maior cobertura de assuntos nacionais. As relações estabelecidas entre esses dados e os textos serão retomadas posteriormente.

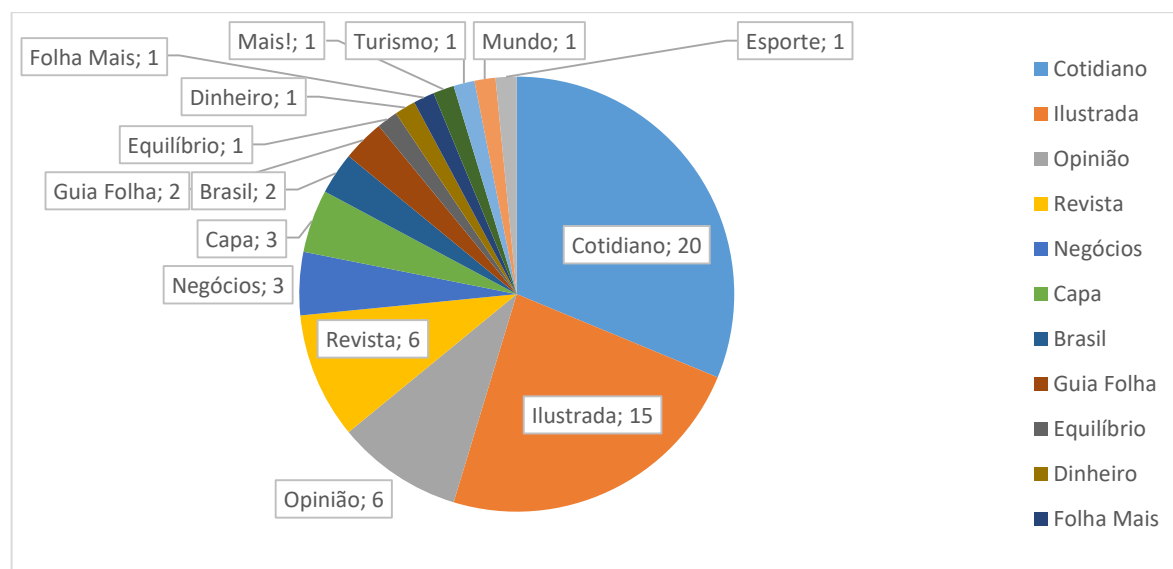
3.4.2 Textos referentes à 2007 e 2008

No segundo bloco de datas de referência, foram encontrados 125 textos, sendo esse conjunto com mais notícias dentro das datas selecionadas, seja sobre a Parada ou sobre outros assuntos agendados pelo evento. Em 2007, a predominância foi no caderno “Cotidiano”, que não figura nos anos anteriores, seguido pela “Ilustrada”, “Opinião” e “Revista”. O caderno cotidiano, segundo o site da organização, “faz a cobertura dos principais fatos nas áreas de educação, urbanismo, violência, saúde pública, ambiente, administração pública e comportamento”⁶¹. A revista é um encarte separado do restante do jornal e apresenta temas

⁶¹ Disponível em: <http://www.publicidade.folha.com.br/folha/cadernos/cotidiano/>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

divergentes do *hard news*, ligados a comportamento, além da agenda cultural, sendo mais similar aos temas veiculados na “Ilustrada”⁶² (Gráfico 3).

Gráfico 3: Textos divididos por caderno em 2007.

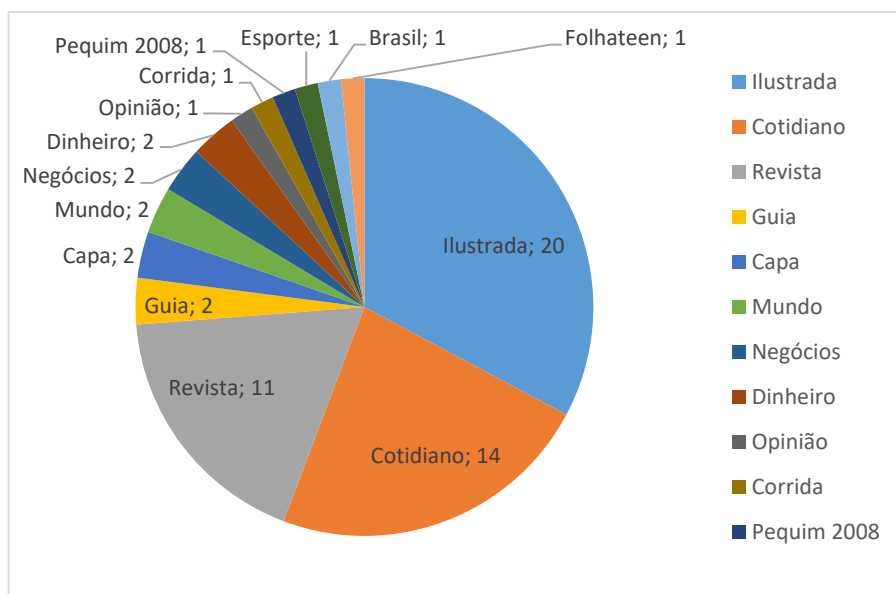


Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Em 2008, o panorama permaneceu similar, com inversão entre o primeiro e segundo lugares, uma vez que “Ilustrada” continha mais notícias, seguido por “Cotidiano” e “Revista”. O restante dos textos apresentou-se dividido em proporções parecidas nos outros cadernos (Gráfico 4).

Gráfico 4: Textos divididos por caderno em 2008.

⁶² O site não apresenta a definição do caderno “Revista”, possivelmente por ter parado de circular.

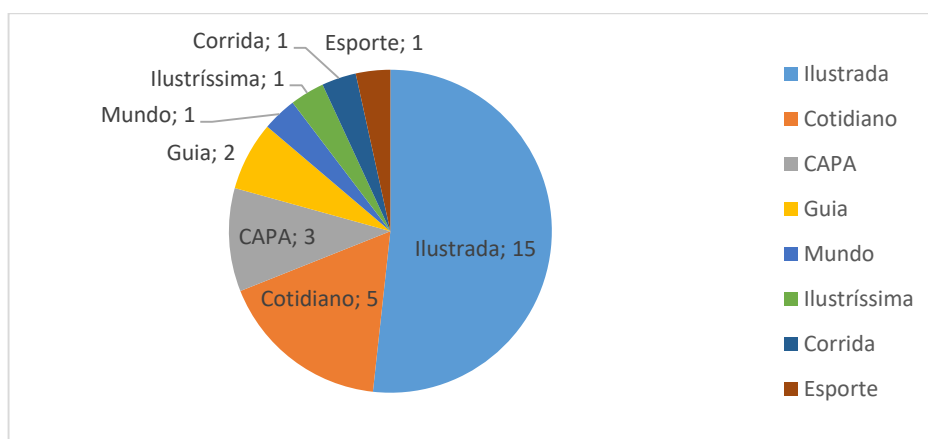


Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

3.4.3 Textos referentes à 2016 e 2017

Na soma total de textos, o último bloco referencial apresentou 64 notícias, sendo o menor número entre as datas analisadas. Diferentemente do contexto inicial, no qual a Parada ainda era uma manifestação de pequeno porte (o que pode indicar o porquê de o número de notícias ser inferior aos anos 2007 e 2008, quando o evento atingiu seu ápice), em 2016 e 2017 a quantidade de páginas do jornal foi reduzida. Essa diminuição foi observada enquanto os jornais eram analisados, uma vez que a quantidade de arquivos foi diminuindo, principalmente nos dois últimos anos. Em 2016, os textos se concentraram nas editorias “Ilustrada” e “Cotidiano”, respectivamente. A divisão dos textos nas outras editorias dá-se de maneira regular (Gráfico 5).

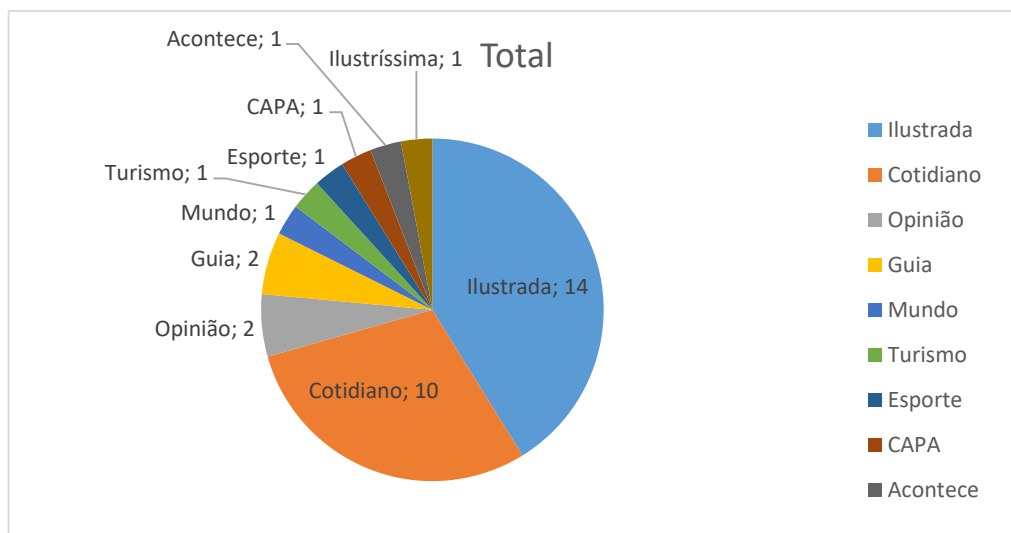
Gráfico 5: Textos divididos por caderno em 2016.



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

A mesma divisão foi observada em 2017. Assim como o ano anterior, os textos predominaram na “Ilustrada” e no caderno “Cotidiano” e a divisão em outras editorias dos textos restantes também foi regular (Gráfico 6).

Gráfico 6: Textos divididos por caderno em 2017.



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Essa breve apresentação dos textos é necessária para evidenciar alguns aspectos da produção jornalística que atravessam as análises a seguir. Ao expor as editorias e cadernos nos quais os textos são mais frequentes, demonstra-se um certo padrão que apresentou poucas variações com o passar dos anos. É possível observar que as editorias “Ilustrada” e “Cotidiano” foram dominantes nos anos analisados, com algumas exceções e alterações estruturais no jornal, mas que seguiram um padrão: apresentar os textos em cadernos que tratam de temas culturais e vinculados à arte e outros relacionados ao comportamento. Mais do que mostrar em quais cadernos os textos são mais frequentes, também é possível identificar as exceções: esporte, saúde, negócios e dinheiro apresentaram escassez na presença desses assuntos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta uma análise dos resultados obtidos a partir dos textos encontrados e já descritos anteriormente. Optou-se por realizar a análise em blocos de datas de referência, agrupadas em dois anos de intervalo (1997 e 1998; 2007 e 2008; 2016 e 2017). O capítulo dividiu-se de acordo com as datas de referência e se subdividiu segundo as categorias estabelecidas para a interpretação dos dados. Vale destacar que para cada categoria foram escolhidos alguns textos representativos seguindo a regra da amostragem, devido à grande quantidade de textos encontrados; além do fato de termos uma variabilidade de textos de acordo com os anos e as categorias, em virtude da necessidade de exemplificar a maior quantidade de textos possíveis em cada ano e cada categoria, ademais alguns textos foram utilizados em mais de uma categoria.

4.1 Primeiro ano da primeira data referência: 1997

A quantidade de textos encontrados na primeira data referência totalizam 94 unidades de análise, sendo 58 delas encontrados em 1997. Devido à grande quantidade, optou-se por utilizar amostras significativas em cada categoria de análise determinada durante as fases propostas por Bardin (2011) para o percurso analítico e já apresentadas previamente; em cada categoria, será descrito quais textos foram utilizados para as análises.

4.1.1 Assunto

Para a primeira categoria foram escolhidos seis textos do *corpus* referente a 1997. As notícias escolhidas encontram-se no quadro abaixo:

Quadro 4: Textos usados para primeira categoria de análise referente a 1997.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
23/06/1997	Grupos comemoram a partir de hoje Semana do Orgulho Gay	Da reportagem local	Ilustrada	Informativo	Parada	Eventos
26/06/1997	União Homossexual	Não atribuído	Opinião	Opinativo	Outro	União Civil

28/06/1997	Gays fazem passeata no Rio e em SP	Paulo Sampaio e Fernanda da Escóssia	Cotidiano	Informativo	Parada	Organização
28/06/1997	Passeata deve reunir 350 mil em Paris	Marta Avancini	Ilustrada	Informativo	Outro	Eventos
29/06/1997	Passeata gay reúne 400 pessoas em SP	Não atribuído	Brasil	Informativo	Parada	Organização
03/07/1997	Conar julga hoje comercial da Rider criado pela W/Brasil	Juliana Garçon	Dinheiro	Informativo	Outro	Homofobia

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

A primeira categoria, aqui estabelecida, procura responder a uma das hipóteses levantadas pela pesquisa: enquanto evento massivo, de festividade e de visibilidade midiática, se a Parada do Orgulho LGBT agendou outros temas que não só estariam relacionados ao evento, mas pautas que discutissem assuntos ligados aos LGBTs. Quantitativamente, a hipótese foi confirmada, uma vez que, dos 58 textos encontrados em 1997, 48 tratavam de outras questões, ao passo que 10 narravam acontecimentos relacionados à Parada.

Tabela 3: Textos divididos por assunto.

Assunto	Quantidade de textos
Parada	10
Outros	48

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Contudo, é importante ressaltar que a Parada, em seu primeiro ano de realização, foi um evento de caráter modesto, no que diz respeito à participação quantitativa de pessoas se comparada às proporções tomadas nos anos que se seguiram. Dados da Polícia Militar apontam 400 participantes, enquanto os organizadores apontavam 2000 pessoas. Esse é um fator que poderiam explicar a baixa quantidade de textos que apresentam e discutam tal manifestação. Coincidentemente, no mesmo período de sua realização, foi colocado em votação o projeto de União Civil entre pessoas do mesmo sexo, denominado parceria civil e proposto pela então deputada Marta Suplicy.

O projeto estava em evidência na época, sendo tema de um editorial⁶³ do veículo. No texto “União homossexual”, o jornal *Folha de S. Paulo* se posiciona favoravelmente ao projeto de Marta Suplicy, ao “garantir a cidadãos que assim o quiserem o direito de usufruírem em comum de seus bens e de outros benefícios” (EDITORIAL, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 2); o texto diz que é preciso refletir sobre “a justeza de alguém ser privado de direitos só pelo fato de adotar comportamentos sexuais diversos dos da maioria da população e que não constituam ameaça física à sociedade” (EDITORIAL, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 2).

Além da união civil, outros temas veiculados no mesmo período e diversos do acontecimento estavam relacionados, no caso, aos eventos similares realizados em outros países, como da “Passeata deve reunir 350 mil em Paris”. O texto enfatiza o lado político da manifestação parisiense, que tinha como objetivo trazer visibilidade ao contrato de união cívica e social para homossexuais (similar ao projeto brasileiro), mas também apresenta o lado festivo, visto que “militância à parte, a passeata deve ser uma verdadeira festa de rua” (AVANCINI, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 3); informações técnicas do evento como percurso e atrações reforçam a face festiva.

Outro assunto foi a ação movida pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) para retirada de um comercial da sandália “Rider” e considerado homofóbico pela organização. No comercial, três rapazes fogem após um flerte direcionado equivocadamente a um grupo de homossexuais. O Conar (Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária) decidiu que não houve ofensa e o comercial não foi retirado do ar. O assunto foi noticiado pela *Folha de S. Paulo* e, mesmo a peça publicitária não sendo proibida de veicular, questões relacionadas ao preconceito e homofobia entraram na agenda do jornal em um período de visibilidade por conta da 1ª Parada.

Durante um período de divulgação de questões como a união civil, cerceados pelo fundamentalismo religioso, vale destacar como a inserção de assuntos e termos como homofobia e discriminação voltados aos LGBTs torna-se um fator relevante na construção narrativa dos textos noticiosos. Ao divulgar esse acontecimento, essas temáticas puderam vir, dessa maneira, a fazer parte da agenda dos leitores; segundo a associação, foram recebidas 17 manifestações negativas sobre o comercial por telefone.

Já com relação ao evento em si, nos dez textos veiculados no período, a maior parte deles traz informações técnicas, como percurso, atrações, pautas da manifestação que aconteceria no dia 28 de julho de 1997, além de dados posteriores a realização do evento, como

⁶³ Os editoriais emitem a opinião da empresa com relação a um tema específico e não são assinados, escancarando a visão do jornal a respeito de assuntos em evidência no momento.

número de participantes. Em “Grupos comemoram a partir de hoje Semana do Orgulho Gay” são apresentados os eventos organizados durante a semana que tem como objetivo “mobilizar a atenção da sociedade para a primeira passeata do orgulho gay em São Paulo, marcada para sábado, dia 28” (DA REPORTAGEM LOCAL, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 5), além de trazer o percurso e a estimativa de participantes – eram esperadas no mínimo 600 pessoas. Mesmo o texto relatando a existência de debates sobre homossexuais e cidadania, além do projeto de união civil, não há utilização do termo “político” nos textos que abordam a Parada de São Paulo; diferentemente do texto sobre a mobilização similar em Paris.

Outra parada é tema de matéria noticiada pela Folha em “Gays fazem passeata no Rio e em SP”. No Rio, os participantes cortaram chinelos da Rider (por conta do comercial considerado homofóbico), quebraram CDs do cantor Tiririca, em virtude de músicas preconceituosas, e realizaram os “beijaços” como forma de protesto contra a violência e cobrança acerca do projeto de união civil. Tal texto reafirma o agendamento por parte da parada de outras temáticas relacionadas aos LGBTs, como é o caso da propaganda da marca Rider, que volta a ser assunto nessa notícia.

Por fim, é veiculada uma nota curta sobre o número de participantes (400 pessoas segundo a Polícia Militar) e a interdição de três faixas da Avenida Paulista para realização da caminhada. Mais duas notas curtas sobre os participantes e a quebra dos CDs são veiculadas, mas o assunto torna-se escasso nos dias posteriores à realização do evento.

Portanto, mesmo que a Parada fosse, na época em questão, um evento de pouca mobilização quantitativa, é possível observar que houve agendamento de outros temas relacionados majoritariamente às lésbicas e gays na época em questão. Assuntos como preconceito, união civil e manifestações similares em outros países foram predominantes nos dias analisados, além de dialogarem diretamente com as notícias que se referiam especificamente à Parada. A baixa quantidade de notícias sobre o evento e sua caracterização enquanto textos curtos, com informações escassas (tanto antes, quanto depois de sua data de realização) demonstra a baixa visibilidade do evento em si e a capacidade de mobilização dos media, ainda que outros temas tenham sido agendados em sua decorrência.

4.1.2 Temática

Na categoria temática, as unidades foram alocadas de acordo com o seu conteúdo noticioso, ou seja, os assuntos principais dos quais as notícias tratavam. Os textos selecionados para essa categoria encontram-se descritos no quadro a seguir:

Quadro 5: Textos usados para segunda categoria referente a 1997.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
21/06/1997	Aliança espúria	Severino Cavalcanti	Opinião	Opinativo	Outro	União Civil
25/06/1997	União Civil Homossexual vai à Câmara e precisa de 129 votos	Willian França	São Paulo	Informativo	Outro	União Civil
02/07/1997	Acinte à cidadania	Marta Suplicy, Alexandre Vanucci, Alexandre Augusto	Opinião	Opinativo	Outro	União Civil
29/06/1997	DJs e Drag Queens são destaque	Bruna Monteiro de Barros	Acontece	Opinativo	Outro	Eventos
01/07/1997	Homofobia Católica	Não atribuído	Brasil	Informativo	Outro	União Civil
02/07/1997	Marais	Joyce Pascowitch	Ilustrada	Opinativo	Outro	Eventos

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

A finalidade desta categoria é compreender quais os temas mais agendados sobre os LGBTs durante o período, uma vez que a temática das notícias pode contribuir nas inferências sobre a identidade determinada a tais indivíduos no jornal *Folha de S. Paulo*. Em 1997, a principal temática identificada dizia respeito à esfera jurídica relacionada ao projeto de união civil proposto por Marta Suplicy. O assunto, que afetou a rotina do poder público e entrou para a agenda da sociedade, foi majoritariamente associado às intervenções religiosas na relação entre Estado e temas que constituam, segundo perspectivas fundamentalistas e preconceituosas, um afronte à moral e aos bons costumes.

Tabela 4: Principais temáticas encontradas nas notícias de 1997.

Temáticas	Quantidade de textos
União Civil	23
Eventos	6
Homofobia	4

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

A identificação da interferência religiosa em tais conteúdos foi explanada em notas e notícias sobre a união civil, de modo que dos 23 textos que faziam referência ao projeto, 11

deles tinham como foco a ação intervencionista da Igreja no poder Legislativo, no que tange a aprovação, reprovação ou até mesmo a não votação de projetos de lei que vão de encontro com as propostas religiosas.

O texto que exemplifica de maneira evidente o preconceito e as interferências da religião no Estado é “Aliança espúria”, de autoria do deputado federal Severino Cavalcanti. No artigo de opinião publicado na seção “Tendências e Debates”, o deputado diz que sob o nome de “parceria civil” o projeto busca esconder seu principal objetivo: o de permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo, além de afirmar que a sociedade manifestou “sua repulsa à tentativa de legitimação de um ato que, se aprovado, conspurcaria o generoso alcance da união conjugal” (CAVALCANTI, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 3); o deputado continua sua argumentação contrária ao projeto ressaltando a moral e a tradição como fundantes da lei: “A lei, como é sabido, deve refletir a consciência da sociedade, os valores morais, as tradições, os fundamentos basilares da convivência entre pessoas de uma nação” (CAVALCANTI, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 3). Na finalização do artigo, Severino Cavalcanti retoma a questão religiosa e classifica a união como algo antinatural: “A união entre homossexuais não é nem jamais será aceita pelo povo brasileiro, que vê nessa aliança espúria afronta à natureza, violação à lei de Deus e ameaça de degradação da condição humana” (CAVALCANTI, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 3).

As notícias posteriores apresentavam o entrave do projeto para ser colocado em votação. O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP) recebeu um documento com 120 mil assinaturas contrárias ao projeto, organizado por igrejas, seitas e movimentos, além de um documento organizado pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) que considerava o projeto inconstitucional e equiparando-o a discussões como da eutanásia e pena de morte (FRANÇA, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 2). Assim como o artigo de opinião, a notícia demonstra quais atores estão envolvidos no processo de votação do projeto de união civil. O projeto, que não chegou a ser colocado em votação por pressões de tais setores, volta a ser notícia quando a votação é adiada pela segunda vez e os deputados e manifestantes acabam protagonizando cenas de confusão na câmara dos deputados (FRANÇA, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 5).

Outro texto que discute o assunto aponta uma fala preconceituosa de um membro da Igreja Católica que compara homossexuais aos cachorros. Em duas cartas do leitor, Marta Suplicy e Alexandre Vanucchi de Almeida Santos apontam a fala do arcebispo d. Edvaldo Gonçalves Amaral como um “acinte à cidadania”, preconceituosa e desrespeitosa aos sentimentos cristãos: “os religiosos nada têm a ver com a união civil de homossexuais” (SANTOS, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 3). O terceiro texto que compõe a coluna de cartas aos leitores sobre o tema refere-se ao editorial lançado pelo jornal sobre a união civil e aponta que

o jornal faz um desserviço ao tecer comentários sobre a injustiça de alguém ser privado de direitos e compara a união civil com a poligamia e a bestialidade (AGUIAR, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 3).

Os textos sobre a união civil⁶⁴ apontam aspectos constitutivos na compreensão da votação do projeto e quais são as influências que fizeram com que não fosse colocado na pauta do congresso. O foco principal nessa categoria e nesse ano especificamente foi a participação da religião como fator determinante na proposição do projeto. A constituição da homossexualidade a partir da perspectiva da religião é um elemento histórico observável nessa categoria temática, visto que muitos dos textos encontrados apontam para a interferência religiosa na votação do projeto de União Civil; há, nesse caso, a tentativa de controle do discurso sobre a homossexualidade por parte da Igreja.

A segunda temática mais frequente foi a divulgação de eventos relacionados aos LGBTs. É realizada em textos curtos, como em “DJs e *drag queens* são destaque” e “Marais”, a divulgação de outros eventos relacionados à diversidade sexual. A Parada do Amor, evento que ocorreu um dia após a Parada na Av. Paulista, mas com formato organizacional diverso, foi o assunto do texto de Bruna Monteiro de Barros, que discorre sobre os participantes do evento, a caracterização de tais pessoas e atrações. “Marais” fala sobre a parada estadunidense que conta com uma ala composta por brasileiros (PASCOWITCH, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 2)). Os textos da segunda temática mais frequente apresentam também eventos similares à Parada tanto em São Paulo, quanto em outros países. A narrativa que fala sobre outros países é a marca do período, uma vez que o dia 28 de julho é o dia internacional do orgulho gay.

Por fim, a terceira temática mais recorrente dizia respeito aos assuntos relacionados à homofobia. O texto “Homofobia católica” apresenta a frase preconceituosa do arcebispo já descrita nos parágrafos anteriores, ao dizer que a homossexualidade é uma “cachorrada” (FOLHA DE S. PAULO, 1997, p. 4). A curta nota gerou reações em leitores e autoridades para a fala de d. Edvaldo Gonçalves Amaral; outros textos alocados nessa temática também apresentavam preconceitos advindos da Igreja, além do comercial da Rider, apontado como preconceituoso pela ABGLT.

⁶⁴ Como podemos observar nos textos “Aliança Espúria” (CAVALCANTI, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 3); “Visão Evangélica” (FOLHA DE S. PAULO, 1997, p. 4); “Pastores e Gays fazem protestos na Câmara” (DA SUCURSAL DE BRASÍLIA, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 3).

Outras temáticas foram menos recorrentes, mas pontua-se a presença de textos sobre cinema, forças armadas, aids, sexo, prostituição, crimes, consumo e direitos civis. A frequência foi menor do que de outras categorias já apresentadas.⁶⁵

4.1.3 Referência ao sujeito

Outra categoria estabelecida para compreensão da determinação da identidade atribuída aos LGBTs é a referência ao sujeito político, isto é, nos textos jornalísticos, quais as identidades predominantes na referência a tais indivíduos. A categoria permite concluir quais sujeitos, dentre a gama de identidades que compõe a sigla LGBT, são mais visibilizados e quais ficam à margem.

Quadro 6: Textos usados para terceira categoria referente a 1997.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
22/06/1997	Transa homossexual é vingança	Da reportagem local	São Paulo	Informativo	Outro	Sexo
22/06/1997	Capital GLS	André Fischer	Revista	Opinativo	Parada	Eventos
28/06/1997	Gays fazem passeata na Paulista hoje	Da Reportagem Local	São Paulo	Informativo	Parada	Organização
03/07/1997	Documento	Não atribuído	Campinas	Informativo	Outro	Travestis

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Nas notícias encontradas no ano de 1997, a maior parte dos textos utiliza a palavra homossexual, sem distinções. Uma das justificativas para a predominância da palavra homossexual nessa data é a alta frequência de textos sobre a união civil. Contudo, mesmo em narrativas sobre outros assuntos e eventos, é frequente o uso do termo para se referir de maneira geral a tais sujeitos. Lésbica, Gay, Bissexual e Transexual aparece em apenas um texto (ARAÚJO, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 3); a sigla LGBT não é utilizada em nenhuma das notícias, fato justificado pelo termo não ter, na época, tanta difusão dentro e fora do movimento. GLS aparece nos textos sobre a Parada do Amor⁶⁶ evento organizado por uma empresa,

⁶⁵ Caso dos textos, “007” (RIBAS; GALIB, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 2); “Por que homens gays são suscetíveis à aids?” (KEVLES, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 12); “Escândalo de Gainsbourg retorna às telas” (CARLOS, *Folha de S. Paulo*, p. 10).

⁶⁶ “DJs e Drag Queens são destaque” (BARROS, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 17); “Camisinha sem validade vira obra” (BARROS, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 17)

reforçando a tese da utilização da sigla pelo mercado em tentativas de aproximação com esse público, sobretudo com os denominados simpatizantes.

A maior parte das notícias utiliza os termos homossexual ou gay para constituir sua narrativa. Referências a outras identidades não são frequentes e, por conseguinte, a maior parte das notícias dirige-se: a) de modo geral aos “homossexuais” ou b) tratam de temas ligados, primeiramente, aos gays, e, posteriormente, mas também em menor número, às lésbicas. Essas construções são reflexo do momento histórico do movimento, que surge majoritariamente pela presença de homens e, aos poucos, as lésbicas começam a criar suas próprias formas de organização. Identidades trans e travestis ganham visibilidade em suas formas de organizacionais a partir dos anos 2000 no Brasil.⁶⁷

Dessa maneira, é possível observar o predomínio de temas relacionados aos homens gays em detrimento de assuntos relacionados às lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. No texto “Transa homossexual é vingança”, observa-se a dificuldade em nomear ou relatar outras identidades além do termo já difundido “homossexual” (DA REPORTAGEM LOCAL, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 14). A notícia apresenta o caso de duas mulheres que transaram com outras mulheres com a finalidade de se vingarem de seus ex-maridos. O texto não as caracteriza enquanto lésbicas, ou bissexuais, ou mesmo abre espaço para que elas assim se determinem. Há associação da sexualidade da mulher ao caráter vingativo e a palavra homossexual é utilizada apenas para descrever o tipo de transa (entre pessoas do mesmo sexo), outro reducionismo presente no texto.

Em “Capital GLS”, de André Fischer, há menção às travestis, exaltando sua presença na Parada do dia 28 de julho de 1997: “Ativistas, clubbers e travecas dão o tom da festa” e “Travestis e liberados de todo o país se reúnem de terça a quinta no Lord Palace Hotel para discutir temas fundamentais para essa comunidade como mercado de trabalho fora da prostituição e combate à aids” (FISCHER, *Folha de S. Paulo*, 1997, n.p.). O autor apresenta a designação identitária das travestis associada às ações políticas do evento, apesar de tratar essa relação de maneira superficial e pontual.

A utilização de siglas para nomear tais indivíduos é pouco frequente. Aquelas que mais aparecem são: GLT, em referência à gays, lésbicas e travestis e GLS (Gays, lésbicas e simpatizantes). A primeira é recorrente em textos sobre a Parada, uma vez que o nome do evento é I Parada do Orgulho GLT, como ocorre no texto “Gays fazem passeata na Paulista hoje” (DA REPORTAGEM LOCAL, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 11); a segunda é associada a eventos em

⁶⁷ Ganhar visibilidade não significa que tais sujeitos não “existissem”; pelo contrário, tal invisibilidade contribui para que essas identidades não normativas sejam marginalizadas pela sociedade.

que há participação do mercado em sua organização (caso da Parada do Amor, já citado anteriormente). Mesmo com a menção às travestis, há apenas uma notícia que as apresenta enquanto personagens; na nota “Documento”, no caderno de Ribeirão Preto, discute-se o local determinado a elas pelo poder público para que possam trabalhar, além de apresentar o futuro oferecimento de cursos como alternativa à prostituição (FOLHA DE S. PAULO, 1997, p. 2)

4.1.4 Utilização de fontes

A última categoria estabelecida para análise das notícias é a utilização de fontes para identificar quais vozes foram privilegiadas nas construções das narrativas jornalísticas. A maior parte dos textos encontrados não utiliza fontes. Na configuração dos gêneros jornalísticos, os textos opinativos não costumam apresentar tais fontes, sendo essa uma característica dos textos informativos. Dos 33 textos classificados enquanto informativos, mais da metade deles não utilizam fontes; ainda assim, grande parte dessas notícias utilizou aspas, seja através de discurso direto ou indireto.

Nos textos sobre a Parada, tanto antes, quanto depois do evento, poucas vozes representativas foram evocadas nos textos jornalísticos encontrados. A pouca quantidade de textos voltados para a divulgação do evento não apresenta falas de organizadores e textos veiculados após a realização, nem apresentam as falas de participantes. Os textos usados para exemplificar os dados foram os seguintes:

Quadro 7: Textos usados para a quarta categoria referente a 1997.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
24/06/1997	Visão evangélica	Não atribuído	Brasil	Informativo	Outro	União Civil
26/06/1997	Votação de projeto é adiada pela 2ª vez	Willian França	São Paulo	Informativo	Outro	União Civil
30/06/1997	Gays quebram CDs de Tiririca em passeata	Free lance para a Folha	São Paulo	Informativo	Parada	Participantes

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Em “Visão evangélica”, uma curta nota veiculada na coluna painel do caderno Brasil, é utilizada uma fala em discurso direto de um deputado contrário à união civil: “Se ele passar, você corre o risco de entrar em um restaurante, encontrar dois homens se beijando e não poder

chamar a polícia” (FOLHA DE S. PAULO, 1997, p. 4). Mesmo não sendo um recurso utilizado com frequência em notas, o discurso direto do texto pode ser justificado devido a declaração preconceituosa do deputado ao associar os sentidos de homossexualidade com a criminalidade – uma construção histórica pejorativa que determina a essa orientação sexual o caráter de crime ou doença. A utilização de discurso direto em falas que possam ser consideradas polêmicas exime, de certo modo, a responsabilidade do jornalista em atribuir um discurso indireto a uma frase preconceituosa (fator que pode ser usado contra o profissional posteriormente), indicando que a fala é proferida exatamente “com essas palavras” pelo deputado.

No que tange à temática da união civil, apenas um texto busca vozes opostas sobre o assunto. Em “Votação do projeto é adiada pela segunda vez”, a deputada Marta Suplicy (proponente do projeto) e o deputado Severino Cavalcanti (autor do texto “Aliança espúria”, citado anteriormente e contrário ao projeto da deputada) são utilizados enquanto fontes da matéria, ambos com falas em discurso direto. O restante dos textos privilegiou vozes que proferiram falas que podem ser enquadradas enquanto preconceituosas ou polêmicas. Sobre o projeto, apenas a deputada Marta Suplicy foi utilizada como fonte em outra reportagem. Outros três textos⁶⁸ apresentaram as falas do deputado Severino Cavalcanti, do deputado Carlos Apolinário e do arcebispo de Maceió, D. Edvaldo Amaral; nos três textos é utilizado discurso direto.

Já na temática da Parada, não há utilização de fontes com discurso direto; apenas um texto utiliza uma sentença com discurso indireto sobre a questão organizacional do evento. Destaca-se que, entre os textos que tratam de um evento organizado por uma empresa, a Parada do Amor, são utilizadas fontes com discurso direto. Em “Gays quebram CDs de Tiririca em passeata”, que diz respeito à Parada do Rio de Janeiro e a de São Paulo, nenhum participante ou organizador foi ouvido sobre as manifestações descritas na manchete da notícia. Já com relação à Parada do Amor, a assessora do evento é fonte convocada para divulgar informações técnicas do evento a respeito da arrecadação de alimentos, roupas e cobertores. Em outros textos sobre a Parada do Amor, é recorrente o uso de fontes com discurso direto para trazer informações sobre o evento que aconteceu um dia após a passeata da Avenida Paulista. Essa observação permite constatar como um evento organizado por instituições privadas é passível de construções com fontes de entrevistas, enquanto a passeata, organizada sem auxílio de investimentos privados, apresenta menos destaque no período analisado.

⁶⁸ “Aliança Espúria” (CAVALCANTI, *Folha de S. Paulo*, 1997, p. 3); “Visão Evangélica” (FOLHA DE S. PAULO, 1997, p. 4); Homofobia Católica (FOLHA DE S. PAULO, 1997, p. 4).

4.2 Segundo ano da primeira data referência: 1998

Seguindo o mesmo caminho traçado em 1997, agora são apresentadas as análises referentes ao segundo ano que compõe o primeiro bloco referencial da pesquisa. Em 1998 foram encontrados 36 textos que apresentam temas relacionados ao segundo ano de realização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo e outros temas que façam referência aos assuntos ligados a tais indivíduos. Os textos são analisados de acordo com as categorias já descritas.

4.2.1 Assunto

Foram escolhidos seis textos para representar essa categoria; assim como em 1997, foram veiculados mais assuntos não relacionados ao próprio evento. Dos 36 textos encontrados no período analisado, apenas quatro falavam sobre o evento, enquanto 32 traziam outros temas relacionados aos LGBTs.

Tabela 5: Textos divididos por assunto em 1998.

Assunto	Quantidade de textos
Parada	4
Outros	32

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Os textos do ano anterior, que apresentavam a Parada, continham mais informações organizacionais; já em 1998, apenas um texto tinha como única finalidade informar sobre horários, pontos de encontro e atrações. As notícias usadas para essa categoria são apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 8: Textos usados para primeira categoria de análise referente a 1998.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
25/06/1998	Sou homossexual e me orgulho disso	Maria Izabel da Silva	São Paulo	Opinativo	Parada	Movimento homossexual
28/06/1998	Hoje tem parada	André Fischer	Revista	Opinativo	Parada	Divulgação
29/06/1998	Capitais têm passeatas do dia do orgulho gay	Da reportagem local	São Paulo	Informativo	Parada	Dados

21/06/1998	Homossexuais serão ordenados pastores	Aureliano Biancarelli	São Paulo	Informativo	Outro	Religião
23/06/1998	França vota união civil	Rodrigo Amaral	Mundo	Informativo	Outro	União civil
28/06/1998	A hora das cinderelas	Sven Thorgren	Revista	Opinativo	Outro	Consumo

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Entre os assuntos veiculados sobre a Parada, as notícias tratam da divulgação do evento e, depois, realizam a pós-cobertura, apresentando dados e informações, como o número de participantes. É o que acontece em “Hoje tem parada”, de André Fischer, na Revista *Folha*, um suplemento veiculado junto ao jornal. No editoria “São Paulo”, há a divulgação em segundo plano da Parada, no artigo de opinião de Maria Izabel da Silva intitulado “Sou homossexual e me orgulho disso” (SILVA, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 2) que apresenta aspectos históricos do movimento LGBT, além de convocar participantes para a Parada, realizada três dias após a publicação do texto. Por fim, “Capitais têm passeatas do dia do orgulho gay” apresenta os dados pós evento, apontando a participação de 3.500 pessoas segundo a PM” (DA REPORTAGEM LOCAL, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 8). Em menor número do que no ano anterior, há poucas notícias que reconstituem a manifestação de 1998.

Os outros textos divulgados no período de realização da Parada apresentam três temáticas principais, que serão discutidas também na próxima categoria. Assuntos como consumo, união civil e religião são a maioria das abordagens veiculadas. Em “Homossexuais serão ordenados pastores” a religião volta a se relacionar às temáticas LGBT. O texto discute a existência de uma comunidade gay cristã, além de trazer considerações sobre a ordenação dos gays a pastores” (BIANCARELLI, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 7). A união civil (dominante nos textos do ano anterior) continua como tema relacionado a tais indivíduos. O texto “França vota união civil” apresenta os impasses e discussões sobre a aprovação da união civil entre pessoas do mesmo sexo no país em questão” (AMARAL, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 12); a cobertura no exterior é outro fator que compõe as notícias desse período, uma vez que muitas notícias trazem os acontecimentos ocorridos fora do Brasil.

Por fim, há um aumento nos textos que falam sobre o consumo material, de modo que a categoria figura entre as temáticas mais frequentes no segundo ano analisado. Em “A hora das cinderelas”, há uma carta do leitor que profere comentários preconceituosos sobre uma ação voltada para homossexuais realizada no parque de diversões da *Disney*, localizado nos Estados

Unidos (THORGREN, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 50) o leitor aponta o “homossexualismo” como depravação e destruição dos valores sociais.

É possível concluir que houve, em 1998, uma queda no número de notícias que procuraram descrever pré e pós cobertura da II Parada do Orgulho GLT, realizada no dia 28 de junho de 1998. Outros assuntos foram veiculados no período do evento, o que reforça o ponto discutido no ano anterior. Mesmo que, no contexto histórico e social em questão, a Parada não fosse ainda um evento que atraísse multidões para a Avenida Paulista, já há, em comparação ao ano anterior, um aumento significativo no número de participantes. Além disso, o dia 28 é um marco internacional do movimento LGBT, fator esse que também contribui para maior veiculação e visibilidade do período, agendando notícias e temas nos meios de comunicação, mas que não é refletido, ao menos, nos textos que discorrem sobre a manifestação em São Paulo.

4.2.2 Temática

As três categorias temáticas mais frequentes nos textos de 1998 foram consumo, união civil, religião e preconceito. Há similaridades temáticas com o ano anterior, mas também há diferenças que devem ser apresentadas.

Tabela 6: Principais temáticas encontradas nas notícias de 1998.

Temáticas	Quantidade de textos
União Civil	5
Consumo	5
Religião	5
Preconceito	3

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Os textos utilizados como amostragem dessa categoria estão descritos no quadro abaixo.

Quadro 9: Textos usados para segunda categoria de análise referente a 1998.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
21/06/1998	Bíblia é usada pró e contra gays	Da reportagem local	São Paulo	Informativo	Outro	Religião
22/06/1998	Religião	Não atribuída	Opinião	Opinativo	Outro	Religião
24/06/1998	Autor quer preencher lacuna	Da reportagem local	Ilustrada	Opinativo	Outro	Consumo
26/06/1998	Lula diz ser contra aborto e	Da sucursal do Rio	Brasil	Informativo	Outro	União civil

	casamento homossexual					
26/06/1998	“Concordo com Lula”, diz Marta	Da reportagem local	Brasil	Informativo	Outro	União Civil
28/06/1998	A hora das cinderelas	Sven Thorgren	Revista	Opinativo	Outro	Consumo
02/07/1998	Homossexualismo	Cremilda Estella Teixeira	Opinião	Opinativo	Outro	Preconceito

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

A categoria união civil apresenta menos construções narrativas que a associem à religião e, quando acontecem, ficam subentendidas. É o caso do texto “Lula diz ser contra aborto e casamento homossexual”, onde o então candidato à presidência, diz em entrevista a uma rádio da arquidiocese do Rio não concordar com tais questões (DA SUCURSAL DO RIO, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 4). Contudo, Lula apresenta ressalvas em sua fala, mesmo que isso não seja apresentado no título ou linha-fina da matéria: “Sobre os três temas, Lula deu respostas vagas”; “Lula disse ser contra o casamento de homossexuais, mas que não poderia ser hipócrita e não perceber ‘que existem casais que moram juntos’” (DA SUCURSAL DO RIO, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 4). Segundo ele, o que se está pedindo ‘é a união civil’ para que os que vivem juntos tenham direito aos bens que produziram durante a relação” (DA SUCURSAL DO RIO, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 4).

Mesmo não apresentando justificativa religiosa para embasar sua discordância com relação ao casamento de homossexuais, a entrevista de Lula, que virou notícia, foi dada em uma rádio católica, o que pode justificar as respostas dúbias e vagas sobre temáticas como aborto, jogos de azar e homossexuais. A notícia é um exemplo da pressão de setores conservadores, como a Igreja, na construção discursiva de políticos e personalidades, principalmente em ano de eleições.

O texto que acompanha a notícia anterior com a manchete ““Concordo com Lula’, diz Marta” também aborda a questão da união civil; contudo, a então deputada aponta uma incompreensão da finalidade do projeto: ““Não é casamento de homossexuais, mas uma parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, não muda o estado civil’, explicou” (DA REPORTAGEM LOCAL, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 4). A fala de Marta aponta para a tentativa de esvaziar o sentido do termo ‘união civil’, para a utilização de conceito construído com eufemismo, ‘parceria’. A pressão de setores conservadores foi fator determinante para que falas como essa fossem proferidas, o que tem como resultado duplos entendimentos, uma vez que o projeto deveria ter como finalidade a igualdade de direitos entre heterossexuais e

homossexuais, perspectiva essa compreendida por grande parte do movimento homossexual da época.

Outra temática identificada está relacionada com o consumo. Em “Autor quer preencher lacuna” discute-se a chegada ao Brasil de um livro com nus masculinos e fotografias homoeróticas (DA REPORTAGEM LOCAL, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 8). O autor acredita que nu masculino precisa de uma continuidade, assim como acontece com o nu feminino. A classificação deste texto na temática do consumo se dá pelo fato de, como aponta o texto, o nu ser consumido pelo público gay, além de serem apresentadas informações técnicas sobre o livro, incluindo o preço da publicação. Há também arte gráfica com mais “Cinco clássicos homoeróticos da editora”. Destaca-se, assim sendo, a presença de um texto que divulgue livros voltados ao público homossexual.

Outro texto que representa a temática do consumo é “Água mole em pedra dura”, de André Fischer. Na matéria, o jornalista apresenta questões sobre turismo: “Os turistas brasileiros conhecidos por sua presença ruidosa e como grandes gastadores” e “Já se sabe que gays e lésbicas – assumidos ou não – viajam mais e gastam mais devido à sua maior disponibilidade orçamentária para lazer em geral” (FISCHER, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 48). Esse texto é o primeiro do *corpus* a apresentar dados a respeito do consumo LGBT, sobretudo ligados ao turismo. É mantida a utilização da sigla GLS ao relacionar tal público com o mercado (como nos textos sobre a Parada do Amor, do ano anterior), seguindo a tendência de utilização dessa sigla ao relacionar o mercado com o público LGBT consumidor.

A terceira temática determinada é recorrente em textos sobre diversidade sexual: a religião. “Bíblia é usada pró e contra gays” faz parte do conjunto de notícias que contam sobre a ordenação de homossexuais a pastores, em uma igreja criada por gays (DA REPORTAGEM LOCAL, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 7). As cinco notícias encontradas nessa temática apresentam dados e informações sobre esse acontecimento. O texto traz trechos da bíblia que são usados contra e a favor da homossexualidade. Ainda assim, apenas dom Estevão Bettencourt, professor de teologia e contrário à homossexualidade, é utilizado enquanto fonte com discurso direto na notícia, enquanto dados sobre os versículos a favor são levantados através de pesquisa bibliográfica em boletins e livros. A nota “Religião”, veiculada um dia após as notícias sobre a ordenação, republica um trecho da bíblia usada a favor da homossexualidade, repercutindo novamente o assunto.

A quarta temática discutia ou apresentava falas preconceituosas direcionadas aos homossexuais. “A hora das cinderelas” dá nome a dois textos que fazem referência a outra publicação veiculada fora do período de análise estabelecido; no primeiro texto é apresentada

uma carta de um leitor que aponta a homossexualidade como causa da destruição das sociedades e depravação dos valores (THORGREN, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 50) ; o segundo texto é um compilado de quatro cartas, escritas por Alex Silva, Maurício Lucca Romano, Marco Antonio Mendo, Ricardo Luis P. Costa, na mesma seção da Revista da Folha e que indicam o preconceito na carta veiculada na semana anterior (SILVA; ROMANO; MENDO; COSTA, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 50). Além disso, há críticas também ao nome da reportagem que, ao relacionar gays com princesas, estaria reforçando estereótipos ligados à masculinidade. Mesmo havendo uma fala preconceituosa, o jornal abre espaço a quatro outras cartas que condenam o comentário homofóbico proferido na coluna por outro leitor. Há usos de termos como “homossexualismo” mesmo nas cartas em defesa dos gays, o que indica ainda a enraizada difusão de construções como essas, que, ao utilizar o sufixo “ismo”, podem levar a associações da homossexualidade a partir de uma perspectiva de patologia, mesmo nas falas de pessoas que se dizem contrárias ao preconceito.

4.2.3 Referência ao sujeito

Os textos utilizados para indicar quais identidades são visibilizadas nas narrativas jornalísticas estão descritos no quadro abaixo. Foram escolhidos quatro textos de amostragem para essa categoria.

Quadro 10: Textos usados para terceira categoria referente a 1998.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
22/06/1998	Arte de NY chega ao Chelsea	Alessandra Blanco	Ilustrada	Utilitário	Outro	Consumo
25/06/1998	Sou homossexual e me orgulho disso	Maria Izabel da Silva	São Paulo	Opinativo	Parada	Movimento homossexual
29/06/1998	Capitais têm passeatas do dia do orgulho gay	Da reportagem local	São Paulo	Informativo	Parada	Dados
03/07/1998	Lésbica dinamarquesa quer inseminação	Marcelo Starobinas	Mundo	Informativo	Outro	Família

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Assim como no ano anterior, há, em 1998, o privilégio de termos como homossexual e gay para designar os LGBTs, sendo essa uma prática comum na época. Contudo, temas e

nomenclaturas como lésbicas e travestis figuram nos textos encontrados. O termo transexual também aparece em duas reportagens, sendo uma sobre travestis e outra sobre a Parada, mas não é o tema principal das matérias, ficando no plano da descrição superficial. A utilização da sigla GLS em aproximações entre o mercado e tais indivíduos é fator que acontece novamente, assim como em 1997.

No texto “Arte de NY chega ao Chelsea” há utilização do termo GLS; o texto apresenta um circuito de lojas, galerias e bares em um bairro gay de Nova Iorque, nos Estados Unidos (BLANCO, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 1). Além disso, há a nomenclatura “barbies” para designar homens musculosos, termo oriundo da “comunidade” gay. A referência predominante é “homossexual” e “gay”, presente na maioria dos textos, além de relatar a presença de bares voltados para “barbies” no espaço descrito pela notícia.

Dos poucos textos que fazem menção a mais identidades além do homossexual e gay, “Sou homossexual e me orgulho disso” é um exemplo. Em artigo opinativo sobre aspectos identitários e que reconstitui fatos históricos do movimento homossexual no Brasil, Maria Izabel da Silva, secretária de políticas sociais da CUT de São Paulo, realiza uma convocação para a II Parada do Orgulho GLT (SILVA, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 2). Duas construções narrativas são relevantes para compreender referências aos sujeitos realizadas pela autora. A primeira diz respeito a uma discussão presente no movimento por muitos anos: a utilização do termo opção sexual para designar o desejo sexual dos LGBTs. A autora aponta: “Nossa opção sexual não nos faz diferentes dos demais cidadãos” (SILVA, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 2). Opção sexual não seria, para o movimento, o melhor termo a se utilizar para designar a orientação do desejo, uma vez que a partir de uma opção, pressupõe-se que há uma escolha. A utilização desse termo demonstra também o enraizamento da construção simbólica de termos e palavras, que podem ser considerados inadequados ou pejorativos pelos próprios homossexuais.

A segunda construção é a finalização do texto, onde a autora levanta a hipótese de, no ano seguinte, a parada se chamar orgulho “GLTS” (gays, lésbicas, travestis e simpatizantes). Mais uma vez, é apresentada a inclusão do termo “simpatizante” no contexto GLT da época e a necessidade do apoio daqueles que são a favor da causa, ainda que outras identidades não sejam inclusas, caso de transexuais e bissexuais. Ainda assim, o texto de Maria Izabel é representativo ao apresentar o histórico do movimento homossexual e clamar pela não violência policial e homofobia frequentemente presenciada nos bairros, cidades e Estados, além de discutir a necessidade de criação de uma política voltada para a questão da homossexualidade. Entre os textos dessa categoria, este é o que mais inclui identidades e questões políticas dos GLTs da época.

Assim como o texto anterior, “Capitais têm passeatas do dia do orgulho gay” também menciona identidades diversas: Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais; Homossexuais e simpatizantes são citados no texto (DA REPORTAGEM LOCAL, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 8). A escassez relacionada à transexuais e travestis do ano anterior começa a apresentar um aumento em referência a tais sujeitos, mesmo que ainda de forma rasa ou superficial.

Um tema como inseminação artificial realizada por um casal lésbico é novidade entre as temáticas apresentadas, no caso ao tratar novas concepções de família diferentes do modelo heteronormativo. Há abertura de espaço para discussão de um acontecimento em que as personagens da história são lésbicas, ainda que a notícia seja de outro país. Consoante dito anteriormente, há em 1998 maior número de notícias provenientes do exterior. O texto discute a realidade de mulheres lésbicas na Dinamarca e como funciona o procedimento de inseminação para aquelas que desejam ter filhos (STAROBINAS, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 15). Há utilização do termo “opção sexual” para designar a orientação do desejo, assim como em outros textos.

A questão principal do texto é apresentar uma notícia que não seja vinculada a realidade de homens gays ou que seja escrita de maneira genérica ao se referir a todas as identidades a partir do termo homossexual. Um tema que apresenta uma nova concepção de família no contexto da heteronormatividade e onde as lésbicas são as personagens da história é exceção no *corpus* referente ao ano de 1998.

4.2.4 Utilização de fontes

Para identificar quais vozes foram utilizadas como embasamento ou fonte de falas nas notícias analisadas, foram escolhidos três textos que exemplificassem o total do material encontrado em 1998 para essa categoria. Os textos jornalísticos encontram-se descritos no quadro abaixo.

Quadro 11: Textos usados para a quarta categoria referente a 1998.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
21/06/1998	Campinas é ponto de referência	Da reportagem local	São Paulo	Informativo	Outro	Religião
27/06/1998	Eu tenho sorte, diz voluntário de vacina	Alessandra Blanco	Mundo	Informativo	Outro	Aids

29/06/1998	Capitais têm passeatas do dia do orgulho gay	Da reportagem local	São Paulo	Informativo	Parada	Dados
------------	--	---------------------	-----------	-------------	--------	-------

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Com relação ao uso de fontes nos textos jornalísticos pertencentes ao ano de 1998, mesmo havendo predomínio do gênero opinativo, a utilização deste recurso nos textos informativos foi maior do que o observado no ano anterior. Porém, um fator se repete: a não utilização de falas oficiais ou de participantes do evento, seja direta ou indiretamente, nas matérias sobre a Parada. Em “Capitais têm passeatas do dia do orgulho gay” há divulgação dos dados referentes as passeatas em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília (DA REPORTAGEM LOCAL, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 8); o único dado sobre número de participantes presente na narrativa jornalística é aquele divulgado pela PM. Desde o primeiro ano de realização do evento, há discrepâncias, e que se atenuaram com o passar do tempo, no que diz respeito ao número de participantes divulgados pelos organizadores daqueles divulgados pela polícia. Nenhum texto sobre o evento apresenta fontes com falas diretas ou indiretas.

Já os textos sobre outras temáticas apresentam maior uso de fontes se comparados ao ano anterior. “‘Eu tenho sorte’, diz voluntário de vacina” é estruturado em forma de entrevista pingue-pongue⁶⁹ com um homem que se candidatou a testar uma vacina contra o vírus da aids (BLANCO, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 12). Além das perguntas, há também a fala de outro voluntário dos testes da medicação. É possível perceber que há um maior número do uso de falas diretas de personagens afetados diretamente pelos assuntos tratados nas reportagens, caso do texto em questão. Textos que tratam da realidade de outros países, fator recorrente em 1998, apresentam discurso direto ou discursos tirados de declarações, evidenciado a relevância dada pelo jornal a acontecimentos do exterior, em detrimento dos acontecimentos nacionais sobre LGBTs.

O bloco de textos que discute a ordenação de pastores gays, incluindo o texto “Campinas é ponto de referência” busca apresentar vozes discordantes sobre a aceitação da igreja a respeito da questão da homossexualidade, mesmo que, ao tentar trazer os “dois lados”, apresente frases preconceituosas como “Segundo São Paulo, o homossexualismo é uma aberração (...)” (DA REPORTAGEM LOCAL, *Folha de S. Paulo*, 1998, p. 7), sendo que a única forma aceita pela igreja para que dois homens vivam juntos seria apenas como na condição de irmãos. Ainda assim, são levantadas questões como a exigência da heterossexualidade compulsória para

⁶⁹ Formato de entrevista, na qual o texto é dividido entre as perguntas do veículo e as respostas do entrevistado, depois de uma breve introdução.

padres, o que já denotaria preconceitos por parte da Igreja. As falas são em discurso direto, acredita-se que, pelo mesmo motivo citado no ano anterior: quando frases que podem gerar polêmicas são proferidas, é preferível que a fala seja transcrita da forma como foi dita, sem alterações, para maior valoração da objetividade do enunciado e, de certo modo, eximir o jornalista e, em última instância, o jornal da reprodução destas falas homofóbicas proferidas.

4.3 Primeiro ano da segunda data referência: 2007

O ano de 2007 compõe o segundo bloco de datas de referência – juntamente com o ano que segue, no próximo tópico de análise. Foram encontrados 64 textos e, com um salto temporal de cerca de 10 anos das datas já descritas anteriormente, a Parada encontrava-se na sua edição de número onze. Devido ao vasto número de anos que se passaram com relação ao último ano analisado anteriormente, é possível identificar mudanças significativas no processo representativo das identidades não normativas, uma vez que os processos de constituição da produção de sentido dependem de um contexto histórico e social específico. Alterações na configuração do campo político e institucional do país e com a crescente aprovação de políticas públicas que abarcam tais sujeitos são fatores indispensáveis para constituição das análises e de discussão posterior.

4.3.1 Assunto

Seis textos representam o montante da primeira categoria de análise aqui descrita. Diferentemente dos anos anteriores e dos próximos que virão, 2007 foi o único período da amostra para análise em que há predominância dos temas relacionados à Parada e não a outras temáticas. Dos 65 textos identificados nesse período, 40 são sobre a realização do evento, enquanto 25 pautam outras temáticas, que também serão descritas no próximo tópico.

Um possível indício para a diferença presente entre os assuntos das notícias é a dimensão quantitativa que a Parada passa a significar a partir da segunda metade da primeira década dos anos 2000. A visibilidade de questões relacionadas à indivíduos LGBTs nesse período tem um impulso oriundo do investimento de empresas estatais e privadas no evento, que passa a se constituir também como relevante evento turístico da cidade de São Paulo.

Mas não se pode reduzir a maior visibilidade e representação dessas temáticas na mídia apenas por questões mercadológicas. Entre o primeiro bloco temporal e 2007, há mudança na composição do poder institucional no Brasil. Durante o primeiro e o segundo mandatos do ex-

presidente Luiz Inácio Lula da Silva ocorreram inúmeros encontros e eventos que buscaram discutir a situação de LGBTs no país e propor medidas a nível de políticas públicas, como forma de proporcionar melhores condições de vida a tais indivíduos. Como descrito no segundo capítulo, há em 2004 o lançamento do “Programa Brasil sem Homofobia” que funcionaria como base nas proposições de políticas e estratégias voltadas aos LGBTs. As mobilizações do movimento LGBT do final dos anos 90 e início dos anos 2000, somado às ações do governo federal e a identificação por parte do mercado dos LGBTs enquanto público consumidor, trouxeram como resultado tal visibilidade detectada em 2007.

O ano de 2007 é o que mais apresenta, quantitativamente, textos sobre a Parada e outros assuntos. Há maior diversificação nos assuntos e temas presentes nesse ano, o que abrange, dessa maneira, mais facetas do evento tratado até então, a partir de uma perspectiva reducionista organizacional e numérica.

Tabela 7: Textos divididos por assunto.

Assunto	Quantidade de textos
Parada	39
Outros	25

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Para exemplificação desta categoria foram usados os seguintes textos:

Quadro 12: Textos usados para primeira categoria de análise referente a 2007.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
09/06/2007	Drogas	Eduardo Barbosa	Opinião	Opinativo	Parada	Drogas
10/06/2007	Mercado gay no Brasil é muito pouco explorado, diz InSearch	Guilherme Barros	Dinheiro	Informativo	Outro	Consumo
11/06/2007	Parada Gay em São Paulo tem público recorde	Não atribuído	Capa	Informativo	Parada	Números
11/06/2007	“Nunca vi tanta gente feia”, dizem habitués	Paulo Sampaio	Cotidiano	Informativo	Parada	Participantes
14/06/2007	Correio	Gabriel S. Barbosa	Equilíbrio	Opinativo	Outro	Educação

15/06/2007	Juiz proíbe menores em parada gay no interior de São Paulo	José Eduardo Rondon	Cotidiano	Informativo	Outro	Eventos
------------	--	---------------------	-----------	-------------	-------	---------

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

O ano de 2007 representa uma quebra no padrão dos textos analisados até agora e também se diferencia dos conteúdos jornalísticos que serão apresentados nos próximos anos. Isso acontece porque, quando abordaram o evento em si, há uma mudança de paradigma histórico e social com os dois primeiros anos de realização do evento. O ano de 2007 representa a guinada na participação massiva das pessoas na manifestação; em 2006, o evento entrou para o livro dos recordes, devido aos 2,5 milhões de participantes⁷⁰.

O texto “Parada gay em São Paulo tem público recorde” narra que 3,5 milhões de pessoas participaram do evento, segundo os organizadores (FOLHA DE S. PAULO, 2007, p. 1); já a Polícia Militar decidiu não divulgar número de participantes. O excerto em questão é uma chamada presente na capa do jornal do dia 11 de junho de 2007 – um dia após a realização do evento.

Ainda que o objetivo da análise aqui descrita não seja mensurar milimetricamente espaços destinados ao assunto no jornal, aponta-se que a capa do dia posterior ao evento apresenta uma foto panorâmica que percorre quase toda sua extensão do público que ocupava a Avenida Paulista durante o evento. Tal aspecto reforça a valorização de uma categoria temática dos textos sobre o evento, que busca destacar a quantidade de pessoas e a manutenção da disputa de narrativas entre um órgão oficial – a polícia militar – e os organizadores do evento.

Um outro assunto relacionado ao evento veiculado antes da realização deste diz respeito à distribuição de uma cartilha para redução de danos que continha instruções para uso consciente de drogas como a cocaína. O panfleto indicava que caso fosse realizado o consumo da droga, o usuário deveria ter um “canudinho” de uso próprio para aspiração.

A polêmica residia no paradoxo entre a vantagem de documentos como esse, que ajudam no consumo consciente das drogas, em contraponto com a ideia de que o evento estaria incentivando e contribuindo com o uso de drogas. Desse modo, tal categoria mostra textos que passam a constituir um imaginário associativo no qual LGBTs são potenciais usuários de drogas; tal construção narrativa deve ser caracterizada como falsa, uma vez que o consumo de

⁷⁰ Informação disponível em: <https://guia.folha.uol.com.br/passeios/2016/05/10002215-parada-do-orgulho-lgbt-faz-20-anos-e-ergue-bandeira-do-orgulho-transgenero.shtml>. Acesso em 15/09/2020.

drogas também se dá em inúmeros outros eventos e locais voltados ao público heterossexual, por exemplo.

Por fim, outro texto que exemplifica os assuntos que foram tratados quando relacionados ao evento é “‘Nunca vi tanta gente feia’, dizem habitués” (SAMPAIO, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. C3). O texto reforça, como dito no segundo capítulo, os preconceitos existentes mesmo entre indivíduos estigmatizados. Na notícia em questão, elementos relacionados a classe social dos participantes do evento são destacados de modo que, segundo alguns entrevistados, está ligado ao fato da Parada ter se tornado um evento “muito popular” e ao apontamento de comportamentos de outros participantes com visões heteronormativas (caso do participante que diz que um grupo de heterossexuais é “mais gay que eu”). (SAMPAIO, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. C3).

4.3.2 Temática

Na segunda categoria de análise, é possível observar que quatro temáticas foram predominantes quantitativamente. As notícias que versam sobre o evento apresentaram maior diversificação de temáticas, indicando que, com o crescimento e a visibilidade que o evento passou a ter, a cobertura midiática também começou a abordar uma variabilidade de acontecimentos do evento, muito além do que aqueles meramente organizacionais. Os textos que trouxeram outros assuntos relacionados às identidades não normativas dialogavam sobre os temas apresentados na tabela abaixo.

Tabela 8: Principais temáticas encontradas nas notícias de 2007.

Temáticas	Quantidade de textos
Consumo	6
Educação	4
Eventos	4
Televisão	2

Fonte: elaborada pelo autor, 2020.

Os textos usados para a amostra dessa categoria estão listados abaixo.

Quadro 13: Textos usados para segunda categoria de análise referente a 2007.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
10/06/2007	Teste comparativo avalia pagode	Paulo Sampaio	Cotidiano	Informativo	Outro	Eventos

	lésbico e frenesi gay					
10/06/2007	Mercado gay no Brasil é muito pouco explorado, diz InSearch	Guilherme Barros	Dinheiro	Informativo	Outro	Consumo
10/06/2007	Cresce procura por agência de turismo especializada no país	Colaboração para Folha	Negócios	Informativo	Outro	Consumo
14/06/2007	Correio	Gabriela S. Barbosa	Equilíbrio	Opinativo	Outro	Educação
15/06/2007	Juiz proíbe menores em parada gay no interior de São Paulo	José Eduardo Rondon	Cotidiano	Informativo	Outro	Eventos
16/06/2007	Bebel se inspira em drags e travestis, diz atriz sobre seu personagem na novela	Eva Joory	Cotidiano	Informativo	Outro	Televisão
16/06/2007	Escola pergunta se aluno é homossexual	Daniela Tófoli Afra Balazina	Cotidiano	Informativo	Outro	Educação

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Na temática educação, foram escolhidas duas notícias para amostragem. Em “Correio” (BARBOSA, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. 2), é apresentada uma carta de uma leitora do caderno “Equilíbrio” que questionava uma reportagem do veículo que tratou da inserção no currículo escolar do Reino Unido de histórias e livros nos quais os protagonistas eram homossexuais. A jornalista (e leitora) que escreveu a crítica, apontou que a reportagem só escutou profissionais a favor do projeto denominado “*No Outsiders*”. Ao questionar sobre a ausência de profissionais críticos e contrários ao projeto, ela apresentou a sua visão negativa sobre a presença de assuntos que tratassem de outras identidades que não as heterossexuais e já consideradas como “a identidade” e não “uma identidade”. Na perspectiva da jornalista, era necessário apresentar visões contrárias, uma vez que ela acreditava que o assunto não fosse unanimidade, mesmo não sendo especialista no assunto; ao dizer que a reportagem estava enviesada, distorceu a sua própria crítica, entendendo o assunto enquanto polêmica e passível de duas visões distintas, como se a inserção dessas histórias pudesse causar algum malefício às crianças.

O segundo texto escolhido para exemplificar de que maneira o assunto educação e homossexualidade⁷¹ era representado no jornal foi uma notícia sobre um questionário elaborado por uma escola que buscava, por meio deste, combater e prevenir violências contra crianças e adolescentes. O formulário gerou polêmica entre os alunos e pais por conter perguntas como “você é heterossexual ou homossexual?”. A notícia apresenta as opiniões sobre o questionário enfatizando que a maior preocupação vem por parte dos pais, uma vez que os alunos levaram o questionário “na brincadeira”⁷². Mesmo ao indicar os erros presentes no questionário, inquestionáveis, o texto se ocupa de apontar quais os caminhos incorretos foram tomados pelas instituições responsáveis pela elaboração do documento. Contudo, a questão é mais complexa, visto que ao apresentar esses pontos, o texto não menciona a importância da educação sexual dentro das escolas (e até mesmo por parte dos pais), o que poderia apresentar críticas embasadas ao documento. A educação sexual seria uma das possibilidades para que os adolescentes não levassem o questionário como uma piada – podendo, inclusive, comprometer as respostas. Ao não abordar a questão da educação sexual, o jornal deixa tal assunto, também polêmico, de fora do texto em questão, demonstrando que questões relacionadas à sexualidade não são vistas como assuntos relevantes por parte dos adolescentes.

A temática do consumo volta a figurar entre os textos, assim como em 1998. Diferente do ano anterior, em 2007, todos os textos sobre consumo apresentavam notícias sobre mercado e compras, distribuídos nos cadernos “Dinheiro” e “Negócios”. Em “Mercado gay no Brasil é muito pouco explorado, diz InSearch” (BARROS, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. B2), é possível perceber o encaminhamento adotado para essa temática pelo jornal. Os textos apontam as lacunas e oportunidades que esse mercado segmentado possuía no Brasil, no ano em questão, partindo de um reducionismo, uma vez que não são identidades LGBT vistas como consumidoras; a identidade consumidora para o jornal são os gays, de modo que as notícias só apresentam o mercado voltado para esse público específico. Ao identificar os gays como público de consumo, essa identidade é priorizada nas notícias (fator que também será discutido na próxima categoria), elemento que pode ser identificado a partir da seguinte passagem: “o público gay masculino constitui um mercado potencial significativo ainda muito pouco explorado no Brasil” (BARROS, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. B2).

Segundo os textos, os setores que mais apresentam o consumo por parte dos gays são os de lazer, entretenimento e cultura. O turismo é pauta de uma das notícias encontradas em

⁷¹ Torna-se a dizer que se opta pela nomenclatura homossexual uma vez que, ao ler as notícias, essa é a identidade apresentada enquanto não normativa.

⁷² “Aluna diz que ‘galera levou teste na brincadeira’”. *Folha de S. Paulo*. 16/06/2007

“Cresce procura por agência de turismo especializada no país” (COLABORAÇÃO PARA FOLHA, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. 3), o texto apresenta as barreiras e os avanços de um setor em crescimento, voltado para o consumo especializado para esse público. Ressalta-se que tais indivíduos destacados nos textos são os homossexuais masculinos, sendo apenas essa identidade identificada enquanto consumidora pelo jornal, indicando os interesses do mercado. Portanto, algumas modificações são observadas nessa temática: em 1997 ela não aparece e começa a se consolidar em 1998; em 2007, os textos apontam que o setor de consumo especializado para gays ainda estava em fase inicial, mas já indicava fatores destacáveis para compreender a representação feita pelo jornal; o nicho identificado é o de consumidores gays (homens), privilegiados nas notícias por possuírem poder aquisitivo para consumo e enquadrados em padrões heteronormativos, uma vez que setores relacionados a seguros de vida (para os parceiros) e construção civil (para moradia), também foram apresentados enquanto setores de interesse por parte dos gays.

A temática sobre eventos apresenta uma continuidade em relação aos anos anteriores e também aos próximos que serão expostos: a apresentação de outros eventos, acontecimentos, feiras e festas que são agendados na mídia a partir da Parada, isto é, eventos que não necessariamente estão relacionados à Parada, mas ganham visibilidade por conta dela. No ano analisado, destacam-se dois textos que exemplificam uma construção estereotipada e preconceituosa acerca de LGBTs; em “Teste comparativo avalia pagode lésbico e frenesi gay” (SAMPAIO, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. C4), notícia que apresenta dois eventos, uma festa de lésbicas e uma de gays que aconteceram no mesmo espaço, mas foram representadas na narrativa por seus pormenores. Enquanto as lésbicas são construídas sob uma perspectiva masculinizada, os gays são construídos como malhados, usuários de drogas sintéticas e por sua “personalidade” preconceituosa e ácida: “justiça seja feita: enquanto boa parte dos rapazes está aditivada com ecstasy, cocaína, “K” (alucinógeno), GHB (euforizante) e Ice (estimulante cerebral), as moças se arriscam na pista só com espetinho de picanha e cerveja no estômago” (SAMPAIO, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. C4).

A reportagem utiliza um recorte que acaba se valendo do uso de uma parte para representar o todo, como aponta o trecho “nada mais instrutivo para entender a diversidade homossexual” (SAMPAIO, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. C4), como se toda a diversidade da homossexualidade pudesse ser compreendida a partir dos reducionismos e apontamentos da reportagem. A oposição é outro recurso utilizado no texto como forma de reduzir e imputar a tais indivíduos, uma identidade: “Entre si os gays se chamam no feminino: ““onde a senhora está, bicha?”, pergunta um rapagão musculoso no celular, a um amigo, na porta da boate”; “mais

sérias, as lésbicas jamais se referem umas às outras por ‘sapatão’” (SAMPAIO, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. C4).

Em “Juiz proíbe menores em parada gay no interior de São Paulo” (RONDON, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. C9), há o relato de uma decisão de um juiz sobre a participação de adolescentes na Parada em São José do Rio Preto, no interior de São Paulo. Segundo a decisão do juiz da Vara da Infância e da Juventude, Osni Pereira, os menores de idade só poderiam ir ao evento se estivessem acompanhados dos pais (RONDON, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. C9). Mesmo negando preconceito, conforme ressaltado pelo texto, o juiz utilizou de argumentos preconceituosos e construções históricas que associam a homossexualidade à uma ameaça a moral e aos bons costumes: “O estatuto prega que o adolescente deve frequentar ambientes sadios para sua moral e bons costumes. Eu não vejo o que ele [adolescente] pode aprender de bom participando de uma parada gay” (RONDON, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. C9). O juiz continuou dizendo que beijos e abraços (considerados excessos por ele) atentam a moral pública e são prejudiciais às crianças. Ao final do texto, o jornal aponta as críticas por parte de uma advogada do Centro de Referência em Direitos Humanos LGBT e de um dos organizadores do evento. As falas utilizadas de ambos se resumem à decisão ser um atentado à liberdade de expressão. O texto noticioso não dá nenhum indício de que a fala do juiz é preconceituosa; o próprio afirmou que sua decisão é técnica. Há adaptação de um discurso legal para justificar preconceito e falas que contribuem para determinar uma Parada Gay enquanto ambiente prejudicial à adolescentes e crianças – como se beijos e abraços fossem excessos e, se feitos por homossexuais, fossem um crime que prejudicaria a formação das crianças. O contraponto às falas do juiz é reduzido e restrito à aspectos legais, o que idealiza um processo que é social e cultural.

Por fim, a última temática principal detectada foi “televisão”. Nessa categoria, as notícias discorrem sobre aspectos da comunicação televisiva relacionados às identidades sexuais não normativas. Em “Bebel se inspira em *drags* e travestis, diz atriz sobre seu personagem na novela” (JOORY, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. C8), um dos dois textos que trazem outras identidades sem ser apenas gays, a atriz Camila Pitanga diz que sua personagem se inspirou em looks de *drags* e travestis. Apesar do título falar sobre essas identidades, o texto pouco discorre sobre o assunto – o que indica que a utilização dessa fala da atriz pode ter sido alçada à manchete por conta da visibilidade da Parada no período para que o texto chamasse a atenção do leitor. Mesmo com a fala sobre inspiração, a atriz faz questão de pontuar que é diferente de sua personagem: “interpretar a Bebel tem sido um parque de diversões. É a volta da cachorra. Eu sou o contrário, sou mais clássica. Uso muito vestido, raramente, calças”

(JOORY, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. C8). Destaca-se essa fala exatamente pelo fato de a atriz associar possivelmente os visuais de sua personagem às *drags* e travestis, mas fazer questão de separar o seu estilo e o da personagem, indicando a dificuldade em compreender o Outro como parte de nós a partir de uma construção narrativa que faz questão de separar o “nós” do “eles”.

4.3.3 Referência ao sujeito

Nessa categoria, são indicadas quais identidades aparecem nos textos jornalísticos. Em última instância, entender qual sujeito é referenciado indica qual a representação e qual identidade é construída e atribuída às identidades não normativas pelo jornal. Ainda que indicar essas identidades possa parecer um engessamento identitário, o qual não se acredita aqui que seja viável para a compreensão das identidades sexuais, a mídia utiliza desses reducionismos e delimitações para que o público leitor consiga assimilar seu texto, de modo que essas narrativas corroborem com normalizações. Os textos referentes à 2007 utilizam majoritariamente o termo “gays”; as produções jornalísticas que se referem a outras identidades de maneira aprofundada são exceções. Os textos usados como amostragem dessa categoria estão descritos no seguinte quadro:

Quadro 14: Textos usados para terceira categoria referente a 2007.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
10/06/2007	Mercado gay no Brasil é muito pouco explorado, diz InSearch	Guilherme Barros	Dinheiro	Informativo	Outro	Consumo
10/06/2007	Segmento ainda é mal explorado por empresas	Colaboração para Folha	Negócios	Informativo	Outro	Consumo
10/06/2007	Que parada é essa?	Gustavo Fioratti	Revista	Diversional	Outro	Parada
16/06/2007	Bebel se inspira em drags e travestis, diz atriz sobre seu personagem na novela	Eva Joory	Cotidiano	Informativo	Outro	Televisão

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Em “Mercado gay no Brasil é muito pouco explorado, diz InSearch” (BARROS, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. B2), há indicação do que ocorre na maioria dos textos de 2007: os gays são as principais referências nos textos encontrados. Mais do que isso, os gays constituem a identidade definida enquanto consumidora e potencial nicho de consumo, outra justificativa do porquê do privilégio dos gays nas notícias encontradas. A notícia “Segmento ainda é mal explorado por empresas” (COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. 2) também confirma a constatação dita anteriormente. Além dos gays, a notícia também cita a sigla GLBT, que aparece em muitos dos textos encontrados, mas que é usada para se referir, na maioria dos casos, aos gays. Isso acontece porque não há um aprofundamento de temáticas que não estejam em sua maioria ligadas aos gays e, em menor quantidade, mas também notável, às lésbicas; termos como homossexual e homossexualidade aparecem como referência aos gays; a sigla GLS também figura e, como nos anos anteriores, sempre em textos relacionados ao consumo e ao mercado. Não há textos que aprofundem temáticas relacionadas às identidades T’s e outras, como os bissexuais.

Em “Que parada é essa?” (FIORATTI, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. 6-10), um ensaio fotográfico, há a escolha de personagens que representem cada uma das letras da sigla GLBT. Esse é o texto de maior diversidade sobre identidades encontrado no ano em questão, mesmo que o texto utilize de construções que auxiliam na normalização dessas identidades e até resulte em alguns reducionismos. A página dedicada a sigla “B”, que representa os bissexuais, escolheu um modelo que utiliza roupas femininas mas, segundo o texto, prefere mulheres. Há surpresa com a quebra do binarismo de gênero por parte do repórter: “a equipe de produção ficou boquiaberta ao saber que o garotão da foto prefere meninas” (FIORATTI, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. 6-10).

Diferentemente da variedade exposta no ensaio, em “Bebel se inspira em *drags* e travestis, diz atriz sobre seu personagem na novela” (JOORY, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. C8), há apenas uma citação breve das identidades travestis e das *drag queens*, porém não há aprofundamento dessas temáticas, que se reduzem a uma personagem de uma novela televisiva. Ainda assim, é necessário pontuar a aparição delas, pois acontecem como exceção nos textos analisados até então. Desse modo, em 2007, a grande maioria dos textos diz respeito à realidade dos gays, ou utiliza termos “guarda-chuva” para abarcar ou reduzir realidades diferentes em um mesmo contexto. As exceções aparecem em um ensaio fotográfico que mencionou identidades além de gays e lésbicas de forma mais específica e a citação em uma entrevista com uma atriz sobre sua personagem ter se inspirado em looks de *drags* e travestis.

4.3.4 Utilização de fontes

Seguindo a análise categorial, nesse tópico as notícias foram submetidas a uma análise a partir das vozes que usadas para construir as narrativas jornalísticas. Foram selecionados quatro textos para formarem a amostra dos textos referentes ao ano de 2007, os quais estão descritos no quadro abaixo:

Quadro 15: Textos usados para a quarta categoria referente a 2007.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
08/06/2007	Grife de moda praia mira em público gay	Dos enviados do Rio	Ilustrada	Informativo	Outro	Moda
08/06/2007	Panfleto para Parada Gay orienta como cheirar cocaína	Daniel Bergamasco	Cotidiano	Informativo	Parada	Drogas
10/06/2007	Parada Gay aquece mercado de luxo	Daniel Bergamasco	Cotidiano	Informativo	Parada	Consumo
11/06/2007	“Nunca vi tanta gente feia”, dizem habitués	Paulo Sampaio	Cotidiano	Informativo	Parada	Participantes

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Aproximadamente 65% dos textos encontrados não utilizam fontes na sua construção, mesmo que a maioria dos textos seja classificado enquanto informativo. Dos que utilizam fontes, raras são as vezes em que os sujeitos LGBTs são ouvidos para falarem de temas que os tangenciam. Há predominância para fontes oficiais, mesmo em textos sobre a Parada. Em “Grife de moda praia mira em público gay” (DOS ENVIADOS DO RIO, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. E6), o entrevistado é um estilista que comenta sobre sua coleção para moda verão; contudo, o mesmo enfatiza que a moda voltada para o público gay é vulgar e que sua coleção não é para os gays, mas sim para todos os públicos, porém gostaria de atrair o público gay enquanto consumidor. A utilização da fonte nesse caso auxilia na construção de uma visão negativa dos homossexuais associando-os a vulgaridade. O interesse em atrair esse público se dá única e exclusivamente pelo poder aquisitivo, como deixa claro o estilista.

No texto “Panfleto para Parada Gay orienta como cheirar cocaína” (BERGAMASCO, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. C4), há predominância das vozes oficiais para embasamento de

argumentos contrários e em defesa do panfleto. O texto, que procura expor questões sobre redução de danos, entrevista Regina Facchini, apontada como vice-presidente da Parada; o delegado Wuppslander Ferreira Neto e os médicos David Uip e Hélio Vasconcelos Lopes. Mesmo com a utilização de fontes que divergem sobre o assunto, a discussão não se aprofunda sobre a questão principal que a pauta deveria debater, sendo a redução de danos. Similar à abordagem anterior (no texto sobre o questionário acerca de violência contra crianças e adolescentes), não ocorre uma discussão detalhada sobre a abordagem do panfleto, no qual a principal característica do texto é apontar os erros. Participantes e receptores do panfleto não são ouvidos como fonte da reportagem, o que também resulta na idealização do processo apenas a partir dessas vozes oficiais.

Fugindo à regra, o texto “Parada Gay aquece mercado de luxo” (BERGAMASCO, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. C1), traz os consumidores como fonte na construção narrativa. A reportagem apresenta não só os consumidores, mas também os comerciantes responsáveis pela venda dos produtos a esse nicho de consumo. O texto reforça, através das falas dos(as) entrevistados(as), visões reducionistas e que atendem a um único público identificado enquanto GLBT, os gays. Um dos vendedores diz que o mercado está feliz pelo período, uma vez que os gays “andam em bando, adoram moda” e não se demoram a decidir pela compra. Esse público que aparece nas notícias é um público pertencente a uma classe social com alto poder aquisitivo e, além de figurar como protagonistas nos textos, são também ouvidos enquanto fontes.

Quando os textos utilizam outros indivíduos enquanto fontes, fugindo das vozes oficiais ou com poder aquisitivo, as falas revelam o preconceito dos participantes. Em “‘Nunca vi tanta gente feia’, dizem habitués” (SAMPAIO, *Folha de S. Paulo*, 2007, p. C3), o texto privilegia as falas dos participantes da Parada; fato novo, não detectado nos anos anteriores analisados. O texto aponta para uma relevante construção textual nas falas dos entrevistados: expor o preconceito existente entre os próprios homossexuais. Um dos entrevistados diz: “isso aqui está irreconhecível, olha quanto mano”, referindo-se a presença de pessoas que o mesmo acredita virem de regiões periféricas. Outros participantes reforçam os preconceitos com falas como: “acontece que isso aqui é um evento aberto, não precisa pagar nada. Então, não dá para controlar a frequência”; “a parada se popularizou demais”; “só uns 10% são bonitos”. Esses trechos revelam também a importância da aparência e da beleza física para esse público. Um único participante acredita que a Parada deva ser frequentada por todos – gente feia, bonita e esquisita, segundo ele. O elemento que se destaca durante a leitura do texto é que apenas homens são entrevistados, de modo que, através das fontes utilizadas, acontece o reducionismo de toda uma gama de identidades apenas aos homens gays, como se a Parada fosse um evento voltado única

e exclusivamente a tal grupo. Nos textos encontrados, apenas esse e mais um outro texto sobre a Parada, “Parada Gay cresce; diversão e problemas, também” (BERGAMASCO; TÓFOLI, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. C1), utilizam os participantes enquanto fontes.

4.4 Segundo ano da segunda data referência: 2008

No segundo ano referencial deste bloco, foram encontrados 61 textos. Ainda dentro de um contexto similar ao ano anterior, 2008 apresentou componentes semelhantes ao ano anterior. Contudo, dois fatores destacam-se e diferenciam-se de 2007: a maior variedade de referências identitárias não normativas do que no ano anterior e a temática relacionada à televisão sendo a mais frequente em textos que trataram de temas diversos aos relacionados à Parada.

4.4.1 Assunto

O ano de 2008 voltou a apresentar a tendência observada em cinco dos seis períodos analisados: a maior parte dos textos fazia referência a outros assuntos e não majoritariamente a assuntos diretamente relacionados à Parada. Dos 61 textos encontrados, 33 dizem respeito a essas temáticas variadas, enquanto 28 abordaram pautas diretamente ligadas ao evento. Com relação à participação massiva no evento, não houve divulgação oficial dos números, mas a organização apresentou número de participantes estável se comparado ao ano anterior. Quantitativamente, a Parada contribui no agendamento de outras temáticas, uma vez que o número de textos sobre outros assuntos foi maior do que aqueles sobre o evento (Tabela 9).

Tabela 9: Textos divididos por assunto.

Assunto	Quantidade de textos
Parada	28
Outros	33

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Para compreensão da maneira como tais assuntos foram apresentados no jornal, foram selecionados os seguintes textos (Quadro 16):

Quadro 16: Textos usados para primeira categoria de análise referente a 2008.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
------	--------	------------	---------	--------	---------	------

18/05/2008	Bom atendimento ao público GLBT é tema de programa	Igor Giannasi	Negócios	Informativo	Parada	Consumo
19/05/2008	Mutação Sexual	Daniel Castro	Ilustrada	Opinativo	Outro	Televisão
24/05/2008	Às quartas, rua no subúrbio no Rio fecha para abrigar festa GLS	Paulo Sampaio	Cotidiano	Informativo	Outro	Eventos
25/05/2008	Em sua 12ª edição, Parada Gay fica mais globalizada	Vinícius Queiroz Galvão	Cotidiano	Informativo	Parada	Organização
29/05/2008	Parada Gay de SP é excluída de lista de recordes do 'Guinness'	Sérgio Ripardo	Cotidiano	Informativo	Parada	Organização
30/05/2008	NY validará união gay em outro estado	Não atribuído	Mundo	Informativo	Outro	União Civil

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Dentro de uma realidade participativa semelhante ao ano anterior, a abordagem do jornal, no que diz respeito à Parada, ainda focou em seus aspectos organizacionais e numéricos, mas relacionando-os à questão do consumo em grande parte dos textos. Em “Bom atendimento ao público GLBT é tema de programa” (GIANNASI, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. 4), há a inclusão da temática devida a identificação (que representa uma continuação se comparado à 2007) do “público” GLBT enquanto nicho de mercado. O texto aborda a realização de um curso organizado pela Abrat GLS (Associação Brasileira de Turismo para Gays, Lésbicas e Simpatizantes) destinado a empresários e com olhos no evento que aconteceria na semana em que a notícia foi divulgada.

Ainda é evidente, dentro desse contexto, como tais assuntos tornam-se pauta devida a identificação desse público enquanto consumidor, além de prezar também pelos simpatizantes⁷³, vistos enquanto potenciais consumidores. A principal questão da reportagem

⁷³ Pessoas que simpatizam com os LGBTs e com as causas do movimento, mas não são LGBTs. Também pode ser usado como adjetivo para lugares ou estabelecimentos que não discriminam sujeitos devido a sua orientação sexual. O termo pode ser usado como sinônimo do conceito estadunidense “gay friendly”.

e, em última instância, do curso, é tratar essa realidade diversa com uma ideia de público-alvo, na utopia de uma “comunidade GLBT”, conforme a fala de um dos entrevistados⁷⁴ (GIANNASI, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. 4). A questão do respeito à diferença fica em segundo plano no texto, uma vez que o objetivo do curso é fazer com que as empresas aprendam a trabalhar com esse público para que mais vendas de produtos ou serviços sejam realizadas.

Dentro do assunto “Parada”, o texto “Em sua 12ª edição, Parada Gay fica mais globalizada” (GALVÃO, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. C8), é apresentado o evento a partir de uma perspectiva turística, uma vez que em 2008, houve recorde no número de participantes oriundos de outras regiões e, de acordo com a notícia, indica a consolidação da Parada enquanto acontecimento de projeção internacional. Nesse ponto, é possível também traçar um paralelo com o consumo, uma vez que mais estrangeiros chegando ao Brasil, maior será o consumo e, por conseguinte, há a criação de uma notoriedade do evento no mundo todo. Em notícia divulgada no ano anterior⁷⁵, segundo dados da SPTuris, os estrangeiros que vinham para o Brasil participar da Parada gastavam o dobro se comparado aos brasileiros oriundos de outras partes do país.

Um elemento presente nos textos analisados é a indicação do número de participantes do evento e a já relatada divergência entre o número divulgado pela organização e o número divulgado pela Polícia. A notícia relata a não divulgação de dados por parte da Polícia, que diz não ter como fazer o cálculo com precisão, uma vez que o público é flutuante; contudo, nos anos anteriores o público possuía essa característica e a instituição divulgou os números mesmo assim. Os organizadores demoraram mais que o habitual para divulgar esses dados; foram 3,4 milhões de participantes – a primeira vez que o número apresentou queda.

Em “Parada Gay de SP é excluída de lista de recordes do ‘Guinness’” (RIPARDO, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. C7), a questão da divulgação de números por parte da Polícia foi fator determinante para a retirada do recorde, pois apenas os organizadores divulgaram números e a editora responsável pelo livro disse não poder reconhecer os dados em razão de conflito de interesses, visto que o número foi calculado por parte dos organizadores, enquanto dados da Polícia – uma instituição governamental – seriam mais confiáveis para tal validação. A questão da divulgação de números por parte da Polícia e dos organizadores é elemento presente nas

⁷⁴ “Segundo ele, a palestra ‘tirou o estereótipo’ da comunidade GLBT”.

⁷⁵ “Estrangeiros gastam o dobro em São Paulo”. *Folha de S. Paulo*. 10/06/2007

notícias analisadas até aqui, indicando a importância de uma voz oficial e na desconfiança daquilo informado pelos organizadores⁷⁶.

Partindo para as outras temáticas que não as relacionadas diretamente à Parada, em “Às quartas, rua no subúrbio no Rio fecha para abrigar festa GLS” (SAMPAIO, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. C7), há a exemplificação de que, quando se fala nesse público, há uma aceitação condicional atrelada ao fato de tais indivíduos serem consumidores. A reportagem trata esses sujeitos a partir de construções reducionistas e ajuda a difundir representações construídas historicamente, como o caso das lésbicas masculinizadas, das falas LGBTfóbicas e da visão da aceitação pelo consumo, identificada já no ano anterior, 2007. Dos entrevistados(as), três são mulheres lésbicas e caminhoneiras – profissão comumente associada de maneira estereotipada às lésbicas. Uma das entrevistadas também diz não gostar de “mulher-machinho: ‘Ou ‘patricinha’, ou o tipo ‘esporte’” – partindo de estereótipos em suas colocações. Um dos entrevistados é um policial que relata que o local é tranquilo, mas diz de maneira pejorativa que “a porrada pode comer, mas é entre eles”.

Além das falas, a reportagem também apresenta o preconceito existente entre os próprios indivíduos que frequentam o local. Tal preconceito está intimamente ligado ao poder aquisitivo e a beleza, elemento já identificado nas reportagens do ano de 2007. Uma das entrevistadas diz: “o povo não é bonito, nem tão bem tratado como na zona sul, mas é um lugar perto de casa, em que a gente pode namorar à vontade”; outra entrevistada continua: “a gente vem pouco aqui, não gosta muito. Não pelo lugar, mas [abaixando o tom da voz] pelas pessoas. Muita gente feia e [mais baixo ainda] pobre” (SAMPAIO, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. C7). Outra construção identificada é a visão desse público apenas enquanto consumidor, então, o respeito se dá pelo consumo. Como exemplo, o trecho em que uma das vendedoras diz, após ser questionada se é lésbica: “Deus o livre! Sou nordestina, mãe de três filhos, tô aqui para ganhar meu dinheiro!” (SAMPAIO, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. C7).

A nota “Mutação sexual” (CASTRO, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. E6) apresenta um núcleo de uma novela da TV Record, “Caminhos do Coração”, que apresentaria com um romance gay no qual um dos personagens, que é um mutante, tentaria se envolver com um personagem homossexual. O mutante só se aproximaria para tentar dar um golpe no outro personagem, o que denota que trama da novela, nesse caso, associou a homossexualidade como situação de interesse, com finalidade de trapacear. A categoria temática televisão foi a que mais

⁷⁶ Em texto de 2007, o jornal publicou uma coluna de “Ombudsman” criticando o fato da *Folha* ter usado dados dos organizadores uma vez que, segundo o jornalista crítico, o número de participantes seria muito inferior do divulgado pelos organizadores. “A volta do chutômetro”. *Folha de S. Paulo*. 17/06/2007.

apareceu em 2008, evidenciando a temática homossexual nas novelas no ano em questão, fator que será discutido de maneira aprofundada na próxima categoria.

Por fim, a outra nota “NY validará união gay em outro estado” (MUNDO, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. A14) indica um outro assunto recorrente nos anos analisados até agora: a questão da união civil. No caso em questão, foi discutido o reconhecimento da união em Nova Iorque, nos Estados Unidos. É possível perceber a mobilização de temas não só nacionais que tangenciam as identidades não normativas, nesse caso, dos homossexuais, mas também no âmbito internacional. O reconhecimento, mesmo sendo apresentado em texto curto, no formato de nota, consta no diário, de modo a indicar como a semana da Parada mobiliza esses temas em um jornal de grande circulação, caso da *Folha de S. Paulo*.

4.4.2 Temática

No ano em questão, quatro temáticas são destacadas como mais frequentes no período analisado. As categorias dos assuntos “Outros”, isto é, aqueles que não estão diretamente ligados à Parada, foram: televisão, homofobia, eventos e teatro e sexualidade. Outras temáticas também figuraram no período, sendo elas, consumo, sexualidade e travestis. Na tabela abaixo (Tabela 10), as categorias são divididas de acordo com a sua frequência.

Tabela 10: Principais temáticas encontradas nas notícias de 2008.

Temáticas	Quantidade de textos
Televisão	10
Homofobia	5
Eventos	4
Teatro e sexualidade	3

Fonte: elaborada pelo autor, 2020.

Os textos usados para amostra dessa categoria estão listados abaixo (Quadro 17):

Quadro 17: Textos usados para segunda categoria de análise referente a 2008.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
18/05/2008	Estupro corretivo	Vange Leonel	Revista	Opinativo	Outro	Homofobia
22/05/2008	Factóide	Daniel Castro	Ilustrada	Opinativo	Outro	Televisão
24/05/2008	Às quartas, rua no subúrbio no	Paulo Sampaio	Cotidiano	Informativo	Outro	Eventos

	Rio fecha para abrigar festa GLS					
25/05/2008	‘Tirei o folhetim de camisa-de-força’	Lucas Neves	Ilustrada	Informativo	Outro	Televisão
26/05/2008	No país, combate à homofobia tem pouco apoio legal	Da reportagem local	Cotidiano	Informativo	Outro	Homofobia
26/05/2008	Sem certo ou errado	Gabriela Romeu	Folhateen	Opinativo	Outro	Teatro e sexualidade
27/05/2008	Ferveção	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Outro	Eventos
01/06/2008	Cuba la madre que me parió	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Outro	Teatro e sexualidade

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Para a primeira unidade, “televisão”, foram escolhidos dois textos de amostragem. Antes de descrever os textos, deve-se ressaltar o porquê de tal temática ter figurado entre as mais frequentes. Durante o período de análise, a Rede Globo exibia a novela “Duas Caras”, do autor Aguinaldo Silva. O enredo da trama contava com um núcleo onde havia um casal homossexual e, durante o período de análise, eram exibidos os últimos capítulos da novela, cercados de suspense e mistério sobre um possível “beijo gay” entre as personagens. Os textos sobre televisão tratavam do beijo, sem nenhuma confirmação de que o mesmo iria ao ar, ou, ao menos, se a cena seria gravada. A emissora chegou a dizer que o beijo não iria ao ar pois “seus princípios de qualidade não preveem beijos e carícias entre homossexuais”⁷⁷ (CASTRO, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. E6).

Em “Factóide” (CASTRO, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. E12), o colunista Daniel Castro mencionou não só a possibilidade de um beijo gay em “Duas Caras”, mas também na novela “Caminhos do Coração”, da TV Record, concorrente da TV Globo. O rumor teria sido espalhado pelo autor Aguinaldo Silva, em seu blog, possivelmente como uma tentativa de fazer com que a Rede Globo exibisse o beijo em sua novela. Ressalta-se que a TV Record é uma emissora diretamente ligada à Igreja Universal, uma vez que o dono da emissora é também o bispo da Igreja⁷⁸ e, como já destacado, a religião constitui historicamente a homossexualidade enquanto pecado; portanto seria pouco provável que a emissora exibisse o beijo gay em sua novela antes (ou mesmo depois) da TV Globo.

⁷⁷ “Globo recua e grava beijo gay de “Duas Caras”. *Folha de S. Paulo*. 27/05/2008

⁷⁸ Refiro-me ao bispo Edir Macedo.

A entrevista “Tirei o folhetim da camisa-de-força” (NEVES, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. E6) com o autor da novela, Aguinaldo Silva, apresenta a visão do mesmo sobre a censura da emissora à cena de beijo gay. Segundo Aguinaldo, só haveria o beijo se a emissora permitisse, mesmo que tenha escrito a cena. O autor ressaltou que o beijo não será sensual, sendo que a ênfase no fato do beijo não ser sensual demonstra a dicotomia entre a heterossexualidade ser vista enquanto a identidade e a homossexualidade ser constituída enquanto desviante; isso porque, para que o beijo entre dois homens ou duas mulheres possa ir ao ar, é necessário que o mesmo não seja caracterizado enquanto sensual, ainda que beijos entre heterossexuais possam ser exibidos mesmo sendo tipificados enquanto sensuais. A construção reforça não só esse fator, mas também a associação da homossexualidade com a promiscuidade, na qual até um beijo deve ser avaliado para que possa ser ou não exibido.

A segunda categoria mais frequente identificada é “homofobia”. Em “Estupro corretivo” (MOTT, *Folha de S. Paulo*, 2008, n.p), a colunista Vange Leonel relata um caso de violência homofóbica contra uma jogadora de futebol feminino na África. Ela explica o termo “estupro corretivo”, sendo a violência contra uma mulher lésbica para que ela passe a gostar de homens. O texto mostra como os ativistas gays na África têm cobrado a polícia para investigações que levem em conta a questão da orientação sexual. O aspecto dos textos nessa temática dizem respeito ao tratamento da homofobia enquanto violência e a busca pela sua tipificação enquanto crime. A temática homofobia só figurou entre as mais frequentes no primeiro ano de análise, 1997, ainda que no ano anterior, um caso de violência homofóbica⁷⁹ tenha aparecido no noticiário da *Folha*.

O motivo de figurar entre as categorias temáticas se dá em razão ao lema do evento em 2008: “Homofobia Mata! Por um Estado Laico de Fato”. Mais uma vez é possível perceber a maneira pela qual uma temática que tangencia a realização do evento conseguiu pautar a mídia ao tratar de temas como a homofobia. Em “No país, combate à homofobia tem pouco apoio legal” (DA REPORTAGEM LOCAL, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. C1), é discutido o andar dos projetos de lei que buscavam criminalizar a homofobia. Ainda que o tema tenha sido agendado em virtude da Parada, algumas construções mostram a ambiguidade na definição da homofobia enquanto crime. Ao citar a criação de um centro de referência para denúncias desse tipo de violência, o jornal pontua que o centro é voltado “para quem se sente vítima desse tipo de preconceito” (DA REPORTAGEM LOCAL, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. C1). Se sentir vítima

⁷⁹ “Polícia apura se francês foi alvo de homofobia”. *Folha de S. Paulo*. 12/06/2007. No período analisado não foi possível descobrir se o caso foi tipificado enquanto homofobia, uma vez que as notícias indicavam incerteza quanto ao motivo do crime.

e ser vítima de um preconceito são duas construções discursivas opostas; enquanto “ser vítima” apresenta e caracteriza a homofobia enquanto crime, “se sentir vítima” abre caminho para a incerteza. O texto também usa o termo “opção sexual”, já ultrapassado na época em questão, além de colocar as inúmeras realidades desses sujeitos sob o termo “comunidade GLBT”. Destaca-se que a realidade de homossexuais e travestis, como, por exemplo, os(as) citados(as) no texto, são diferentes, uma vez que os(as) segundos(as) estão mais expostos(as) à violência. Contudo, o texto pontua o principal motivo dos projetos estarem barrados tanto na Câmara dos deputados, quanto no Senado: “o lobby religioso” (DA REPORTAGEM LOCAL, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. C1); isto é, a interferência religiosa na relação entre sexualidade e Estado, mais uma vez, elemento constituinte das notícias.

A terceira categoria temática mais frequente em 2008 é recorrente nos anos analisados até agora: “eventos”. Essa unidade diz respeito aos textos que discorrem sobre outros acontecimentos paralelos à Parada, mas que foram agendados em virtude do evento. Em “Às quartas, rua no subúrbio no Rio fecha para abrigar festa GLS” (SAMPAIO, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. C7), há a explicitação da maneira como se dá o agendamento da temática “evento”. O texto, que aborda um lugar que serve de encontro para LGBTs (ou GLS, como diz o texto), mostra a organização dos encontros, como funciona o comércio em virtude da festa e como as boates próximas ao local aberto se organizam para receber esse público. “Ferveção”, da colunista Mônica Bérghamo (BÉRGAMO, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. E2), também apresenta a maneira como esse assunto é agendado devido a visibilidade da Parada, apontando um leve incidente envolvendo fogo em uma festa gay privada. É interessante observar que, muito provavelmente, tal acontecimento não viraria notícia se tivesse acontecido em outro momento, uma vez que não houve vítimas e o corpo de bombeiros agiu de maneira preventiva apenas. Além disso, o evento é notícia por se tratar de uma festa privada voltada a um nicho de consumo com elevado poder aquisitivo.

Por fim, a quarta categoria temática abarca um assunto ainda não observado anteriormente: o teatro e a sexualidade. Mesmo que outras expressões culturais tenham figurado como notícia, é a primeira vez que o teatro aparece enquanto foco das pautas em conjunto com aspectos da sexualidade. Para exemplificar a categoria, o texto “Sem certo ou errado” (ROMEY, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. 3), apresenta a peça “Cidadania”, que tem como roteiro o desenvolvimento e as descobertas da sexualidade. A jornalista utiliza a expressão “a descoberta do homossexualismo na adolescência”, construção além de ultrapassada, uma vez que a supressão do sufixo “ismo”, usualmente associada a doenças, já havia sido desconstruído há um longo tempo pelo movimento LGBT. O texto se vale de outro reducionismo ao associar

a homossexualidade à uma vivência em tribo: “a qual tribo você pertence? A dos gays, a dos maconheiros, a dos que namoram?”. É preciso ressaltar que essa construção simplifica a vivência da sexualidade ao simples fato de pertencer a algum grupo, desconsiderando outros fatores como o próprio desejo na constituição da sexualidade. Ainda que haja novidade ao abordar a temática do teatro e apresentar uma peça que discuta a vivência da sexualidade, o texto limita-se ao reduzir o processo de descoberta e vivência da mesma.

O outro texto utilizado como exemplo desta categoria é “Cuba la madre que me parió” (BÉRGAMO, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. E2). Diferentemente do texto apresentado anteriormente, este trata-se de uma entrevista que apresenta falas relevantes na vivência de uma atriz transexual, seu processo de descoberta, além das repressões vividas em Cuba, por ser homem, se vestir como mulher e apresentar comportamento julgado enquanto feminino. Phedra D. Córdoba relata suas experiências familiares que também eram repressivas quanto ao seu comportamento: “minha mãe queria que eu fosse homem à força. Me levava a uma psiquiatra, me dava hormônio masculino, porque yo sempre tive fisionomia feminina” (BÉRGAMO, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. E2). A artista conta que trabalhou no Rio com travestis e fala que não pretende voltar de vez ao seu país natal, pois era “muito combatida por meu sexo. Era sempre: tem talento mas é muito feminina!”. Ao dar voz em um formato de entrevista para a atriz transexual, as falas constituem a experiência dela e apresentam a realidade de uma pessoa transexual no Brasil e em Cuba, seu país de origem. Dentre os textos encontrados, é a primeira vez que uma pessoa trans e sua trajetória são personagens de um texto no período da Parada nos anos analisados.

4.4.3 Referência ao sujeito

A terceira categoria de análise apresenta algumas continuidades, se comparadas ao ano anterior, que indicam algumas alterações desde as primeiras edições do evento. Apresenta também a inserção de maneira qualitativa de identidades que ainda não haviam aparecido enquanto sujeitos e personagens nas notícias encontradas. Contudo, algumas construções são reducionistas, preconceituosas e pejorativas. Para exemplificar tais elementos, foram escolhidos os seguintes textos dispostos no quadro abaixo:

Quadro 18: Textos usados para terceira categoria referente a 2008.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
18/05/2008	Buamba! Parálitica não correu do Coelho!	José Simão	Ilustrada	Opinativo	Outro	Travestis
21/05/2008	Associação adverte sobre trajes ‘ousados’	Colaboração para a Folha	Cotidiano	Informativo	Parada	Organização
21/05/2008	Travesti é denunciado por promotor	Da Folha Online	Esporte	Informativo	Outro	Travestis
25/05/2008	Fetiche fashion	Não atribuído	Revista	Diversional	Outro	Consumo

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Como pontuado, em 2008 as identidades T (travestis e transexuais) começaram a figurar enquanto sujeitos de referência identitária nos textos jornalísticos identificados. Em “Buamba! Parálitica não correu do Coelho!” (SIMÃO, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. E14), o colunista José Simão utilizou de comparações pejorativas ao se referir às travestis. A temática “travestis” estava em evidência no período analisado devido a um encontro do então jogador da seleção brasileira conhecido como Ronaldo Fenômeno com uma travesti, que rendeu manchetes e virou caso de polícia. O colunista afirma que “travesti é como gorro de lã, uma delícia de usar, mas quando os outros nos veem com ele é feio”. O colunista também satiriza o envolvimento de Ronaldo com a travesti: “leve três pintos por 10 reais”. Ainda que a identidade figure enquanto temática e seja referenciada nos textos, as construções que se referem à ela são LGBTfóbicas.

Em “Travesti é denunciado por promotor” (DA FOLHA ONLINE, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. D5), texto que não tem assinatura, há referência à travesti no masculino (o travesti) e apresenta apenas a visão da acusação: “o promotor Alexandre Graça, autor da denúncia, diz que o travesti constrangeu Ronaldo”, colocando o jogador como vítima da situação, sem questionar a travesti, que tem seu nome masculino divulgado na reportagem. Os textos que se referem às travestis tratam da polêmica envolvendo o jogador ou apresentam falas estereotipadas, reducionistas e pejorativas.

Ainda seguindo o observado nos anos já destacados, a maior parte dos textos faz referência à palavra gay (comumente associada à Parada) e GLBT (associada à parada, mas também a outros elementos como “comunidade” ou para designar sujeitos). Em “Associação adverte sobre trajes ‘ousados’” (COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. C3), o texto exemplifica o uso tanto da palavra gay para se referir à palavra quanto o uso da

palavra GLBT. O texto também menciona a realização de uma passeata, a “6ª caminhada de Lésbicas e Bissexuais de São Paulo”, referenciado duas outras identidades que também não são frequentes. Ao se referir ao evento utilizando uma espécie de termo generalizado, isto é, a palavra “gay”, há o reducionismo de todas as identidades, além de possivelmente ser associada ao sujeito ao qual ela designa, o homem homossexual.

Por fim, “Fetich Fashion” (REVISTA FOLHA, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. 10-19) apresenta uma transexual como fonte e modelo de um ensaio fotográfico, além de trazer a identidade travesti como elemento componente no texto. Assim como em “Cuba la madre que me parió”, há referência às identidades T, nesse caso, uma modelo transexual que também conta suas vivências, mas só é apresentada como fonte por se tratar de um texto do gênero diversional cujo objetivo é divulgar peças de roupas de lojas onde travestis e garotas de programa compram suas vestes, apontando para esses sujeitos enquanto nicho de consumo. Mesmo sendo lojas nas quais o público consumidor são travestis e garotas de programa, a pauta optou por trazer uma modelo internacional que “aceitou o desafio” de posar com roupas utilizadas por travestis, transexuais e garotas de programa, além de posar “apagando qualquer vestígio de vulgaridade”, uma tentativa de normalizar o vestuário para que o mesmo se adeque ao que é julgado enquanto aceitável e passível de ser publicado de acordo com as normas do jornal.

4.4.4 Utilização de fontes

Na última categoria referente ao ano de 2008, são apresentados quatro textos que exemplificam a amostra para tal unidade de análise (Quadro 19). No que diz respeito aos textos que tratam da Parada, um dado observado, e já constatado no ano anterior, é a utilização de falas de indivíduos que participam do evento, fato que não foi observado nos dois primeiros anos de análise. Nos textos sobre outros assuntos, como apontado na categoria anterior, há maior referência à outras identidades, começando a figurar enquanto fonte nos textos noticiosos encontrados. Ressalta-se, contudo, que a maior parte dos textos não faz uso de fontes, sobretudo os opinativos, que não utilizam de tal recurso em sua estrutura textual.

Quadro 19: Textos usados para a quarta categoria referente a 2008.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
18/05/2008	Bom atendimento ao público	Igor Giannasi	Negócios	Informativo	Parada	Consumo

	GLBT é tema de programa					
23/05/2008	8ª edição da feira GLBT faz o 'aquecimento' para a Parada, no domingo	Cristina Luckner	Cotidiano	Informativo	Parada	Eventos
25/05/2008	Fetich fashion	Não atribuído	Revista	Diversional	Outro	Consumo
01/06/2008	Cuba la madre que me parió	Mônica Bérnago	Ilustrada	Opinativo	Outro	Teatro e sexualidade

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Ainda que indivíduos LGBTs tenham sido consultados enquanto fonte para algumas das notícias analisadas, em “Bom atendimento ao público GLBT é tema de programa” (GIANNASI, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. 4), texto voltado para apresentar um curso que prepara empresas para atender tal público, o foco fica na instância de produção e não apresenta as demandas do público consumidor. São ouvidos Franco Reinaudo, presidente da instituição que oferece o curso, a ABRAT GLS e Pierre Decaris, um dos participantes da oficina. Desse modo, há a consolidação da visão do LGBT enquanto consumidor, mas sem apresentar quais as demandas e as vivências tais sujeitos enfrentam ao consumir algum produto ou serviço.

Em “8ª edição da feira GLBT faz o ‘aquecimento’ para a Parada, no domingo” (LUCKNER, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. C9), notícia que destaca um evento paralelo à Parada, há a utilização de falas de pessoas que participam do evento, fator esse observado apenas a partir de 2007, como dito anteriormente. São ouvidos(as) uma *drag queen*, dois estudantes, uma balconista e uma mulher que não tem sua profissão divulgada. As construções narrativas nas falas das pessoas entrevistadas têm como objetivo edificar o evento a partir de uma perspectiva pacífica, mesmo que não existam motivos para que o mesmo seja visto enquanto violento⁸⁰. Uma das entrevistadas diz: “meu filho gosta muito de vir aqui e as pessoas são muito pacíficas”. Ainda que haja celebração pela reafirmação do eu, como diz outra entrevistada, “estar aqui reafirma quem eu sou”, há também a construção de algumas identidades vistas a partir de uma perspectiva da alteridade, do Outro enquanto espetáculo: “Adoro travestis, pois eles são engraçados”; “(...) do alto dos sapatos azuis de 18 centímetros de salto” (ao se referir à *drag queen* entrevistada).

⁸⁰ Utilizo aqui a palavra “violento” por ser o oposto de pacífico, construção possível devido a fala de uma das entrevistadas.

Ainda que a maioria das notícias não utilize fontes, destacam-se aqui dois textos, “Fetichismo Fashion” (REVISTA FOLHA, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. 10-19) e “Cuba la madre que me parió” (BÉRGAMO, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. E2), pelo fato de ambos serem os primeiros a utilizarem e identificarem as fontes a partir de identidades antes não encontradas no *corpus* desse estudo. O primeiro, traz uma transexual consumidora de roupas como fonte e como modelo para um ensaio que exalta o vestuário de travestis e garotas de programa. Mesmo a perspectiva da pauta trazendo essa identidade a partir de um viés de consumo, há novidade ao apresentá-la enquanto fonte e relatar pontualmente suas vivências enquanto transexual.

O segundo texto, “Cuba la madre que me parió” (BÉRGAMO, *Folha de S. Paulo*, 2008, p. E2), aprofunda a questão das vivências da sexualidade de uma transexual em outro país e como se deu a repressão dessa identidade em sua infância, aspectos relevantes na construção narrativa que tem como pauta uma peça de teatro e apresenta Phedra enquanto personagem principal da história. O formato entrevista contribuiu para tais elementos a partir das falas transcritas da entrevistada, sendo este um uso do jornalismo declaratório que auxilia na humanização da história dessa personagem no texto, a partir de sua realidade. No quesito fonte, esses dois textos jornalísticos são o marco referencial do aparecimento das identidades Ts no material analisado.

4.5 Primeiro ano da terceira data referência: 2016

O ano de 2016 corresponde ao primeiro ano do último bloco referencial de textos analisados, sendo que neste período foram encontrados 29 textos no período de 14 dias. É possível observar uma redução em aproximadamente 50% no número de textos encontrados se comparado aos anos anteriores. Um dos prováveis motivos para essa redução é a diminuição do tamanho físico do jornal com o passar dos anos. No material analisado, é possível perceber tal redução a partir da diminuição da quantidade de páginas e de editorias disponíveis do acervo nas duas últimas datas de análise (2016 e 2017).

4.5.1 Assunto

Entre os anos analisados, 2016 é aquele que apresenta a menor margem de diferença entre os assuntos tratados (Tabela 11). Dos 29 textos encontrados, 14 fazem referência à Parada e 15 tratam de outros assuntos ligados às identidades não normativas. Com relação ao número de participantes, as estatísticas se mantiveram estáveis se comparados à 2007, pois, segundo os

organizadores, foram mais de três milhões de pessoas participantes do evento, mantendo a sua visibilidade massiva na mídia devido ao número de participantes, uma vez que a Parada já é neste ponto um evento tradicional de São Paulo, o que pode justificar a pequena diferença entre os assuntos relacionados à Parada e aqueles classificados enquanto “outros”.

Tabela 11: Textos divididos por assunto.

Assunto	Quantidade de textos
Parada	14
Outros	15

Fonte: elaborada pelo autor, 2020.

Para exemplificação desta categoria foram usados os seguintes textos listados no quadro abaixo :

Quadro 20: Textos usados para primeira categoria de análise referente a 2016.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
22/05/2016	Mil e uma noites	Silas Martí	Ilustrada	Informativo	Outro	Cinema
22/05/2016	Uma amizade transformadora	Liliane Rebelo	Ilustríssima	Diversional	Outro	Teatro e sexualidade
24/05/2016	Na folhinha	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Parada	Organização
26/05/2016	Estados processam Casa Branca por transgêneros	Das Agências de Notícias	Mundo	Informativo	Outro	Direitos
29/05/2016	Parada LGBT tenta evitar protestos em trios	Guilherme Brendler	Cotidiano	Informativo	Parada	Protestos
31/05/2016	Vista colorida	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Parada	Participantes

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Primeiramente, um elemento destacável entre os conteúdos encontrados é a potencialidade de agendamento do evento com relação aos outros assuntos. Em 2016, o evento não só agendou notícias relacionadas à realização e organização do mesmo, como também,

através de sua temática anual conseguiu pautar outros assuntos; o tema que balizou o evento foi “Lei de identidade de gênero, já! - Todas as pessoas juntas contra a Transfobia!”. Desse modo, é possível observar o aumento das referências identitárias nos textos, abordando mais assuntos diretamente ligados às travestis e transexuais. Esse tópico será aprofundado na próxima categoria.

Sobre a Parada, os principais assuntos presentes no ano em questão estão relacionados ao fato do evento ser incluído no calendário oficial da cidade de São Paulo. Este se deu após 20 anos da primeira edição, ainda que o mesmo tenha sido considerado o maior do mundo anos antes. Em “Na folhinha” (BÉRGAMO, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. C2), a colunista Mônica Bérغامo, em curta nota, destacou a ação do prefeito que, através de decreto, realizou a inclusão. O texto também apresentou o tema da edição, elemento presente em outros textos encontrados sobre o evento.

Em “Parada LGBT tenta evitar protestos em trios” (BRENDLER, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. B9), a notícia destaca outro elemento presente nos textos: a realização de protestos contra o então presidente Michel Temer. A discussão acerca dos protestos deu-se devido aos acontecimentos da Virada Cultural, evento organizado em todo o estado de São Paulo, também é financiado pelo governo, e foi alvo de ação por parte do partido de Michel Temer, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)⁸¹. Segundo a representação, o evento financiado com dinheiro da Prefeitura não poderia realizar manifestações de cunho político. O texto destaca o número de participantes e as manifestações isoladas contrárias a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) e a favor do então juiz Sérgio Moro – sendo a citação de tais manifestações minoritárias e pontuais destoante do restante dos textos sobre o evento.

Ainda que a presença de celebridades e outras figuras públicas no evento seja destacada em alguns textos, caso de “Vista colorida” (BÉRGAMO, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. C2), que traz fotos e apresenta uma *drag queen*, um vereador e uma atriz que participaram do evento. Um elemento diferente do que foi observado em 2007 e 2008 é a ausência de entrevistas com os participantes do evento. Apenas um texto trouxe falas de participantes da Parada. Há preferência por apresentar as celebridades (caso da apresentadora da Rede Globo Fernanda Lima e da modelo Viviany Beleboni) e personalidades que participaram da manifestação.

Quando o assunto não estava relacionado à Parada, as pautas discutiram majoritariamente temáticas relacionadas aos direitos; teatro e sexualidade; e música. Destaca-se a maior diversidade de referências a identidades que, em momentos históricos anteriores,

⁸¹ O nome do partido atualmente é MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

não eram citadas como personagens da história e, poucas vezes, eram consideradas fontes das entrevistas. Em “Mil e uma noites” (MARTÍ, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. C1), texto que apresenta um documentário sobre as noites de glamour das boates de São Paulo com as apresentações ao vivo de transformistas e *drag queens*, tais personagens que desafiam os binarismos de gênero são constituídas enquanto protagonistas da narrativa jornalística.

Em “Uma amizade transformadora” (REBELO, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. 7), Liliane Rebelo conta, em texto que foge dos gêneros jornalístico hegemônicos⁸², sobre sua amizade com a atriz e dramaturga Jo Clifford, responsável por um monólogo onde interpreta Jesus transexual. O texto da atriz tem como propósito também a divulgação da vinda de Clifford para o Brasil, durante a semana do Orgulho LGBT para um debate sobre diversidade e cultura a partir de perspectivas de gênero e sexualidade. Os textos se mostram mais detalhados sobre questões próprias da vivência de transexuais e travestis (identidades mencionadas em 12 dos 29 textos do período); conforme aponta Rebelo no texto, “sua escrita [de Jo Clifford] se desconstrói e reconstrói, ao mesmo tempo, a individualidade e a identidade, usando da arte teatral para colocar a temática LGBT num lugar de importância e desmistificar conceitos e preconceitos” (REBELO, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. 7).

Por fim, “Estados processam Casa Branca por transgêneros” (DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. A10) é outro exemplo de notícia que trata da temática “outros”. Há foco nas pessoas transgêneros e a política de uso de banheiros nas escolas. O então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama enviou uma orientação para as escolas deixarem com que os estudantes trans pudessem utilizar o banheiro de acordo com o gênero com o qual se identificam. Após a orientação, 11 estados pediram à justiça que considerasse a diretiva do presidente ilegal. Apesar da notícia apresentar o tema, a abordagem é superficial e não apresenta falas de especialistas ou de pessoas trans sobre o assunto; há apenas uma parte do processo (referente à acusação) utilizada na construção da notícia. Ainda que haja a abordagem do tema, a superficialidade da discussão fica evidente ao não serem apresentados desdobramentos e problematizações sobre o assunto.

4.5.2 Temática

No ano em questão, há menor diversificação nas temáticas, fator decorrente também da redução do número de notícias encontradas. Ainda é possível observar a presença tangencial de

⁸² Aqui, refiro-me aos gêneros opinativo e informativo, dominantes no jornalismo diário, e predominantes nos textos aqui analisados.

assuntos relacionados à transexuais e travestis, evidenciando a capacidade de agendamento da Parada, que trazia como temática a Lei de Identidade de Gênero, assunto que refletiu nos textos categorizados enquanto “outros”. As principais temáticas estão destacadas abaixo (Tabela 12). Outros assuntos que também foram recorrentes nos textos são: televisão, cinema, eventos e sexualidade.

Tabela 12: Principais temáticas encontradas nas notícias de 2016.

Temáticas	Quantidade de textos
Direitos	4
Teatro e Sexualidade	3
Música	2
Homofobia	1
Drogas	1

Fonte: elaborada pelo autor, 2020.

Os textos usados para amostra dessa categoria estão listados abaixo (Quadro 21):

Quadro 21: Textos usados para segunda categoria de análise referente a 2016.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
22/05/2016	Britânica interpreta Jesus transexual em monólogo	Maria Luísa Barsanelli	Ilustrada	Opinativo	Outro	Teatro e sexualidade
22/05/2016	Quatro atores vivem dois cônjuges em um musical sem gênero	Gustavo Fioratti	Ilustrada	Opinativo	Outro	Teatro e sexualidade
26/05/2016	Estados processam Casa Branca por transgêneros	Das Agências de Notícias	Mundo	Informativo	Outro	Direitos
27/05/2016	Rapper apresenta primeiro disco de sua carreira	Não atribuído	Guia	Opinativo	Outro	Música
30/05/2016	Como fazer	Mônica Bérnago	Ilustrada	Opinativo	Outro	Drogas
04/06/2016	Brigada militar gaúcha autoriza soldado gay a casar de farda	Paula Sperb	Cotidiano	Informativo	Outro	Direitos
04/06/2016	Futebol é coisa de viado	Marília Pereira Jorge	Esporte	Opinativo	Outro	Homofobia
05/06/2016	Solta no espaço	Mônica Bérnago	Ilustrada	Opinativo	Outro	Música

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Na primeira categoria temática, “direitos”, são escolhidos dois textos para a amostragem. Em “Brigada militar gaúcha autoriza soldado gay a casar de farda” (SPERB, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. B8), é apresentado o caso de um soldado gay que queria casar fardado, fato comum em casamentos de oficiais, militares, policiais e outros sujeitos pertencentes a instituições militares e policiais. Ao postarem nas redes que estavam noivos, o casal foi vítima de ataques homofóbicos, o que contribuiu para que o soldado da Brigada Militar reivindicasse seu direito de casar fardado. As autoridades superiores ao soldado, um tenente-coronel e o comandante geral da brigada, apoiaram o uso da farda no casamento. O tenente afirmou ser prerrogativa da profissão poder utilizar a farda desde que as patentes sejam respeitadas; já o comandante disse que os militares devem estar bem na sua vida particular para que tenham uma vida boa e tranquila. A fala de ambos não cita especificamente polêmicas ou mesmo destaca o apoio ao casamento entre dois homens e se reduz a discuti-las de maneira pontual e breve. A questão da homossexualidade atrelada às forças armadas já figurou em outras notícias encontradas nos períodos de análise; o indicativo para essa abordagem se dá pelo fato de tais instituições serem reduto de muitas ações e comportamentos LGBTfóbicos estruturais e que refletem nas atitudes de tais profissionais.

O segundo texto, “Estados processam Casa Branca por transgêneros” (DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. A10), também enquadrado na temática direitos, discute a orientação do ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em deixar com que os estudantes trans pudessem utilizar o banheiro de acordo com o gênero ao qual se identificassem. Pela fala, o presidente foi alvo de uma ação de onze estados que procuraram a justiça para invalidar sua orientação. Ainda que a questão seja inserida através do texto no debate público ao tratar de um tema que causa controvérsias, a narrativa reduz-se a reprodução do acontecimento sem discutir as implicações sociais, caso a orientação do presidente seja invalidada. Também não foram ouvidos especialistas e estudiosos e muito menos pessoas trans sobre a escolha pelo uso dos banheiros na curta notícia que deveria aprofundar mais a temática.

Bem como em 2008, a categoria teatro e sexualidade voltou a figurar entre as mais frequentes temáticas nos textos analisados. Além disso, dos oito textos selecionados nessa categoria, quatro deles tratam de temas que tangenciam vivências trans e travestis, identidades que até então apareciam pontualmente nas temáticas dos textos encontrados. Em “Britânica interpreta Jesus transexual em monólogo” (BARSANELLI, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. C6), o texto noticioso discorre sobre um monólogo interpretado pela dramaturga e atriz Jo Clifford.

Alguns aspectos constitutivos da narrativa deste texto devem ser apontados: o primeiro deles diz respeito à acepção da peça por parte da Igreja que, mais uma vez, volta a figurar na relação com a sexualidade, pelo fato do roteiro do espetáculo girar em torno de Jesus como uma pessoa transexual. O segundo aspecto diz respeito à construção da atriz enquanto flutuante entre os gêneros, conforme explicitam as passagens: “Também foi tardiamente que assumiu seu gênero feminino” e “Hoje Clifford diz que se considera um ‘terceiro sexo’ (toma hormônios, mas não fez a cirurgia para mudar seus órgãos genitais) (BARSANELLI, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. C6). Suas filhas ainda a chamam de pai. Seu neto, 4, de avó. ‘E ambas [as definições] são verdadeiras’”. O texto apresenta através das falas da entrevistada, Jo Clifford, uma desconstrução de ideias sobre gênero e transexualidade ao concebê-las enquanto variáveis, tendência observada também em outro texto sobre a temática encontrado em 2008⁸³, além de apresentar aspectos sobre a relação entre a Igreja e discussões sobre a transexualidade.

A indefinição acerca do gênero é a pauta abordada em “Quatro atores vivem dois cônjuges em um musical sem gênero” (FIORATTI, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. C6). Contudo, a questão do gênero fica restrita ao uso de nomes unissex para os personagens do espetáculo; por mais que a manchete enfatize o “sem gênero”, logo no início da notícia o jornalista pontua: “Cacau e Duda formam um casal. Se gay ou heterossexual, não responda ainda”, de modo que o centro da narrativa seja a orientação sexual e não especificamente o gênero das personagens. A partir da leitura do texto não há clareza que permita inferir se o roteiro da peça teria como preocupação o gênero das personagens, isto é, o fato de Cacau e Duda serem homem ou mulher. Há confusão na explicação da notícia, que se limita a destrinchar sua manchete apenas pela passagem citada anteriormente e na escolha dos nomes das personagens ser justificada pelos nomes serem unissex. Ainda que a manchete apele para a questão do gênero, o restante do texto foca na trilha sonora do espetáculo e do enredo típico de um romance.

A terceira categoria temática identificada em 2016 é “Música”. Em “Rapper apresenta primeiro disco de sua carreira” (GUIA FOLHA, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. 42), a notícia introduz o rapper Rico Dalasam, que lançou seu primeiro disco com letras que apresentavam seus maiores orgulhos: ser rapper, gay e negro. No espaço da música, foi a primeira notícia do período analisado a trazer um músico gay, sobretudo no gênero rap. Há vários pontos relevantes na notícia: o primeiro deles dizia respeito ao fato de apresentar o orgulho sobre ser gay e ser negro – o texto destaca que o artista é o primeiro rapper gay a ganhar visibilidade nacional. Além disso, a notícia apresenta um movimento dentro do rap, o “queer rap”, sendo também a

⁸³ “Com 50 anos de carreira, Borghi mostra dark side”. *Folha de S. Paulo*. 24/05/2008.

primeira a apresentar o termo queer. Ainda que o queer não seja sinônimo de gay, o movimento queer rap estaria relacionado aos homens gays que produzem músicas dentro desse gênero musical. O texto apresenta essa analogia devido à necessidade de compreensão do termo pelo leitor, que pouco provavelmente o entenderia se ali apenas se apresentasse o “queer”.

O segundo texto da categoria apresenta de maneira mais sutil a questão da sexualidade, como uma edificação diferente das encontradas até agora, na qual a sexualidade da entrevistada é demonstrada de maneira corriqueira, como parte de um texto cujo objetivo é outro que não o de falar apenas sobre a sexualidade – aspecto permitido também pelo formato de entrevista da notícia. Em “Solta no espaço” (BÉRGAMO, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. C2), que retrata a rotina da cantora Maria Gadú e de suas perspectivas e experiências enquanto artista, há a apresentação de sua esposa em um dos parágrafos, a artista plástica Lua Leça. Mostra-se relevante tal construção, pois ainda que o contexto seja sobre o Orgulho LGBT, o texto abre a construção de uma narrativa casual, onde duas mulheres casadas há anos sejam representadas nas notícias do jornal, ponto que deve ser ressaltado.

As outras duas categorias, “homofobia” e “drogas”, foram aquelas que menos apareceram, mas ainda tiveram sua presença detectada no período. Em “Futebol é coisa de viado” (JORGE, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. B15), um artigo de opinião de autoria de Marília Pereira Jorge, há uma abordagem rara nos textos encontrados: a aparição de um conteúdo que verse sobre sexualidade e futebol. O artigo critica o fato de o futebol ser uma instituição cercada de machismo e homofobia, além de indicar a conivência da mídia que não se pronuncia sobre os casos, contribuindo, assim, para a normalização dessas atitudes. A autora cita os gritos homofóbicos durante as partidas que só foram minimamente cessados devido às punições estabelecidas pelos órgãos competentes responsáveis pelos campeonatos. Outro aspecto abordado no artigo é a associação da masculinidade com o fato de se gostar ou não de futebol, visto que um gay não pode gostar de futebol e se um homem que se diz heterossexual não gostar de futebol, tem sua masculinidade colocada em dúvida. Entre os textos encontrados até agora, este é o primeiro que tece tais críticas ao ambiente que cerceia o futebol e outras instituições por serem coniventes com comportamentos homofóbicos em tais situações.

A última categoria listada para análise é “drogas” e o texto que a representa é “Como fazer” (BÉRGAMO, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. C2), uma curta nota da jornalista Mônica Bérghamo em sua coluna que apresenta uma iniciativa do poder público voltada para o tratamento terapêutico de pessoas trans e travestis dependentes químicos. O curso organizado por um órgão do Estado procura ajudar no suporte a essas pessoas através do ensino de temas como gênero e identidade aos profissionais responsáveis por esses tratamentos. Apenas esse

texto e outra nota da jornalista citam ações do poder público direcionadas a tais sujeitos⁸⁴ ou mesmo ações relacionadas a outras identidades não normativas.

4.5.3 Referência ao sujeito

Como já mencionado anteriormente, há em 2016 maior variedade de referências identitárias nos textos encontrados. Diferentemente dos anos anteriores, a dominância por referências do termo gay para se referir a toda uma variedade de identidades não normativas diminui. Há ainda o uso corriqueiro do termo gay para adjetivar o substantivo Parada, mesmo que o evento não seja voltado apenas para os gays; contudo, a preferência pela sigla LGBT (em 2016 já padronizada pelo movimento e assimilada pela mídia) mostra-se presente no material analisado. O destaque são as representações das identidades T's que continuam um processo iniciado em 2008 e intensificado no ano de 2016. Esse movimento dá-se historicamente pela reivindicação de espaço na mídia pelos movimentos transexuais e travestis e, sobretudo, a capacidade de agendamento da Parada que, no ano em questão, trazia como lema a Lei de Identidade de Gênero. Tais fatores contribuem para o cenário encontrado de maior diversificação das menções sobre identidades não normativas, especialmente de identidades observadas até agora com pouco espaço de representação na mídia (Quadro 22).

Quadro 22: Textos usados para terceira categoria referente a 2016.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
26/05/2016	Estados processam Casa Branca por transgêneros	Das Agências de Notícias	Mundo	Informativo	Outro	Direitos
27/05/2016	Papo no Arouche	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Parada	Eventos
27/05/2016	Hora de transcender	Mariana Agunzi e Mariana Marinho	Guia	Utilitário	Parada	Eventos
27/05/2016	Rapper apresenta primeiro disco de sua carreira	Não atribuído	Guia	Opinativo	Outro	Música

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

⁸⁴ Refiro-me aqui ao conjunto de notas “Lista de chamada, Agora é assim, Agora é assim 2” que fala sobre o uso do nome social por estudantes do ensino fundamental, médio e do EJA.

“Estados processam Casa Branca por transgêneros” (DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. A10) é um exemplo de referência a identidades pouco abordadas por pautas nos textos analisados até agora. A curta notícia debate a carta enviada pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, orientando as escolas do país a deixarem com que seus alunos transgêneros possam utilizar o banheiro de acordo com o gênero segundo o qual se identificam. É possível inferir que vários fatores contribuem para que o assunto se torne notícia: o tema da Parada, a época do Orgulho LGBT celebrada próxima à realização do evento e a quantidade de estados que se mostraram contrários a diretiva do presidente. Ainda assim destaca-se a presença desse assunto no período (que auxilia na inserção de temas sobre transgêneros na agenda midiática e na agenda pública) e da referência à identidade de pessoas transexuais.

Em “Papo no Arouche” (BÉRGAMO, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. C2), uma nota da colunista Mônica Bérghamo que destaca a participação da diretora de uma série da rede de *streaming* Netflix em um evento da semana do Orgulho LGBT. Há menção à sigla LGBT, ao termo gay (ao se referir a Parada) e às identidades transexuais e travestis – tema do bate papo organizado pelo Centro de Cidadania LGBT. O destaque para a nota se dá não somente pelo evento ser em virtude da Parada, mas também pelo fato de a diretora da série, junto com a sua irmã que também é diretora, serem transexuais e estarem participando de um evento sobre travestis e transexuais. É possível inferir que tais fatores contribuem para que o acontecimento, dentro de todo o contexto explicado, vire notícia no jornal e, portanto, aumentem a menção às identidades trans e travestis.

O texto “Hora de transcender” (AGUNZI; MARINHO, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. 10-13), que funciona de maneira utilitária ao prestar serviço e divulgar informações importantes sobre o evento, destaca a temática da Parada e a relevância da Lei de Identidade de Gênero para as pessoas T’s. O presidente da Associação da Parada aponta que essas pessoas são a ponta mais frágil da comunidade e que, mesmo que tenham saído da invisibilidade, é necessária a atuação do poder Legislativo com relação ao segmento. O texto de pré-cobertura do evento foca nas identidades T’s e dá destaque também às lésbicas e bissexuais ao divulgar a tradicional caminhada de mulheres lésbicas e bissexuais, evento que nem sempre figura nos textos analisados, apesar de seus 14 anos de existência. O destaque se dá pelo foco do texto que divulga a Parada se atentar àquelas identidades construídas tradicionalmente com pouca visibilidade.

Por fim, “Rapper apresenta primeiro disco de sua carreira” (GUIA FOLHA, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. 42), divulgado na Revista da Folha, apresenta um rapper que se identifica

com um movimento chamado “queer rap” – com forte influência nos Estados Unidos. O rapper, que se orgulha de ser rapper, gay e negro, também representa outras identidades que pouco figuram nas notícias analisadas; esse é um dos poucos textos encontrados que faz um recorte não só relacionado à orientação sexual, mas também à etnia, por isso o destaque ao se referir ao sujeito identitário. A inferência possível nesse caso junta-se à visibilidade da semana da Parada, que mobiliza tais assuntos, ao lançamento do primeiro disco de Rico Dalasam, além do fato de o artista ser um dos poucos representantes do movimento no Brasil. Ainda que haja menção à identidade gay, o recorte de raça é relevante nesse contexto, devido ao fato de tal abordagem ser pouco recorrente na mídia, trazendo luz à uma nova faceta das identidades não normativas encontradas até agora.

4.5.4 Utilização de fontes

Assim como observado nos anos anteriores, há tendência a não utilização de fontes em assuntos relacionados à Parada ou às identidades não normativas. Em 2016, a maior parte dos textos não utilizava entrevistas na construção das narrativas jornalísticas; contudo, alguns pontos se sobressaem: a preferência por vozes oficiais nos textos sobre a Parada e a utilização de *drag queens* e transexuais enquanto fontes de entrevista, fator observado de maneira incipiente em 2008. Devida à redução na quantidade de textos, outro fator pouco recorrente que havia se consolidado em 2007 e 2009 é a ausência das vozes dos participantes do evento. Apenas um texto traz participantes enquanto fontes, porém suas falas não foram construídas dentro do texto e sim através de recurso gráfico, junto ao texto, com falas curtas que versavam, sobretudo, a respeito da situação política do país.

Quadro 23: Textos usados para a quarta categoria referente a 2016.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
22/05/2016	Mil e uma noites	Silas Martí	Ilustrada	Informativo	Outro	Cinema
22/05/2016	Britânica interpreta Jesus transexual em monólogo	Maria Luísa Barsanelli	Ilustrada	Opinativo	Outro	Teatro e sexualidade
27/05/2016	Hora de transcender	Mariana Agunzi e Mariana Marinho	Guia	Utilitário	Parada	Eventos

30/05/2016	Parada LGBT de São Paulo tem faixas e gritos de 'Fora Temer'	De São Paulo e da Editoria de treinamento	Cotidiano	Informativo	Parada	Protestos
------------	--	---	-----------	-------------	--------	-----------

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Os textos “Mil e uma noites” (MARTÍ, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. C1) e “Britânica interpreta Jesus transexual em monólogo” (BARSANELLI, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. C6) são exemplos do uso de entrevistas com *drag queens* e transexuais identificados no ano em questão. Ao retratar temáticas relacionadas às identidades não normativas, os textos utilizam-se de falas dessas personagens na sua construção narrativa, seguindo uma linha que se estabeleceu a partir de 2008. As falas do segundo texto citado ajudam na construção não só da temática trans, mas também a partir de uma perspectiva de desconstrução do gênero, elemento pouco usual dos textos. O que pode acarretar essa não usualidade nos textos é o fato de o jornalismo utilizar-se de construções normativas que possam ser assimiladas e representadas para seu público consumidor. A perspectiva do gênero a partir da dualidade masculino e feminino é fundante no imaginário, portanto, apresentar quebra dessas perspectivas não são comuns no jornalismo.

O texto que apresenta detalhes da Parada antes do evento, “Hora de transcender” (AGUNZI; MARINHO, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. 10-13), apesar de dar destaque à temática sobre transexuais e travestis, não recorre a fontes que se identifiquem dessa forma para constituir o texto. Há preferência por uma voz oficial, do presidente de Associação da Parada, que aponta o fato de as identidades Ts serem a ponta mais frágil dos LGBTs, mas sem indicar os elementos que contribuem para isso. A voz de uma pessoa que assim se identifica traria ao texto uma visão da realidade dessas pessoas que são vítimas de violência transfóbica.

O texto após o evento “Parada LGBT de São Paulo tem faixas e gritos de ‘Fora Temer’” (DE SÃO PAULO E DA EDITORIA DE TREINAMENTO, *Folha de S. Paulo*, 2016, p. B8), também recorre às vozes oficiais em sua constituição. Há separação das vozes oficiais dentro da narrativa da fala dos participantes que apresentam sua opinião sobre o evento através de recurso gráfico junto ao texto. A maior parte da opinião desses participantes não está relacionada ao evento em si, mas sim à situação política do país. Ressalta-se que muitos dos textos encontrados que versam sobre a Parada exaltam os protestos que estavam previstos e aconteceram durante o evento. A ênfase na situação política estava intimamente ligada ao processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e o eventual governo Temer.

Diferente dos textos encontrados nos anos anteriores sobre a Parada, nos quais havia exaltação de aspectos como beleza e o preconceito presente entre os participantes, sobretudo relacionados ao poder aquisitivo dos frequentadores, as falas utilizadas no texto ressaltavam o lado político do evento e sua importância para a diversidade, elementos que ficavam em segundo plano até 2008.

4.6 Segundo ano da terceira data referência: 2017

O último ano escolhido como parâmetro de análise de notícias foi 2017. Neste ano, que será destrinchado no presente tópico, foram encontrados 33 textos jornalísticos que faziam referência a assuntos tangentes às temáticas LGBT e à Parada. A tendência de redução na quantidade de textos segue, assim como no ano anterior; como já explicitado, por causa de uma queda considerável no número de páginas e editorias veiculadas na *Folha de S. Paulo*, em sua versão impressa. Assim como feito até agora, os textos foram escolhidos e classificados de acordo com as categorias semânticas propostas.

4.6.1 Assunto

Seguindo a tendência observada, os assuntos agendados na pauta midiática no período de realização da Parada abordavam majoritariamente temáticas que não diziam respeito ao evento em si, mas sim a outros assuntos relacionados aos LGBTs. Dos 33 textos encontrados, 20 diziam respeito a “outros assuntos”, enquanto 13 falavam especificamente da Parada. Ainda há a percepção da capacidade da Parada em agendar temáticas não só estritamente ligadas ao acontecimento, mas a assuntos correlatos, inserindo-os no debate público.

Como será demonstrado na categoria “referência ao sujeito”, há uma continuidade de assuntos relacionados às identidades Ts que figuram boa parte das notícias encontradas. A temática do evento também se mostra um norteador nos textos classificados no assunto “Parada”, uma vez que, no ano em questão, o lema do evento era “Independente de nossas crenças, nenhuma religião é lei!”; em um cenário político conturbado do governo Michel Temer (PMDB). Além da interferência religiosa, principalmente no poder Legislativo, protestos contra o então presidente foram pautas das notícias encontradas.

Tabela 13: Textos divididos por assunto.

Assunto	Quantidade de textos
Parada	13
Outros	20

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Para exemplificação desta categoria foram usados os textos dispostos no quadro a seguir:

Quadro 24: Textos usados para primeira categoria de análise referente a 2017.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
13/06/2017	Mostra sobre gêneros discute preconceito	Maria Luisa Barsanelli	Acontece	Informativo	Outro	Eventos
14/06/2017	Parada LGBT terá Anitta e Daniela Mercury	Não atribuído	Cotidiano	Informativo	Parada	Personalidades
16/06/2017	Uma trans no supremo	Estelita Hass Carazzai	Cotidiano	Opinativo	Outro	Direitos
16/06/2017	Folha faz pré estreia de filme sobre travestis	Não atribuído	Guia	Utilitário	Outro	Cinema
18/06/2017	Parada LGBT terá protestos contra interferência religiosa	Jairo Marques	Cotidiano	Informativo	Parada	Protestos
19/06/2017	Explosão de cores	Mariana Marinho e Victória Azevedo	Guia	Utilitário	Parada	Eventos

Fonte: elaborado pelo autor, 2020

A permanência de temáticas relacionadas às identidades Ts nos assuntos classificados enquanto “outros” indica a inserção de tais identidades dentro do conteúdo noticioso que não depende unicamente da temática do evento. Esse apontamento é necessário uma vez que, no ano anterior, a temática abarcava a lei de identidade de gênero e a transfobia. No ano em questão, mesmo com um lema sobre interferência religiosa, tais identidades permaneceram

citadas nas reportagens, como personagens principais da narrativa em alguns dos textos encontrados. Em “Uma trans no supremo” (CARAZZAI, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. B4), é possível observar tal tendência: o texto, que apresenta a história em primeira pessoa (narrada à jornalista) de uma advogada trans que foi à Corte Suprema defender o uso do nome social sem a intervenção cirúrgica de redesignação sexual demonstra não só a vivência de uma pessoa trans, sua militância e luta por direitos relacionados à tais sujeitos, mas também exemplifica as violências direcionadas no cotidiano à tais sujeitos. O relato em primeira pessoa auxilia nessa construção narrativa.

Em “Mostra sobre gêneros discute preconceito” (BARSANELLI, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. 1), o texto jornalístico vai além das identidades Ts ao apresentar a intersexualidade, identificada pela primeira vez neste texto, em todo o *corpus* analisado. Ainda que a explicação rasa sobre a intersexualidade esteja reduzida à frase “quando a pessoa não é totalmente do sexo masculino nem do feminino”, não apresentando a esfera identitária relacionada à essa sexualidade, a citação desse aspecto na construção das sexualidades é inédita e passível de destaque. Além disso, o texto apresenta outras peças e obras relacionadas às travestis e às pessoas trans, abordando aspectos sobre vivências e violências, ainda que mantenha tais assuntos dentro de editoriais e textos sobre cultura e arte, relacionando essas identidades ao espetáculo.

Outro exemplo da classificação “Outros” é o texto “Folha faz pré estreia de filme sobre travestis” (GUIA FOLHA, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. 20), que apresenta o lançamento do documentário “Divinas Divas”, dirigido por Leandra Leal. O filme conta a história de famosas travestis da noite paulistana e suas trajetórias enquanto artistas. O enquadramento temático do texto sobre essas personagens acontece dentro do âmbito do espetáculo, delimitando a esses sujeitos o espaço representacional artístico. A notoriedade aparenta ser um valor-notícia determinante na construção noticiosa de textos sobre esses sujeitos. Ainda que outras temáticas apresentem esses indivíduos a partir de outras perspectivas – como a busca por direitos –, a fama em decorrência da arte mostra-se elemento constante na composição da identidade imputada a esses sujeitos.

Quando o assunto foi “Parada”, a maior parte dos textos trouxe a notoriedade das celebridades participantes do evento como fator componente da narrativa. Ainda que os protestos tenham sido citados nos textos, um terço deles exaltou a presença de cantores, políticos e personalidades do meio artístico no evento. É o que acontece em “Parada LGBT terá Anitta e Daniela Mercury” (COTIDIANO, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. B3), curta nota que exalta, em sua manchete e no texto, a presença de duas cantoras conhecidas do grande público.

Além de falar da presença das cantoras, a notícia apresenta o investimento em dinheiro feito pela prefeitura de São Paulo, sem apresentar outros dados como a previsibilidade de retorno financeiro do evento – que atrai milhares de turistas – e de quanto seria o investimento privado. A ausência dessas informações não auxilia na compreensão da complexidade financeira do evento que, apesar do investimento da prefeitura, movimenta milhões de reais oriundos de turistas e participantes do evento, além de verbas da iniciativa privada.

Outra abordagem presente nas narrativas sobre a Parada foram os eventos paralelos que acontecem concomitantemente, direcionamento que pode ser observado em “Explosão de cores” (MARINHO; AZEVEDO, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. 6-7), texto que, além de apresentar informações técnicas da Parada, introduz outros eventos como o “Milk Shake Festival” e a mostra “Todos os gêneros”. A apresentação de eventos paralelos durante a semana da Parada e a semana do Orgulho LGBT foi observada com maior intensidade a partir de 2007. A presença de textos sobre eventos organizados por empresas privadas é fator passível de destaque, visto que esse apontamento indica a presença do consumo nas notícias como determinante em alguns tópicos noticiados.

Por fim, “Parada LGBT terá protestos contra interferência religiosa” (MARQUES, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. B5), veiculado um dia antes da realização do evento, apresenta não só através de linguagem verbal, mas também com recursos visuais (como mapas e infografia) aspectos organizacionais, mas com enfoque na faceta política do evento, qual tinha, no ano em questão, como lema críticas à interferência religiosa no Estado. Mesmo não sendo temática principal das notícias sobre a Parada, tal lema é reforçado constantemente nas narrativas noticiosas e os protestos são destacados nos textos pós-cobertura.

4.6.2 Temática

Seguindo o observado no ano anterior, em 2017 há menor diversificação temática dos assuntos que não aqueles da Parada em virtude da redução da quantidade de notícias encontradas se comparado aos anos anteriores. Também é semelhante a presença consistente de temas relacionados às identidades Ts, ainda que o tema do evento – diferente do ano anterior – não versasse especificamente sobre tais identidades, a inserção dessas representações é observada enquanto tendência nos textos noticiosos; isto é, essas identidades passam a figurar de maneira frequente nos textos da *Folha de S. Paulo* – ainda que muitas das vezes ligadas diretamente ao âmbito do espetáculo e raras exceções nas quais figuram em temas ou editoriais

diversas da “Ilustrada”. Outros assuntos, além dos destacados na tabela abaixo foram: arte, política, consumo, homofobia, televisão e música.

Tabela 14: Principais temáticas encontradas nas notícias de 2017.

Temáticas	Quantidade de textos
Direitos	4
Cinema	4
Iniciativas	3
Violência	2

Fonte: elaborada pelo autor, 2020.

Os textos usados para amostra dessa categoria estão listados abaixo:

Quadro 25: Textos usados para segunda categoria de análise referente a 2017.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
11/06/2017	Casar ou unir?	Paulo Gomes e Fabiana Martins	Cotidiano	Informativo	Outro	Direitos
13/06/2017	Mostra sobre gêneros discute preconceito	Maria Luisa Barsanelli	Acontece	Informativo	Outro	Eventos
14/06/2017	Flor X Ódio	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Outro	Violência
16/06/2017	Uma trans no supremo	Estelita Hass Carazzai	Cotidiano	Opinativo	Outro	Direitos
17/06/2017	Casa acolhe e reaproxima jovens LGBT do mercado e família	Jairo Marques	Cotidiano	Informativo	Outro	Iniciativa
17/06/2017	Horizonte	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Outro	Iniciativa
18/06/2017	Travesti não é bagunça	Lígia Mesquita	Ilustrada	Opinativo	Outro	Cinema
18/06/2017	Diretora estreante contempla as muitas nuances do tema	Naief Haddad	Ilustrada	Opinativo	Outro	Cinema

19/06/2017	Festival esmaga preconceito em SP	Pedro Diniz	Ilustrada	Opinativo	Outro	Eventos
------------	-----------------------------------	-------------	-----------	-----------	-------	---------

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

A categoria “Direitos” é composta por quatro textos, sendo dois escolhidos para exemplificar de que maneira essa temática é abordada nas notícias e de que forma é realizada a representação de identidades não normativas em “Outros” assuntos. Em “Casar ou unir?” (GOMES; MARTINS, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. B5), um texto composto em grande parte por recursos gráficos, são apresentadas as diferenças entre a união estável e o casamento. O foco aqui não é exclusivamente indivíduos LGBTs, mas sim as duas formas de união perante à lei. Observa-se a inserção do casamento e da união civil de maneira a apresentá-los não só a partir da perspectiva heterossexual, ao destacar a trajetória da conquista do direito ao casamento e a união civil dos homossexuais. Ainda que prevaleça a perspectiva normativa do casamento, tal direito foi uma pauta vitoriosa da luta do movimento homossexual pela igualdade. É destacável a presença desses elementos em um texto que não tem como principais atores esses indivíduos, delimitando a tais sujeitos esse espaço. A temática do casamento é recorrente nos anos de análise e volta a figurar em 2017 neste texto.

O segundo texto da categoria, “Uma trans no supremo” (CARAZZAI, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. B4), apresenta outra luta na busca por direitos não só restrita a realidade dos homossexuais. Aqui é apresentada a participação de uma advogada trans em uma audiência do Supremo Tribunal Federal ao discursar sobre o uso do nome social para pessoas transexuais sem a necessidade da cirurgia de redesignação social. Essa é outra demanda do movimento LGBT mas, sobretudo, do movimento trans que caminhavam em paralelo com o debate sobre a despatologização das identidades trans⁸⁵.

O relato em primeira pessoa da advogada Gisele Alessandra – narrado a uma jornalista da *Folha* – constrói uma relevante narrativa a ser veiculada no jornal impresso ao discutir um assunto que não só é relacionado aos homossexuais, fator observado nos anos de 2007 e 2008; ao expor as violências sofridas pelas pessoas transexuais e a necessidade do uso do nome social e da alteração do sexo no registro civil como forma da composição da cidadania desses sujeitos, o texto noticioso insere no debate público a questão narrada a partir da perspectiva de uma pessoa trans, elemento de construção noticioso observado pela primeira vez em todo o material

⁸⁵ A retirada da transexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID) pela Organização Mundial da Saúde (OMS) aconteceu em junho de 2018.

analisado. A advogada assinala as violências sofridas: “na escola, a piaçada me batia, cuspiam, chutava. Foi um trauma muito grande”; além de explicar de que maneira ocorre a patologização: “no processo de retificação, a vida da gente é escrutinada. A Justiça exige que você tenha um laudo de um psicólogo ou psiquiatra atestando que você é trans. É a patologização. Para a Justiça, você é uma pessoa doente e tem que provar essa condição” (CARAZZAI, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. B4).

A segunda temática identificada em 2017 é “Cinema”. Todos os textos dessa categoria falavam sobre uma única produção audiovisual, o documentário “Divinas Divas”. Categorias sobre expressões artísticas foram identificadas em todos os anos de análise; o caderno “Ilustrada” sempre figurou entre aqueles que mais portava textos sobre LGBTs. Em “Travesti não é bagunça” (MESQUITA, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. C1), há a apresentação do documentário “Divinas Divas”. Um ponto destacável nesse texto é que, apesar de todo o avanço ao noticiar um documentário sobre travestis – muito por conta também da notoriedade da diretora, a atriz Leandra Leal – é possível identificar trechos que mostram alguns estigmas e visões enraizadas, sendo a principal a tentativa de esvaziamento do tema pela própria diretora ao falar sobre o documentário: “Fiz um filme sobre oito artistas que admiro, não fiz um documentário sobre travestis, sobre trans”. O destacável na narrativa jornalística é a dualidade apresentada na construção da fala da diretora que, mesmo ao enfatizar que o documentário não tem como foco as travestis e transexuais, a mesma espera que o produto contribua para diminuição do preconceito. O questionamento que surge em virtude dessa fala é o porquê da necessidade de dizer que o documentário não é sobre travestis e transexuais, mesmo que estas sejam as personagens principais e condutoras do documentário: qual o problema em assumir essa vertente sem excluir a questão artística? A ausência de patrocinadores ao documentário – realizado através de um financiamento online e coletivo – demonstra também o preconceito existente em patrocinar obras desse gênero que abordem questões como envelhecimento e identidades não normativas.

O texto “Diretora estreante contempla as muitas nuances do tema” (HADDAD, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. C1), continua a discutir aspectos do filme, agora com uma análise técnica e avaliação crítica. A necessidade de separação da questão acerca da identidade sexual com a construção narrativa do documentário em seu aspecto artístico volta a aparecer: “‘Divinas Divas’ é, sobretudo, um filme sobre cantoras talentosas que exerceram papel pioneiro na cultura brasileira”. Alguns fatores são destacáveis na capacidade de agendamento de notícias sobre o documentário: ser lançado em um período em que há evidência em assuntos relacionados aos

LGBTs e a notoriedade da diretora são fatores que contribuem para que todos os textos da categoria temática “Cinema” abordem o produto cultural enquanto notícia.

A terceira categoria temática, “Iniciativa”, contém textos que apresentaram ações ou práticas que têm como foco os sujeitos LGBTs. Em “Casa acolhe e reaproxima jovens LGBT do mercado e família” (MARQUES, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. B4), é possível identificar inúmeras denúncias de situações de preconceito e violência às quais tais indivíduos estão sujeitos. “Elas foram expulsas, vagaram pelas ruas, mas acabaram encontrando apoio e abrigo em uma iniciativa (...)”; “(...) foram vítimas de violência e chamadas de ‘aberração’ pelos pais”. O espaço chamado de “Casa 1” é uma iniciativa mantida através de doações e trabalhos voluntários e, devida à repercussão, chamou a atenção de marcas que começaram a repassar verbas para manutenção do espaço. A notícia ressalta a participação da iniciativa privada, mas não menciona o papel do Estado, uma vez que lugares como esse deveriam ser mantidos e receber apoio do poder público. A notícia diferencia-se ao apresentar inúmeras violências vividas por esses sujeitos e também por utilizá-los enquanto fontes na construção do texto, além de dar ênfase para aqueles em maior vulnerabilidade: as pessoas trans. O aspecto do consumo volta a perpassar tangencialmente o texto ao apresentar a necessidade que as marcas passaram a identificar em apoiar causas para atrair públicos, sem simplesmente tomar para si as demandas desses grupos.

A curta nota “Horizonte” (BÉRGAMO, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. C2), da colunista Mônica Bérghamo, apresenta uma iniciativa do poder público que não tem como foco as pessoas trans, mas é destinada a pessoas em situação de rua e que teve como resultado a contratação de duas mulheres trans por uma grande loja de vestuário. A abordagem evidencia, ainda que de maneira subentendida, a vulnerabilidade à qual as pessoas trans estão submetidas, uma vez que esses sujeitos podem ser encontrados em situação de rua. Dentro do *corpus* como um todo, poucos textos apresentaram iniciativas oriundas do Estado para assistir essas pessoas.

Seguindo o caminho do texto anterior, a nota “Flor X Ódio” (BÉRGAMO, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. C2) aborda uma das temáticas identificadas na segunda categoria: violência, com menor incidência de frequência do que as categorias apresentadas anteriormente. A nota fala sobre uma manifestação em frente ao consulado da Rússia em São Paulo contra a violência direcionada a homens gays que são perseguidos na Tchetchênia, além de citar uma petição feita pela internet em busca de assinaturas pelo fim do ódio contra homossexuais. Ainda que a temática violência tenha perpassado outros inúmeros textos em 2017, este foi o único texto jornalístico cuja pauta falava especificamente sobre violência direcionada à LGBTs; contudo por atravessar outras temáticas, como a transfobia, de maneira a compor textos sobre esses

sujeitos, o ódio em virtude da identidade de gênero e orientação sexual, não deixou de estar presente nos textos desta data. A visibilidade da semana da Parada é outro fator presente na realização da manifestação, como uma possível tentativa de adentrar a rotina jornalística e, conseqüentemente, virar notícia, como pode-se ver no trecho em que a jornalista ressalta que “a ação será nessa sexta (16), às vésperas da Parada” (BÉRGAMO, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. C2).

4.6.3 Referência ao sujeito

Seguindo a tendência do ano anterior, há em 2017 uma diversificação de menções às identidades sexuais nos textos jornalísticos. Se, no ano anterior, a temática da Parada possa ter contribuído para que houvesse foco nas travestis e transexuais, em 2017 é possível perceber que essa incidência se deu mesmo com o lema do evento não abordando questões como identidade de gênero e transfobia, caso de 2016. É possível inferir com base nos dados aqui analisados que a inserção dessas identidades na *Folha de S. Paulo* passou a ser uma tendência pós 2016. Dos 33 textos encontrados, 16 eram sobre travestis e transexuais ou mencionavam tais identidades (Quadro 26).

Quadro 26: Textos usados para terceira categoria referente a 2017.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
13/06/2017	Mostra sobre gêneros discute preconceito	Maria Luisa Barsanelli	Acontece	Informativo	Outro	Eventos
15/06/2017	Mercado se mexe para receber melhor turistas transexuais	Everton Lopes Batista	Turismo	Informativo	Outro	Consumo
16/06/2017	Uma trans no supremo	Estelita Hass Carazzai	Cotidiano	Opinativo	Outro	Direitos
18/06/2017	Parada LGBT terá protestos contra interferência religiosa	Jairo Marques	Cotidiano	Informativo	Parada	Protestos

Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

O texto “Mostra sobre gêneros discute preconceito” (BARSANELLI, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. 1) apresenta menções a questões de sexualidade identificadas pela primeira vez no *corpus* desta pesquisa. A intersexualidade, ainda que apontada de maneira superficial e como tangente ao assunto e não como parte principal da narrativa, é inédita; uma peça sobre violências vividas por travestis e um monólogo que narra a história de Jesus enquanto transexual são outros assuntos desse texto. O avanço está relacionado mais às obras do que ao texto jornalístico propriamente analisado, que não deixa de ter seus aspectos positivos ao narrar as peças a partir de suas particularidades, evidenciando a violência contra travestis, o estigma sobre transexuais e a intersexualidade enquanto componente de um dos espetáculos.

Em “Mercado se mexe para receber melhor turistas transexuais” (BATISTA, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. D8), é possível identificar um movimento parecido com o ocorrido em 2007 e 2008 com os homens gays: tais sujeitos se tornaram fontes das matérias e do processo de produção jornalística ao serem identificados enquanto público consumidor, isto é, um nicho de mercado, pois há empresas especializando-se em questões de gênero e sexualidade para atender este público. O texto é pretencioso ao afirmar que problemas de casais formados por gays e lésbicas, no que diz respeito ao turismo, foram superados, uma vez que o preconceito ainda é fator presente na realidade desses sujeitos. Contudo, alguns apontamentos críticos podem ser identificados, como a necessidade de adaptação das marcas à realidade dos LGBTs, apoiando a causa e demonstrando isso publicamente em ações e peças publicitárias. Um dos entrevistados diz: “antes, bastava estender uma bandeira de arco-íris para atrair as pessoas LGBT, mas é um público que está cada vez mais exigente”. Segundo as duas mulheres trans entrevistadas no texto, os constrangimentos no segmento de turismo estão relacionados ao uso do nome social e ao estereótipo sobre pessoas trans: “Já fiquei em hotel em que me ofereceram desconto caso eu levasse alguém para passar a noite. Não pensam que eu posso ter meu dinheiro por ser uma cantora”. O texto, através da fala de uma outra entrevistada, apesar de ressaltar que o Brasil é um dos países onde mais transexuais são mortos, indica passividade frente ao comportamento da sociedade: “Precisamos de tempo para que a sociedade os veja com naturalidade”. Essa fala vai ao encontro da diversidade e da diferença discutidas nos capítulos teóricos, uma vez que a diversidade parte da perspectiva da convivência e aceitação do Outro enquanto a diferença parte de pressupostos nos quais o Outro faz parte da composição da nossa identidade. A questão da passividade frente à essa situação naturaliza a violência contra esses indivíduos, já que só o tempo fará com que a sociedade os veja com naturalidade. A questão que fica é o custo desse tempo às vidas de pessoas trans.

Seguindo a perspectiva da transexualidade enquanto identidade referenciada nos textos, “Uma trans no Supremo” (CARAZZAI, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. B4), narra parte da vida de uma advogada trans que foi até a Suprema Corte defender o uso do nome social por transexuais sem necessidade de intervenção cirúrgica para alteração do mesmo. O texto é narrado em primeira pessoa e, ainda que provavelmente editado pela jornalista que coletou o relato, apresenta violências direcionadas a transexuais. De todos os textos sobre pessoas trans, este é o que aborda o tema em maiores facetas narrativas, muito em decorrência do formato no qual foi escrito⁸⁶. Aqui, há mais do que a menção à identidade; há um relato sensível da experiência de vida de pessoas trans, desde as perspectivas iniciais das vivências da sexualidade, até a luta por direitos e busca pela cidadania através do uso do nome social.

Já em “Parada LGBT terá protestos contra interferência religiosa” (MARQUES, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. B5), os indivíduos são identificados de maneira geral, apenas pela sigla LGBT e pela descrição enquanto lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais devida a uma associação internacional que utiliza essas identidades em sua descrição. Nesse texto, não há especificidade quanto às identidades descritas, sendo tratadas de maneira ampla, enquanto uma “comunidade” – fator observado nas notícias, principalmente naquelas sobre a Parada. Ainda que a menção à intersexualidade enquanto identidade seja fator não frequente nos textos, a presença dessa identidade em dois textos do ano em questão se destaca, uma vez que há a inserção inicial desses sujeitos, ainda não identificada antes na pauta jornalística, o que pode indicar caminhos semelhantes aos das identidades Ts e, anteriormente, aos gays.

4.6.4 Utilização de fontes

A ausência de construções noticiosas sem fontes permanece em 2017. A maior parte dos textos encontrados não utiliza fontes: dos 33 textos identificados, 19 não utilizam entrevistas como fonte de construção discursiva da narrativa jornalística. Três textos que tangenciam à temática da transexualidade utilizam pessoas trans enquanto entrevistadas, um avanço que deve ser destacado. Ainda assim, alguns textos são constituídos por fontes especialistas, fator este relacionado à credibilidade jornalística. A questão da utilização de fontes evidencia as vozes que são caracterizadas enquanto legítimas e, sobretudo, a disputa de narrativas presente dentro de um jornal devida a sua polifonia, por isso destacam-se os textos que utilizam aqueles atores

⁸⁶ Relatos em primeira pessoa em textos de configuração semelhante são raros e, nos textos aqui analisados, foi o único encontrado nessa disposição.

que não são frequentemente ouvidos. Os textos usados para exemplificar essa categoria, estão dispostos no quadro a seguir:

Quadro 27: Textos usados para a quarta categoria referente a 2017.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Tema
17/06/2017	Ajuste de Crivella no Rio atinge Carnaval e paradas LGBT	Ítalo Nogueira	Cotidiano	Informativo	Parada	Eventos
18/06/2017	Rainhas da montagem, novas drags expandem limites do humano	João Carneiro	Cotidiano	Diversional	Outro	Arte
19/06/2017	LGBTodos	Juliana Gragnani e Mariana Zylberkan	Cotidiano	Informativo	Parada	Organização
20/06/2017	O grito das arquibancadas	Vários	Esporte	Informativo	Outro	Homofobia

Fonte: elaborado pela autor, 2020.

Em “Ajuste de Crivella no Rio atinge Carnaval e paradas LGBT” (NOGUEIRA, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. B4), é possível identificar o texto pautado pela busca em “ouvir os dois lados”, uma das premissas da narrativa jornalística, ainda que tal fundamento possa ser questionado diversas vezes. A chamada que começa com a palavra “ajuste” pode até induzir o leitor para um outro caminho, uma vez que não foi realizado nenhum ajuste; o então prefeito Marcelo Crivella cortou a verba das Paradas do Orgulho LGBT da cidade. Entre as vozes ouvidas, estão o deputado David Miranda, do PSOL e Loren Alexander, uma das organizadoras do evento na cidade do Rio. Ambos apresentavam visões conflitantes sobre o tema que é narrado na notícia. O que chama a atenção é que uma das organizadoras do evento defendia os cortes realizados pelo prefeito: “o Rio está falido”, disse ela para a Folha. O prefeito Crivella, do PRB (Partido Republicano Brasileiro)⁸⁷, que representa setores conservadores e religiosos⁸⁸ frequentemente envolvidos com comportamentos e atitudes homofóbicas, também foi

⁸⁷ O nome do partido foi alterado, em 2019, para Republicanos.

⁸⁸ Em caso recente, datado de 2019, o então prefeito lançou medida para proibir a venda de um gibi de super-heróis que continha uma ilustração de um beijo entre dois homens. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/apos-censura-obras-com-tema-lgbt-puxam-vendas-na-bienal-do-livro.shtml>. Acesso em 10/09/2020

defendido pela organizadora: “o prefeito me beija, me abraça em frente de todos os secretários. Em momento nenhum discrimina trans, gays, lésbica ou qualquer segmento do LGBT”. Outro entrevistado, Julio Moreira, diretor do grupo Arco-Íris afirma que pode não haver um direcionamento direto do prefeito, mas que sua base, como assessores e secretários, possui visões conservadoras e a burocracia contribui para que esse tipo de repasse não ocorra.

Já no texto “Rainhas da montagem, novas drags expandem limites do humano” (CARNEIRO, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. B5), duas *drag queens* são utilizadas como fonte em um texto noticioso em formato diverso dos demais encontrados, uma vez que há a apresentação dessas personagens a partir de uma perspectiva artística e de suas personalidades enquanto *drags*. Dentre o material encontrado, esse é o único texto que apresenta as *drag queens* enquanto personagens principais do texto. Mais do que apresentar esses sujeitos enquanto personagens, a notícia segue um percurso narrativo que as apresenta enquanto indivíduos que questionam os limites entre o masculino e o feminino; no caso das *drags* entrevistadas, ambas contestam a própria definição do humano. Tal temática e o uso de tais vozes é pouco recorrente no *corpus* analisado, sobretudo pela importância da arte *drag* para a sociedade como um todo ao colocar em pauta algumas normas sociais, como àquelas sobre papéis de gênero, conforme é apresentado na notícia.

O texto pós-evento sobre a Parada de São Paulo, “LGBTodos” (GRAGNANI; ZYLBERKAN, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. B3), apresenta uma tendência observada a partir de 2007, que é a utilização de participantes do evento enquanto fonte da notícia. Nesse ano, foram usados como fonte o público jovem, no caso um adolescente heterossexual de 17 anos não identificado e outro participante de 20 anos identificado apenas como Leonardo. A ausência do sobrenome do participante pode indicar ainda a preocupação de alguns participantes em comprovarem sua participação no evento. Foi ouvida também uma mulher síria, nomeada como Rasha Al Kardajy. Essa fonte é construída em uma linha de testemunha ocular do evento, em uma concepção que separa o “nós” e o “eles” (participantes do evento) seguindo um caminho que parte da premissa da diversidade ao colocar o Outro como estranho: “não sabia que eram tantos”, disse a entrevistada. O uso de fontes oficiais também ocorre neste texto; Nelson Matias, da coordenação do evento e a cantora Anitta têm falas apresentadas no texto. Algumas construções indicam permanência de visões no jornal já observadas, como a construção do “Outro” enquanto estranho, no caso, os LGBTs participantes do evento, e o uso de fontes oficiais com a finalidade de legitimação do jornalismo através da credibilidade dessas fontes pelo valor-notícia notoriedade (caso da cantora Anitta).

O último texto dessa categoria, “O grito das arquibancadas” (ESPORTE, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. B9), tem uma seção narrativa dedicada a questões relacionadas à homofobia. Apesar de tratar de uma temática ligada a homens gays, o texto foca nas vozes oficiais na construção da notícia, sendo entrevistados Gustavo Andrada Bandeira, pesquisador da UFRGS e o antropólogo Luiz Mott, que também é fundador do Grupo Gay da Bahia. O texto consultou torcidas organizadas, por conta de hinos e gritos homofóbicos bradados nas arquibancadas dos campos de futebol. A ausência das vozes de pessoas que são afetadas por esses atos de homofobia contribui para que o texto se concentre do âmbito oficial, sem discutir de que modo esses sujeitos podem ser agredidos por esse tipo de violência e até mesmo ao desqualificar essa violência por ela não se relacionar diretamente com o número de mortes de LGBTs no país, conforme a passagem: “Apesar de os cânticos contra homossexuais serem frequentes, não há relação direta com agressões e mortes motivadas por questões de orientação sexual em partidas ou outros eventos esportivos” (ESPORTE, *Folha de S. Paulo*, 2017, p. B9). Reduzir a violência contra homossexuais à violência direta sem discutir as violências estruturais minimiza os danos que esses gritos de torcida provocam na constituição da cultura de uma sociedade.

4.7 Discussão

A partir das análises apresentadas anteriormente, algumas considerações são necessárias acerca dos resultados averiguados, além do estabelecimento de relações entre o que foi articulado no capítulo de análise com as problematizações teóricas apresentadas nos primeiros capítulos do presente texto. Neste subitem intitulado “discussão”, portanto, é apresentado um compilado das observações oriundas das quatro categorias de análise estabelecidas a partir da análise de conteúdo das notícias, enquanto técnica a qual foi submetido o *corpus* desta pesquisa, ademais como tais resultados se relacionam com os apontamentos teóricos já discutidos previamente.

Ainda que com intervalos entre as produções jornalísticas, o *corpus* estabeleceu seis anos como marco temporal para obtenção das notícias, aqui compreendidas a partir da definição de Sousa (2005) como todo enunciado jornalístico. Não optou-se aqui por realizar uma análise dos gêneros jornalísticos, mas sim por indicar em quais cadernos ou editorias, as notícias identificadas foram alocadas. Com exceção do ano de 2007, em todos os outros períodos analisados, a maior parte dos textos estava no caderno “Ilustrada”. O fato desses textos estarem em uma editoria classificada pela *Folha* como destinada aos temas culturais, artísticos e de espetáculo relaciona-se com uma das constatações observadas nas análises: a apresentação de

algumas identidades normativas intimamente ligadas ao espetáculo, caso das *drag queens*, travestis e transexuais. Não obstante, não se limitando a essas identidades, outras também tiveram seus assuntos veiculados nessa editoria. Esse foi um dos processos de determinação de espaços e identidades realizado pelo jornal, sendo que é preciso observar não apenas quais assuntos foram temática das notícias, mas quais foram deixados de lado pelo jornal na construção narrativa diária, uma vez que, conforme aponta Hall “a representação funciona tanto no que *não* é mostrado, quanto no que é mostrado” (2016, p. 105, *italico do original*).

Ao delimitar o espaço da cultura e da arte às identidades não normativas, sendo a elas delegado esse espaço específico na composição editorial-gráfica do jornal, verificamos, dessa maneira, como um espaço de aceitação, onde essas temáticas podem circular no jornal em detrimento de outros, onde há escassez. Editorias como esporte e ciência, por exemplo, apresentaram textos sobre LGBTs de maneira pontual. O resultado de tal ausência em outras instâncias temáticas no jornal e na vida diária não pode ser unicamente responsabilidade da mídia; fatores culturais e aspectos que são privilegiados atuam continuamente na construção da notícia, assim como a faceta privilegiada na narrativa midiática contribui tanto na manutenção, quanto no questionamento de ordens sociais vigentes (FREIRE FILHO, 2005). No caso do jornalismo, segundo Mouillaud, isso acontece quando ao “apontar uma ideologia dominante que faz com que certas ocorrências apareçam no campo da informação, enquanto outras são afastadas do mesmo campo; uma moldura determinada e arbitrária é aplicada sobre a realidade”(MOUILLAUD, 2012, p. 73)

Ao delimitar o espaço artístico designado pela editoria “Ilustrada” como majoritário na presença de notícias sobre as identidades LGBTs se espera, bem como se aceita, apenas esse espaço gráfico onde tais temáticas podem ser encontradas. Dessa maneira, há possível estranhamento quando as notícias passam a circular em editoriais como “Esporte”, espaço marcado pela presença expressiva das masculinidades e poucas vezes destinado a indivíduos que não sejam heterossexuais. A constituição dessa marcação não se dá de maneira clara e evidente, mas sim através do próprio processo da marcação da identidade heterossexual enquanto a identidade normalizada, conforme aponta Silva: “a força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade” (SILVA, 2012, p. 83).

A delimitação do espaço artístico aos LGBTs é válida, porém não deve ser exclusiva; outras temáticas permeiam cotidianamente a realidade desses sujeitos e devem fazer parte da agenda midiática da mesma maneira. Apresentar esses indivíduos associando-os a outras situações e a outros assuntos – que fazem parte de suas construções enquanto cidadãos como

mercado de trabalho, esportes, saúde, ciência e negócios –, deveriam ser mais frequentes no jornal, visto que, a seguir o “outro caminho”, o que ocorre é a manutenção de construções simbólicas hegemônicas, em detrimento do questionamento e da resistência às vozes dominantes.

Além disso, nos processos de representação desses indivíduos na mídia, a delimitação desse espaço como comum e frequente das notícias contribui na determinação de uma identidade aos indivíduos LGBTs, que pode ser associada majoritariamente a esses espaços e vivências artísticas, excluindo essas identidades de outras esferas da vida social. Conforme aponta Bertolli Filho (2012), o jornal impresso enquanto unidade realiza a função de atender a sensação de completude no que diz respeito aos acontecimentos, com objetivo de passar as informações de maneira integral, ainda que eventualmente utilize de elementos contextuais e narrativos não tão atuais; a própria divisão do jornal em editorias ou cadernos corrobora com tal finalidade. Ao delimitar um espaço majoritário para a presença de notícias sobre tais identidades, o que ocorre é a determinação desses espaços como frequentes e usuais desses assuntos, o que acaba por deixar outros lugares em segundo plano.

Dada essa primeira constatação, agora faz-se necessário repassar as categorias dispostas para análise das 283 notícias encontradas. Ressalta-se que foram realizadas análises de todas as notícias; contudo, a título de esquematização dos dados, foram escolhidos os textos mais representativos para cada categoria, e por isso, os textos não são os mesmos. Ou seja, em cada categoria foram selecionados textos a partir da “regra da representatividade”, ao alocar em cada categoria as notícias com elementos destacáveis em cada ano.

A primeira categoria estabelecida é “Assunto”, onde os textos foram divididos entre aqueles que dizem respeito à Parada do Orgulho LGBT – marco temporal de levantamento e análise dos textos – e aqueles relacionados a outras temáticas que não propriamente o evento em si. O objetivo dessa categoria era identificar se o evento conseguiu efetivamente impactar a rotina de produção jornalística a ponto de agendar outras temáticas (e não somente o próprio evento). Válido recordar que a Parada, que começou com cerca de 2000 participantes em 1997, adquiriu nos anos posteriores uma grande visibilidade massiva por conta dos mais de 3,5 milhões que passaram a frequentar o evento em 2007.

Esse impacto não ocorre de maneira a surpreender a rotina jornalística subitamente, uma vez que a Parada é um evento tradicional com data e hora marcada; o seu impacto na rotina jornalística estaria mais relacionado à inserção de outras temáticas, que aparecem aos poucos como resultado da realização do evento. O jornalismo enquanto produto cultural reflete frequentemente valores sociais hegemônicos, de modo que as notícias serão resultado dessas

influências heteronormativas; a inserção na agenda midiática desses temas consistiria na ruptura de temáticas relacionadas às identidades normativas, evidenciando outras vivências – ainda que muitas vezes recorrendo a outras normas e regras para apresentar tais indivíduos.

Todos os anos analisados, com exceção de 2007, apresentaram mais temas diversos da Parada do que os temas relacionados ao evento em si, configurando e caracterizando a Parada enquanto “acontecimento midiático” (TRAQUINA, 2005b). Ou seja, um acontecimento programado para que seja captado pelos *media*, tornou-se tão relevante que outros assuntos foram agendados em virtude deste acontecimento “principal”.

Nos dois primeiros anos, ainda que mais temáticas diversas do evento são notícia no jornal, a Parada ainda estava incipiente, isto é, a se constituir enquanto acontecimento midiático, portanto, outros fatores também corroboraram para que houvesse uma discrepância significativa na quantidade temática – inclusive o tamanho físico do jornal que permitia a maior quantidade de notícias⁸⁹. Contudo, há elementos destacáveis que permitem inferir que o evento agendou outros acontecimentos dentro da *Folha*. O primeiro deles é o agendamento de acontecimentos semelhantes em outras regiões do país e do mundo, já o segundo diz respeito às outras notícias que se conectam aos assuntos debatidos em textos sobre a Parada. Nos anos posteriores, todavia, o agendamento torna-se mais evidente.

O ano de 2007 é a exceção presente nas análises, visto que foi o único ano onde a Parada foi, quantitativamente, mais noticiada que outros assuntos. Em 2008, com o lema “Homofobia Mata! Por um estado laico de fato”⁹⁰ a segunda temática noticiosa mais frequente foram, no caso, as notícias que versavam sobre homofobia. O lema do evento em 2016 dizia respeito às identidades Ts, “Lei de identidade de gênero, já! - Todas as pessoas juntas contra a Transfobia!” e grande parte das notícias apresentaram, dessa maneira, essa identidade enquanto personagens e fontes das notícias analisadas. Esse ano é o marco do *corpus* dessa pesquisa com o aparecimento das identidades Ts, enquanto sujeitos das narrativas jornalísticas. Em 2017, retomando a questão do Estado Laico, o evento divulgava o lema “Independente de nossas crenças nenhuma religião é lei. Todas e todos por um Estado Laico” e a categoria temática mais frequente dizia respeito aos direitos relacionados aos LGBTs, elemento relacionado à temática do evento. A divulgação de protestos contra o então presidente, Michel Temer, é outro fator

⁸⁹ Com tamanho físico, refiro-me à quantidade de páginas do jornal impresso. É evidente durante os anos analisados uma diminuição na quantidade de páginas do jornal impresso, de modo que no início o jornal continha mais páginas e seções do que nos últimos anos analisados.

⁹⁰ A cada ano, a Parada apresentava um tema diferente, contribuindo com a divulgação de assuntos relacionados aos LGBTs.

relacionado à temática do evento, sendo noticiado em quantidade destacável nos textos analisados.

É possível inferir que a Parada foi sendo constituída como estratégia de visibilidade massiva com o passar dos anos e que, nos dois primeiros anos de análise (1997 e 1998), outros elementos contextuais e históricos como a votação do projeto de lei sobre a união civil homossexual e a relação entre o sexualidade e religião foram, em conjunto com a realização do evento, responsáveis por agendar temáticas diversas à Parada. A constituição da Parada enquanto acontecimento midiático inicia-se em 1997 e tem seu ápice em 2007, contribuindo para a consolidação do evento enquanto estratégia de inserção midiática, tanto do evento quanto de outros assuntos relacionados aos LGBTs.

A segunda categoria estabelecida teve como objetivo já identificar as principais categorias temáticas dos textos analisados. Para tanto, os textos foram agrupados de acordo com aquelas mais recorrentes em cada ano analisado. Destaca-se que no caso dessa categoria, a diversificação de temas e a própria temática dos textos noticiosos permitiram algumas observações. No caso da diversificação temática, houve uma constância: desde a primeira data de análise, os textos apresentaram diversidade nas temáticas abordadas em cada data especificada. Diversos assuntos foram abordados em todos os anos; se compararmos o assunto mais frequente em cada ano, temos, respectivamente: união civil (1997), religião (1998), educação (2007), televisão (2008), direitos (2016) e direitos (2017).

Iniciando em 1997, a categoria união civil ganha uma própria unidade temática pela quantidade de textos que abordavam o projeto de lei proposto pela então deputada Marta Suplicy, que versava sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo; foram 23 textos apenas sobre essa temática. As discussões sobre o tema perpassam questões como a relação entre Estado, religião e a homossexualidade. A questão da homossexualidade e sua relação com a religião é uma construção histórica passível de observação neste primeiro ano em questão. Segundo Quinalha, “discursos religiosos, médicos, legais, criminológicos e de diversas outras ordens se intercalavam e se combinavam de modo a produzir uma regulação específica das sexualidades em cada momento histórico” (QUINALHA, 2018, p. 21). Palavras e termos como “aliança espúria”, “excrescência”, “casamento de macho com macho”, “acabar com a família” e a comparação de “homossexuais com cachorros”, além de questionamentos sobre a normalidade de relações homoafetivas e da própria homossexualidade, foram encontradas nesse primeiro ano, principalmente oriundas da classe política e de autoridades religiosas. Tais construções são históricas e contribuem para delimitar, ainda que através da fala desses atores no texto noticioso, representações e identidades acerca das identidades não normativas

relacionadas à questão da “destruição da família e dos valores” e, em última instância, de algumas normas, de modo que “a família, a escola, as igrejas, a mídia, a polícia, os esportes, a medicina, o direito e a ciência em geral constituem a sexualidade em alvo privilegiado de regulação de condutas e exercício de poder, não raro, convertendo-a em fonte de estigma, sofrimento e opressão” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 12).

O ano que completa a primeira data referencial desta pesquisa, isto é, em 1998, aparenta observações semelhantes ao período anterior. As temáticas mais frequentes foram “religião”, “consumo” e “união civil”, com cinco textos cada; a distribuição dos temas foi mais equilibrada quantitativamente no ano em questão. A categoria religião trouxe um acontecimento em quatro dos cinco textos encontrados; nesses textos, é discutida a ordenação de dois pastores homossexuais. No caso, tais textos apresentam a visão da Igreja sobre a ordenação e contribuem na constituição da necessidade de aprovação da religião sobre questões relacionadas à sexualidade, de maneira geral e, neste caso especificamente, à homossexualidade. A perspectiva do controle da sexualidade por parte da Igreja caminha com os apontamentos de Giddens (1993) e Foucault (1988), a respeito do poder de desenvolvimento da vida, onde a conduta sexual da população é tomada simultaneamente como objeto de análise e de intervenção. Conforme apontam Fry e MacRae: “formou-se a ideia de que a ‘saúde’ da nação era diretamente ligada à ‘saúde’ da família e dependente, portanto, do controle da sexualidade” (FRY; MACRAE, 1983, p. 61).

A necessidade da regulação sexual por meio de discursos é evidente nesses primeiros anos, sobretudo em temáticas legais, mas também culturais, normativas e religiosas – caso da união civil – sendo atravessadas por visões morais e religiosas. A categoria “união civil” apresenta, ainda que indiretamente em todos os casos, alguma relação e intervenção do discurso religioso. Tais construções ajudam na delimitação de uma identidade aos LGBTs por meio de tais representações como indicativas de uma necessidade de avais e permissões por parte da Igreja em assuntos ligados à homossexualidade.

Por fim, a unidade “consumo” apresenta uma outra perspectiva fundante das representações midiáticas de tais indivíduos: a divulgação e o aparecimento desses sujeitos enquanto notícia e como personagens de notícias a partir do viés do consumo. Como apontado por Nunan, “(...) dado o crescimento de uma série de estabelecimentos comerciais e culturais construídos sobre a noção de identidade gay, a mídia brasileira começou a noticiar, a partir de meados da década de 90, o que tem sido descrito como mercado gay” (NUNAM, 2003, p. 181). Nas notícias analisadas, é possível constatar não apenas a divulgação de um mercado gay, enquanto único e exclusivamente voltado para homossexuais, mas também a identificação

desses indivíduos enquanto nicho de consumo para setores como o turismo, por exemplo. Ainda que as notícias que versem sobre o consumo de homossexuais⁹¹ possam representar, a uma primeira vista, um certo avanço, são necessárias observações que melhor problematizem tal representação.

Ao relacionar tais identidades ao consumo e ampliar alguns aspectos representacionais, há o estabelecimento da legitimidade identitária de tais sujeitos atrelada ao consumo, de modo que esses sujeitos possam ser notícia dentro do jornal desde que sejam um público consumidor. Segundo Nunan (2003), há uma série de autores que

(...) acreditam que a visibilidade não constitui, em si mesma, um gesto de liberação ou aceitação social, assim como a familiaridade não reduz necessariamente o menosprezo. (...) dito de outra forma, os homossexuais estariam sendo oprimidos pelo mesmo sistema capitalista que coloca sua ênfase na heterossexualidade e na família nuclear, e o mercado gay estaria, em última instância, reforçando o *status quo* de discriminação e intolerância (NUNAN, 2003, p. 198).

A questão do consumo intensifica-se a partir de 2007, sendo recorrente entre as unidades categoriais. As temáticas mais frequentes do ano em questão foram “educação”, “consumo” e “eventos”. Em “educação”, um acontecimento foi noticiado em quatro textos jornalísticos referente à aplicação de um questionário que continha questões acerca da sexualidade de adolescentes e, ainda que esteja relacionado ao âmbito educacional, a questão da moral é evidente nos textos encontrados, visto que questões de sexualidade são tratadas como tabu quando relacionada aos adolescentes.

Novamente, a questão do consumo figura entre as unidades mais recorrentes e de maneira mais evidente no que diz respeito à questão da identificação desse público enquanto nicho consumidor; há uma demonstração da preparação do mercado para atender esse público, principalmente no setor do turismo. Em 2007, tais sujeitos não figuram apenas como nicho, mas também como fonte das entrevistas para construção da notícia, permanecendo a tendência da associação da identidade e da atribuição da cidadania com o consumo. Outra ponderação de Nunan (2003) sobre o consumo de homossexuais é perceptível nos anos da segunda data de referência: a aceitação normalizada dos gays enquanto consumidores e a ausência de outras identidades que não estejam dentro de expectativas de papéis de gênero e vivência da sexualidade, o que demonstra limites para a “aceitação” da homossexualidade.

⁹¹ Aqui utilizo o termo “homossexual” pelo fato de as notícias identificadas nesse período referirem-se aos gays, mas, conforme será apresentado posteriormente nos anos que se seguiram, a gama de identidades identificadas como nichos de consumo são expandidas.

Os gays não podem levar muito a sério a aceitação diplomática e condicional da sociedade, porque ela depende de que os heterossexuais não sejam pressionados além de um determinado ponto. Aceitar homossexuais normificados é uma coisa, assimilar indivíduos efeminados, bissexuais e transgêneros é outra completamente diferente (NUNAN, 2003, p. 200).

Outra perspectiva abordada é a temática “eventos” que diz respeito aos outros acontecimentos, que não são relacionados à Parada, mas foram agendados em virtude da manifestação. Tal unidade temática, que também figura nos anos posteriores, demonstra como não só a Parada se tornou um acontecimento midiático, mas inúmeros outros acontecimentos da semana do orgulho LGBT em sua totalidade passou a fazer parte da agenda da sociedade e da mídia.

Em 2008, o segundo ano deste bloco temporal, a temática mais frequente encontrada foi “televisão”. Dez textos discutem e apresentam temáticas relacionadas à televisão em decorrência de um acontecimento específico: o beijo entre dois homens em uma novela do horário nobre da *Rede Globo* (líder de audiência na época) intitulada “Duas Caras”. Na produção televisiva em questão, foi criado um suspense em torno do capítulo final da novela em virtude do acontecimento ou não do “beijo gay”. As construções demonstram um fator relevante da época: o preconceito existente e originado pela orientação sexual. A questão da moral, dos bons costumes e da família é indicador da censura do beijo entre dois personagens homossexuais que, ao final da novela, não aconteceu por orientação da própria emissora.

A questão dos limites da aceitação da homossexualidade discutida anteriormente é outro elemento constituinte desse fato, uma vez que, em nota, a emissora disse que “seus princípios de qualidade não preveem beijos e carícias entre homossexuais”⁹². Ou seja, o beijo entre dois homossexuais não poderia fazer parte de uma novela de horário nobre da emissora, por atentar a moral; essa afirmação corrobora na construção da homossexualidade e, sobretudo, do homossexual enquanto indivíduo depravado, fora da norma, onde a presença dos personagens é tolerada, mas o beijo que, em última instância, legitimaria o amor e o relacionamento entre as personagens é visto como algo a ser combatido.

Chegando ao último bloco temporal, no ano de 2016 temos a brusca diminuição na quantidade de notícias encontradas e a temática mais frequente fazendo referência à unidade categorial “direitos”. Alguns pontos históricos devem ser destacados para compreender o porquê desta categoria temática figurar entre as mais frequentes no ano em questão. Em um primeiro momento, deve-se ressaltar a atuação durante toda a primeira década dos anos 2000

⁹² Nota retirada de uma das notícias encontradas no período. “Globo recua e grava beijo gay de “Duas Caras”. *Folha de S. Paulo*. 27/05/2008.

de movimentos, que contemplaram identidades até então invisíveis, dentro das notícias encontradas, caso das travestis e transexuais, que passam a configurar grande parte da referência aos sujeitos LGBTs – aspecto que será abordado posteriormente. Sobre tais identidades, Nery destaca:

É indiscutível o reconhecimento das travestis e/ou transformistas como as primeiras guerreiras conquistadoras da visibilidade e vítimas da luta pelo direito de existir. Mesmo sem um movimento organizado, desde a década de 70, elas estavam nas ruas, se prostituindo e/ou se apresentando em teatros para sobreviver. (NERY, 2018, p. 395).

As notícias encontradas versam sobre os direitos de homossexuais e sobre o uso do nome social por travestis e transexuais, aspectos que, além de indicarem a assimilação por parte da mídia de demandas dos próprios movimentos, também está relacionada ao cenário político incerto vivenciado pelo país durante o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Os fatos ligam-se pelas demandas oriundas dos movimentos e pelas cobranças ao poder público de ações que garantam a segurança de vidas, sendo muitas vezes deixadas e entregues ao preconceito e a violência diária. A questão do cuidado à vida, como aponta Irineu, tem seu cerne no ponto em que “(...) os modos de cuidado e manutenção da vida se dão de distintas maneiras, pois há vidas altamente protegidas e outras não gozam de qualquer apoio ou proteção, não se qualificaram como ‘vidas que valem a pena’ ou vidas que importam (...)” (IRINEU, 2018, p. 481).

Em 2017, a perspectiva dos “direitos” continua como tendência, tratando de temas semelhantes ao ano anterior: direitos de homossexuais relacionados à união civil e o uso do nome social por transexuais e travestis. O cenário do governo Michel Temer que apresentava uma ameaça aos direitos conquistados por homossexuais pode indicar o porquê de a categoria continuar figurando entre as mais frequentes desse bloco temporal. Além dessa temática, a ligação de tais sujeitos ao âmbito artístico volta a figurar também entre as mais recorrentes, caso da unidade categorial “cinema”, que apresentou, em sua maioria, textos sobre espetáculos a respeito de transexuais e travestis; a associação e a delimitação desse espaço para tais indivíduos já foi discutida anteriormente e, mesmo com os potenciais avanços ao trazer tais sujeitos para um plano de visibilidade no noticiário, ainda delega a eles alguns espaços onde podem circular – ainda que na esfera simbólica.

A próxima categoria de análise estabelecida foi “referência ao sujeito”. Na categoria em questão, o objetivo era identificar a quais identidades não normativas os textos jornalísticos fazem referência em suas narrativas. A necessidade dessa categoria se dá pelo fato de algumas

identidades, da gama que compõe a sigla LGBT⁹³, sofrerem invisibilidades tanto dentro do movimento, quanto por parte da sociedade como um todo. Ainda que a nossa concepção de identidade parta de perspectivas que não a compreendem enquanto estática, fixa e imutável, mas sim enquanto em constante construção, transformação e negociação, de maneira processual, partimos de uma delimitação de quais identidades são identificadas no jornal analisado pelo fato de o jornalismo recorrer a tais identidades nas notícias e nelas realizar, desse modo, diferenciações ao imputar características a tais indivíduos. Ainda que a identidade não seja algo fixo, devido aos recortes temporais em cada período, algumas características sobre as identidades não normativas serão demarcadas pela narrativa jornalística.

A presente categoria busca identificar fatores que realizem a função de delimitar características e, sobretudo, entender quais identidades são privilegiadas em detrimento de outras. Alguns levantamentos quantitativos contribuem na identificação de quais sujeitos são referenciados nos textos; todavia, outros elementos como a profundidade com a qual tais notícias tratam dessas identidades – seja de maneira aprofundada ou citações superficiais – também contribuem com tais análises.

No primeiro bloco referencial, é possível identificar nas notícias que as identidades fora das normas estabelecidas enquanto padrão – no caso, a heterossexualidade – uma referência a tais sujeitos de maneira ampla e superficial, tratando em sua maioria dos gays, depois das lésbicas e de maneira pontual, bem como superficial, de travestis e transexuais. Nesse caso, a amplitude diz respeito ao fato de os textos fazerem uso de referências genéricas, sem especificar de maneira aprofundada questões relativas especificamente às identidades LGBTs separadamente. O termo “homossexual” foi frequente dentro dos textos analisados e em sua maioria se referia aos LGBTs como um todo. Quando traziam termos como travestis e transexuais não aprofundavam nenhuma questão relativa a essas identidades; em última instância, esses sujeitos eram apenas citados como integrantes da sigla GL, mas não eram personagens principais das narrativas jornalísticas.

No primeiro bloco referencial, portanto, a identidade delimitada aos LGBTs era feita de maneira genérica, muitas vezes com a utilização de um termo que abarcasse (ou pelo menos tentasse) essa ideia de “comunidade”, frequentemente constituída nos textos jornalísticos. Quando não estavam narrando questões ligadas aos gays e, em menor frequência às lésbicas, eram utilizados termos como “os homossexuais” e “GLS” para se referir a essas identidades de

⁹³ Ressalta-se o uso dessa sigla por convenção como explicado no segundo capítulo. Atualmente, outras letras passaram a compor o “LGBT” para identificar outros sujeitos que antes não se sentiam contemplados dentro da nomenclatura.

maneira ampla, sem especificar demandas ou mesmo as realidades distintas de cada sujeito. Tal elemento contribui para a construção de uma caricatura a partir da perspectiva de uma comunidade imaginada ⁹⁴ como se todos pertencessem e dividissem as mesmas vivências – elemento já rebatido no segundo capítulo desta pesquisa.

O mesmo movimento é identificado ao avançar nas datas, seguindo para o segundo bloco referencial. Porém, uma diferença é identificada em 2007 e 2008: a utilização da sigla GLBT, uma demanda do movimento desde o final dos anos 90 e início dos anos 2000. Em 2007, a tendência referencial dos sujeitos permanece semelhante aos dois primeiros anos de análise e a utilização de travestis como personagens das notícias inicia-se em 2008, mas figurando no âmbito da piada e do preconceito ⁹⁵. Outro elemento que tem primórdio em 2008 é a identificação dessas identidades enquanto público consumidor, de modo a seguir o mesmo percurso traçado com os gays que, a partir de 2007, passam a figurar enquanto personagens dos textos, sendo que alguns tratam do consumo material desses indivíduos, associando o consumo com a aceitação condicional da sexualidade de tais sujeitos.

Desse modo, num primeiro momento, os gays são vistos como a identidade referência das identidades não normativas. Demandas do movimento homossexual e elementos históricos e constitutivos corroboram com essas acepções identificadas nos textos; todavia, essa aceitação passa a ser mediada através do consumo ⁹⁶ a partir do segundo bloco referencial. Em 2008, o mesmo movimento começa a ser traçado com as outras identidades, caso das travestis e transexuais ⁹⁷ – processo que será identificado também no terceiro bloco referencial.

Questões relacionadas à violência e aos direitos de transexuais e travestis são deixadas de lado nesses primeiros anos de análise. O foco no que diz respeito à direitos e, em menor frequência, à violência e ao preconceito restringem-se aos gays; há, nesse caminho, reducionismos que tentam delimitar o “gay” enquanto a identidade tomada como base para se referir às lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Quando são notícia, tais identidades estão relacionadas ao consumo ou a construções narrativas que reforçam preconceitos a partir de piadas.

⁹⁴ Nesse caso, a caricatura que é constituída nos textos analisados partem de construções que reduzem as identidades não normativas para apenas uma identidade: o homossexual, homem, com poder aquisitivo, além de outros reducionismos preconceituosos sobre os homossexuais em virtude do projeto de união civil.

⁹⁵ Como se pode identificar nos textos: “Buemba! Parálitica não correu do Coelho!”, de 18/05/2008; “Parada Gay! Marta é dragão queen!”, *Folha de S. Paulo*, 27/05/2008.

⁹⁶ Caso das notícias “Parada Gay aquece mercado de luxo”, publicado em 10/06/2007, e “Estrangeiros gastam o dobro em São Paulo”, de 20/06/2007.

⁹⁷ Como se pode ver em “Fetichismo Fashion”, de 25/05/2008.

Os anos finais apresentam uma mudança no panorama – que pode ser observada também a partir das temáticas já citadas anteriormente. Isso acontece pois há uma diversificação nas identidades que passam a ser notícia, de modo que na maior parte dos textos, as pessoas trans e as travestis foram citadas. Se, nos quatro primeiros anos, há construções com finalidade cômica⁹⁸ que reiteram comentários preconceituosos, em 2016 e 2017, as temáticas caminham para tratar dos direitos dessas pessoas e, ainda seguindo o caminho dito anteriormente, sua identificação enquanto consumidores. A questão do consumo no que diz respeito às identidades parece ser elemento condicional para que tais sujeitos figurem nas notícias. A questão da violência, inexistente nos anos anteriores, pode ser identificada aqui, ainda de forma ocasional e pouco frequente.

Os movimentos das identidades Ts que se organizam a partir dos anos 2000 trazendo demandas específicas, como o uso do nome social e o direito à cirurgia de redesignação sexual, têm suas reivindicações vistas e apropriadas pela *Folha* a partir desse terceiro bloco referencial. Mais do que citar essas identidades como pertencentes à sigla LGBT, nos anos de 2016 e 2017 é possível identificar as temáticas que tangenciam esses indivíduos, na qual foram tratadas a partir de questões mais próximas de suas respectivas realidades – caso do uso do nome social e de pontuais ações originadas por parte do Estado destinadas a tais indivíduos.

Por fim, a última categoria de análise “utilização de fontes” busca identificar e ressaltar as vozes ouvidas pelo jornal na construção da narrativa noticiosa. Aqui, são destacadas as entrevistas realizadas dentro das notícias, para compreender se ocorreu, ou não, a legitimação de vozes oficiais e especialistas em detrimento de outras vozes – tão relevantes quanto àquelas carregadas de credibilidade, reforçadas pela própria prática jornalística. A utilização de determinadas fontes dentro da narrativa jornalística pode contribuir, através do discurso, na delimitação das identidades LGBTs, uma vez que o jornalismo reforça visões e estruturas pré-determinadas, inserindo-as em determinados contextos.

Recorrendo novamente ao percurso histórico traçado no capítulo anterior, em todos os anos analisados, a não utilização de fontes nos textos encontrados é recorrente. Dois fatores colaboram para esse fator: a presença massiva de curtas notas enquanto material de análise desse *corpus* e a quantidade de textos classificados enquanto opinativos⁹⁹. Assim como nas categorias anteriores, é possível identificar mudanças no panorama a depender do ano analisado. Em 1997 e 1998, primeiro bloco referencial, há poucas vozes representativas de

⁹⁸ Essas construções contribuem para a divulgação e perpetuação de comportamentos LGBTfóbicos contra travestis e transexuais.

⁹⁹ Não é uma característica presente do gênero opinativo a utilização de fontes ou entrevistas.

indivíduos que se identificam enquanto LGBTs, além da predominância de figuras de autoridade – caso da classe política e de membros da Igreja. Em textos sobre a Parada Gay, nenhum organizador ou participante foi convocado enquanto fonte e a narrativa segue por um caminho descritivo do evento, sem utilizar as figuras centrais do acontecimento: os participantes. Em 1998 é possível identificar o aumento na utilização de fontes em textos sobre textos diversos da Parada, ainda que seja tímido e superficial, uma vez que tal fato ainda não é recorrente. A utilização do jornalismo declaratório é identificada novamente; há falas escritas de maneira literal, ainda que contribua com a divulgação de preconceitos e construções pejorativas sobre a homossexualidade – como o caso do bispo que comparou “homossexuais a cachorros”. A utilização desse recurso se dá em virtude da busca pela objetividade jornalística; o texto pode não ser preconceituoso e tentar ser o mais isento possível, contudo ao propagar tais frases pode contribuir com tal divulgação sobre a homossexualidade, sem que haja contrapontos ou mesmo questionamentos por parte do jornal sobre as falas homofóbicas proferidas por políticos ou membros da Igreja.

Avançando para o segundo bloco referencial, entre 2007 e 2008, já temos a presença frequente de falas dos participantes nos textos sobre a Parada. A questão do consumo volta a ser elemento componente nesse fator: a identificação de notícias sobre mercado gay e *pink money* utilizam enquanto fonte de notícias majoritariamente os gays. A Parada é reduzida ao público homossexual masculino (e, sobretudo, àquele que tem poder aquisitivo para consumir), isto é, foram ouvidos nestes textos especialmente os participantes que vieram de outros lugares para consumir em São Paulo durante o evento. Os investimentos e o retorno financeiro do evento são dados frequentes nos anos analisados, condicionando a sua realização ao retorno financeiro que ele trará para a cidade.

Ainda assim, há predominância pelas vozes oficiais, identificadas como maioria nos textos analisados. Médicos e policiais são fontes de textos sobre uso de drogas, ressaltando as visões dos discursos legitimados enquanto verdadeiros – caso da medicina e do direito. O foco no público homossexual masculino enquanto fonte de entrevistas é recorrente, contribuindo para a redução de inúmeras realidades distintas que compõe a gama de identidades LGBTs aos gays. A bissexualidade, presente na sigla e na mídia mais frequentemente a partir de 2007, não é retratada, assim como em poucos casos as identidades Ts figuram enquanto fontes de entrevistas nesse segundo bloco referencial – seguindo, desse modo, caminhos parecidos com os dois primeiros anos, ainda que com pontuais diferenças. É incipiente, a partir de 2008, uma diversificação na referência a outras identidades; contudo, a consolidação dessas personagens, enquanto assunto e fonte das entrevistas, ocorrerá apenas no último bloco analisado.

Sobre a fala dos entrevistados nos textos pós-cobertura do evento, temos dois elementos destacáveis: a presença do preconceito entre os homossexuais – em sua maioria, em virtude de poder aquisitivo – e comentários sobre a aparência dos participantes (a beleza vista também como elemento constitutivo da realidade dos homens gays). É pertinente destacar esse elemento, uma vez que no próximo bloco referencial, há uma mudança significativa nos textos pós-cobertura, que passam a apresentar opiniões políticas dos participantes – assuntos relacionados à beleza e ao preconceito desaparecem dos textos, que focam em questionamentos e inquietações políticas dos participantes. Esse elemento ocorre em virtude do contexto político no qual o país estava inserido nos anos em questão: um processo de impeachment, um governo que tinha sua legitimidade questionada, bem como tal regime ameaçava direitos e conquistas dos LGBTs.

A partir de 2016 e 2017, há uma diversificação nas vozes, principalmente naquelas identidades antes pouco frequentes nos textos analisados. Ainda é possível identificar o uso de fontes oficiais, isto é, aquelas dotadas de credibilidade, todavia também é destacável a presença de outras vozes, até então deixadas de lado nos textos noticiosos. A redução no número de notícias encontradas, em virtude da redução do tamanho físico do jornal, também contribui para a redução no número de textos sobre o evento e, por conseguinte, na utilização dos participantes do evento.

Em 2017 é mais evidente a consolidação dessas outras vozes; textos sobre a transexualidade utilizam pessoas trans enquanto fontes; há matérias sobre esses sujeitos na música e nas artes, mas também no direito e como foco de ações do poder público. Tais notícias tangenciam, ainda que em segundo plano, as violências vivenciadas diariamente. Se, em 2007 e 2008, era constituído um panorama onde essas identidades eram apresentadas e vistas a partir de piadas que normalizavam tratamentos preconceituosos, torna-se indiscutível o avanço identificado nos dois últimos anos, onde esses sujeitos são compreendidos de maneira mais específica e de acordo com a suas realidades particulares. Citar isso apenas como avanço, contudo, pode partir de uma visão pouco crítica. Assim como acontece a partir de meados dos anos 2000 com os gays, as pessoas trans e travestis são vistas como potenciais consumidores; a notícia também é “um produto a ser vendido”, portanto a utilização desses sujeitos pode estar atrelada tanto ao fato de o jornal estar tentando atingir esse público consumidor – e, por consequência um público *friendly*, isto é, que apoia a causa – como também por demandas de movimentos que representam tais indivíduos e se estruturaram a partir do início dos anos 2000.

Portanto, a utilização de falas a partir de discursos considerados verdadeiros em assuntos sobre LGBTs é fator recorrente nos primeiros anos de análise; a partir do segundo bloco

temporal, os indivíduos LGBTs passam a figurar enquanto personagens e fontes de entrevista nos textos jornalísticos – ainda que prezando pelos homens gays e invisibilizando outras identidades. A partir do terceiro bloco referencial, a utilização de vozes de travestis, *drag queens* e transexuais contribui para uma mudança no paradigma observado até então, dotando tais sujeitos de voz e representatividade dentro das narrativas jornalísticas analisadas.

Em um último momento, é necessário indicar de que maneira as categorias ajudaram na compreensão de quais identidades estariam sendo atribuídas às identidades não normativas. Ao usar o plural na sentença anterior, já há uma indicação de um dos elementos observáveis: com o passar dos anos analisados, a identidade, atribuída aos LGBTs, apresenta variações e permanências nas construções narrativas que os definem através das notícias.

Essas mudanças acontecem em virtude de inúmeros fatores contextuais, históricos, sociais e elementos constituintes da própria prática e produção jornalística, indo ao encontro dos conceitos-chave apresentados no primeiro capítulo desta pesquisa. Aqui, compreendemos a identidade enquanto processo e nunca como um dado estático e finalizado; desse modo, é possível apontar a partir das análises realizadas com o passar dos anos, as mudanças e as permanências no que diz respeito à representação e atribuição de identidades aos indivíduos LGBTs. Ao apontar as mudanças observa-se como a identidade nunca é um processo finalizado; já as continuidades demarcam a relação entre a atribuição de identidades e poder, perpetuantes entre os anos.

Conforme aponta Silva (2012), a identidade está intimamente ligada ao poder, de modo que aqueles que o detém podem imputar e determinar espaços e identidades ao Outro. No âmbito da sexualidade, conforme aponta Quinalha “(...) o poder não apenas reprime e silencia, mas estimula e até compele a profusão de determinados discursos sobre a sexualidade, pautando padrões de normalidade e, portanto, de exclusão (...)” (QUINALHA, 2018, p. 23).

Nesse caso, alguns elementos da análise corroboram com essas afirmações. No caso de algumas construções simbólicas identificadas nas análises é possível destacar aquelas que permanecem mesmo com o passar dos anos analisados. Notícias que apresentam a união civil, interferência religiosa no âmbito da sexualidade e o consumo atrelado às identidades não normativas foram recorrentes em nosso *corpus*. Assim sendo, as notícias contribuem na constituição das identidades LGBTs a partir dessas perspectivas, mesmo com mudanças nos panoramas históricos, sociais e contextuais de cada período.

No caso da união civil, a demanda do movimento, que se estendeu por anos e desde antes da proposição do projeto de lei pela então deputada Marta Suplicy, continuou figurando e aparecendo entre as notícias. Essa perspectiva indica a necessidade da aprovação do projeto

para a garantia de direitos a esses indivíduos. Ainda que as notícias não discutam ou problematizem aspectos relacionados à normatividade da instituição casamento ou a diferenciem do aspecto legal na esfera da união civil, é possível identificar a forma como o movimento e os próprios indivíduos agendaram suas demandas na mídia – nesse caso, a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Observa-se, desse modo, o privilégio de temáticas em detrimento de outras, que ficam em segundo plano; caso das demandas advindas de outras identidades, como travestis e transexuais que, nos dois primeiros blocos temporais analisados, são retratados a partir de um viés cômico ou relacionado à prostituição. Medidas ou projetos de lei voltados para esses indivíduos em específico não figuram entre as notícias até 2016 e 2017. Alguns fatores são os possíveis responsáveis por isso; em primeiro lugar, os dois mandatos do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva e do primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, que apresentaram, através de ações governamentais, algumas medidas que auxiliaram no desenvolvimento de políticas públicas para indivíduos LGBTs. Não compartilhamos de uma visão rasa e superficial desse período ao entender e apontar apenas conquistas e elementos positivos. Segundo Bulgarelli:

Para parte expressiva do movimento, o rearranjo dos acordos políticos nacionais que culminaram no processo de impeachment instabilizaram a garantia das conquistas políticas e institucionais já asseguradas. O descontentamento que predominou na 3ª Conferência Nacional LGBT e a substituição de um governo pouco receptivo às demandas do movimento por um outro cuja própria legitimidade era questionada são alguns dos elementos que ajudam a compreender como a crise política permeia, desde antes do impeachment, as escolhas adotadas pelo movimento LGBT (BULGARELLI, 2018, p. 495).

A visão religiosa é apresentada, em grande parte das vezes que foi identificada, como conservadora e responsável pela manutenção de preconceitos e estigmas ao redor da sexualidade e, sobretudo, de LGBTs. Nos primeiros anos, o foco dessa ligação está sempre relacionado à homossexualidade (homens gays), muito em virtude da visibilidade criada em decorrência da aids e da própria configuração do movimento homossexual brasileiro. Embora num primeiro momento sejam identificadas construções textuais e noticiosas que apresentam falas e discursos homofóbicos por parte de membros da Igreja e cheguemos, nos anos finais, ao destaque das temáticas do evento denunciando a interferência religiosa no Estado, a religião é elemento que perpassa inúmeros dos textos encontrados. Conforme apontam Facchini e Rodrigues (2018), o objetivo de tais intervenções de setores religiosos é “(...) a constante luta para retirar dos textos legais e do espaço público qualquer menção a orientação sexual e identidade de gênero” (FACCHINI; RODRIGUES, 2018, p. 269).

Esse enquadramento temático, que nem sempre aparece em primeiro plano das notícias encontradas, demonstra o aval necessário por parte da religião no que diz respeito aos assuntos ligados às identidades sexuais e nas delimitações das normas, ao definir quem está dentro e quem está fora. Segundo Irineu, “observa-se que a defesa destes valores religiosos na esfera pública se conecta a sofisticados mecanismos de produção de ‘pânicos morais’, refletido em estratégias para evitar a ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos” (IRINEU, 2018, p. 472).

Por fim, na perspectiva do consumo, que apesar de menos frequente, também perpassa por outras notícias encontradas nos períodos analisados e dá indícios do porquê das mudanças nos enquadramentos temáticos e, sobretudo, nas referências aos sujeitos. Identifica-se que o consumo é elemento fundante nas construções sobre LGBTs nas notícias encontradas, uma vez que tais indivíduos só passam a ser referenciados nos textos e até mesmo utilizados enquanto fontes, a partir do momento em que este elemento se configura como fator determinante na caracterização de tais identidades como um público consumidor de modo que sua aceitação, entre outros fatores, estaria condicionada ao consumo por razões já citadas anteriormente. Desse modo,

A “normalidade” é concedida ao homossexual apenas na medida em que ele se torna um sujeito do consumo, o que por sua vez se transforma em uma nova forma de controle social, mantendo a hegemonia heterossexual. Assim, do ponto de vista homossexual, a assimilação pode representar a sujeição e perda de controle sobre os ganhos do movimento gay. Em suma, quando se une movimento e mercado, a luta pelos direitos homossexuais passa de *contestação* para *assimilação* social (NUNAN, 2003, p. 200, *itálico do original*).

O movimento de inserção do homossexual nas notícias analisadas é observado anos depois com as identidades Ts. Em 2016 e 2017, esses sujeitos passam a figurar inúmeras notícias dentre aquelas encontradas; mais do que isso, são também referenciados de maneira aprofundada trazendo temáticas ligadas a suas realidades e utilizados enquanto fontes das entrevistas. Esses elementos são constitutivos na identidade que o jornal passa a configurar enquanto pertencente a gama LGBT; há uma diversificação identitária e não apenas os gays ou as lésbicas agora são vistos enquanto identidades sexuais além da heterossexualidade (vista enquanto norma). A partir dessa data, diferentemente do período anterior onde esses sujeitos são vistos a partir de representações e constituições caricatas, tem-se a constituição das travestis e transexuais ligados a temas como direitos e iniciativas do poder público – como aconteceu com os homossexuais, já desde o primeiro ano descrito.

Segundo Facchini (2018) há no contexto atual, isto é, após 2010, o desaparecimento da noção de homossexualidade tanto da academia quanto no próprio vocabulário político,

colocando “ (...) as transidentidades, as lesbianidades e as bixas, sapatões e trans pretas e/ou periféricas a partir de enquadramentos e formas de se dar a ver que apostam na transgressão (...)” (FACCHINI, 2018, p. 326). Tais perspectivas são assimiladas pela *Folha de S. Paulo* que passa a utilizar de tais enquadramentos em suas notícias¹⁰⁰. Outro elemento apontado por Facchini é a mobilização das transidentidades que

(...) levou a diferenciar a identidade de gênero de orientação sexual, o recente processo de diversificação trouxe rompimentos com discursos médicos patologizantes, levando a uma diversificação das corporalidades trans e maior visibilidade da diversidade afetivo-sexual (...) (FACCHINI, 2018, p. 328).

Já no que diz respeito às representações e constituições identitárias utilizadas nos textos sobre a Parada do Orgulho LGBT, a diferenciação entre textos sobre o evento e sobre outros assuntos contribui para a compreensão global – dentro do período e das notícias encontradas – das narrativas sobre esses dois polos compreendidos enquanto interligados e interdependentes, apesar de apresentarem particularidades que os distinguem em alguns momentos. Nas notícias sobre a Parada, um elemento marcante é a utilização de participantes do evento enquanto fontes de entrevistas nas notícias encontradas. Desse modo, é possível identificar que apenas a partir de 2007, tal elemento narrativo é utilizado nos textos jornalísticos; a utilização desses sujeitos só ocorre quando há, de certo modo, uma aceitação maior por parte da sociedade sobre o evento, ainda que seja recorrente alguns entrevistados não divulgarem seus sobrenomes nas entrevistas. Nessas falas, um elemento que se alterou com o passar dos anos analisados é o enquadramento utilizado nas entrevistas que levam às falas dispostas nos textos. Enquanto em 2007 e 2008, as falas versam sobre a beleza dos frequentadores da parada e preconceitos entre os próprios participantes em virtude da classe social das pessoas que vão participar do evento, em 2016 e 2017, essas falas passam a figurar a partir de uma perspectiva mais ativista no âmbito da política nacional.

Essa inversão tem uma ligação direta com a identidade que o jornal atribui aos LGBTs. Se, em um primeiro momento, os preconceitos existentes entre os próprios homossexuais fazem parte dos textos pós-cobertura da Parada, em 2016 e 2017, a vertente ativista e o descontentamento político são ressaltados. O cenário da crise política e do receio do retrocesso nas conquistas políticas contribuem para esses enfoques narrativos – muito em virtude também das demandas do próprio movimento LGBT. No segundo bloco referencial, já são atribuídas aos LGBTs perspectivas identitárias que estão relacionadas com questões de beleza e diferenças

¹⁰⁰ Cito aqui dois exemplos encontrados em 2017: “Não mexe comigo”, de 11/06/2017 e “Uma trans no supremo”, de 16/06/2017.

sociais dentro do próprio movimento, que quebrariam com a ideia de uma “comunidade” LGBT, ainda que em todos os outros textos essa ideia seja reforçada. O terceiro bloco temporal apresenta sujeito(s) LGBT(s) consciente(s) politicamente, onde é ressaltada a faceta política da parada.

Ao enfatizar preconceitos existentes entre gays, há superficialidade na apresentação noticiosa. Tais estigmas devem ser apresentados, porém não há aprofundamento da discussão a um nível estrutural, que deve ser denunciatório não apenas entre a própria “comunidade”, mas também deveria ressaltar as instituições e estruturas sociais machistas e LGBTfóbicas, responsáveis pela formação desse imaginário entre os próprios LGBTs. Aqui, resalta-se outra faceta do poder que possui tantos mecanismos de atuação, perpetuando-se entre os próprios sujeitos vítimas dessas estruturas – seja pela questão da beleza física ou por outras, caso do preconceito em virtude da classe social¹⁰¹.

A ideia de uma comunidade LGBT é ressaltada em grande parte das notícias nos dois primeiros blocos referenciais, ainda que indiretamente. Isso ocorre nas notícias que resumem todos os LGBTs a partir de termos genéricos e/ou tratam apenas da realidade das identidades não normativas, a partir da perspectiva do homem, gay, branco e de uma classe social elevada. A variabilidade que apresenta outras identidades tem seu início incipiente em 2008, sendo intensificada em 2016 e 2017.

Outro elemento observado a partir das análises relaciona-se com a constituição do evento Parada para a sociedade a partir das notícias. Há, nesse caso, uma relação direta entre a identidade atribuída aos LGBTs pelas notícias e o evento, uma vez que um dos enquadramentos noticiosos utilizados nas narrativas é a apresentação dos participantes da Parada. Desse modo, de maneira recorrente, há nos textos sobre o evento uma transição entre a apresentação do mesmo enquanto “evento comportado” e textos que ressaltam aspectos negativos, como violência e roubos.

No primeiro caso, a apresentação da Parada, a partir de um viés de evento dentro das normas, tem relação com a aceitação condicional da homossexualidade citada anteriormente. Há necessidade em taxar e caracterizar os corpos presentes no evento a partir do vestuário, da ausência de roupas, do brilho e das fantasias. Essa demarcação dos corpos pode contribuir para a compreensão do evento enquanto aceitável ou como transgressor das normas. Segundo Camargos,

¹⁰¹ Conforme aponta Miskolci, “raça, classe e gênero se apresentam como formas diferentes e particulares de organizar as pessoas em resposta a diferentes formas de poder” (MISKOLCI, 2009, p. 161).

Se observarmos o contexto da Parada, pode-se notar como o caráter ritualístico da linguagem carnavalesca proporciona um direito de gozar a liberdade, de familiarizar-se, de quebrar tabus e regras habituais da vida cotidiana em sociedade e fazer ousadias como beijar o(a) namorado(a) em plena avenida, mostrar os peitos siliconados, os pelos harmonizados, ou o traseiro, o que, na vida extra carnavalesca da ordem é considerado imoral, obsceno. (CAMARGOS, 2018, p. 431).

No segundo caso, os textos partem de uma perspectiva que pode contribuir para que o evento seja classificado a partir de seus aspectos negativos, como a utilização do espaço aberto como banheiro, o número de furtos e casos de brigas ocorridos no evento. Não há, contudo, uma delimitação de responsabilidades, como a necessidade do aumento de infraestrutura por parte do poder público e da própria organização para que essas questões pudessem ser amenizadas, o que contribui para que tais acontecimentos sejam constituídos enquanto responsabilidade dos participantes.

A apresentação destes tópicos inferidos a partir das análises realizadas tem como objetivo ressaltar alguns aspectos relevantes obtidos a partir das leituras e esquematizações dos textos nos seis anos analisados. Não é possível estabelecer qualquer generalização a partir do material, uma vez que este diz respeito à recortes históricos, sociais e contextuais específicos, cada qual com suas particularidades, já apresentadas no capítulo anterior.

Conforme é possível observar, as considerações aqui realizadas apresentam ambiguidades e diferentes facetas dos acontecimentos relacionados à Parada e às identidades não normativas, que indicam diferenças e permanências nas narrativas jornalísticas presentes no *corpus* desta pesquisa. Isso se dá em virtude da multiplicidade de vozes presentes no jornal. Tomando como base o próprio o *Manual da Redação* destrinchado no primeiro capítulo, o documento normativo apresenta indefinições, incoerências e ausências no que diz respeito às questões relativas à sexualidade. Em uma primeira vista, o que se destaca é a ausência de uma seção específica no manual para tratar destas questões que se encontram divididas em verbetes em ambas as edições analisadas. Tais incoerências observadas no manual refletem nas notícias encontradas, em virtude do elemento apontado por Bertolli Filho: “(...) o jornal moderno caracteriza-se pela polifonia, apoiando-se também em diferentes gêneros literários para proceder a fragmentação e a reorganização textual dos eventos diário” (BERTOLLI FILHO, 2012, p. 32).

A leitura do periódico contribui para que o leitor se posicione no mundo e reitere sua identidade perante as notícias veiculadas. Desse modo, continua o autor, a principal função social do jornal seria “(...) atuar como um dos mais poderosos agentes geradores de um conhecimento comum, condição fundamental para a atualização (ou pretensa atualização) do

público e para a manutenção e questionamento da ordem social” (BERTOLLI FILHO, 2012, p. 33).

Assim, as notícias sobre identidades não normativas contribuem para a construção de conhecimentos comuns sobre esses sujeitos. Com o passar dos anos e até nos mesmos blocos temporais é possível identificar a disputa de narrativas sobre as identidades sexuais LGBTs, o que demonstram os limites e os avanços das narrativas jornalísticas sobre tais indivíduos. Os fatores históricos e aceção por parte da sociedade dessas temáticas são incorporadas pelo jornal em suas notícias, contribuindo para a alimentação de um ciclo.

A notícia, vista enquanto construção social, privilegia alguma faceta do acontecimento que passa a compor essa nova realidade somente existente a partir do momento em que é colocada em circulação; apesar de multideterminado, o acontecimento terá uma de suas facetas privilegiadas em detrimento de outras, que ficam à sombra do acontecimento, uma vez que “a informação é o que é possível e o que é legítimo mostrar, mas também o que devemos saber, o que está marcado para ser percebido” (MOUILLAUD, 2012, p. 56). Desse modo, torna-se possível identificar de que maneira tais construções simbólicas apresentam manutenções e mudanças na perspectiva das identidades não normativas e como essas narrativas divulgam e, ao mesmo tempo, se utilizam de imagens identitárias compartilhadas socialmente, auxiliando, dessa maneira, na constituição e reconstituição do imaginário social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar a análise de um produto cultural, caso do jornalismo, é uma tarefa que pode contribuir na reconstrução de caminhos representacionais de determinados indivíduos. Tais análises serem voltadas para sujeitos que fogem dos padrões hegemônicos presentes na nossa sociedade, caracterizada por relações machistas, racistas e LGBTfóbicas, contribui para compreender de que maneira estão sendo atribuídos lugares e identidades a essas identidades não normativas. O poder está intimamente ligado a essas marcações simbólicas: determinadas por aqueles que detém o poder de determinar e imputar ao Outro, os lugares e as identidades.

O jornalismo, em virtude de sua função social, deveria, em teoria, contribuir para o questionamento do *status quo* e de tais construções que fomentam a manutenção de posições hegemônicas. As teorias construcionistas da notícia apontam o jornalismo enquanto legitimador de estruturas de poder dominantes em determinados momentos históricos e sociais; assim sendo, indivíduos ou instituições com poucos recursos têm dificuldades em afetar a agenda midiática e fazer com que seus acontecimentos se tornem notícia.

A notícia, identificada enquanto o produto resultante do trabalho jornalístico, contribui para a criação de uma nova realidade que privilegia uma faceta do acontecimento, que é multideterminado. Portanto, se o jornal atua dentro de uma sociedade, cujas relações são pautadas em valores heteronormativos, observar de que maneira o texto jornalístico é constituído torna-se essencial para compreender a realidade que passou a vigorar após a sua veiculação; isto é, de que maneira a notícia contribui para a manutenção e/ou ruptura de visões que vem sendo constituídas historicamente.

Tais elementos históricos estão vinculados com os sujeitos, que são objetos da presente pesquisa: os indivíduos LGBTs e, para além da sigla, todas as identidades identificadas enquanto não normativas. As concepções acerca de tais indivíduos são marcadas por inúmeros fatores que contribuíram e continuam contribuindo para a constituição de uma identidade considerada desviante e, sobretudo, estigmatizada. O reflexo de tais aspectos são passíveis de observação na mídia; o jornalismo utiliza-se de representações já existentes e coloca novas concepções em circulação, em um processo negocial, contribuindo para a formação contínua da identidade atribuída e da identidade requerida por esses sujeitos. Muitas vezes, o jornal faz uso de reducionismos e caricaturas, uma vez que a utilização de representações já existentes é um recurso para que seu texto seja assimilado e consumido em maior escala.

Todavia, a utilização de tais representações, ou mesmo a inserção de novas ideias e construções na agenda pública, pode contribuir com a manutenção de preconceitos e estigmas

ao redor de inúmeros indivíduos que não tem voz nas narrativas noticiosas. Um dos recursos para a quebra deste padrão é a tentativa de interferir na rotina jornalística para que seus eventos, pautas e demandas sejam assimilados pela mídia. A Parada do Orgulho LGBT é um acontecimento midiático que contribuiu com esse objetivo; a primeira hipótese desta pesquisa era compreender se a Parada conseguiria agendar temas na agenda midiática para que, por conseguinte, fosse inserida no debate público. Na maior parte dos anos analisados, a Parada, junto a outros eventos e acontecimentos, conseguiu agendar temáticas relevantes aos LGBTs nos textos jornalísticos da *Folha de S. Paulo*.

Esse agendamento, contudo, precisa ser destrinchado para compreender de que maneira essas temáticas, as referências a esses indivíduos e as vozes utilizadas nas notícias imputariam e atribuiriam identidades. Assim sendo, é possível comprovar que a identidade não é elemento fixo e intrínseco, mas dependente de inúmeros fatores em sua constante constituição negocial. Com o passar dos anos analisados, a identidade atribuída e referenciada no jornal é alterada, a depender de fatores históricos, sociais e da própria produção jornalística.

Nesse sentido, as categorias de análise estabelecidas contribuiriam para observar em um período de maior visibilidade, em virtude da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, de que maneiras essas temáticas são mobilizadas por um jornal de grande circulação, caso da *Folha de S. Paulo*. Partindo de uma perspectiva temporal histórica, entre o primeiro e o último ano analisados, foi possível observar que tivemos avanços e limites na narrativa jornalística. As invisibilidades identitárias estão presentes desde o primeiro ano analisado, de modo que em um primeiro momento há o foco nos gays e, em menor número mas também destacável, nas lésbicas; poucas vezes travestis e transexuais são mencionadas; a bissexualidade é totalmente deixada à margem das notícias, assim como a intersexualidade e a assexualidade.

Esse panorama apresenta alterações com o decorrer dos anos devido a fatores como a organização do movimento LGBT e, sobretudo, dos movimentos específicos de cada identidade, caso das travestis e transexuais, a criação de eventos como as conferências nacionais com intuito de propor medidas a nível de políticas públicas para esses sujeitos, além da identificação de alguns como nicho de mercado. É possível inferir que tais elementos, em conjunto, contribuíram para alterações nas construções simbólicas acerca das identidades LGBTs divulgadas no jornal analisado.

Mais do que isso, a aceitação e a recusa de algumas construções pejorativas e preconceituosas por parte da sociedade e como reivindicação por parte dos movimentos organizados é elemento fundante nas manutenções e alterações observadas nos períodos analisados. Há uma assimilação por parte do jornal dessas narrativas; um exemplo evidente

identificado nas análises é a representação de travestis e transexuais nos anos de 2007 e 2008, constituídas a partir da comicidade e do preconceito, ao passo que, em 2016 e 2017, passam a figurar enquanto personagens centrais das narrativas jornalísticas, a partir de temáticas como o direito ao uso do nome social e a delimitação de espaços artísticos, antes restrito às *drag queens* e aos homossexuais.

É utópico dizer que foram identificados apenas avanços nos dois últimos anos analisados se comparados aos primeiros dois. Como dito, a narrativa jornalística apresenta avanços, mas também tem seus limites demarcados em torno do texto que é veiculado. Invisibilidades e construções preconceituosas ou ultrapassadas são identificadas também neste período, o que indica a diversidade e a disputa de vozes dentro do próprio jornal enquanto veículo de comunicação, caracterizado enquanto polifônico.

Em última instância, a presente pesquisa não busca generalizar todas as representações e identidades de tais sujeitos na mídia, uma vez que inúmeros elementos podem influenciar em tais construções. O recorte busca exibir um panorama que contribua na compreensão da maneira pela qual o poder de delimitar espaços e identidades atua nas identidades não normativas, no caso em um jornal de grande circulação em períodos pré-determinados. Acreditamos que análises e pesquisas que tenham como objeto aqueles que ficam à margem, por não se enquadrarem nas normas sociais vigentes, contribuem para formação de um legado crítico que possa se expandir por toda a sociedade. Corroborando, dessa maneira, com uma análise crítica da prática jornalística e quem sabe proporcionando a ruptura de normas: que passem de perspectivas excludentes e passem a se constituir a partir da valorização da diferença na formação identitária de todos os indivíduos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do gênero**: A politização das identidades abjetas. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 2, n. 20, p.569-581, maio-agosto 2012.

BERGER, Christa. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O Jornal**: Da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p. 715-726.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **Genetocentrismo**: mídia, ciência e cultura na modernidade tardia. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006

BRASIL; CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO/MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BULGARELLI, Lucas. Um impeachment, algumas tretas e muitos textões: notas sobre o movimento lgbt brasileiro pós-2010. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 15-38.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CAPRINO, Mônica Pegurer. Manual de Redação: camisa-de-força ou regra necessária? **Comunicação e Inovação**, [s.i], v. 2, n. 4, p.49-59, jan. 2002. Disponível em: <https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/790/645>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CAMARGOS, Moacir Lopes de. O surgimento das Paradas LGBT no Brasil. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 421-434.

COLLING, Leandro. Impactos e/ou sintonias dos estudos queer no movimento LGBT no Brasil. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 515-53

COSTA, Lailton Alves da. Gêneros jornalísticos. In: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco (Org.). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 43-84.

CORREIA, João Carlos. **Teoria e Crítica do Discurso Noticioso**. Notas sobre jornalismo e representações sociais. Covilhã: Livros Labcom, 2009.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2008.

FACCHINI, Regina; RODRIGUES, Julian. É preciso estar atenta(o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In: NOGUEIRA, Leonardo; HILÁRIO, Erivan; PAZ, Thaís Terezinha; MARRO, Kátia (Org.). **Hasteemos a bandeira colorida**: Diversidade sexual e de gênero no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 231-262.

FACCHINI, Regina. "**Sopa de Letrinhas**"? : movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. 2002. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/282012>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento lgbt. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 15-38.

FEITOSA, Cleyton. A participação social nos 40 anos do Movimento LGBT brasileiro. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 435-448.

FOLHA DE S. PAULO. **NOVO MANUAL DA REDAÇÃO**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992.

FOLHA DE S. PAULO. **MANUAL DA REDAÇÃO**. São Paulo: Publifolha, 2001.

FOLHA DE S. PAULO. **MANUAL DA REDAÇÃO**. São Paulo: Publifolha, 2015.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Côrrea da. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005. Cap. 18. p. 280-304.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

_____. **Herculine Barbin**: o diário de um hermafrodita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

FREIRE FILHO, João. Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. **Famecos**, Porto Alegre, n. 28, p. 18-29, dez. 2005.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GADINI, Sérgio Luiz. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da

realidade. **Famecos**, Porto Alegre, n. 33, p. 79-88, ago. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495550189011>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GAMA, Ruhani Maia; DADALTO, Maria Cristina. A notícia como construção social no universo jornalístico. **BOCC**, Portugal. 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/velha-dadalto-gama-noticia-como-construcao-social.pdf>. Acesso em 20 out. 2020

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora Unesp, 1993. Tradução de Magda Lopes.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do grupo somos de são paulo. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 63-78.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Cultura e Representação**. Organização e Revisão: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio: Apicuri, 2016.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Org.). **Teorias da Comunicação**: Conceitos, escolas e tendências. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

IRINEU, Bruna Andrade. Negociações, disputas e tensões na arena LGBT brasileira entre os anos 2010 e 2014. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 471-486.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia** – estudos culturais: identidade política entre o moderno e o pós moderno. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MEDINA, Cremilda. **Notícia: Um Produto à Venda**. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, José Marques de. **A opinião do jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, [s.l.], v. 39, n. 1, p.39-56, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, número 21, p.150-182, jan. 2009. Semestral.

_____. Não somos, queremos: Reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** Salvador: Edufba, 2011. p. 37-56.

_____. **Teoria Queer**: um aprendizado pela diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações e psicologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O Jornal**: Da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p. 697-714.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O Jornal**: Da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p. 47-54.

_____. A informação ou parte da sombra. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O Jornal**: Da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p. 55-66.

_____. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O Jornal**: Da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p. 67-100.

NERY, João W.. Transmasculinos: invisibilidade e luta. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 15-38.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade**: Do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 15-38.

SALAZAR, Tania Rodríguez. Sobre el potencial teórico de las representaciones sociales en el campo de la comunicación. **Nueva Época**, México, n. 11, p. 11-36, jan. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/comso/n11/n11a2.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

SCHIRMER, Anderson. "**Saindo dos armários?**": A análise das políticas de identidade na formação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo: um contraponto pela psicanálise. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a Notícia**: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010

SILVA, Alessandro Soares da. **Marchando pelo Arco-Íris da política**: A Parada do Orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal. 2006. 614 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2012.

SIMÕES, Julio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia. **BOCC**, Portugal, 2005. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.html>>. Acesso em: 10 set. 2019.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"**. 2. ed. Vega, 1999. p. 167-176.

_____. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005a.

_____. **Teorias do Jornalismo**: A tribo jornalística. Florianópolis: Insular, 2005b.

TRINDADE, Ronaldo. O Mito da Multidão: Uma Breve História da Parada Gay de São Paulo. **Gênero**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p.73-97, 2011. Semestral

TREVISAN, José Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**. Barcelona: Gili, 1983.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

- REFERÊNCIAS DE TEXTOS JORNALÍSTICOS

• 1997

AGUIAR, Alexandre Augusto de Almeida. Acinte à cidadania. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 3-3. 02 jul. 1997

ARAÚJO, Wagner. Londres faz festival gratuito. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 3-3. 28 jun. 1997.

AVANCINI, Marta. Passeata deve reunir 350 mil em Paris. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 3-3. 28 jun. 1997.

CAVALCANTI, Severino. Aliança Espúria. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 3-3. 21 jun. 1997.

DA REPORTAGEM LOCAL. Gays fazem passeata na Paulista hoje. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 11. 28 jun. 1997.

DA REPORTAGEM LOCAL. Grupos comemoram a partir de hoje Semana do Orgulho Gay. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 5-5. 23 jun. 1997.

DA REPORTAGEM LOCAL. Transa homossexual é vingança. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 14-14. 22 jun. 1997.

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA. Pastores e Gays fazem protestos na Câmara. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 3-3. 26 jun. 1997.

DOCUMENTO. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 2. 03 jul. 1997.

FISCHER, André. Capital GLS. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, n/p, 22 jun. 1997.

FRANÇA, Willian. União Civil Homossexual vai à Câmara e precisa de 129 votos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 2-2. 25 jun. 1997.

HOMOFOBIA católica. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 4-4. 01 jul. 1997

PASCOWITCH, Joyce. Marais. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 2-2. 02 jul. 1997.

SANTOS, Alexandre Vanucchi de Almeida. Acinte a cidadania. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 4-4. 02 jul. 1997.

UNIÃO Homossexual. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 2-2. 26 jun. 1997.

VISÃO Evangélica. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 4-4. 24 jun. 1997.

• 1998

AMARAL, Rodrigo. França vota união civil. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 12. 23 jun. 1998

BIANCARELLI, Aureliano. Homossexuais serão ordenados pastores. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 7. 21 jun. 1998

BLANCO, Alessandra. Eu tenho sorte, diz voluntário de vacina. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 12. 27 jun. 1998.

_____. Arte de NY chega ao Chelsea. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 1. 22 jun. 1998.

SILVA, Maria Izabel da. Sou homossexual e me orgulho disso. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 2. 25 jun. 1998.

DA REPORTAGEM LOCAL. Autor quer preencher lacuna. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 8. 24 jun. 1998.

DA REPORTAGEM LOCAL. Bíblia é usada pró e contra gays. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 7. 21 jun. 1998.

DA REPORTAGEM LOCAL. Campinas é ponto de referência. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 7. 21 jun. 1998.

DA REPORTAGEM LOCAL. Capitais têm passeatas do dia do orgulho gay. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 8. 29 jun. 1998.

DA REPORTAGEM LOCAL. “Concordo com Lula”, diz Marta. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 4. 26 jun. 1998.

DA SUCURSAL DO RIO. Lula diz ser contra aborto e casamento homossexual. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 4. 26 jun. 1998.

FISCHER, André. Água mole em pedra dura. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 48. 05 jul. 1998.

SILVA, Alex; ROMANO, Mauricio Lucca; MENDO, Marco Antonio; COSTA, Ricardo Luís P.. A hora das cinderelas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 50-50. 05 jul. 1998.

STAROBINAS, Marcelo. Lésbica dinamarquesa quer inseminação. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 15. 03 jul. 1998.

THORGREN, Sven. A hora das cinderelas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 50. 28 jun. 1998

• 2007

BARBOSA, Gabriel S. Correio. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 2. 14 jun. 2007.

BARROS, Guilherme. Mercado gay no Brasil é muito pouco explorado, diz InSearch. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. B2. 10 jun. 2007.

BERGAMASCO, Daniel. Parada Gay aquece mercado de luxo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C1. 10 jun. 2007.

_____. Panfleto para Parada Gay orienta como cheirar cocaína. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C4. 08 jun. 2007.

BERGAMASCO, Daniel; TÓFOLI, Daniela. Parada Gay cresce; diversão e problemas, também. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C1. 11 jun. 2007.

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA. Cresce procura por agência de turismo especializada no país. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 3. 10 jun. 2007

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA. Segmento ainda é mal explorado por empresas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 2. 10 jun. 2007.

DOS ENVIADOS DO RIO. Grife de moda praia mira em público gay. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. E6. 08 jun. 2007.

FIORATTI, Gustavo. Que parada é essa? **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 6-10. 10 jun. 2007.

JOORY, Eva. Bebel se inspira em drags e travestis, diz atriz sobre seu personagem na novela. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C8. 16 jun. 2007.

PARADA Gay em São Paulo tem público recorde. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 1. 11 jun. 2007.

RONDON, José Eduardo. Juiz proíbe menores em parada gay no interior de São Paulo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C9. 15 jun. 2007.

SAMPAIO, Paulo. “Nunca vi tanta gente feia”, dizem habitués. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C3. 11 jun. 2007.

_____. Teste comparativo avalia pagode lésbico e frenesi gay. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C4. 10 jun. 2007.

• 2008

BÉRGAMO, Mônica. Ferveção. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. E2. 27 mai. 2008.

_____. Cuba la madre que me parió. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. E2. 01 jun. 2008.

CASTRO, Daniel. Factóide. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. E12. 22 mai. 2008

_____. Globo recua e grava beijo gay de “Duas Caras”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. E6. 27 mai. 2008

_____. Mutação sexual. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. E6. 19 mai. 2008.

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA. Associação adverte sobre trajes “ousados”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C3. 21 mai. 2008.

DA FOLHA ONLINE. Travesti é denunciado por promotor. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. D5. 21 mai. 2008

DA REPORTAGEM LOCAL. No país, combate à homofobia tem pouco apoio legal. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C1. 25 mai. 2008.

FETICHE Fashion. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 10-19. 25 mai. 2008.

GALVÃO, Vinícius Queiroz. Em sua 12ª edição, Parada Gay fica mais globalizada. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C8. 25 mai. 2008

GIANNASI, Igor. Bom atendimento ao público GLBT é tema de programa. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 4. 18 mai. 2008.

LUCKNER, Cristina. 8ª edição da feira GLBT faz o ‘aquecimento’ para a Parada, no domingo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C9. 23 mai. 2008

MOTT, Luiz. Estupro corretivo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, n.p. 25 mai. 2008.

NEVES, Lucas. ‘Tirei o folhetim de camisa-de-força’. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. E6. 25 mai. 2008.

NY validará união gay em outro estado. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. A14. 30 mai. 2008.

RIPARDO, Sérgio. Parada Gay de SP é excluída de lista de recordes do “Guinness”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C7. 29 mai. 2008.

ROMEU, Gabriela. Sem certo ou errado. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 3. 25 mai. 2008.

SAMPAIO, Paulo. Às quartas, rua no subúrbio no Rio fecha para abrigar festa GLS. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C7. 24 mai. 2008.

SIMÃO, José. Buemba! Parálitica não correu do Coelho!. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. E14. 18 mai. 2008.

- **2016**

AGUNZI, Mariana; MARINHO, Mariana. Hora de transcender. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 10-13. 27 mai. 2016.

BARSANELLI, Maria Luísa. Britânica interpreta Jesus transexual em monólogo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C6. 22 mai. 2016.

BÉRGAMO, Mônica. Como fazer. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C2. 30 mai. 2016.

_____. Na Folhinha. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C2. 24 mai. 2016.

_____. Solta no espaço. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C2. 05 jun. 2016.

_____. Vista colorida. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C2. 31 mai. 2016.

BRENDLER, Guilherme. Parada LGBT tenta evitar protestos em trios. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. B9. 29 mai. 2016.

DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS. Estados processam Casa Branca por transgêneros. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. A10. 26 mai. 2016.

DE SÃO PAULO E DA EDITORIA DE TREINAMENTO. Parada LGBT de São Paulo tem faixas de gritos de “Fora Temer”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. B8. 30 mai. 2016.

FIORATTI, Gustavo. Quatro atores vivem dois cônjuges em um musical sem gênero. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C6. 22 mai. 2016.

JORGE, Mariliz Pereira. Futebol é coisa de viado. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. B15. 04 jun. 2016

MARTÍ, Silas. Mil e uma noites. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C1. 22 mai. 2016.

RAPPER apresenta primeiro disco de sua carreira. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 42. 27 mai. 2016.

REBELO, Liliane. Uma amizade transformadora. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 7. 22 mai. 2016.

SPERB, Paula. Brigada militar gaúcha autoriza soldado gay a casar de farda. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. B8. 04 jun. 2016.

- **2017**

BATISTA, Everton Lopes. Mercado se mexe para receber melhor turistas transexuais. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. D8. 15 jun. 2017.

BÉRGAMO, Mônica. Flor X Ódio. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C2. 14 jun. 2017.

_____. Horizonte. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C2. 17 jun. 2017.

CARAZZAI, Estelita Hass. Uma trans no Supremo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. B4. 16 jun. 2017.

CARNEIRO, João. Rainhas da montagem, novas drags expandem limites do humano. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. B5. 18 jun. 2017.

FOLHA faz pré estreia de filme sobre travestis. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 20. 16 jun. 2017.

GOMES, Paulo; MARTINS, Fabiana. Casar ou unir?. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. B5. 11 jun. 2017.

GRAGNANI, Juliana; ZYLBERKAN, Mariana. LGBTodos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. B3. 19 jun. 2017

HADDAD, Naeif. Diretora estreante contempla as muitas nuances do tema. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C1. 18 jun. 2017.

MARINHO, Mariana; AZEVEDO, Victória. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 6-7. 16 jun. 2017.

MARQUES, Jairo. Casa acolhe e reaproxima jovens LGBT do mercado e família. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. B4. 17 jun. 2017.

_____. Parada LGBT terá protestos contra interferência religiosa. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. B5. 18 jun. 2017.

MESQUITA, Lígia. Travesti não é bagunça. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. C1. 18 jun. 2017.

NOGUEIRA, Ítalo. Ajuste de Crivella no Rio atinge Carnaval e paradas LGBT. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. B4. 17 jun. 2017.

O GRITO das arquibancadas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. B9. 20 jun. 2017.

PARADA LGBT terá Anitta e Daniela Mercury. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. B3. 14 jun. 2017

ANEXOS

Quadro 28: Anexos - Divisão dos textos de acordo com data, título, assinatura, caderno, gênero, assunto, temática, referência ao sujeito e uso de fontes referente ao ano de 1997.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Temática	Referência ao sujeito	Fontes
21/06/1997	Igualdade e respeito à diferença	Silvia Pimentel	Opinião	Opinativo	Outro	União Civil	Homossexuais	Não
21/06/1997	Contrato de parceria	Ayres da Cunha	Opinião	Opinativo	Outro	União Civil	Gays; homossexual	Não
21/06/1997	Aliança espúria	Severino Cavalcanti	Opinião	Opinativo	Outro	União Civil	Homossexuais	Não
21/06/1997	Carimbo gay	Não atribuído	Brasil	Informativo	Outro	União Civil	Homossexuais	Não
21/06/1997	Ajuda indireta	Não atribuído	Brasil	Informativo	Outro	União Civil	Homossexuais	Não
21/06/1997	Acusados de pedofilia se suicidam na França	Não atribuído	Mundo	Informativo	Outro	Crime	Gay	Não
22/06/1997	Transa homossexual é vingança	Da reportagem local	São Paulo	Informativo	Outro	Sexo	Homossexuais (mulheres)	Sim
22/06/1997	Capital GLS	André Fischer	Revista	Opinativo	Parada	Evento	Travestis	Não

23/06/1997	Benção doméstica	Não identificado	Brasil	Informativo	Outro	União Civil	Homossexuais	Não
23/06/1997	Grupos comemoram a partir de hoje Semana do Orgulho Gay	Da reportagem local	Ilustrada	Informativo	Parada	Eventos	Gays, Lésbicas e Transexuais	Sim
24/06/1997	Maioria liberal	Não atribuído	Brasil	Informativo	Outro	União Civil	Homossexuais	Não
24/06/1997	Visão evangélica	Não atribuído	Brasil	Informativo	Outro	União Civil	Gays	Sim
24/06/1997	Oposição católica	Não atribuído	Brasil	Informativo	Outro	União Civil	Homossexuais	Não
24/06/1997	Le Monde	Não atribuído	Mundo	Informativo	Outro	Direitos Cíveis	Homossexuais	Sim
25/06/1997	Agora é Moda	Severino Cavalcanti	Opinião	Opinativo	Outro	União Civil	Homossexuais	Sim
25/06/1997	Tiro pela culatra	Não atribuído	Brasil	Informativo	Outro	União Civil	Homossexuais	Não
25/06/1997	União Civil Homossexual vai à Câmara e precisa de 129 votos	Willian França	São Paulo	Informativo	Outro	União Civil	Homossexuais	Sim
25/06/1997	Cinema mostra Aids	Sérgio Ribas	Ilustrada	Informativo	Outro	Aids	Homossexuais, o travesti	Sim

25/06/1997	Corsário	Joyce Pascowitch	Ilustrada	Opinativo	Parada	Eventos	Gay	Não
26/06/1997	União Homossexual	Não atribuído	Opinião	Opinativo	Outro	União Civil	Homossexual	Não
26/06/1997	Polêmica Interna	Não atribuído	Brasil	Informativo	Outro	União Civil	Homossexual	Não
26/06/1997	É melhor prevenir	Não atribuído	Brasil	Opinativo	Outro	União Civil	Homossexual	Não
26/06/1997	Votação de projeto é adiada pela 2ª vez	Willian França	São Paulo	Informativo	Outro	União Civil	Homossexual; pessoas do mesmo sexo	Sim
26/06/1997	Índios participam sem querer	Da Sucursal de Brasília	São Paulo	Opinativo	Outro	União Civil	Gay	Não
26/06/1997	Pastores e Gays fazem protestos na Câmara	Da Sucursal de Brasília	São Paulo	Informativo	Outro	União Civil	Homossexuais; mesmo sexo; gay; macho com macho	Não
27/06/1997	Parada gay sai mesmo sem permissão da CET	Não atribuído	São Paulo	Informativo	Parada	Organização	Homossexuais	Sim
27/06/1997	"007"	Sérgio Ribas e Simone Galib	Ilustrada	Opinativo	Outro	Forças Armadas	Homossexualidade	Não
27/06/1997	Por que homens gays são suscetíveis à aids?	Daniel J. Kevles	Ilustrada	Opinativo	Outro	Aids	Homossexuais; homossexuais masculinos;	Não
28/06/1997	Gays fazem passeata no Rio e em SP	Paulo Sampaio e Fernanda da Escóssia	Cotidiano	Informativo	Parada	Organização	Homossexuais; Gays, Lésbicas, Travestis	Não

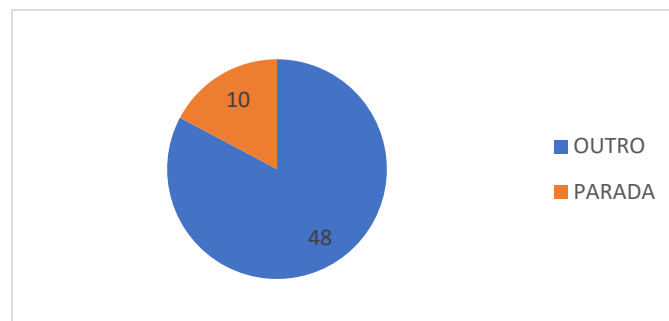
28/06/1997	Gays fazem passeata na Paulista hoje	Da Reportagem Local	São Paulo	Informativo	Parada	Organização	Homossexuais; Gays, Lésbicas, Travestis	Não
28/06/1997	Jaca	Sérgio Ribas e Simone Galib	Ilustrada	Opinativo	Outro	Eventos	Travestis e Liberados	Não
28/06/1997	Passeata deve reunir 350 mil em Paris	Marta Avancini	Ilustrada	Informativo	Outro	Eventos	Homossexuais; Simpatizantes;	Não
28/06/1997	Londres faz festival gratuito	Wagner Araújo	Ilustrada	Informativo	Outro	Eventos	Lésbico, Gay, Bissexual e Transexual	Não
28/06/1997	Como fazer parada gay se gay não tem parada?	José Simão	Ilustrada	Opinativo	Parada	Participantes	Gay	Não
29/06/1997	Passeata gay reúne 400 pessoas em SP	Não atribuído	Brasil	Informativo	Parada	Organização	Gays, Lésbicas e Travestis	Não
29/06/1997	AIDS une jovens na “Parada do Amor”	Bruna Monteiro de Barros	Acontece	Utilitário	Outro	Aids	Drag Queens	Sim
29/06/1997	Djs e Drag Queens são destaque	Bruna Monteiro de Barros	Acontece	Opinativo	Outro	Eventos	Drag queens; GLS	Sim
29/06/1997	Camisinha sem validade vira obra	Bruna Monteiro de Barros	Acontece	Opinativo	Outro	Arte; Cultura	GLS	Não
29/06/1997	Oásis na internet	André Fischer	Revista	Utilitário	Outro	Consumo	Gays, Lésbicas e Simpatizantes	Não
29/06/1997	Ligeiras (Chapéu)	Joyce Pascowitch	Revista	Opinativo	Outro	União Civil	Pessoas do mesmo sexo	Não

30/06/1997	Gays quebram cds de Tiririca em passeata	Free lance para a Folha	São Paulo	Informativo	Parada	Participantes	Gays, Lésbicas e Travestis; homossexuais	Sim
01/07/1997	Isonomia	Luiz Mott	Opinião	Opinativo	Outro	Homofobia	Gays, Lésbicas e Travestis; homossexuais	Não
01/07/1997	Homofobia Católica	Não atribuído	Brasil	Informativo	Outro	União Civil	Gay	Sim
02/07/1997	Acinte à cidadania	Marta Suplicy, Alexandre Vanucci, Alexandre Augusto	Opinião	Opinativo	Outro	União Civil	Pessoas do mesmo sexo; homossexuais;	Não
02/07/1997	Outdoor convoca gays para alistamento	Não atribuído	São Paulo	Informativo	Outro	Forças Armadas	Gays	Não
02/07/1997	Marais	Joyce Pascowitch	Ilustrada	Opinativo	Outro	Eventos	Gay	Não
03/07/1997	Sem comparação	Luiz Antonio da Silva	Opinião	Opinativo	Outro	Homofobia	Homossexualismo; Gays, Lésbicas e Travestis;	Não
03/07/1997	Agenda Religiosa	Não atribuído	Brasil	Informativo	Outro	União Civil	Gay	Não
03/07/1997	EUA julgam ilegal regra sobre homossexuais	Não atribuído	Mundo	Informativo	Outro	Forças Armadas	Homossexuais	Não
03/07/1997	Conar julga hoje comercial da Rider criado pela W/Brasil	Juliana Garçon	Dinheiro	Informativo	Outro	Homofobia	Homossexuais	Sim
03/07/1997	Documento	Não atribuído	Campinas	Informativo	Outro	Prostituição	Travestis	Não

03/07/1997	Escândalo de Gainsbourg retorna às telas	Cássio Starling Carlos	Ilustrada	Opinativo	Outro	Cinema	Homossexual	Não
03/07/1997	‘Não faço filmes para agradar a fãs gays’, diz Dallesandro.	Paulo Vieira	Ilustrada	Informativo	Outro	Cinema	Homossexual, gay	Sim
03/07/1997	Desprezo pelo romantismo incomoda	Da Redação- Cássio Starling Carlos	Ilustrada	Opinativo	Outro	Cinema	Homossexual, gay	Não
04/07/1997	União gay	Não atribuído	Brasil	Informativo	Outro	União Civil	Homossexuais	Sim
04/07/1997	Conar decide manter filme da W/Brasil	Juliana Garçon	Dinheiro	Informativo	Outro	Homofobia	Homossexuais	Não
04/07/1997	Noite Ilustrada	Erika Palomino	Ilustrada	Utilitário	Parada	Eventos	Gay, Travecas, Drag queens	Não
05/07/1997	Orquestra gay de Londres é destaque em evento inglês	Denise Bobadilha	Ilustrada	Informativo	Outro	Eventos	Gay	Sim

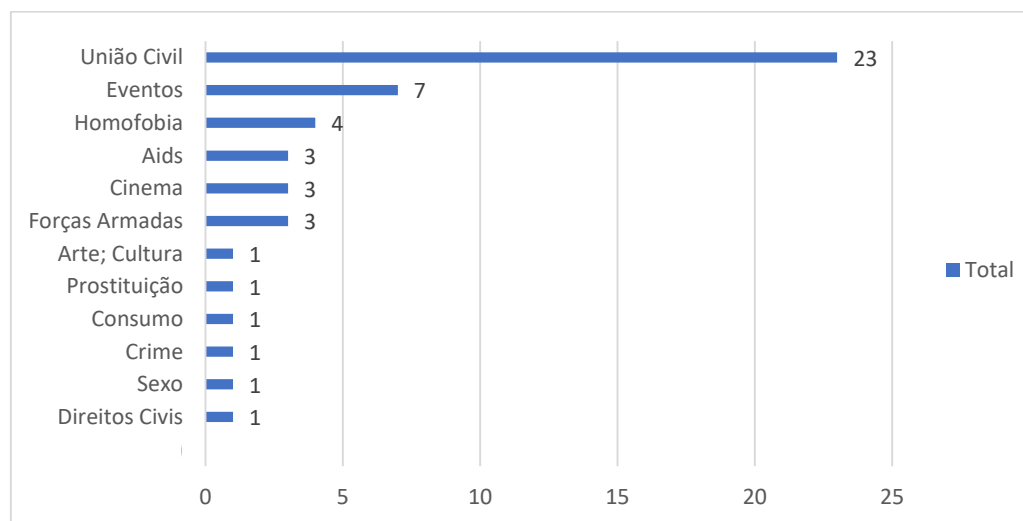
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 7: Anexos - Textos de 1997 divididos de acordo com a categoria “Assunto”.



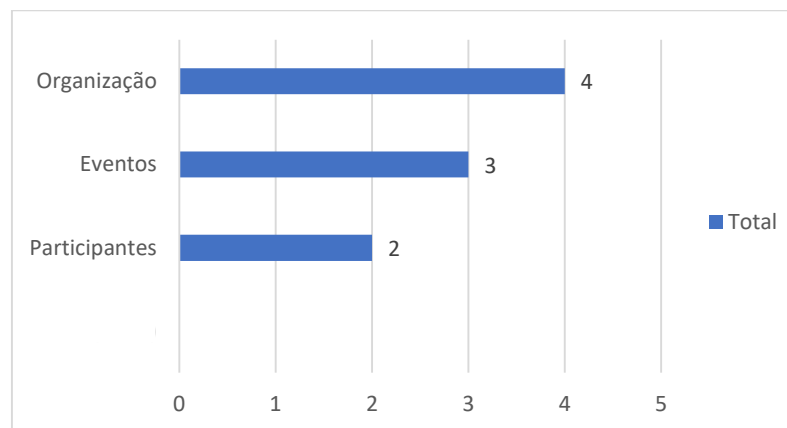
Fonte: elaborado pelo autor, 2020

Gráfico 8: Anexos - Textos de 1997 de assunto “Outro” divididos por temática.



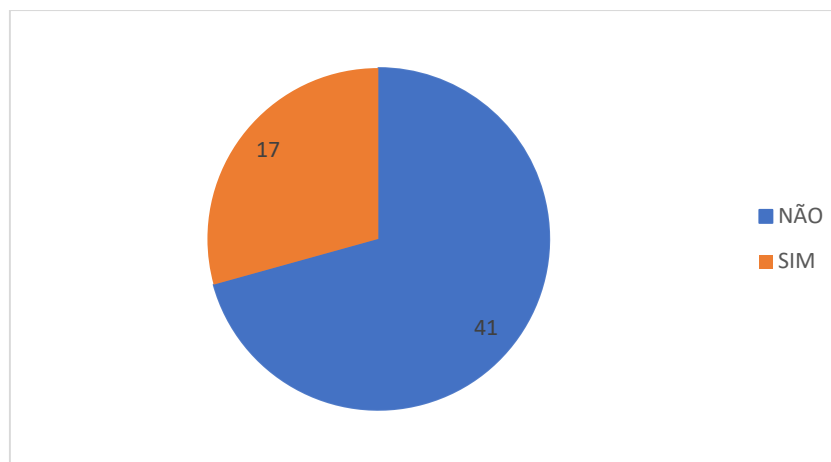
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 9: Anexos - Textos de 1997 de assunto “Parada” divididos por temática.



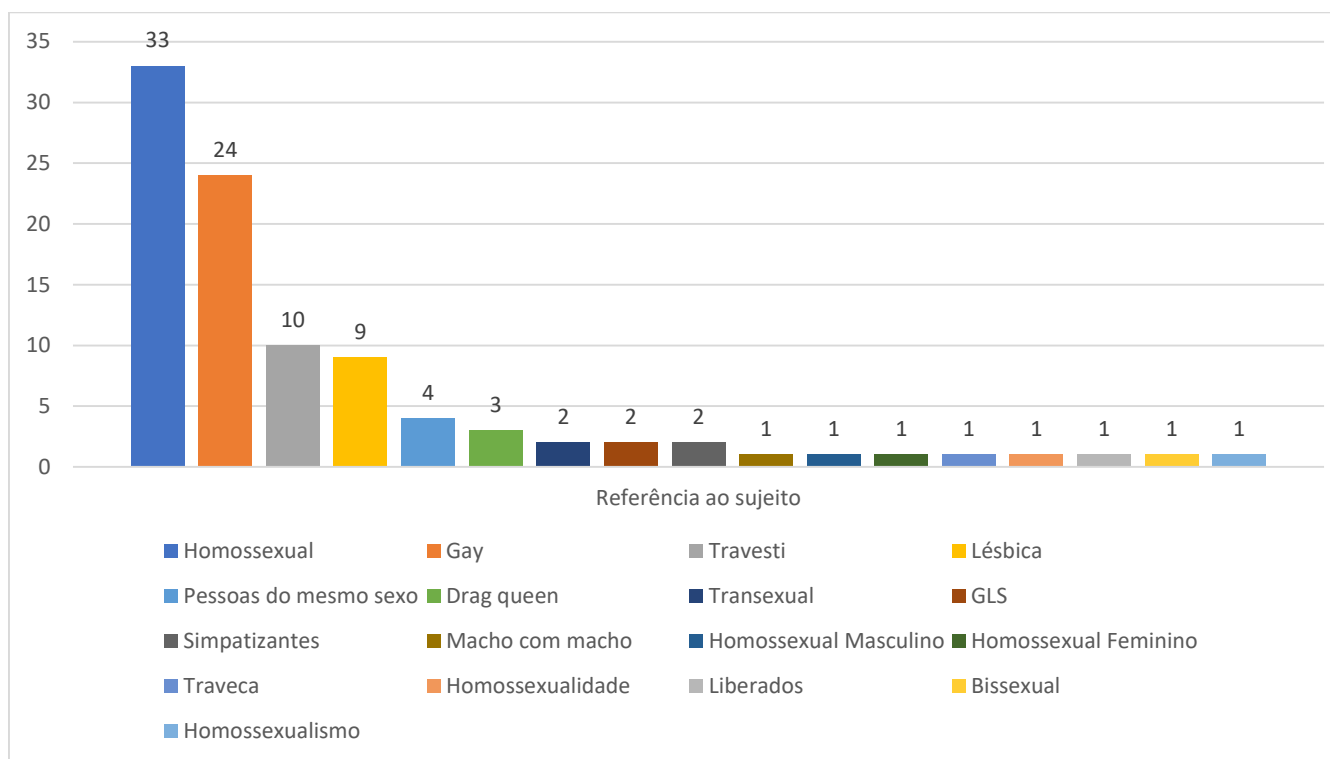
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 10: Anexos - textos de 1997 divididos de acordo com a presença ou ausência de fontes, onde “sim” indica a presença e “não” indica a ausência.



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 11: Anexos - Textos de 1997 divididos de acordo com a categoria “referência ao sujeito”.



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Quadro 29: Anexos - Divisão dos textos de acordo com data, título, assinatura, caderno, gênero, assunto, temática, referência ao sujeito e uso de fontes referente ao ano de 1998.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Temática	Referência ao sujeito	Fontes
21/06/1998	Alternativa	Não atribuído	Opinião	Opinativo	Outro	Esporte	Homens que gostam de homens; homossexuais	Não
21/06/1998	O palco globalizado	Lester Strong	Mais	Informativo	Outro	Arte; teatro	Gay; comunidade gay; homossexuais	Sim
21/06/1998	Homossexuais serão ordenados pastores	Aureliano Biancarelli	São Paulo	Informativo	Outro	Religião	Gay; homossexuais	Sim
21/06/1998	Precusores faziam culto em boate	Da reportagem local	São Paulo	Informativo	Outro	Religião	Gay; homossexuais	Sim
21/06/1998	Campinas é ponto de referência	Da reportagem local	São Paulo	Informativo	Outro	Religião	Homossexuais; travestis	Sim
21/06/1998	Bíblia é usada pró e contra gays	Da reportagem local	São Paulo	Informativo	Outro	Religião	Homossexuais; gays	Sim
22/06/1998	Religião	Não atribuído	Opinião	Opinativo	Outro	Religião	Homossexual	Não
22/06/1998	Entrelinhas	Joyce Pasowitch	Ilustrada	Opinativo	Outro	Aids	Gay	Não

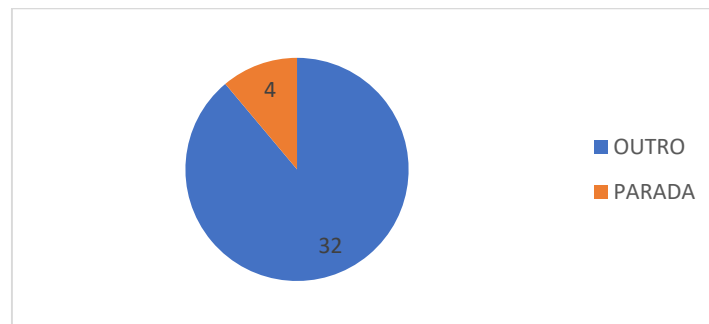
22/06/1998	Arte de NY chega ao Chelsea	Alessandra Blanco	Ilustrada	Utilitário	Outro	Consumo	Gay; GLS; barbies (musculosos)	Sim
22/06/1998	Selo gay começa mal	Freelance para a Folha	Folha teen	Opinativo	Outro	Música	Gay; GLS	Não
23/06/1998	Lei reduz idade para homossexualismo	Isabel Versiani	Mundo	Informativo	Outro	Legislação	Homossexuais; homens homossexuais	Sim
23/06/1998	França vota união civil	Rodrigo Amaral	Mundo	Informativo	Outro	União Civil	Homossexuais	Sim
24/06/1998	Erotismo e arte se unem na Taschen	Celso Fioravante	Ilustrada	Opinativo	Outro	Arte; literatura	Homossexuais; gays	Sim
24/06/1998	Músculos animam EUA	Da reportagem local	Ilustrada	Opinativo	Outro	Consumo	homossexual masculino; público gay	Não
24/06/1998	Autor quer preencher lacuna	Da reportagem local	Ilustrada	Opinativo	Outro	Consumo	Gay	Sim
25/06/1998	Sou homossexual e me orgulho disso	Maria Izabel da Silva	São Paulo	Opinativo	Parada	Movimento homossexual	Homossexual; lésbicas; travestis; transexuais; gays	Não
25/06/1998	Tribunal dos EUA podem pedir morte de brasileiro	Alessandra Blanco	São Paulo	Informativo	Outro	Violência	Homossexual	Não
26/06/1998	Lula se diz contrário a casamento gay e aborto	Não atribuído	Capa	Informativo	Outro	União Civil	Homossexual	Sim

26/06/1998	Lula diz ser contra aborto e casamento homossexual	Da sucursal do Rio	Brasil	Informativo	Outro	União Civil	Homossexuais	Sim
26/06/1998	“Concordo com Lula”, diz Marta	Da reportagem local	Brasil	Informativo	Outro	União Civil	Homossexuais	Sim
27/06/1998	Eu tenho sorte, diz voluntário de vacina	Alessandra Blanco	Mundo	Informativo	Outro	Aids	Homossexuais	Sim
27/06/1998	Entrelinhas	Joyce Pascowitch	Ilustrada	Opinativo	Parada	Personalidades	Gay	Não
27/06/1998	Objetividade tira força de “Meia Noite”	Cecília Sayad	Ilustrada	Opinativo	Outro	Arte; literatura	Homossexual	Não
28/06/1998	Cilada verbal	Washington Luiz de Araújo	Opinião	Opinativo	Outro	União Civil	Gay; homossexuais	Não
28/06/1998	Hoje tem parada	André Fischer	Revista	Opinativo	Parada	Dados	Gays; Lésbicas	Não
28/06/1998	A hora das cinderelas	Sven Thorgren	Revista	Opinativo	Outro	Consumo	Homossexuais	Não
29/06/1998	Capitais têm passeatas do dia do orgulho gay	Da reportagem local	São Paulo	Informativo	Parada	Dados	Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais; Homossexuais e simpatizantes	Não
29/06/1998	Som GLS	Tiago Moreira	Folha teen	Opinativo	Outro	Música	GLS	Não

02/07/1998	Homossexualismo	Cremilda Estella Teixeira	Opinião	Opinativo	Outro	Preconceito	Homossexual	Não
02/07/1998	Suplente de vereador acusa shopping de discriminação	Da Reportagem Local	Vale	Informativo	Outro	Preconceito	Homossexual	Sim
03/07/1998	Seleção Brasileira	Tom Zé	Opinião	Opinativo	Outro	Esporte	Homossexual	Não
03/07/1998	Lésbica dinamarquesa quer inseminação	Marcelo Starobinas	Mundo	Informativo	Outro	Família	Lésbicas; movimento homossexual	Sim
04/07/1998	Smith paga para evitar julgamento	Da redação	Ilustrada	Informativo	Outro	Assédio	Homossexual	Não
05/07/1998	Direito de prostitutas divide opiniões em Buenos Aires	Augusto Gazir	Mundo	Informativo	Outro	Prostituição	Transexual; travesti	Sim
05/07/1998	Água mole em pedra dura	André Fischer	Revista	Opinativo	Outro	Consumo	GLS; Gays e Lésbicas	Não
05/07/1998	A hora das cinderelas	Alex Silva, Maurício Lucca, Marco Antonio Mendo, Ricardo Luis P. Costa	Revista	Opinativo	Outro	Preconceito	Homossexuais	Não

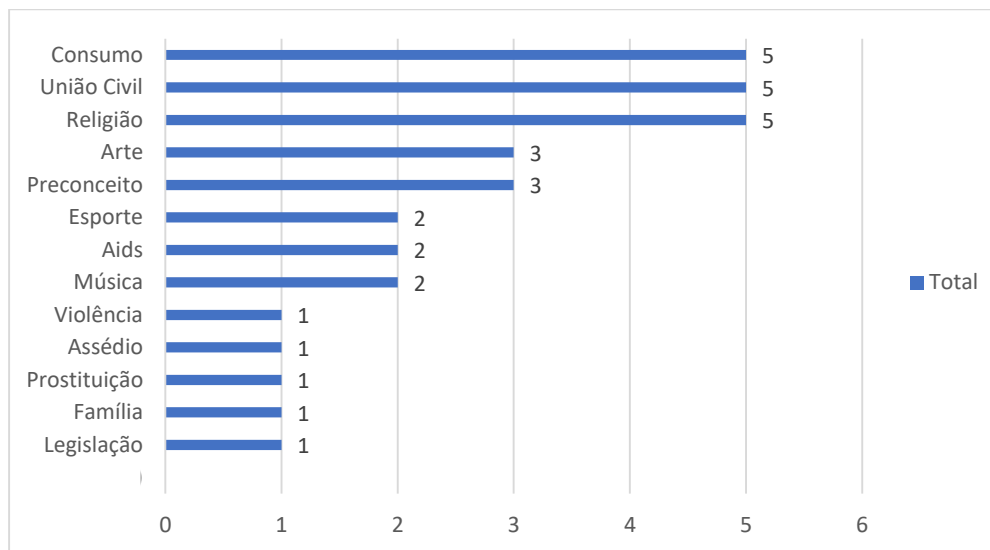
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 12: Anexos - Textos de 1998 divididos de acordo com a categoria “Assunto”.



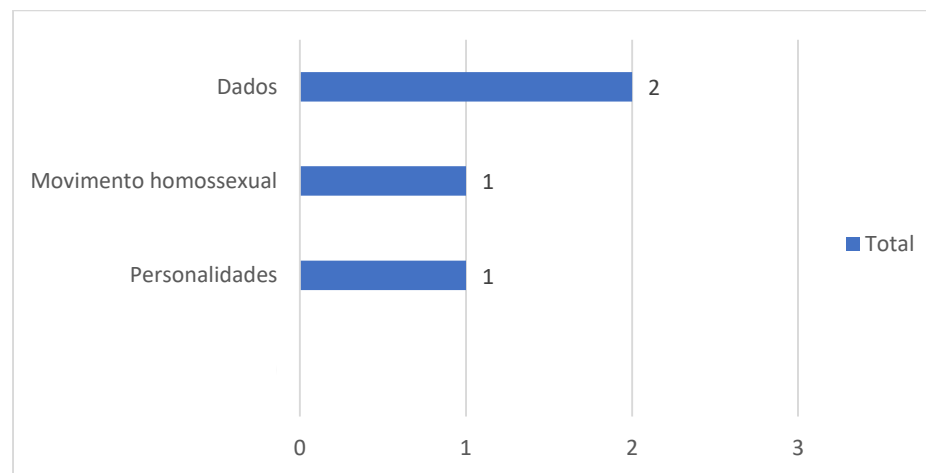
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 13: Anexos - Textos de 1998 de assunto “Outro” divididos por temática.



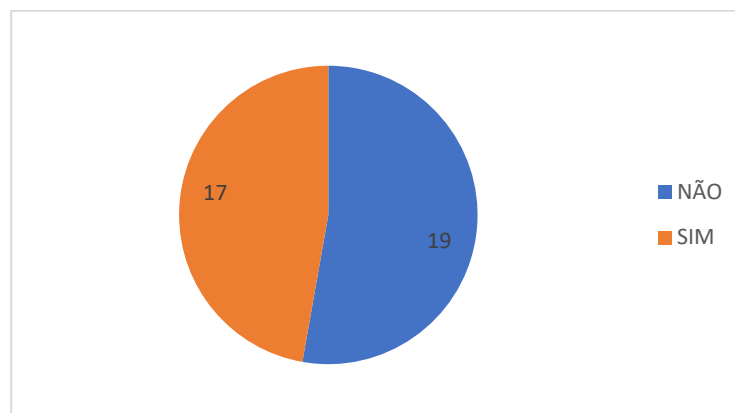
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 14: Anexos - textos de 1998 de assunto “Parada” divididos por temática.



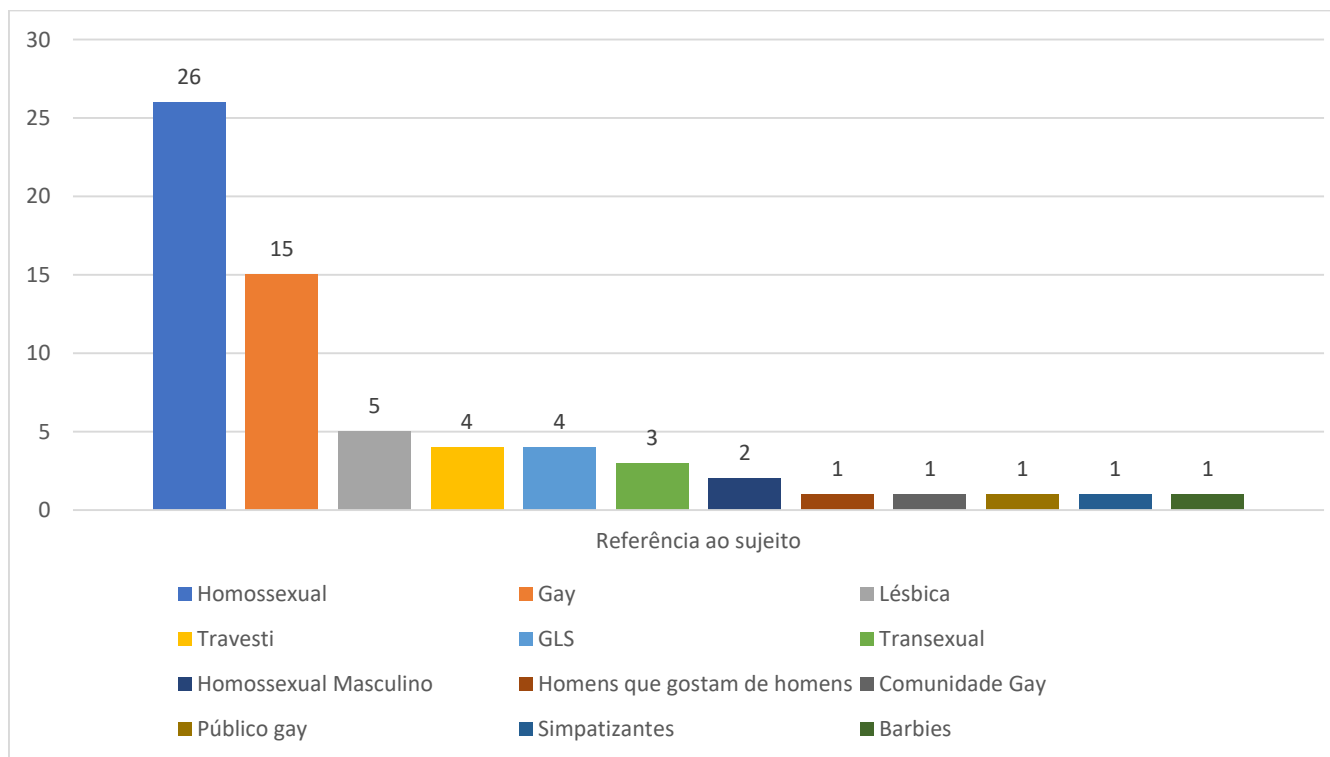
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 15: Anexos - Textos de 1998 divididos de acordo com a presença ou ausência de fontes, onde “sim” indica a presença e “não” indica a ausência.



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 16: Anexos - Textos de 1998 divididos de acordo com a categoria “referência ao sujeito”.



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Quadro 30: Anexos - Divisão dos textos de acordo com data, título, assinatura, caderno, gênero, assunto, temática, referência ao sujeito e uso de fontes referente ao ano de 2007.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Temática	Referência ao sujeito	Fontes
03/06/2007	Dolly vai à festa	Vange Leonel	Revista	Opinativo	Outro	Personalidades	Lésbicas	Não
05/06/2007	Arco-Íris	Ricardo Perone	Esporte	Informativo	Outro	Eventos	Gay	Não
05/06/2007	Noite Feliz	Mônica Bergamo	Ilustrada	Opinativo	Parada	Festas	Gays	Não
06/06/2007	Parada do Orgulho Gay terá patrocinadores pela primeira vez	Da reportagem local	Cotidiano	Informativo	Parada	Dinheiro	GLBT	Sim
06/06/2007	Festas gays animam semana da parada	Leandro Fortino	Ilustrada	Utilitário	Parada	Festas	Gays, GLS; público gay, GLBT, homossexual,	Não
07/06/2007	Feira Cultural começa hoje no Anhangabaú	Daniel Bergamasco	Cotidiano	Informativo	Parada	Arte	Gay, GLBT	Não
07/06/2007	Essa Coca é Fanta	Marcos Augusto Gonçalves	Ilustrada	Opinativo	Outro	Política	Gay	Não
07/06/2007	Salão	Daniel Castro	Ilustrada	Opinativo	Outro	Televisão	Gay	Não

07/06/2007	Feriado tem tom GLBT em São Paulo	Da redação	Turismo	Utilitário	Parada	Consumo	GLBT, gay, lésbica, transexualidade,	Não
08/06/2007	Panfleto para Parada Gay orienta como cheirar cocaína	Daniel Bergamasco	Cotidiano	Informativo	Parada	Drogas	GLBT; Gay	Sim
08/06/2007	Governo defende política de redução de danos a usuário	Da reportagem local	Cotidiano	Informativo	Parada	Drogas	GLBT	Sim
08/06/2007	Grife de moda praia mira em público gay	Dos enviados ao Rio	Ilustrada	Informativo	Outro	Consumo	Gay	Não
08/06/2007	Feriadão! I Love Cumbica!	José Simão	Ilustrada	Opinativo	Parada	Participantes	Biba, gay	Não
08/06/2007	11ª Edição pretende reunir mais de 3 milhões na Paulista	Marina Fuentes	Guia Folha	Utilitário	Parada	Organização	GLBT, gay, lésbica, transexualidade,	Não
08/06/2007	Parque reserva dia para público gay	Marina Fuentes	Guia Folha	Utilitário	Parada	Festas	Gay	Não
09/06/2007	Drogas	Eduardo Barbosa	Opinião	Opinativo	Parada	Drogas	GLBT	Não
09/06/2007	Redução de danos	Bruno Ramos Gomes	Opinião	Opinativo	Parada	Drogas	Gays, lésbicas, transexuais	Não
09/06/2007	Parada Gay suspende entrega de panfleto	Daniel Bergamasco	Cotidiano	Informativo	Parada	Drogas	GLBT	Sim

09/06/2007	Masp fecha amanhã por conta da Parada Gay	Não atribuído	Ilustrada	Informativo	Parada	Arte	GLBT	Não
09/06/2007	Buamba! Tornozeleiras Paris Hilton	José Simão	Ilustrada	Opinativo	Parada	Participantes	Biba, gay	Não
10/06/2007	Parada Gay	Não atribuído	Capa	Informativo	Parada	Consumo	Gays	Não
10/06/2007	Diversidade	Não atribuído	Capa	Informativo	Outro	Eventos	Gays e lésbicas	Não
10/06/2007	Parada Gay aquece mercado de luxo	Daniel Bergamasco	Cotidiano	Informativo	Parada	Consumo	GLBT, gays	Sim
10/06/2007	Estrangeiros gastam o dobro em São Paulo	Da reportagem local	Cotidiano	Informativo	Parada	Consumo	GLBT	Não
10/06/2007	Teste comparativo avalia pagode lésbico e frenesi gay	Paulo Sampaio	Cotidiano	Informativo	Outro	Eventos	Gay, lésbicas, bicha, sapatão	Sim
10/06/2007	É hoje! Parada do Borbulho Gay!	José Simão	Ilustrada	Opinativo	Parada	Participantes	Gay; lésbicas	Não
10/06/2007	Mercado gay no Brasil é muito pouco explorado, diz InSearch	Guilherme Barros	Dinheiro	Informativo	Outro	Consumo	Gays	Sim
10/06/2007	Segmento ainda é mal explorado por empresas	Colaboração para a Folha	Negócios	Informativo	Outro	Consumo	GLS, gay	Sim

10/06/2007	Cresce procura por agência de turismo especializada no país	Colaboração para a Folha	Negócios	Informativo	Outro	Consumo	GLBT, GLS	Sim
10/06/2007	Editora busca equilíbrio financeiro	Colaboração para a Folha	Negócios	Informativo	Outro	Consumo	GLS	Sim
10/06/2007	A homossexualidade	Não atribuído	Folha Mais	Utilitário	Outro	Arte	Homossexualidade, homossexuais	Não
10/06/2007	4 coisas que você não sabia sobre a Primeira Parada do Orgulho LGBT	Paula Bosi	Revista	Informativo	Parada	História	Gay	Não
10/06/2007	Que parada é essa?	Gustavo Fioratti	Revista	Diversional	Parada	Moda	GLBT, gay, lésbica, transgênero e bissexual	Não
10/06/2007	Clichês	Rosinha	Revista	Opinativo	Parada	Política	Gay	Não
11/06/2007	Parada Gay em São Paulo tem público recorde	Não atribuído	Capa	Informativo	Parada	Números	Gay	Não
11/06/2007	Drag de pele negra	Nelson de Sá	Brasil	Opinativo	Parada	Organização	Gay	Não
11/06/2007	Parada Gay cresce; diversão e problemas, também	Daniel Bergamasco e Daniela Tófoli	Cotidiano	Informativo	Parada	Organização	Gay	Sim
11/06/2007	“Nunca vi tanta gente feia”, dizem habitués	Paulo Sampaio	Cotidiano	Informativo	Parada	Participantes	Gay, GLBT	Sim

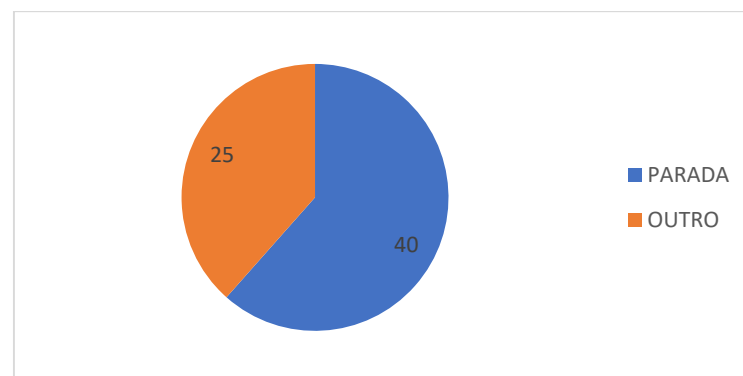
11/06/2007	Organizadores do evento pedem apoio ao projeto que criminaliza a homofobia	Da reportagem local	Cotidiano	Informativo	Parada	Homofobia	Gay, GLBT	Sim
12/06/2007	O país dos milhões	Eliane Castanhêda	Opinião	Opinativo	Parada	Política	Gay	Não
12/06/2007	Parada Gay	Mário Rudolf	Opinião	Opinativo	Parada	Religião	Homossexuais	Não
12/06/2007	Parada Gay	Liduína Bezerra de Souza	Opinião	Opinativo	Parada	Organização	Gay	Não
12/06/2007	Parada Gay	Adelpho Ubaldo Longo	Opinião	Opinativo	Parada	Números	Gay	Não
12/06/2007	Polícia apura se francês foi alvo de homofobia	André Caramante e Daniel Bergamasco	Cotidiano	Informativo	Parada	Homofobia	Homossexuais, gay	Sim
12/06/2007	Parada registra 50 casos de furtos e roubos	Da reportagem local	Cotidiano	Informativo	Parada	Organização	GLBT	Não
12/06/2007	TeleFurto	Mônica Bérnago	Ilustrada	Opinativo	Parada	Organização	Sem referência	Não
12/06/2007	Gente da moda	Mônica Bérnago	Ilustrada	Opinativo	Parada	Política	Gay	Sim
12/06/2007	Musical sobre sexo e aborto leva 8 tons	Da reportagem local	Ilustrada	Informativo	Outro	Arte	Homossexualidade	Não

12/06/2007	É hoje! Namorado tem que dar duro	José Simão	Ilustrada	Opinativo	Parada	Participantes	Gay, biba, GLS	Não
13/06/2007	Testemunhas da morte do francês dão depoimento	André Caramante	Cotidiano	Informativo	Parada	Homofobia	Homossexuais, gay	Sim
14/06/2007	Irmão de francês lamenta por brasileiros	Luisa Alcantara e Silva Daniel Bergamasco	Cotidiano	Informativo	Parada	Homofobia	Gay	Sim
14/06/2007	Amor secreto	Mônica Bérغامo	Ilustrada	Opinativo	Outro	Comportamento	Homossexualidade, gay	Não
14/06/2007	Exclusividade	Mônica Bérغامo	Ilustrada	Opinativo	Outro	Comportamento	Homossexualidade, gay	Não
14/06/2007	Ueba! Irmão de Lula é burrista	José Simão	Ilustrada	Opinativo	Parada	Eventos	Gay, bissexual	Não
14/06/2007	Correio (chapéu)	Gabriela S. Barbosa	Equilíbrio	Opinativo	Outro	Educação	Homossexual	Não
15/06/2007	Juiz proíbe menores em parada gay no interior de São Paulo	José Eduardo Rondon	Cotidiano	Informativo	Outro	Eventos	Gay, GLBT	Sim
16/06/2007	Colômbia reconhece direitos de casais gays	Da redação	Mundo	Informativo	Outro	Direitos	Gays, homossexuais	Sim
16/06/2007	Babel se inspira em drags e travestis, diz atriz sobre seu personagem na novela	Eva Joory	Cotidiano	Informativo	Outro	Televisão	Drag e travestis	Sim

16/06/2007	Escola pergunta se aluno é homossexual	Daniela Tófoli Afra Balazina	Cotidiano	Informativo	Outro	Educação	Homossexual	Sim
16/06/2007	Intenção não foi chocar, afirma pedagoga	Da reportagem local	Cotidiano	Informativo	Outro	Educação	Homossexual	Sim
16/06/2007	Aluna diz que ‘galera levou teste na brincadeira	Da reportagem local	Cotidiano	Informativo	Outro	Educação	Homossexual	Sim
17/06/2007	A volta do chutômetro	Mario Magalhães	Brasil	Opinativo	Parada	Números	Gay	Não
17/06/2007	Um assunto de homens	Pedro Paulo A. Funari	Mais!	Opinativo	Outro	História	Homossexualidade	Não
17/06/2007	Deboche contra mitos	Não atribuído	Revista	Opinativo	Outro	Sexualidade	Gays, bibas	Não
17/06/2007	Tanta bicha na moda	Vitor Angelo	Revista	Opinativo	Outro	Consumo	Gays, bibas, homossexuais	Não

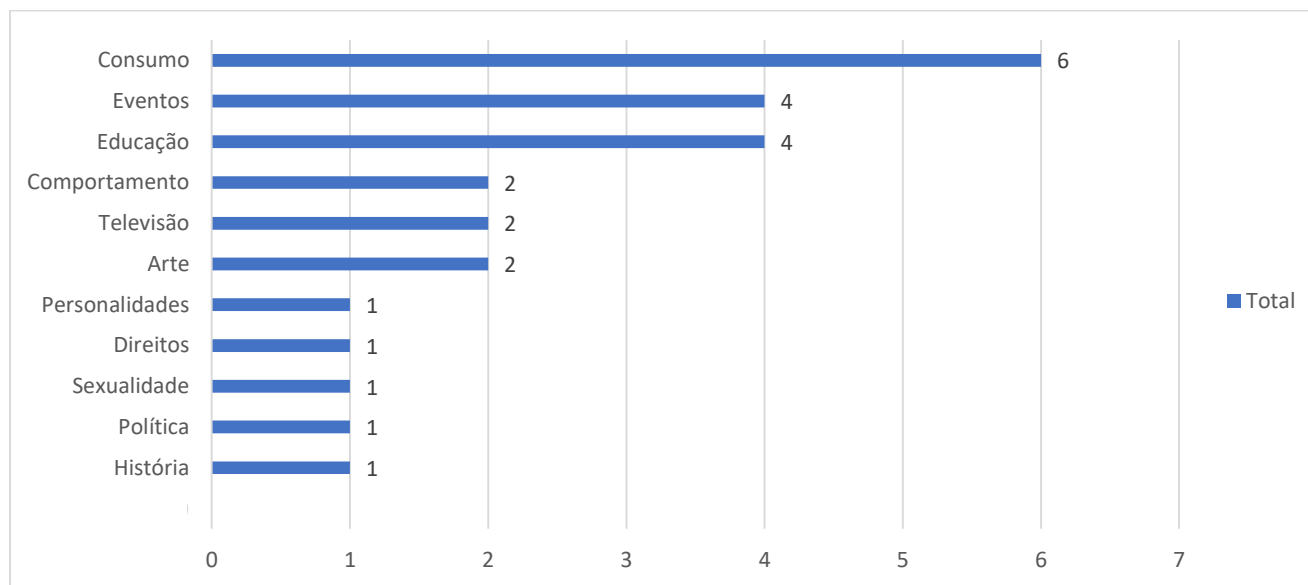
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 17: Anexos - textos de 2007 divididos de acordo com a categoria “Assunto”.



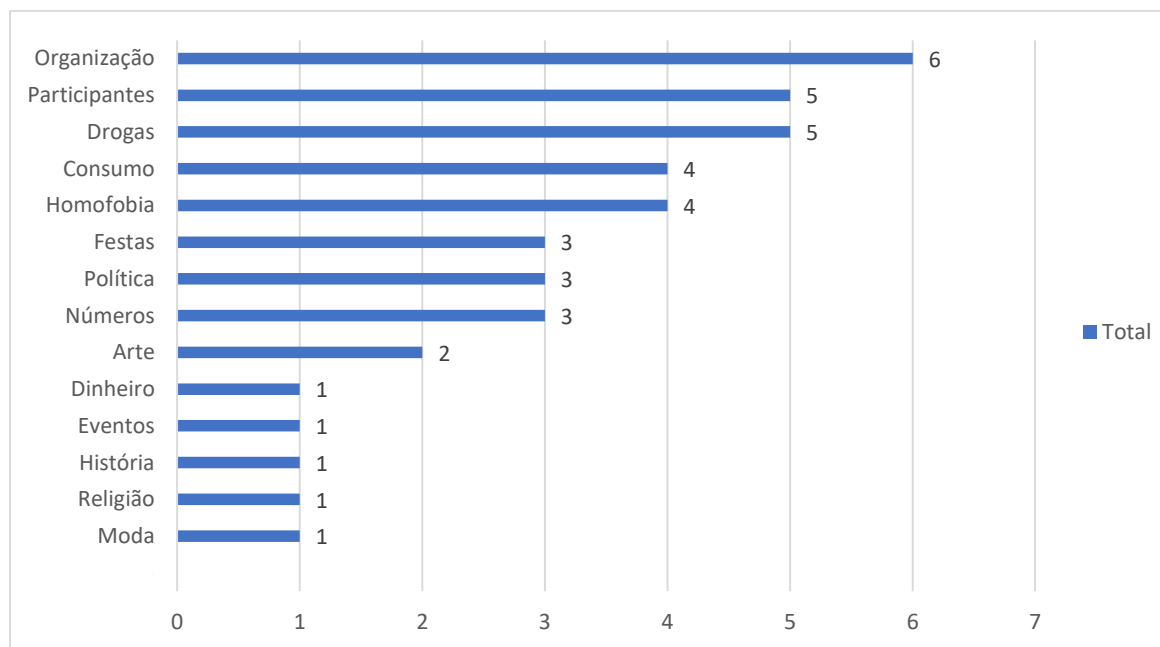
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 18: Anexos - textos de 2007 de assunto “Outro” divididos por temática.



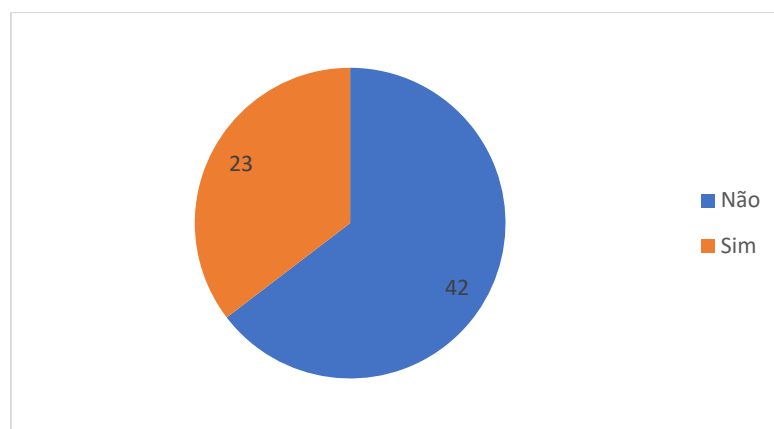
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 19: Anexos - textos de 2007 de assunto “Parada” divididos por temática.



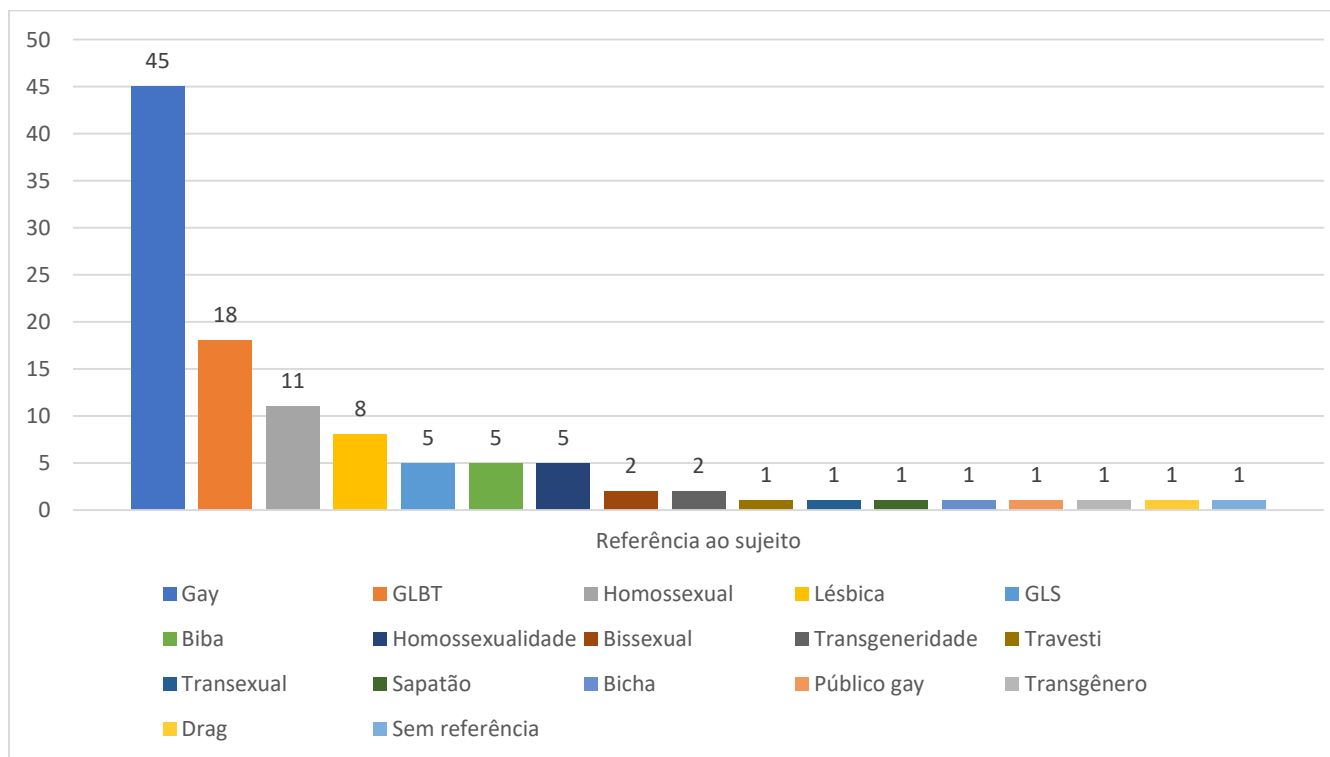
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 20: Anexos - textos de 2007 divididos de acordo com a presença ou ausência de fonte, onde “sim” indica a presença e “não” indica a ausência.



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 21: Anexos - textos de 2007 divididos de acordo com a categoria “referência ao sujeito”.



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Quadro 31: Anexos - Divisão dos textos de acordo com data, título, assinatura, caderno, gênero, assunto, temática, referência ao sujeito e uso de fontes referente ao ano de 2008.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Temática	Referência ao sujeito	Fontes
18/05/2008	Buembá! Parálitica não correu do Coelho!	José Simão	Ilustrada	Opinativo	Outro	Travesti	Travesti, traveco	Não
18/05/2008	Bom atendimento ao público GLBT é tema de programa	Igor Giannasi	Negócios	Informativo	Parada	Consumo	GLBT, GLS, gay, homossexual	Sim
18/05/2008	Fecomercio fará pesquisa em evento da Parada	Colaboração para a Folha	Negócios	Informativo	Parada	Consumo	GLBT	Não
18/05/2008	Estupro corretivo	Vange Leonel	Revista	Opinativo	Outro	Homofobia	Homossexual, gay, lésbica	Não
18/05/2008	Parada sem balada	Leandro Nomura	Revista	Utilitário	Parada	Eventos	GLBT, gay	Não
19/05/2008	Mutação Sexual	Daniel Castro	Ilustrada	Opinativo	Outro	Televisão	Gay, homossexual	Não
20/05/2008	Com show de drags, filha de Raúl promove jornada gay em Cuba	Da redação	Mundo	Informativo	Outro	Eventos	Gay, homossexual, transformistas	Sim

21/05/2008	Associação adverte sobre trajes 'ousados'	Colaboração para a Folha	Cotidiano	Informativo	Parada	Organização	GLBT, lésbicas, bissexuais	Sim
21/05/2008	Travesti é denunciado por promotor	Da Folha Online	Esporte	Informativo	Outro	Travesti	O travesti	Sim
21/05/2008	Tom Ford defende Obama e união civil gay	Vivian Whiteman	Ilustrada	Informativo	Outro	União Civil; Direitos	Gay, homossexual	Sim
22/05/2008	Bundas e peitos	Keneth Maxwell	Opinião	Opinativo	Outro	Crime	Gay	Não
22/05/2008	Parada Gay altera tráfego na região da Avenida Paulista	Da redação	Cotidiano	Informativo	Parada	Organização	Gay	Não
22/05/2008	Curto-Circuito (chapéu)	Diógenes Campanha e Débora Bergamasco	Ilustrada	Utilitário	Outro	Eventos	Gay	Não
22/05/2008	Factóide	Daniel Castro	Ilustrada	Opinativo	Outro	Televisão	Gay	Não
22/05/2008	Sexo seguro! Faça sexo com o segurança	José Simão	Ilustrada	Opinativo	Parada	Participantes	Travesti, biba	Não
23/05/2008	8ª edição da feira GLBT faz o 'aquecimento' para a Parada, no domingo	Cristina Luckner	Cotidiano	Informativo	Parada	Eventos	Travestis, gays, GLBT, os travestis	Sim

23/05/2008	Buembá! Feriadão do Borbulho Gay!	José Simão	Ilustrada	Opinativo	Parada	Participantes	Gay, biba	Não
23/05/2008	70 opções para o fim de semana da parada	Juliana Nadin e Maria Eugênia de Menezes	Guia	Utilitário	Parada	Eventos	Gay	Não
23/05/2008	Evento deste ano investe em segurança	Juliana Nadin e Maria Eugênia de Menezes	Guia	Utilitário	Parada	Organização	GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e trangêneros)	Não
24/05/2008	Arco-Íris	Guilherme Barros	Dinheiro	Informativo	Parada	Consumo	Público gay, GLTB	Não
24/05/2008	Parada é pretexto de turista para cinco noites de balada	William Vieira	Cotidiano	Informativo	Parada	Festas	Gay, GLBT	Sim
24/05/2008	Às quartas, rua no subúrbio no Rio fecha para abrigar festa GLS	Paulo Sampaio	Cotidiano	Informativo	Outro	Eventos	GLS, gay, lésbica	Sim
24/05/2008	Casamento Gay	Não atribuído	Corrida	Informativo	Outro	União Civil	Gay	Não
24/05/2008	Com 50 anos de carreira, Borghi mostra dark side	Lucas Neves	Ilustrada	Opinativo	Outro	Teatro e sexualidade	Travesti, transexual	Sim
25/05/2008	Veja ensaio da top Fernanda Motta com roupas das	Não atribuído	Capa	Informativo	Outro	Consumo	Travesti	Não

	lojas preferidas de travestis e garotas de programa da rua Augusta							
25/05/2008	Em sua 12ª edição, Parada Gay fica mais globalizada	Vinícius Queiroz Galvão	Cotidiano	Informativo	Parada	Organização	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, simpatizantes	Sim
25/05/2008	‘Clandestinas’ vão receber homenagem	Da reportagem Local	Cotidiano	Informativo	Parada	Eventos	Gays	Sim
25/05/2008	Ex-sacoleira no Paraguai, drag queen cria personagem vestido com bugigangas	Colaboração para a Folha	Cotidiano	Informativo	Parada	Participantes	Gay, homossexualidade	Sim
25/05/2008	‘Eu faria isso pelo resto da minha vida’	Teté Ribeiro	Ilustrada	Informativo	Outro	Televisão	Gay	Sim
25/05/2008	‘Tirei o folhetim de camisa-de-força’	Lucas Neves	Ilustrada	Informativo	Outro	Televisão	Gay	Sim
25/05/2008	‘Estupro corretivo’	Luiz Mott	Revista	Opinativo	Outro	Homofobia	LGBT	Não
25/05/2008	Fetiche fashion	Não atribuído	Revista	Diversional	Outro	Consumo	Travestis, transexuais	Sim
25/05/2008	12X Poly	Gustavo Fioratti	Revista	Diversional	Parada	Participantes	Gay	Sim

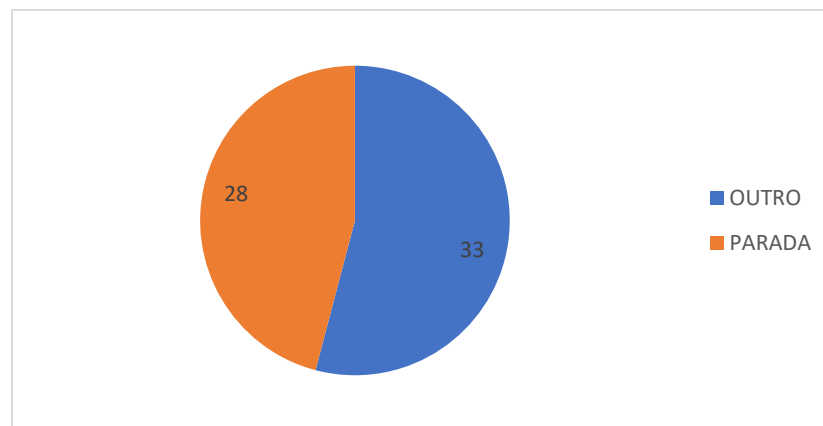
25/05/2008	Deboche e preconceito	Vitor Angelo	Revista	Opinativo	Outro	Homofobia	Gay, bibas, viado	Não
25/05/2008	Para ir antes ou depois da Parada	Evandro Santo	Revista	Utilitário	Parada	Consumo	Bicha, gay	Não
26/05/2008	Arco-Íris na Paulista	Não atribuído	Capa	Informativo	Parada	Organização	Gay	Não
26/05/2008	Parada Gay perde em glitter e ganha em diversidade	Laura Capriglione e Roberto de Oliveira	Cotidiano	Informativo	Parada	Organização	Travesti, lésbica, gay	Sim
26/05/2008	No país, combate à homofobia tem pouco apoio legal	Da reportagem local	Cotidiano	Informativo	Outro	Homofobia	Homossexuais, GLBT, travestis	Não
26/05/2008	Direção da Parada Gay barra carro de central sindical	Daniela Arrais Luis Kawaguti	Cotidiano	Informativo	Parada	Organização	Gay, GLBT	Sim
26/05/2008	Homem é atropelado por trio elétrico na consolação	Roberto de Oliveira e Daniela Arrais	Cotidiano	Informativo	Parada	Organização	Sem referência	Sim
26/05/2008	Exportação	Daniel Castro	Ilustrada	Opinativo	Outro	Televisão	Gay	Não
26/05/2008	Sem certou ou errado	Gabriela Romeu	Folhateen	Opinativo	Outro	Teatro e sexualidade	Homossexual, gay	Sim

27/05/2008	Ferido na Parada Gay tem a perna esquerda amputada	Do “Agora”	Cotidiano	Informativo	Parada	Organização	Gay	Não
27/05/2008	Ferveção	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Outro	Eventos	Gay	Não
27/05/2008	Globo recua e grava beijo gay de Duas Caras	Daniel Castro	Ilustrada	Opinativo	Outro	Televisão	Gay	Não
27/05/2008	Parada Gay! Marta é dragão queen!	José Simão	Ilustrada	Opinativo	Parada	Participantes	Traveca, biba, boiola, gay, viado, lésbica, travesti	Não
29/05/2008	Outro orgulho	Nelson de Sá	Brasil	Opinativo	Parada	Eventos	GLBT	Não
29/05/2008	Parada Gay de SP é excluída de lista de recordes do ‘Guinness’	Sérgio Ripardo	Cotidiano	Informativo	Parada	Organização	GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros)	Não
29/05/2008	Nunca fui gay	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Outro	Sexualidade	Gay	Sim
29/05/2008	Sem beijo 1; Sem beijo 2 e Sem Beijo 3	Daniel Castro	Ilustrada	Opinativo	Outro	Televisão	Gay	Não
30/05/2008	NY validará união gay em outro estado	Não atribuído	Mundo	Informativo	Outro	União Civil; Direitos	Homossexual, gay	Não
30/05/2008	Ele vai voltar	Daniel Castro	Ilustrada	Opinativo	Outro	Televisão	Dois homens	Sim

30/05/2008	Ueba! Beijo gay abala 'Duas Varas'!	José Simão	Ilustrada	Opinativo	Outro	Televisão	Gay	Não
01/06/2008	Boneca de pano	Guilherme Barros	Dinheiro	Informativo	Parada	Consumo	Gay	Não
01/06/2008	Cuba la madre que me parió	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Outro	Teatro e sexualidade	Transexual, gay, bichinha, travestis	Sim
01/06/2008	Livro revira sexualidade e religião de Tom Cruise	Eduardo Simões	Ilustrada	Informativo	Outro	Sexualidade	Gay, homossexual	Sim
01/06/2008	Homossexual não pode competir no país	Eduardo Ohata	Pequim 2008	Informativo	Outro	Esporte	Homossexual	Não
01/06/2008	Deboche e preconceito	Beto Brandão	Revista	Opinativo	Outro	Homofobia	Bichona	Não
01/06/2008	Tapa o quê?	Fernando Paixão e Danilo Verpa	Revista	Opinativo	Parada	Participantes	GLBT	Não
01/06/2008	Avenida feminista	Vange Leonel	Revista	Opinativo	Parada	Eventos	Lésbicas e bissexuais	Não
01/06/2008	A sete palmos	Barbara Gancia	Revista	Opinativo	Outro	Televisão	Gay	Não

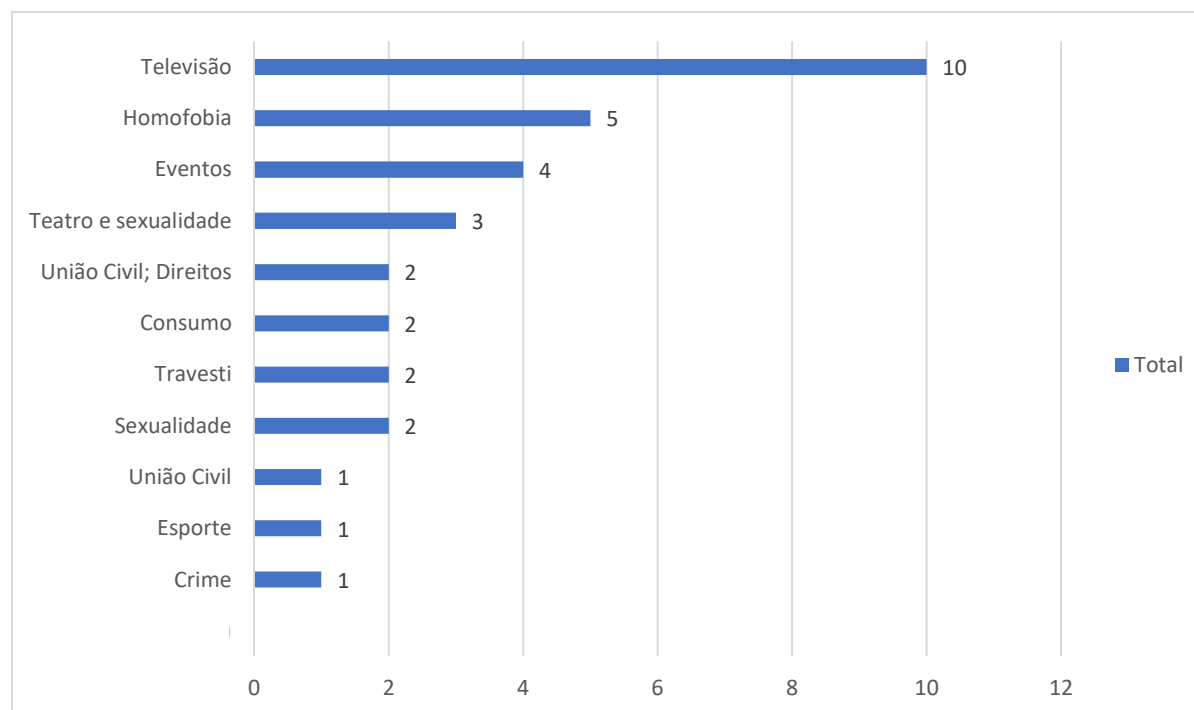
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 22: Anexos - textos de 2008 divididos de acordo com a categoria “Assunto”.



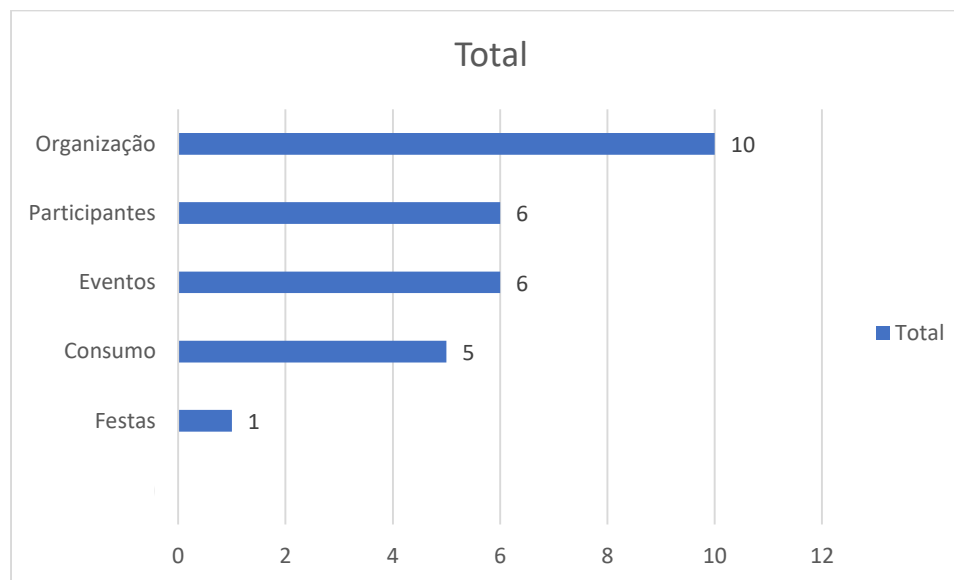
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 23: Anexos - textos de 2008 de assunto “Outro” divididos por temática.



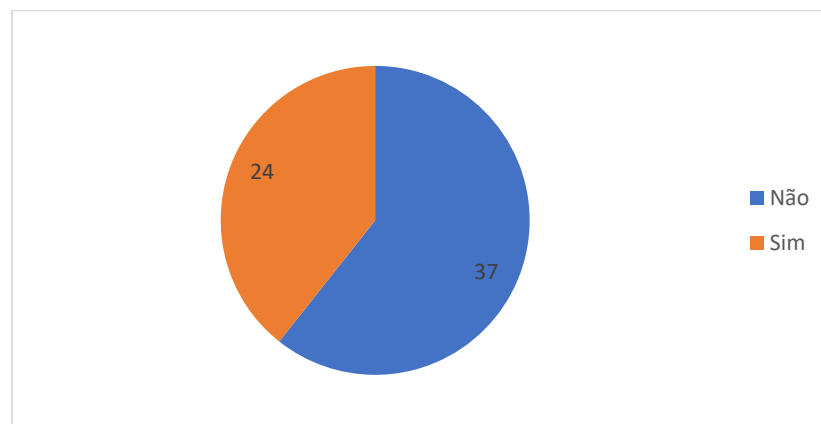
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 24: Anexos - textos de 2008 de assunto “Parada” divididos por temática.



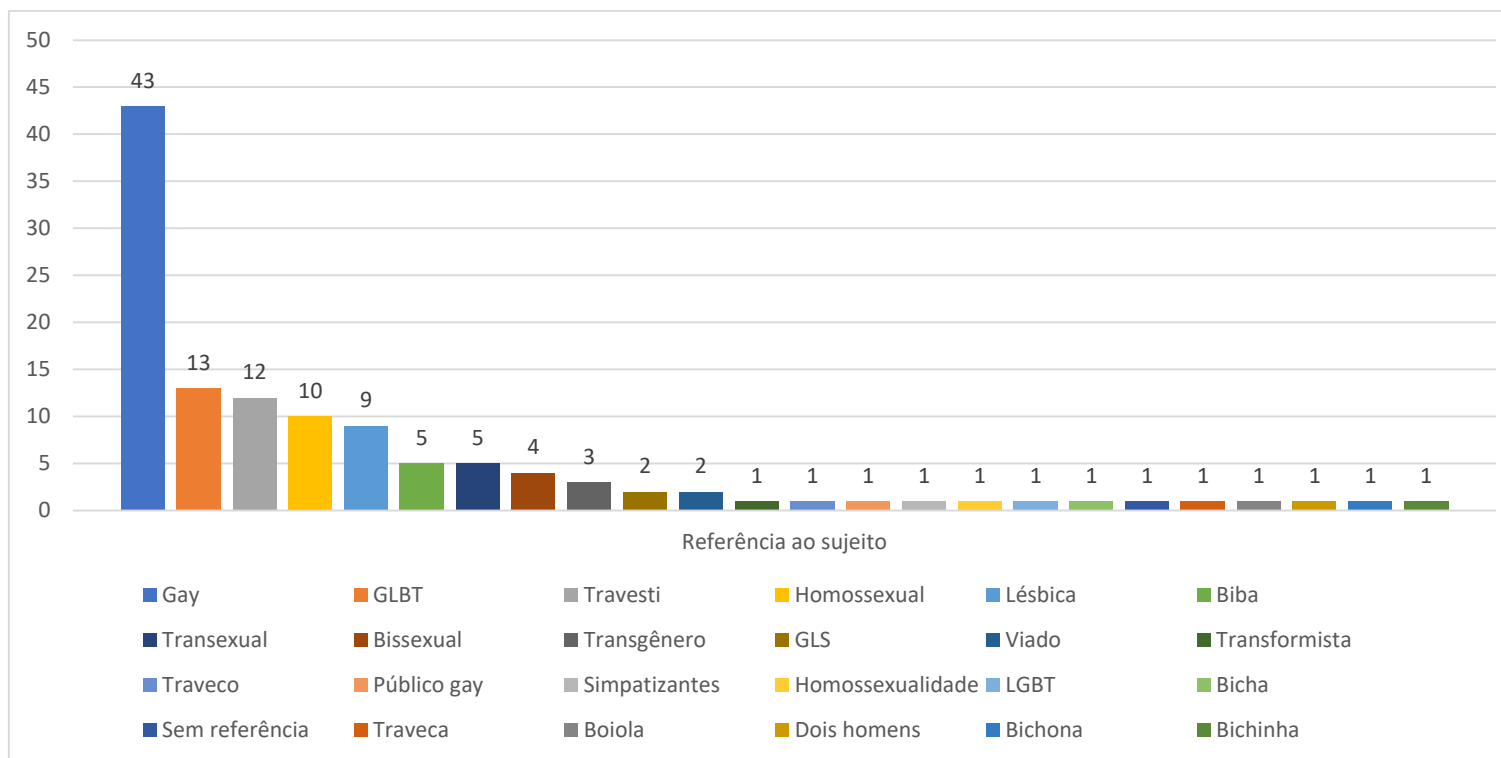
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 25: Anexos - textos de 2008 divididos de acordo com a presença ou ausência de fontes, onde “sim” indica a presença e “não” indica a ausência.



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 26: Anexos - textos de 2008 divididos de acordo com a categoria “referência ao sujeito”.



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Quadro 32: Anexos - Divisão dos textos de acordo com data, título, assinatura, caderno, gênero, assunto, temática, referência ao sujeito e uso de fontes referente ao ano de 2016.

Data	Título	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Temática	Referência ao sujeito	Fontes
22/05/2016	Mil e uma noites	Silas Martí	Ilustrada	Informativo	Outro	Cinema	Transformista, bicha, drag queen	Sim
22/05/2016	Britânica interpreta Jesus transexual em monólogo	Maria Luísa Barsanelli	Ilustrada	Opinativo	Outro	Teatro e Sexualidade	Transexual	Sim
22/05/2016	Quatro atores vivem dois cônjuges em um musical sem gênero	Gustavo Fioratti	Ilustrada	Opinativo	Outro	Teatro e Sexualidade	Gay	Não
22/05/2016	Uma amizade transformadora	Liliane Rebelo	Ilustríssima	Diversional	Outro	Teatro e Sexualidade	Transexual, LGBT	Não
23/05/2016	Vai, com jeito vai	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Parada	Participantes	Gay	Não
24/05/2016	Na folhinha	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Parada	Organização	Gay, transexuais, travestis	Não
24/05/2016	Mais pudor, Mais pudor 2, Mais pudor 3	Silas Martí	Ilustrada	Opinativo	Outro	Eventos	LGBT	Não

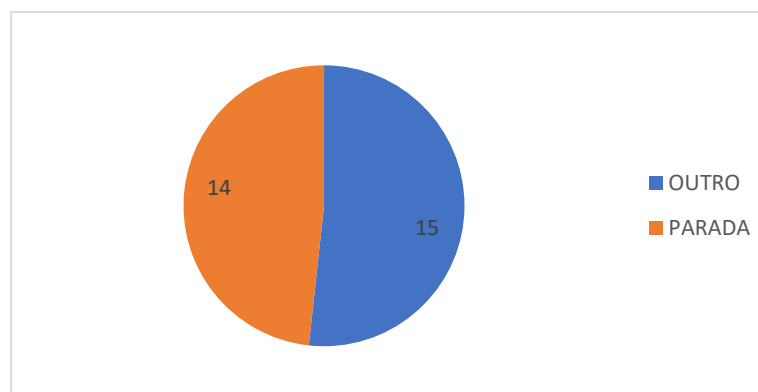
25/05/2016	Haddad inclui Parada Gay no calendário oficial de SP	Guilherme Brendler	Cotidiano	Informativo	Parada	Organização	Gay, transexual	Sim
25/05/2016	Junto e misturado	Mônica Bérqamo	Ilustrada	Opinativo	Parada	Política	Gay, LGBT	Não
26/05/2016	Estados processam Casa Branca por transgêneros	Das Agências de Notícias	Mundo	Informativo	Outro	Direitos	Transgêneros	Não
27/05/2016	Parada do Orgulho LGBT faz 20 anos veja destaques do evento em SP	Não atribuído	CAPA	Informativo	Parada	Organização	LGBT	Não
27/05/2016	Lista de chamada, Agora é assim, Agora é assim 2	Mônica Bérqamo	Ilustrada	Opinativo	Outro	Direitos	Transgêneros, transexuais e travestis	Não
27/05/2016	Papo no Arouche	Mônica Bérqamo	Ilustrada	Opinativo	Parada	Eventos	LGBT, Gay, travestis e transexuais	Não
27/05/2016	Hora de transcender	Mariana Agunzi e Mariana Marinho	Guia	Utilitário	Parada	Eventos	Travestis, transexuais e transgêneros, LGBT,	Sim
27/05/2016	Rapper apresenta primeiro disco de sua carreira	Não atribuído	Guia	Opinativo	Outro	Música	Queer, gay	Sim
28/05/2016	Parada Gay! Corpus Alegres!	José Simão	Ilustrada	Opinativo	Parada	Participantes	Biba, Gay,	Não
29/05/2016	Parada Gay faz 20 anos e quer evitar protestos em trios	Não atribuído	CAPA	Informativo	Parada	Protestos	LGBT	Não

29/05/2016	Parada LGBT tenta evitar protestos em trios	Guilherme Brendler	Cotidiano	Informativo	Parada	Protestos	LGBT, transexuais	Sim
30/05/2016	Parada gay é marcada por protestos contra Michel Temer	Não atribuído	CAPA	Informativo	Parada	Protestos	Gay, travestis, transexuais e transgêneros	Não
30/05/2016	Parada LGBT de São Paulo tem faixas e gritos de 'Fora Temer'	De São Paulo e Da Editoria de treinamento	Cotidiano	Informativo	Parada	Protestos	LGBT, transexuais, travestis e transgêneros	Sim
30/05/2016	Pela Primeira vez desde 2013, Haddad não comparece	De São Paulo e Da Editoria de treinamento	Cotidiano	Informativo	Parada	Participantes	LGBT	Não
30/05/2016	Como fazer	Mônica Bérqamo	Ilustrada	Opinativo	Outro	Drogas	Transexual e travesti	Não
31/05/2016	Vista colorida	Mônica Bérqamo	Ilustrada	Opinativo	Parada	Participantes	Gay	Não
03/06/2016	Putarquia! Príncipe Gay Charles	José Simão	Ilustrada	Opinativo	Outro	Sexualidade	Gay, biba	Não
04/06/2016	Brigada militar gaúcha autoriza soldado gay a casar de farda	Paula Sperb	Cotidiano	Informativo	Outro	Direitos	Gay, homossexual	Sim
04/06/2016	Solado será primeiro gay a casar de farda no RS	Não atribuído	Corrida	Informativo	Outro	Direitos	Gay	Sim
04/06/2016	Futebol é coisa de viado	Mariliz Pereira Jorge	Esporte	Opinativo	Outro	Homofobia	Gay, viado	Não
05/06/2016	Bate-Rebate: Mario Teixeira	Lígia Mesquita	Ilustrada	Informativo	Outro	Televisão	Sodomitas, gay	Sim

05/06/2016	Solta no espaço	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Outro	Música	Sem referência	Sim
------------	-----------------	-----------------	-----------	-----------	-------	--------	----------------	-----

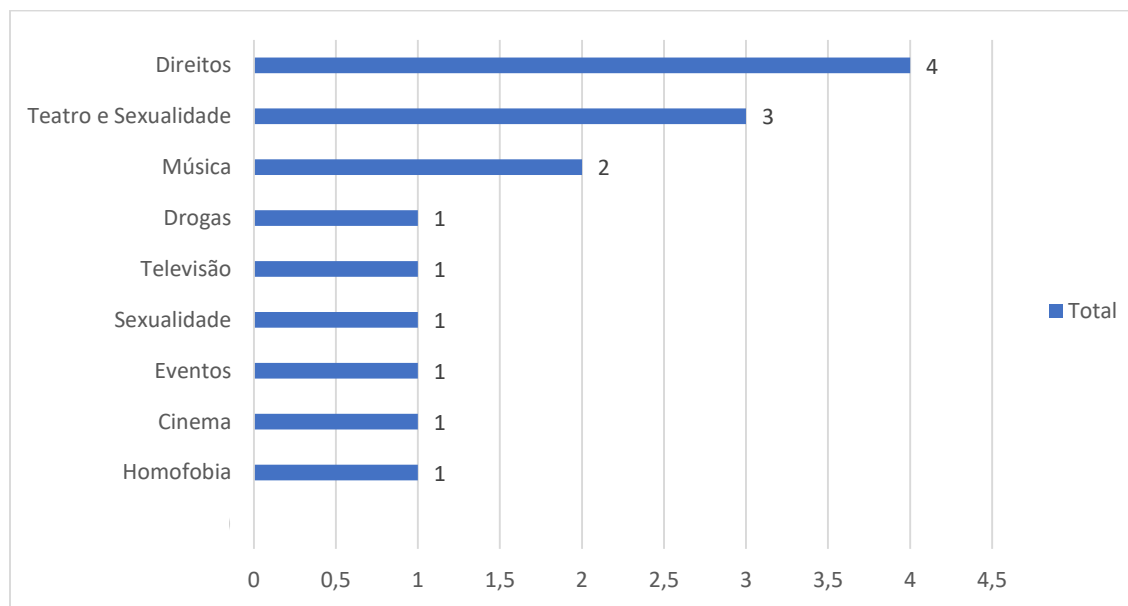
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 27: Anexos - textos de 2016 divididos de acordo com a categoria “Assunto”.



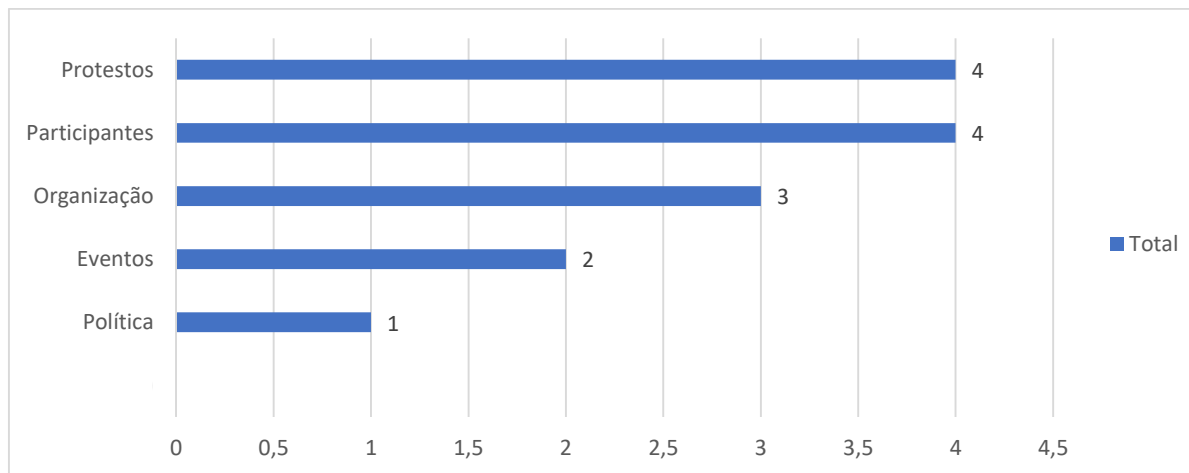
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 28: Anexos - textos de 2016 de assunto “Outro” divididos por temática.



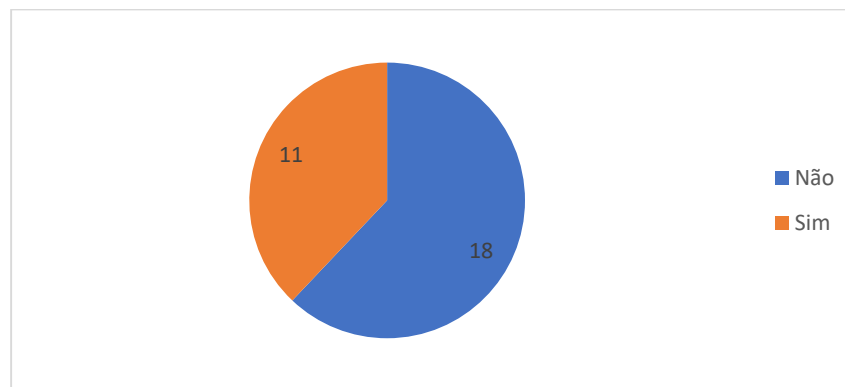
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 29: Anexos - textos de 2016 de assunto “Parada” divididos por temática.



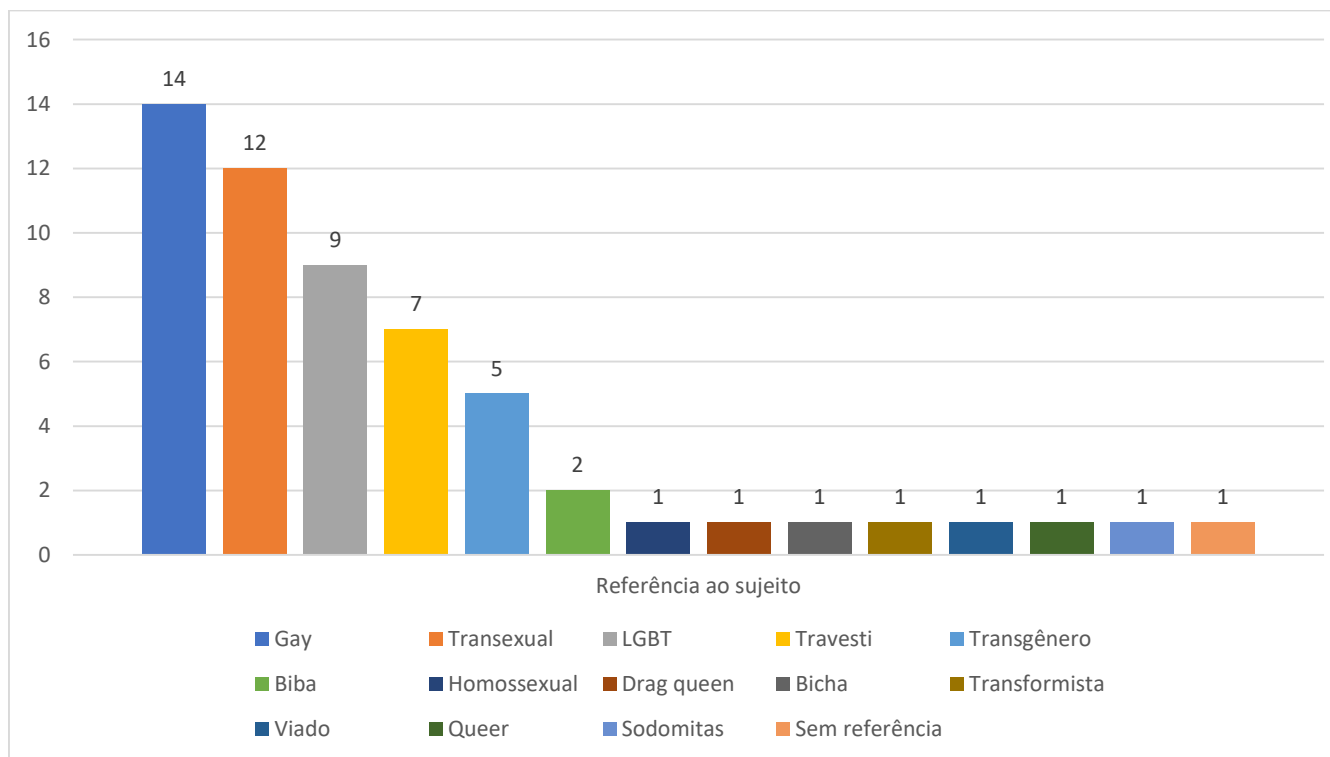
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 30: Anexos - textos de 2016 divididos de acordo com a presença ou ausência de fontes, onde “sim” indica a presença e “não” indica a ausência.



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 31: Anexos - textos de 2016 divididos de acordo com a categoria “referência ao sujeito”.



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Quadro 33: Anexos - Divisão dos textos de acordo com data, título, assinatura, caderno, gênero, assunto, temática, referência ao sujeito e uso de fontes referente ao ano de 2017.

Data	Manchete	Assinatura	Caderno	Gênero	Assunto	Temática	Referência ao sujeito	Fontes
11/06/2017	Casar ou unir?	Paulo Gomes e Fabiana Martins	Cotidiano	Informativo	Outro	Direitos	Homoafetivo, pessoas do mesmo sexo	Não
11/06/2017	Não mexe comigo	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Outro	Música	LGBT, trans, travesti	Sim
11/06/2017	Aonde vão as aves velhas para morrer?	Arundhati Roy	Ilustríssima	Sem classificação	Outro	Violência	Transexual	Não
13/06/2017	Mostra sobre gêneros discute preconceito	Maria Luisa Barsanelli	Acontece	Informativo	Outro	Eventos	Transexual, intersexualidade, travestis	Sim
14/06/2017	Parada LGBT terá Anitta e Daniela Mercury	Não atribuído	Cotidiano	Informativo	Parada	Personalidades	LGBT	Não
14/06/2017	Parada LBGT de São Paulo terá shows de Anitta e Daniela Mercury	De São Paulo	Cotidiano	Informativo	Parada	Personalidades	LGBT	Não
14/06/2017	Flor X Ódio	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Outro	Violência	Gay, LGBT, homossexual	Não

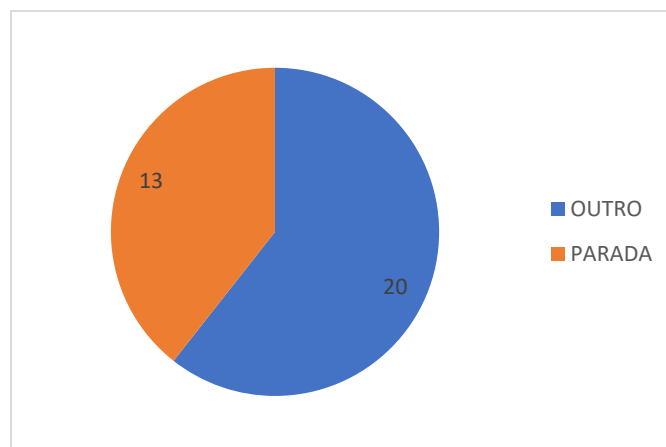
15/06/2017	Toma posse no país o 1º premiere abertamente gay	Da Reuters	Mundo	Informativo	Outro	Política	Gay, homossexual	Não
15/06/2017	TV em cores	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Parada	Personalidades	LGBT	Não
15/06/2017	Mensagem direta	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Parada	Iniciativa	Gay, LGBT	Não
15/06/2017	Mercado se mexe para receber melhor turistas transexuais	Everton Lopes Batista	Turismo	Informativo	Outro	Consumo	Transexuais, LGBT	Sim
16/06/2017	Peças, shows e festas celebram diversidade no mês do orgulho LGBT	Não atribuído	CAPA	Utilitário	Parada	Eventos	LGBT	Não
16/06/2017	Uma trans no supremo	Estelita Hass Carazzai	Cotidiano	Opinativo	Outro	Direitos	Transexual	Sim
16/06/2017	Explosão de cores	Mariana Marinho e Victória Azevedo	Guia	Utilitário	Parada	Eventos	LGBT, trans	Sim
16/06/2017	Folha faz pré estreia de filme sobre travestis	Não atribuído	Guia	Utilitário	Outro	Cinema	Travestis	Não
17/06/2017	Casa acolhe e reaproxima jovens LGBT do mercado e da família	Jairo Marques	Cotidiano	Informativo	Outro	Iniciativa	LGBT, transexual	Sim

17/06/2017	Ajuste de Crivela no Rio atinge Carnaval e paradas LGBT	Ítalo Nogueira	Cotidiano	Informativo	Parada	Eventos	LGBT, gay, lésbica, trans,	Sim
17/06/2017	NY teve primeira edição de Parada Gay em 1970	De São Paulo	Cotidiano	Informativo	Parada	Eventos	LGBT, gay	Não
17/06/2017	Eu de verdade	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Outro	Direitos	Transexual	Sim
17/06/2017	Horizonte	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Outro	Iniciativa	Transexual	Não
17/06/2017	Parada Gay! Corpus Alegres	José Simão	Ilustrada	Opinativo	Parada	Política	Gay	Não
18/06/2017	Parada LGBT terá protestos contra interferência religiosa	Jairo Marques	Cotidiano	Informativo	Parada	Protestos	LGBT, transexuais, travestis, Lésbicas, Gays, Bissexuais, transgêneros e intersexuais	Sim
18/06/2017	Rainhas da montagem, novas drags expandem limites do humano	João Carneiro	Cotidiano	Diversional	Outro	Arte	LGBT, gay	Sim
18/06/2017	Travesti não é bagunça	Lígia Mesquita	Ilustrada	Opinativo	Outro	Cinema	Travestis, transexuais, gay, bicha	Sim
18/06/2017	Diretora estreante contempla as muitas nuances do tema	Naief Haddad	Ilustrada	Opinativo	Outro	Cinema	Travestis	Não

19/06/2017	LGBTODOS	Juliana Gragnani e Mariana Zylberkan	Cotidiano	Informativo	Parada	Organização	Gay, lésbica, bissexual, transexual, travesti e queer.	Sim
19/06/2017	Festival esmaga preconceito em SP	Pedro Diniz	Ilustrada	Opinativo	Outro	Eventos	LGBTQ	Sim
20/06/2017	O grito das arquibancadas - Homofobia	Vários	Esporte	Informativo	Outro	Homofobia	Homossexuais	Sim
20/06/2017	Toda forma de amor	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Parada	Personalidades	LGBT	Não
20/06/2017	Cara no Sol	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Parada	Participantes	LGBT	Não
21/06/2017	Autodefinição	Hélio Shwartsman	Opinião	Opinativo	Outro	Direitos	Transexuais	Não
21/06/2017	Mulher Maravilha	Mônica Bérghamo	Ilustrada	Opinativo	Outro	Cinema	Travestis	Não
21/06/2017	Arco Íris	Lígia Mesquita	Ilustrada	Opinativo	Outro	Televisão	Sem referência	Não

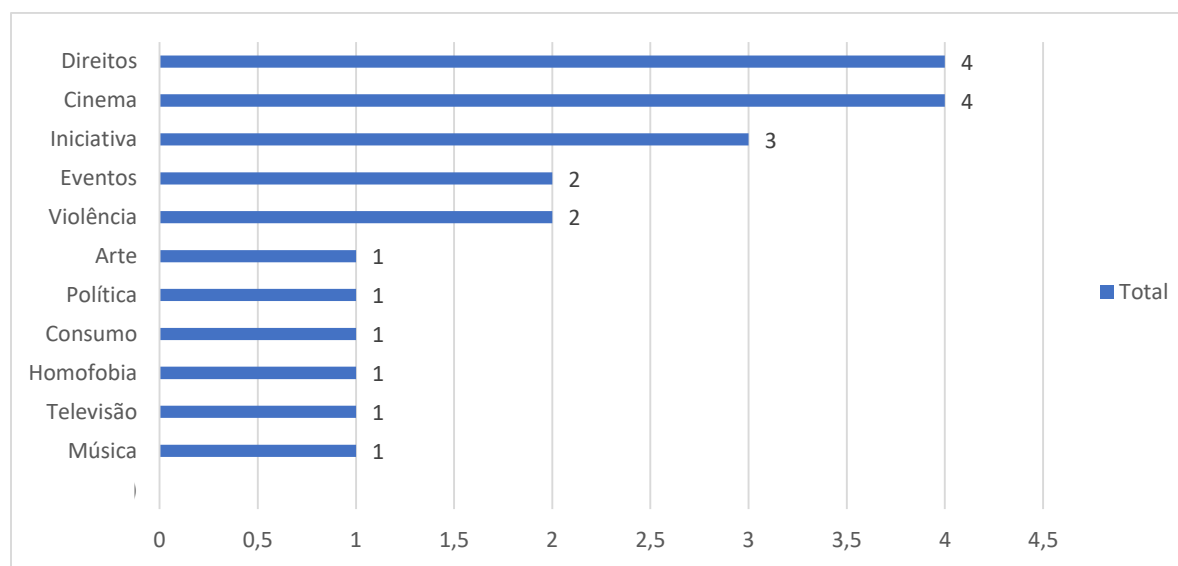
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 32: Anexos - Textos de 2017 divididos de acordo com a categoria “Assunto”.



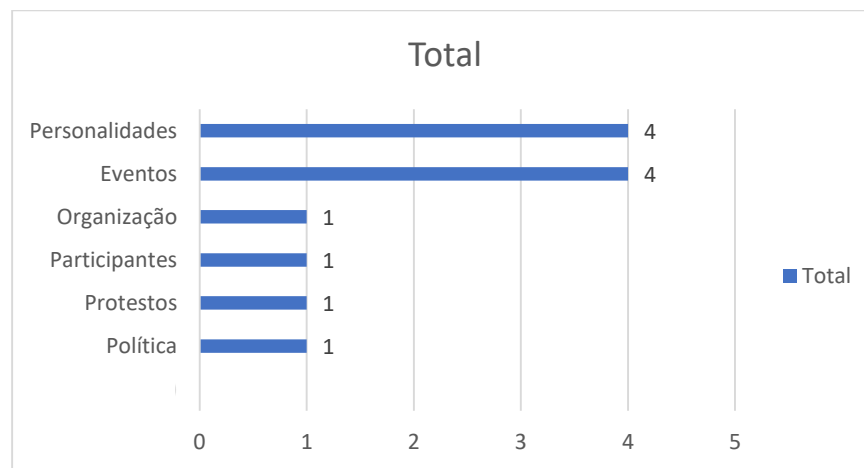
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 33: Anexos - textos de 2017 de assunto “Outro” divididos por temática.



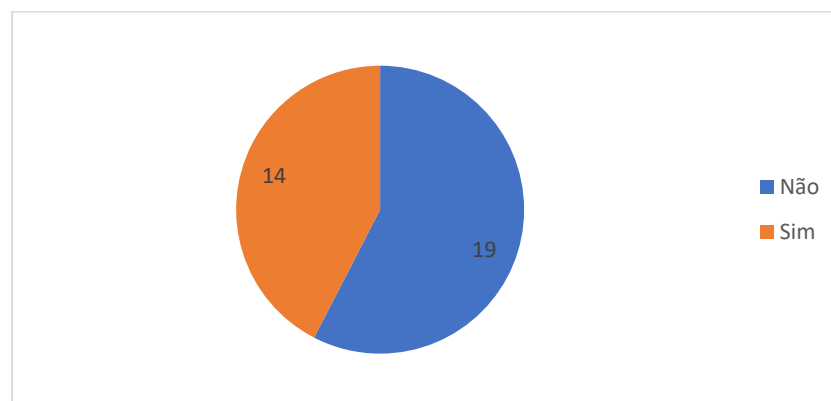
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 34: Anexos - Textos de 2017 de assunto “Parada” divididos por temática.



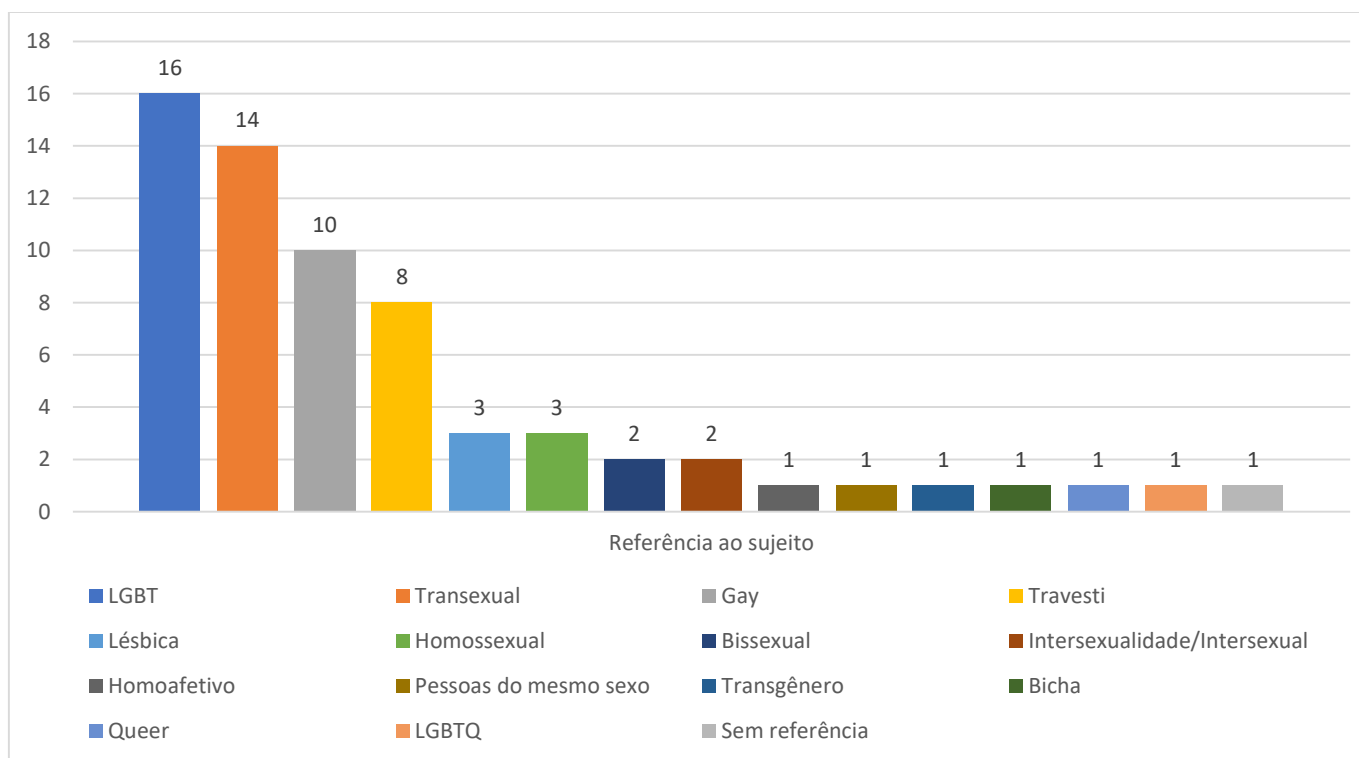
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 35: Anexos - textos de 201 divididos de acordo com a presença ou ausência de fontes, onde “sim” indica a presença e “não” indica a ausência.



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 36: Anexos - textos de 2017 divididos de acordo com a categoria “referência ao sujeito”.



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.